

Boletim Cultural

VI SÉRIE · N.º 3
ANO 2023



Boletim Cultural

VI SÉRIE • N.º 3
ANO 2023

Sumário

01. Abertura

- 4 Páginas da História
Mário Passos

02. Editorial

- 6 Viagem pelo território
Pedro Oliveira

03. Do local ao global

- 10 3.1 O brilho do ouro dos inícios da Idade do Bronze no território famalicense
Armando Coelho Ferreira da Silva
- 20 3.2 Os Prazos famalicenses do Senado de Barcelos: Estudo analítico dos
Tomos
Bernardo Cunha Alves de Souza
- 36 3.3 Vigiar e disciplinar: o Santo Ofício no concelho de Vila Nova de Famalicão
(Seiscentos e Setecentos)
Ódete Paiva e Beatriz Pinto
- 52 3.4 O Dote «Condessa de Azevedo» e a Santa Casa da Misericórdia de Vila
Nova de Famalicão
Paula Costa

66	3.5 Trajetória de um negociante setecentista de “grosso trato” de Vila Nova de Famalicão (Minho) – Domingos Lopes Loureiro <i>Odete Paiva com a colaboração de Bebiana Costa Sá</i>
104	3.6 Galinha mourisca: percursos e mutações de uma receita camiliana <i>Elzira Sá Queiroga</i>
112	3.7 «Abraço vivamente a sua ideia» Bernardino Machado, José Leite de Vasconcelos e os Museus em Portugal. Um projeto, uma candidatura, uma parceria ímpar, um desafio expositivo <i>Eva Cordeiro, Leonor Rosas e Lúvia Coito</i>
130	3.8 O republicanismo português em meados do século XX (alguns apontamentos) <i>António José Queiroz</i>
164	3.9 O Entre-Douro-e-Minho ou tão-só o nosso Minho <i>João-Afonso Machado</i>
170	3.10 Vasco de Carvalho e São Julião de Calendário: notas sobre ação um industrial, político, benemérito, escritor e historiador calendarenses <i>Vítor Sá</i>
202	3.11 Abordagem arquivística ao Arquivo Casa de Pindela <i>Luísa Alvim</i>
222	3.12 O impacto da Guerra Colonial na Região Militar de Braga: o caso de Vila Nova de Famalicão / Contributos para o estudo da Guerra Colonial na Região Militar do Norte <i>José Manuel Lages</i>
234	3.13 20 anos de «Viagens pelo Património Cultural» <i>Arminda Ferreira e Nelson Pereira</i>

04. Currículos

254	Breves Currículos
-----	-------------------

01. Abertura

Páginas da História

→ Mário Passos

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

É com enorme satisfação que lançamos mais um número do Boletim Cultural, cujas páginas fazem jus à história e identidade do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Com esta e outras publicações, a Câmara Municipal cumpre dois dos seus mais importantes propósitos: o de proteger, valorizar e manter viva a identidade cultural do nosso território, mas também o de assegurar a sua transmissão junto das gerações futuras.

Através de uma leitura atenta às páginas que se seguem, os leitores poderão, mais uma vez, embarcar numa viagem pelas nossas raízes à boleia de um conjunto de artigos que retratam diversos temas, momentos e períodos da nossa memória coletiva.

O Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão, que é garantidamente uma das mais antigas edições do género no nosso país, é talvez a referência maior do estudo e investigação da história local.

Uma palavra, por isso, de agradecimento a todos quantos se envolveram nesta nova edição do Boletim Cultural, pela vossa disponibilidade e contributo fundamentais para a reflexão e valorização da história e identidade de Vila Nova de Famalicão.

02. Editorial

Viagem pelo território

→ Pedro Oliveira

VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Mais um número do Boletim Cultural, uma nova oportunidade para apresentarmos e darmos a conhecer estudos, trabalhos e projetos sobre a realidade da nossa história, do nosso património, da nossa cultura.

Assume-se, edição após edição, também como uma referência na disponibilização de conteúdos para o estudo e para a investigação.

Tal como as anteriores, esta edição do Boletim Cultural é diversificada nos temas e plural nas autorias. Abordamos, uma vez mais, diferentes temas e períodos históricos locais, em doze artigos de autoria e/ou co-autoria de quinze colaboradores.

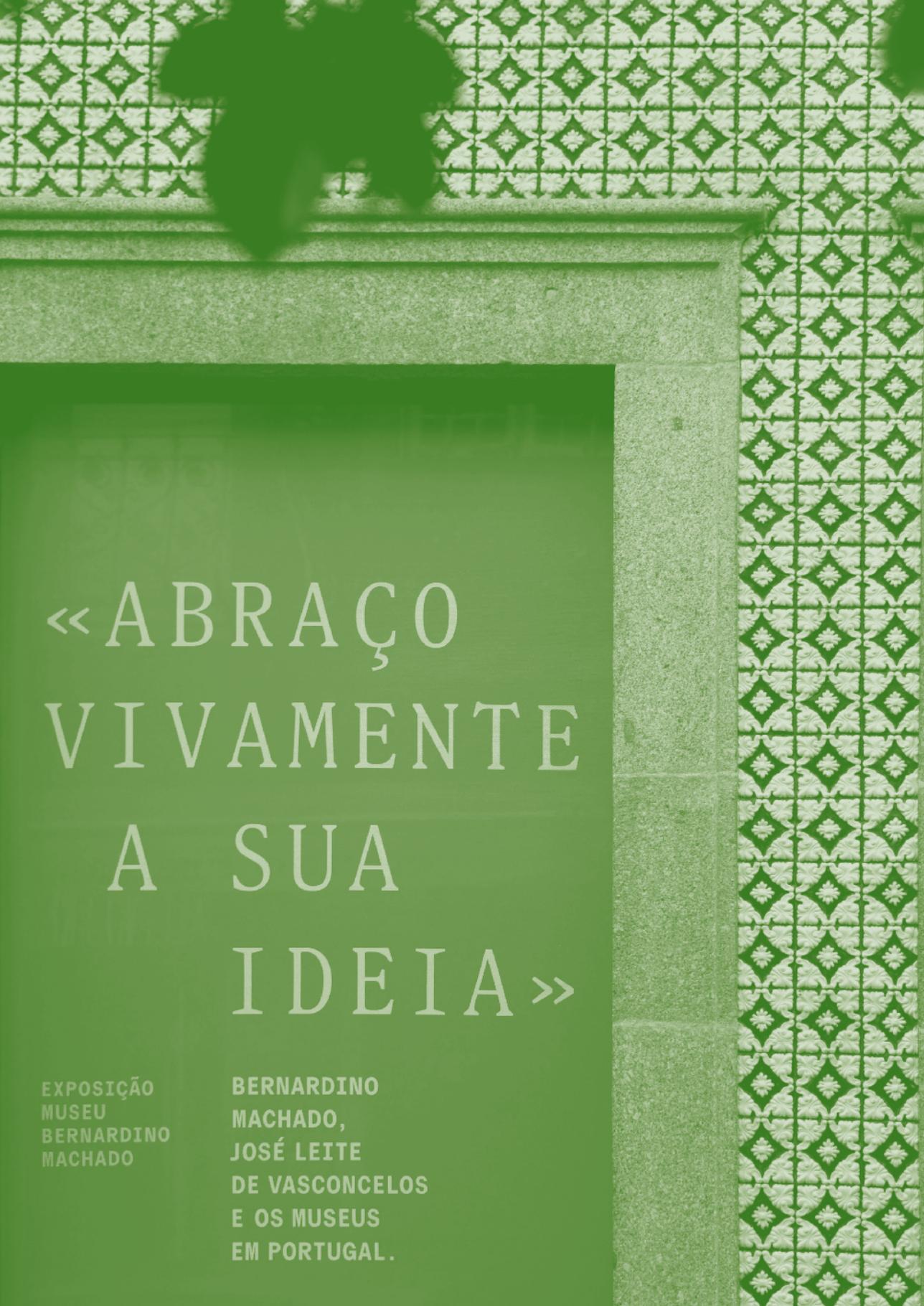
Sobressaem, artigos da responsabilidade de colaboradores do Município, evidenciando desta forma, também um compromisso permanente com os trabalhos que aqui desenvolvem.

Destaque para 20 anos do “Viagens pelo Património Cultural”, num artigo que procura dar a conhecer este projeto que é disponibilizado há vinte anos aos alunos do 1º ciclo das escolas do nosso concelho com o objetivo de fomentar a descoberta, o interesse e reconhecer a importância do património e da histórica local. Podemos conhecer melhor este projeto que acontece, quer em contexto da sala de aula, quer posteriormente, em visita ao contexto patrimonial abordado anteriormente.

Também a exposição “Abraço vivamente a sua ideia: Bernardino Machado e José Leite de Vasconcelos e os Museus em Portugal.” que esteve no Museu Bernardino Machado entre 14 de outubro de 2022 até dia 23 de abril de 2023 merece aqui um relevo especial. Esta exposição, resultou de uma candidatura ao Projeto ProMuseus, na qual o Município de Famalicão, venceu na Área Parcerias, com os parceiros: Museu Nacional de Arqueologia e a Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Referência para o artigo de João-Afonso Machado “O Entre-Douro-e-Minho ou Tão Só o Nosso Minho”, em que discorre sobre a terminologia, sobre as fronteiras, com referências históricas a esta parte do nosso território.

A todos que colaboraram neste número, muito obrigado pela disponibilidade para partilharem o seu conhecimento!



«ABRAÇO
VIVAMENTE
A SUA
IDEIA»

EXPOSIÇÃO
MUSEU
BERNARDINO
MACHADO

BERNARDINO
MACHADO,
JOSÉ LEITE
DE VASCONCELOS
E OS MUSEUS
EM PORTUGAL.

03.

Do local ao global

3.1 O brilho do ouro dos inícios da Idade do Bronze no território famalicense

→ Armando Coelho
Ferreira da Silva

1.

Adquiridas as competências para o fabrico da cerâmica, no Neolítico, e da fundição do metal de cobre, no Calcolítico, com base num saber que a experiência ia fazendo, cedo os primeiros metalurgistas deram conta que um certo número de impurezas existentes nos minerais já na origem permitiam aumentar a resistência do metal, assim passando de ligas fortuitas a intencionais adicionando ao cobre em fusão outros metais, designadamente o antimónio, o arsénio e, posteriormente, o estanho, que se transformou na sua liga definitiva pela incorporação de cassiterite em proporção adequada, que no bronze antigo girava em torno dos 10% em composição ideal.

Revelando-se, pela sua dureza, maleabilidade e propriedades de fusão, muito mais prático e eficaz que o cobre sem liga, este novo metal conheceu um rápido sucesso, começando a substituí-lo no Próximo Oriente nos meados do IV milénio a.C. e iniciando, porventura com as migrações de povos indo-europeus de centros metalúrgicos mais ativos, como os da região do Cáucaso, uma difusão progressiva que atingiu toda a Europa nos finais do III / inícios do II milénio a. C., onde se tornou por mais de mil anos o metal essencial, dando origem a uma indústria e comércio sem precedentes, até que a metalurgia do ferro viesse, mais tarde, a suscitar o seu declínio.

Como já observou J. Guilaine (1980), os condicionamentos desta nova metalurgia, em função de uma matéria-prima dual, o cobre e o estanho, e os conhecimentos técnicos que necessariamente envolvia, trouxeram consigo uma série de importantes mudanças de vária ordem, todavia com implicações mais profundas no plano social.

Do ponto de vista económico, assistiu-se à criação de novas correntes de intercâmbios, desenvolvendo-se um comércio de longa distância, que girava particularmente em torno do estanho, necessário para o seu fabrico, sendo organizadas novas rotas e aperfeiçoados os

meios de transporte para a sua procura, cuja raridade fez sobressair a importância do noroeste da Europa e, mais concretamente, do noroeste peninsular, cuja abundância em jazidas estanhíferas se terá feito proverbial nas legendárias Cassitérides, as “ilhas do estanho”.

Por sua vez, a disponibilidade de armamento em quantidade e qualidade superior por parte dos guardiões da soberania política, contribuindo sobremaneira para o reforço da classe social dos guerreiros e consequentemente para uma hierarquização mais profunda da sociedade, apareceu associada à formação de novas hegemonias ligadas aos centros mais ricos de exploração e produção ou às civilizações cuja prosperidade permitia a aquisição de novas armas, utensílios e bens de prestígio.

A promoção de um novo grupo social, com origens calcolíticas, composto por indivíduos dotados de conhecimentos especializados sobre a prospeção, fabrico e comercialização dos produtos manufaturados, ultrapassando o círculo estritamente familiar e em tudo distinta das classes orientadas para os meios de subsistência tradicionais, como eram a agricultura e a criação de gado, agiu, neste contexto, como outro elemento de diversificação da estrutura e organização social.

É natural que estas e outras transformações operadas no seio da sociedade fossem acompanhadas de novas conceções culturais, mormente de carácter religioso, que, neste quadro, nos aparecem marcadas por uma afirmação do espírito individualista e do culto da força no interior de um sistema ideológico que em grande parte nos escapa, mas que seria com certeza globalizante e coerente e cuja originalidade se vem atribuindo, com muita probabilidade, a povos de matriz indo-europeia.

A mera enunciação destes aspetos, que vislumbramos com maior ou menor clareza justapostos, comprometidos ou ultrapassando os elementos tradicionais, quando procedemos à análise dos vestígios da cultura material, bastará para a consideração da importância crucial que

a Idade do Bronze representou para o desenvolvimento de cultura e sociedade europeias.

O exemplar de ouro referenciado na área do concelho de Vila Nova de Famalicão dos inícios da Idade do Bronze poderá considerar-se como paradigmático dos bens de prestígio, característicos dos inícios deste período, em que o brilho destas peças se impõe como expressão da legitimação da aura do poder, que, mais tarde, se irá visibilizar com mais nitidez na iconografia do guerreiro castrejo.

2.

Com a introdução da metalurgia do bronze no ocidente peninsular, que terá ocorrido em torno de 2250 a. C., a orla atlântica sofreu uma série de mudanças, continuando, porém, a manifestar, não obstante assinaladas diferenças regionais, um substrato cultural comum, aparente ao longo de toda esta época, que se pode considerar como a Idade do Bronze Inicial, e se prolonga até uma data que se pode fixar em 1750 a. C..

Na zona da Estremadura, que fora o foco privilegiado do Calcolítico no território português, a cultura material continua ainda as suas tradições com vasos campaniformes tardios, mas já se registam alterações relativamente aos povoados, que agora são muitas vezes implantados em locais sem condições naturais de defesa e com estruturas de habitação perecíveis.

No sudoeste e noroeste da Península, porém, para lá dos elementos comuns, já são bem profundas as mudanças, com certeza resultantes da diversidade dos recursos económicos, sobretudo em função da exploração do cobre e do estanho, respetivamente. De resto, os elementos culturais conhecidos como sendo próprios desta fase caracterizam um estádio com uma série de elementos concordantes com a cultura campaniforme e outros dela divergentes.

Aparece na tradição da cultura campaniforme o enterramento individual em grandes cistas de pedra, que em alguns casos reveste

carácter megalítico, e com espólio que contém pontas tipo Palmela, punhais de cabo em forma de lingueta, alabardas tipo Carrapatas, tudo isto em cobres arsenicais, assim como braçais de arqueiro, de xisto, botões de osso com perfuração em V e diademas e espirais de ouro e outros adornos.

A grande diferença encontra-se na existência de outro género de cerâmica, já sem vasos campaniformes ou quando muito de perfil campaniforme mas sem decoração, mais arraigada ao horizonte de sepulturas de cúpula dos finais do calcolítico ou com relações a El Argar, da província espanhola de Almería.

Esta cultura material estaria representada no sudoeste peninsular pelo “Horizonte de Ferradeira” (Faro), tal como definido pelo arqueólogo alemão H. Schubart (1971), e seria correspondente na fachada setentrional ao “Grupo de Montelavar” (Sintra), segundo a denominação proposta por R. J. Harrison (1988) a partir dos achados funerários da necrópole epónima, de aparente âmbito suprarregional, desde o Vale do Tejo ao noroeste, contando com paralelos peninsulares na cultura de los Millares II e na fase A de El Argar, no sudeste espanhol, e Vila Nova de S. Pedro II, no Ribatejo, com afinidades na cultura inglesa de Wessex I e francesa na Série I dos Túmulos Armoricanos (M. Ruíz-Gálvez Priego, 1979).

Indicando, assim, um forte substrato campaniforme como grande denominador comum, evocaria também contactos com o foco metalúrgico do sudeste, agora transformado em recetor, e novas relações na área atlântica, que se farão cada vez mais intensas no decurso deste período.

A concentração dos achados do “Horizonte de Ferradeira” encontra-se em quantidade significativa no Baixo Alentejo e Algarve, do litoral atlântico às regiões mineiras de Lousal (Grândola) e Aljustrel, sendo mais raros os seus correspondentes no norte de Portugal.

Trata-se, todavia, de uma fase que vem sendo progressivamente melhor conhecida pela

realização de novas descobertas, sobretudo em zonas da orla marítima com penetração fluvial, a sugerir pela sua situação uma exploração dos seus recursos mineiros, que presumimos ser, no caso, o estanho e o ouro de aluvião.

Com muito reduzido número de povoados até agora identificados nesta região (Bettencourt 2013, 23-24), todos com estruturas de materiais perecíveis, nota-se uma diversificação geral da sua implantação, que se verifica quer em colinas de vale, com boas capacidade agro-pastoris, como em Boucinhas / Regueira (Ponte de Lima) e Sola II (Braga), quer em sítios de altitude, como o Monte Calvo (Baião), com mais aptidões para a pastorícia, quer em sítios mais litorais, mesmo sobre antigos terraços marinhos, como Areias Altas (Porto), onde também se praticava a recolha de moluscos, e a eventual extração de sal, como se presume ter ocorrido na Praia de Carreço (Viana do Castelo).

Sobre os contextos funerários, cumpre realçar o contributo da descoberta da necrópole do Bronze Inicial da Chã de Arefe, Durães, Barcelos (Silva *et alii*, 1981), constituída por vários núcleos de sepulturas individuais de inumação em cistas de pedra, sem *tumulus*, e enquadradas por recintos de monólitos, de tradição megalítica, com espólio que inclui dois braçais de arqueiro, uma ponta de dardo de cobre arsenical e um vaso de cerâmica revestida a almagre, que veio permitir a recuperação de dados isolados e fragmentários, culturalmente paralelos, de notáveis achados anteriores, mais antigos, nomeadamente da Quinta da Água Branca (Lobelhe, Vila Nova de Cerveira) e de S. Bento de Balugães (Barcelos), este nas suas proximidades, também no Vale do Neiva, constando de típicas joias de ouro e armas de prata e cobre arsenical, concretamente, na sepultura da Quinta da Água Branca, onde apareceram associados aros simples, dois anéis espiralados e um diadema de ouro (este, sobre o crânio) e um punhal de lingueta de cobre (junto à cintura) e em Balugães, uma gargantilha de tiras de ouro e quatro pontas de cobre tipo Palmela.

Neste mesmo horizonte devemos com certeza integrar também os seguintes achados com artefactos de elevado valor social: uma espada de tipo argárico, com a característica contração da lâmina relacionada com o alargamento do topo, com rebites, proveniente de S. Bartolomeu do Mar (Esposende); várias pontas tipo Palmela: uma de Bucos (Cabeceiras de Basto), outra do Castro de S. Lourenço (Chaves) e outra atribuída à Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), além das quatro referenciadas em Balugães; e diversos anéis de ouro espiralados, como os dois da Quinta da Água Branca, outros dois de um túmulo da necrópole de Vale Ferreiro (Fafe), aparecido numa cripta subterrânea de alvenaria possivelmente coberta da madeira, e outro, da sepultura em gruta da Fraga da Pitorca (Mairos, Chaves), associado a um machado plano de cobre e cerâmicas com decoração incisa metopada do “tipo Penha”, e um anel espiralado de ouro da sepultura de Lagares (Macedo de Cavaleiros), formando ao todo um índice apreciável de presenças no norte de Portugal, quer no Entre-Douro-e-Minho quer em Trás-os-Montes e Alto Douro.

Mais para sul, deverão igualmente incluir-se neste âmbito os conjuntos com um diadema e um anel espiralado de ouro de Papagovas (Lourinhã), na região da Estremadura, e com um diadema e dois anéis espiralados de Évora, com um pendente em lâmina oval e com um anel espiralado de Estremoz e com dois anéis espiralados da Herdade de São Martinho (Avis), no território alentejano, relativamente aos quais, embora não se possam reconstituir os respectivos contextos de achado, se presume terem um carácter funerário em sepultura individual (Correia *et alii*, 29), como terá sido o caso da lâmina de Sezures.

3.

Neste horizonte de Ferradeira / Montelavar se inclui, em particular, o conjunto de lâminas áreas de tiras, de que a joia de Sezures, Vila Nova de Famalicão (Ladra *et alii*, 2003; Silva *et*



Fig. 1 Lâmina de tiras de ouro de Sezures, Vila Nova de famalicão

alii,2007)), representa um expressivo exemplar da ourivesaria regional dos inícios da Idade do Bronze.

Esta joia (Fig. 1, 2-3 :11) é constituída por uma placa laminar, muito fina, com 0,5 mm de espessura média, de forma subretangular, com 17,6 cm de comprimento e 3,6 cm de largura máxima, com recortes curvilíneos nos extremos de um dos lados maiores.

A fragilidade da sua estrutura é reforçada pela decoração a repuxado, geométrica, com um eixo de simetria, e dividida em quatro campos sensivelmente da mesma dimensão:

os dois centrais são preenchidos por onze tiras paralelas horizontais, em cada campo, perpendiculares ao eixo de simetria, realizadas no anverso pelo deslizar de um instrumento cortante sobre desenho prévio de que ainda se reconhecem vestígios; os campos laterais têm um recorte côncavo num dos lados e são decorados por uma orla, a repuxado, que enquadra duas áreas, as internas lisas e as exteriores preenchidas por três segmentos de caneluras paralelas, também feitas a repuxado.

A simetria geral da peça não esconde o carácter artesanal do seu fabrico, notando-se menos rigor na exatidão dos recortes do perfil da placa, na standardização das tiras e na regularidade dos repuxados.

Congénere a outras que vêm sendo consideradas como adornos do pescoço, sendo

utilizadas como gargantilhas, tal não deveria ser a função desta em razão do seu comprimento, de reduzidas dimensões para o efeito, acrescentando ainda, a estas observações, a fragilidade da lâmina, a inadequação do seu perfil ao colo e a inexistência de orifícios que permitissem a sua aplicação a tecido ou couro para essa função. A incomodidade das tiras e a falta de simetria do seu perfil não indicia também a sua utilização como bracelete, sugerindo-se a probabilidade do seu uso como aro de suporte de trança de cabelo.

Ainda que se desconheça o contexto arqueológico do seu achado, é de presumir, pelos paralelos, que seja proveniente de uma sepultura de inumação individual, provavelmente em cista grande, como ocorre em diversos contextos seus contemporâneos, como o de Atios, na Galiza, e do nordeste transmontano e duriense, nomeadamente em Vale da Cerva (Vila Nova de Foz Côa) e em Lagares (Macedo de Cavaleiros), além dos referenciados no Entre-Douro-e-Minho.

Com efeito, o conjunto de que mais se aproxima é o do diadema da sepultura da Quinta de Água Branca (Lobelhe, Vila Nova de Cerveira), que apareceu associado a um braçal de arqueiro, anéis espiralados e aros em ouro e ainda a um punhal de lingueta em cobre arsenical, e sobretudo a lâmina de tiras de S. Bento de Balugães (Barcelos), de similar tratamento

técnico e associado a pontas tipo Palmela, que se reporta a contextos arqueológicos análogos melhor esclarecidos com a escavação de Chã de Arefe (Durrães, Barcelos), das suas imediações, que globalmente se poderá incluir no círculo de ritos funerários em cistas do fácies de Atios (Brandherm, 2000), que nos transmitem o nível social mais elevado dessas expressões do Bronze Inicial no noroeste peninsular.

E, conforme referido aquando do primeiro estudo desta lâmina de tiras de Sezures (Ladra *et alii* 2003, 54), nada sabemos com certeza sobre o género das pessoas a quem pertenceriam estas joias, pois carecemos de evidências relativamente a este propósito. Mas o certo é que, na ausência de qualquer tipo de prova determinante, face à presença simultânea de armas e adornos deste tipo, somos de opinião que este espólio se possa relacionar com uma imagem masculina ligada à função simbólica do chefe guerreiro, fazendo perdurar no Além os bens de prestígio e símbolos de poder que terá alcançado na sua vida terrena.

Seja como for, esta joia constitui mais um dado que testemunha a primeira etapa do significativo desenvolvimento da ourivesaria pré-histórica no noroeste peninsular, cuja especificidade morfológica, técnica e funcional, se enquadra no âmbito das relações que envolveram a fachada atlântica nos primórdios da Idade do Bronze.

Peças produzidas sem soldadura, a partir de uma banda laminiforme de ouro, sendo as lamelas obtidas com um escopro no sentido longitudinal e os terminais da banda lisos ou decorados a punção, estas lâminas de tiras constituem um grupo bem identificado de joias de forma cilíndrica, para usar ao pescoço, como gargantilhas, como se crê para grande parte delas, cuja distribuição se centraliza em regiões peri-litorais no noroeste da Península Ibérica e no oeste de França (Fig. 2-3), com eventual extensão até à Irlanda, manifestando uma significativa amplitude dos relacionamentos que envolveram a fachada atlântica, do noroeste

européu ao ocidente mediterrânico, desde os inícios da Idade do Bronze.

Com efeito, neste âmbito, conhece-se um conjunto apreciável de exemplares, em geral, documentados como provenientes de contextos funerários, alguns com mais de uma peça, sendo seis deles provenientes do oeste da França:

01. Roc'h Guyon (Rondosse, Plouharnel, Morbihan, Bretanha), duas gargantilhas;
02. Port-Saint-Père (Saint-Père-en-Retz, Loire-Atlantique), uma joia de tiras associada a dois fragmentos de um torques de paletas, dois machados planos em cobre, várias pontas de seta e um recipiente cerâmico campaniforme;
03. Arredores de Coulonges (Saint Laurs, Deux-Sèvres, Vendée), achado isolado, possivelmente composto por duas joias;
04. La Pierre Levée (Saint-Même, Charente), um fragmento de lâmina análoga às de Roc'h Guyon.

Um exemplar das Astúrias:

05. La Mata'l Casare I (La Cobertoria, Sierra dei Aramo), um aro de tiras.

Seis da Galiza:

06. Cícere (Santa Comba, Corunha), uma gargantilha e uma pulseira de tiras incluídas no achado de um conjunto peças com vários fragmentos laminares correspondentes a dois diademas lisos.
07. Monte dos Mouros (San Martino de Oleiros, Toques, Corunha), duas joias de tiras, que se salvaram de um conjunto mais vasto, que se perdeu.
08. Campo do Xastre (Goiás, Lalín, Pontevedra), uma gargantilha de tiras associada a dois braceletes, maciços, também de ouro.
09. As Silgadas (A Canle, Bemil, Caldas de Reis, Pontevedra), seis fragmentos de uma



Fig. 2 Localização dos achados de lâminas áureas de tiras na fachada atlântica continental europeia (Base: Ladra *et alii*, 2003, Fig. 1)

1. Roc'h Guyon (Rondosse, Plouharnel, Morbihan, Bretanha)
2. Port-Saint-Père (Saint-Père-en-Retz, Loire-Atlantique)
3. Arredores de Coulonges (Saint Laurs, Deux-Sèvres, Vendée)
4. La Pierre Levée (Saint-Même, Charente)
5. La Mata'l Casare I (La Cobertoria, Sierra dei Aramo)
6. Cícere (Santa Comba, Corunha)
7. Monte dos Mouros (San Martino de Oleiros, Toques, Corunha)
8. Campo do Xastre (Goiás, Lalín, Pontevedra)
9. As Silgadas (A Canle, Bemil, Caldas de Reis, Pontevedra)
10. São Bento de Balugães (Barcelos, Braga)
11. Sezures (Vila Nova de Famalicão, Braga)
12. Quinta do Vale de Moinhos (Almoster, Santarém)

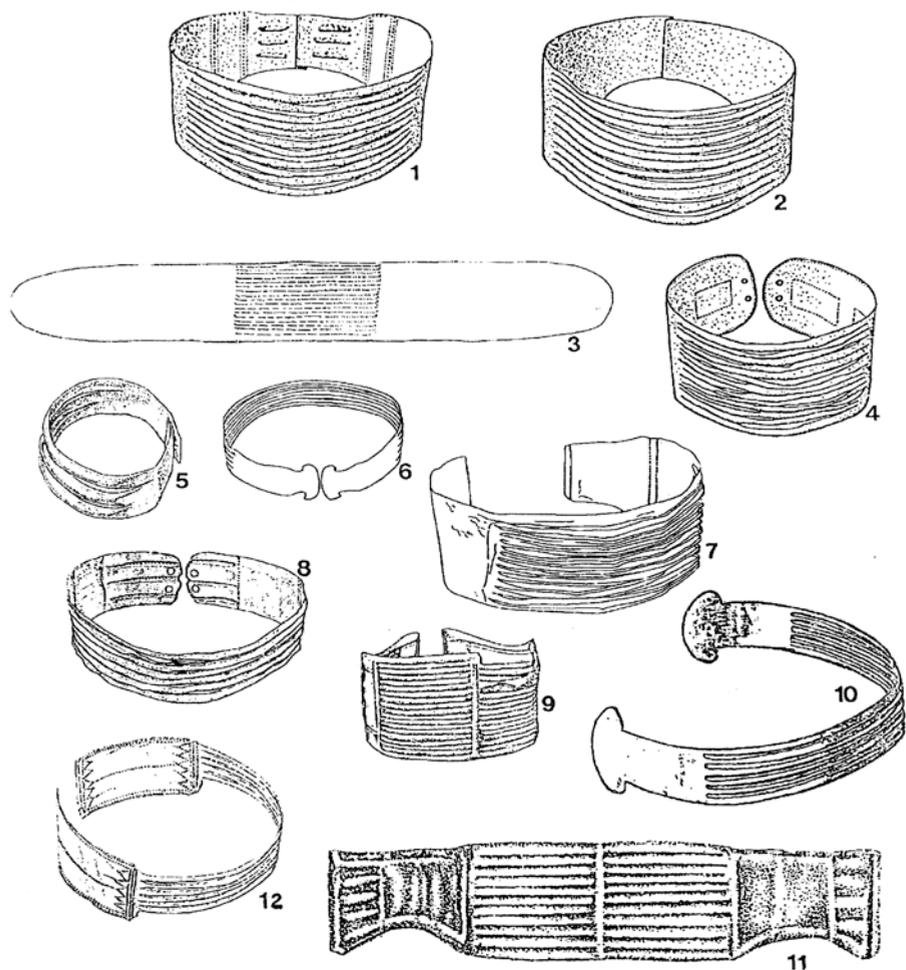


Fig. 3 Lâminas áureas de tiras da fachada atlântica continental europeia (Base: Ladra et alii, 2003, Fig. 2)

1. Roc'h Guyon (Briard 1998)
2. Port-Saint-Père (Eluère 1977)
3. Arredores de Coulonges (Briard 1998)
4. La Pierre Levée (Eluère 1982)
5. La Mata'l Casare I (Blas 1994)
6. Cícere (Pingel 1992)
7. Monte dos Mouros (Pingel 1992)
8. Campo do Xastre (Comendador 1991-1992)
9. As Silgadas (Domato – Comendaor 1998)
10. São Bento de Balugães (Monteagudo 1993)
11. Sezures (Ladra *et alii* 2003)
12. Quinta do Vale de Moinhos (Blas 1994)

possível gargantilha de tiras, similar à de Campo de Xastre, que integrava o célebre tesouro áureo de Caldas de Reis, de que se conservam ainda um aro grande rematado em paletas, 17 aros abertos de forma elíptica, 1 aro aberto de forma triangular, 8 aros de forma elíptica e extremos fechados, 3 fragmentos de barra, 1 aro de secção quadrada, 2 recipientes com asa lateral, 1 jarra com asa lateral e 1 pente.

E três referenciados no território português, dois no Entre-Douro-e-Minho e um ribatejano, cada qual com um exemplar:

10. São Bento de Balugães (Barcelos, Braga), uma lâmina áurea de tiras, similar à de Cícere, associada a 4 pontas de cobre tipo Palmela.
11. Sezures (Vila Nova de Famalicão, Braga), uma lâmina de tiras.
12. Quinta do Vale de Moinhos (Almoester, Santarém), uma lâmina de tiras.

Entre as alusões a joias congêneres, será de referir ainda a eventual proveniência irlandesa de uma lâmina que foi referida por Estácio da Veiga (1891, 49), com base numa referência bibliográfica arqueólogo dinamarquês J. J. Asmussen Worsaae (*La colonisation de la Russie et du nord scandinave*. Copenhague, 1875, 72, fig. 1), tornando-se, assim, na primeira joia de tiras localizada em território atlântico insular, alargando, deste modo, o quadro de relações deste período para além do território continental, que vemos mais incrementadas nas fases subsequentes, bem manifestas na renovação das séries expressivas da simbolização do brilho do ouro: o brilho do poder.

Bibliografia

- Barandiarán, I. – Martí, B. – Rincón, M^a Ángels. Maya, J. L. (1999). *Prehistoria de la Península Ibérica*. Barcelona: Ariel Prehistoria.
- Bettencourt, A. M. S. (2013). *Territórios da Pré-história em Portugal. A pré-história do noroeste português*, 2. Braga-Tomar: Arkeos 36.
- Blas, M. A. (1994). El anillo áureo de tiras de la Mata 'l Casare i y su localización megalítica. *Madrider Mitteilungen*, 35. Madrid – Heidelberg, pp. 107-122.
- Brandherm, D. (2002). Zur Kultur der Alteren Bronzezeit im Nordwesten der Iberischen Halbinsel und ihren Atlantischen Beziehungen. *Madrider Mitteilungen*, 43. Madrid – Heidelberg, pp. 22-60.
- Briard, J. (1998). Flux et reflux du Bronze Atlantique vs d'Armorique. In S. O. Jorge, ed., *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Comendador, B. (1991-1992). Los inicios de la metalurgia: primeiros testemunhos de la Provincia de Pontevedra. *Brigantium*, 7. Corunha, pp. 185-204.
- Comendador, B. (1996). El texto como pretexto: las gargantillas de tiras y los estudios sobre orfebrería en Galicia. In VV. AA., *El oro y la orfebrería prehistórica de Galicia*. Lugo: Deputación Provincial, pp. 55-63.
- Correia, V. H. – Parreira, R. – Silva, A. C. F. (2012). *Ourivesaria arcaica em Portugal*. Lisboa: CTT.
- Domato, X. M. – Comendador, B. (1998). La historia del Tesoro de as Silgadas (como se encontró e vendió el Tesouro de Caldas). In X. M. Domato e B. Comendador, coord., *El tesoro desencantado*, Caldas de Reis: Concello de Caldas de Reis, pp. 11-20.
- Eluère, Ch. (1977). Les premiers Ors en France. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 74 (Études et travaux, 1), pp. 390-419.
- Eluère, Ch. (1982). *Les ors préhistoriques*. Paris: Picard (L. Âge du Bronze en France, 2).
- Guilaine, J. (1980). *La France d'avant la France*. Paris: Hachette.
- Harrison, R. J. (1980). *The beaker folk. Copper Age archaeology in Western Europe*. London: Thames and Hudson.
- Harrison, R. J. (1988). *Bell Beakers in Spain and Portugal: working with radiocarbon dates in the 3rd millennium BC.. Antiquity*, 62, p. 464-472.
- Ladra, L. – Silva, A. C. F. – Sousa, M. J. (2003). Notas sobre uma nova lâmina de tiras do Norte de Portugal. *Portugalia*, Nova Série, 24. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 53-64.
- Monteagudo, L. (1953). Orfebrería del NW Hispánico el la Edad del Bronce. *Trabajos de Prehistoria*, 87. Madrid, pp. 269 – 312.
- Pérez Outeiriño, B. (1994). Ourivesaria prehistórica do NW Peninsular. Primeiras manifestações. *Boletín Auriense*, 24. Ourense, pp. 17 – 44.
- Pingel, V. (1992). *Die vorgeschichtlichen goldfunde der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter.
- Ruiz-Gálvez, M.^a (1979). El Bronce Antiguo en la fachada atlántica peninsular: Un ensayo de periodización. *Trabajos de Prehistoria*, 36. Madrid. pp. 151-172.
- Schubart, H (1971). O "Horizonte de Ferradeira". *Revista de Guimarães*, 81. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, pp. 189-215.
- Silva, A. C. F. (1994). A idade do Bronze em Portugal. In Silva, A. c. F. – Raposo, L. – Silva, C. T., *Pré-história de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 235-301.
- Silva, A. C. F. – Lopes, A. B. – Maciel, T. (1981) A necrópole do Bronze inicial da Chã de Arefe (Durrães – Barcelos). *Arquivo do Alto Minho*, 26. Viana do Castelo, pp. 49-61.
- Silva, A. C. F. – Machado, J. – Oliveira, F. (2007). Catálogo. In A. C. F. Silva (coord.), *Pedra Formosa. Arqueologia experimental*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão – Museu Nacional de Arqueologia, pp. 156-157.
- Veiga, E. (1891). *Antiguidades monumentais do Algarve*, 4. Lisboa: Imprensa Nacional.

3.2 Os Prazos famalicenses do Senado de Barcelos

Estudo analítico
dos Tomos

→ Bernardo Cunha
Alves de Souza

Resumo: Em 1853, por decreto autárquico inicia-se a cópia dos prazos do Julgado de Vermoim concebidos pelo Senado de Barcelos no contexto do termo da Vila homónima. Esta cópia prevê a identificação de todo o universo documental sobre a matéria para a sua deposição nas estruturas de consulta, administração e fiscalização do novo Concelho de Vila Nova de Famalicão. Propomos observar o contexto de produção das cópias dos prazos, o contexto geral dos originais e, em especial, estudar analiticamente a confeção das unidades de instalação dos prazos copiados, os tomos.

Introdução¹

No contexto de seleção de fontes para o projeto de Dissertação do Mestrado de História e Património, FLUP, identificamos uma série de oito tomos² de Prazos do extinto Senado de Barcelos, órgão administrativo do Ducado de Barcelos informação útil sobre o ordenamento administrativo-fiscal do território do atual concelho de Vila Nova de Famalicão. Estes oito volumes são cópias dos prazos originais mantidos sob a jurisdição do extinto senado, e que foram copiados, com ordem autárquica, por Manoel de Brito 'Asêvedo' na década de 1850. Prazos estes correspondentes a diferentes momentos de medição e deliberação acerca dos foros a pagar ao dito Senado por proprietários então inseridos no território do Julgado de Vermoim, unidade administrativa dentro do Ducado de Barcelos (Sampaio, 1932), eventualmente alienados à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Logo, com as devidas apresentações e contextos oportunos, iremos apresentar um estudo analítico da série de tomos. Será realizado uma identificação material dos tomos como conjunto e unidades individuais. Procuraremos identificar e retratar, como possível, práticas de construção dos ditos tomos e seu conteúdo. Todavia, não iremos, para lá do inicial, tratar do conteúdo das fontes. Reservamos a sua análise para uma etapa futura de investigação, permitindo, por hora, a divulgação da fonte e a indicação de elementos materiais. Seguiremos uma descrição similar à proposta em Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca (Meirinhos, 1997).

1. Contexto de produção

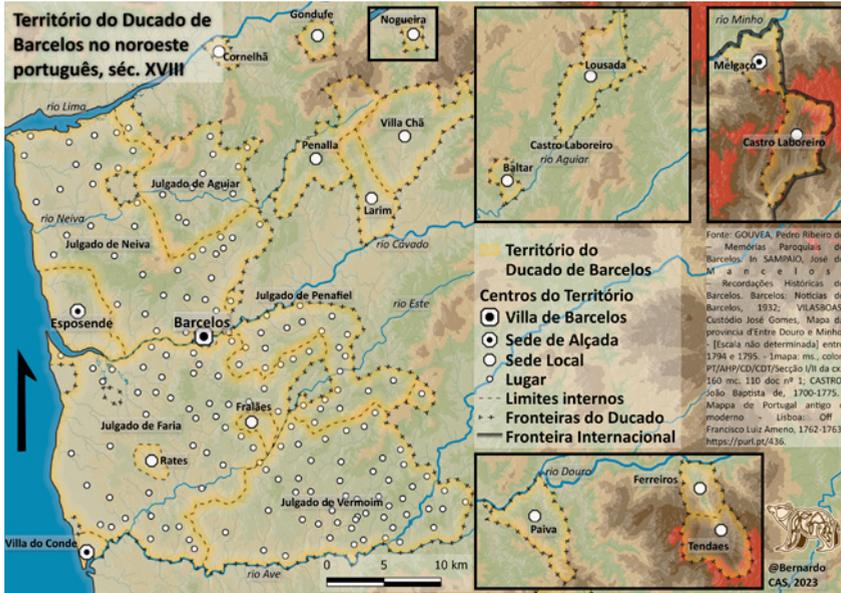
1.1 O Senado de Barcelos

Barcelos é gradualmente construída como um centro administrativo da Casa de Bragança (Sampaio, 1932), sendo privilegiada como ponto nevrálgico na articulação entre a Coroa e o seu Senhorio, a partir de D. Manuel I em 1515. A jurisdição de Barcelos, termo, estende-se, de forma ininterrupta, do rio Lima até ao Ave, e invade o interior até às Comarcas de Braga e Guimarães. Porém, de forma fragmentada o Ducado implanta a sua autoridade desde a fronteira do Minho [Castro Laboreiro], pela Provedoria de Aveiro, na área do Porto, na margem sul do Douro e até vizinhanças de Coimbra (Silveira, 1997, p. 35) (Mapa 1).

Foi Ouvidoria, pois, era propriedade senhorial privada não régia, pertença da casa de Bragança. Esta casa possuía jurisdição criminal – civil e órfã, e fiscal (Lencart, 2019, p. 18) – de 14 espaços – não-contínuos – que filiou à Ouvidoria de Barcelos (Silveira, 1997, p. 33). A partir desta vila, não tão notável, posta entre a sede arquiepiscopal bracarense, a vila livre de Guimarães, a Provedoria de Viana e a Cidade do Porto (Silveira, 1997, p. 35), sediou-se um corpo administrativo

1 Normas do Boletim Cultural de V. N. de Famalicão [APA]

2 PT/MVNF/CMVNF/D-B/1-8 – esta série não foi estuda ou publicada.



Mapa 1 O Território do Ducado de Barcelos no noroeste português, séc. XVIII. [autoral @BCAS, 2023]

lato – em 1758 teria cerca de 150 funcionários administrativos (Sampaio, 1932, p. 35) – que geria os distintos espaços.

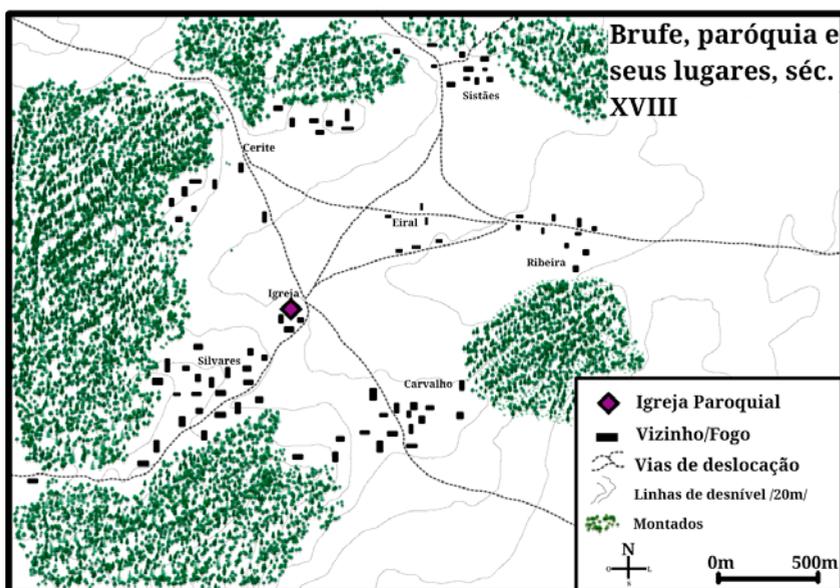
A estrutura e o corpo administrativo das Ouvidorias têm em objetivo: a gestão. Primeiramente, do foro senhorial. Para a execução deste objetivo a estrutura administrativa deve ser compreendida como uma hierarquização de autoridades dependentes e fiscalizantes; por sua vez, o corpo administrativo como a mobilização de indivíduos – notáveis, licenciados, bacharéis – para a estrutura hierarquizada que executa as partes e subpartes de funções que permitem a gestão da Comarca e sua jurisdição. No caso concreto da Comarca de Barcelos, através do tratamento de fontes setecentistas (Sampaio, 1932) temos *notícia* de um corpo administrativo central e periférico, associado à gestão da propriedade e à execução da autoridade da Casa de Bragança. Tem, o lugar de Barcelos, um juiz-de-fora que age como Presidente do Senado de Barcelos e executor do direito as sisas e foros da Vila e dos Julgados, incluindo o de Vermoim, antecessor territorial do Concelho de Vila Nova de Famalicão (Carvalho, 2005).

1.2 Prazos e Foros

Dentro do vasto fundo documental para o estudo da história rural do Antigo Regime, os Tombos senhoriais ocupam um lugar importante, senão indispensável [...]. Instrumento de «controlo» senhorial no Antigo Regime, não significa que, para a investigação actual, apenas seja entendido nesse sentido, estritamente jurídico.

São numerosas, quantitativa e qualitativamente as informações que podem ajudar a compreender o mundo rural de então (Fonseca, 1981).

Num contexto de gradual desenvolvimento da vida social, é compreensível a sazonal alteração da realidade patrimonial e de uso útil. Os prazos, portanto, manifestam-se não como elementos coercitivos de manutenção de um «esquema de organização tradicional» (Fonseca, 1981) imutável, mas sim um reajustamento contínuo e eventual a fim de «acabar com o prejuízo da má arrecadação dos foros» (Fonseca, 1981) antigos. São também fontes de informação para a identificação de componentes da paisagem, ordenamento do território e da ocupação humana. (Mapa 2)



Mapa 2 Brufe, paróquia e seus lugares, séc. XVIII. Representação modelo de aquilo possível reconstituir com os prazos do Senado de Barcelos e o cruzamento com as Memórias Paroquiais. [autorial @BCAS, 2023]

Esta amarra conceitual é a razão para o Senado de Barcelos recorrer a confeção de foros. A prática que podemos observar é que seriam, estes realizados de forma avulsa, em campanhas de averiguação ou visitas ordinárias. Na documentação podemos encontrar menções a uma periodicidade baseada nos 45 anos, cerca de duas gerações³, de onde todas as propriedades não visitadas desde então deveriam ser alvo de uma medição e deliberação para valor do

3 Pela disposição das conclusões de cada prazo indicar duas gerações com a tutela da propriedade e seu uso útil, julgamos haver uma correlação entre a eventual troca de «cabeças» e a nova medição e deliberação sobre o prazo.

foro. Outra possibilidade seria a troca de posse do foro ou a súplica por parte de um vizinho lesado em um «alargamento», dando início a um processo jurídico.

As campanhas que mencionamos seriam de facto expedições onde vários homens do serviço administrativo de Barcelos, em especial o Juiz-de-Fora, e o escrivão de Vila Nova apresentavam-se em sucessivos dias para a medição e deliberação das propriedades. Estas são realizadas em torno do ano 1830, 1790, 1745, etc.⁴. No corpo documental em estudo temos copiadas medições e deliberações principalmente de 1790, com algumas visitas ordinárias por questões jurídicas anteriores e posteriores, e ainda alguns prazos de 1830, no início de outra campanha de averiguação não realizada pela extinção do Senado de Barcelos (Silva, 1997) no contexto do Governo de Mouzinho da Silveira (Silveira, 1997).

Todavia, o que são os Foros? Porque eram importantes? Os Foros eram nada mais nada menos que as taxas de renda base sobre as quais o sistema senhorial depois somava outros níveis de taxação. Os Foros seriam a renda fundiária do aparato senhorial, e em específico, do Senado de Barcelos. Tendo estes uma renda anual paga em dia próprio, no dia de S. Miguel de 20 de setembro, e ainda taxas extraordinárias, como o Laudémio, ou sentenças após visitas ordinárias (Fonseca, 1981)⁵.

1.3 Escrivães e seu suporte material

É importante reforçar que a série documental em análise é uma cópia. Redigida sobre um outro corpo documental a que não temos acesso. Podemos, através das cópias, compreender que o seu conteúdo foi parcialmente mantido pois os originais expressavam os prazos do Julgado de Vermoim, logo, só terão sido retirados os prazos correspondentes às freguesias do Concelho de Vila Nova de Famalicão. Há uma prefiguração do 1.º sobre o 2.º, mas também um desmanche territorial significativo (Carvalho, 2005).

A estrutura dos tomos antecessores, do ponto de vista interno, não deverá ser outro⁶. Possivelmente, tendo sido feitos em fólios⁷ avulsos, eventualmente encadernados em tomos. A redação destes fólios seria

4 Podemos identificar esta periodicidade por conta das justificações de medição que o Juiz-de-Fora faz em c. 1790 para alguns lavradores. Alguns prazos de 1745 continuam validos por não ter sido feita qualquer averiguação em 1790 ou por visita ordinária. Infelizmente o corpo documental que deveria existir de 1745 e anterior é fragmentariamente representado nos tomos em estudo.

5 Compreendendo que no Antigo Regime há uma multiplicidade de taxas pagas por qualquer «comum» e que o conjunto da tributação seria maior, afinal ainda haveria outros níveis de prestação de contas para com a Igreja, o comércio, as ordenanças e, eventualmente, a Coroa.

6 Inferimos isto a partir das «provas» de execução explicadas e redigidas no final do tomo 7 e 8, por António Luís Pereira Carneiro da Fonseca, a fim de garantir o trabalho realizado pelo copista Manoel Brito Asêvedo.

7 Dizemos completas por a ordem das cópias expressa uma regularidade condizente com informação limitada em só um, dois, ou três fólios, não se fazendo uso extensivo da 'sobra' em branco. A segmentação parece ter sido mantida pelo copista reservando trechos irregulares em branco em seus cadernos.

responsabilidade do escrivão da cabeça do Julgado de Vermoim, residente em Vila Nova de Famalicão⁸.

Apesar das limitadas informações que temos sobre os originais e seus redatores, podemos compreender o suporte material a que o copista, escrivão da Câmara de Vila Nova de Famalicão, Manoel Brito Asêvedo, teria tido acesso e deste modo compreender os componentes dos tomos em estudo. Todavia, devemos deixar claro que em relação à ortografia há uma realidade inerente aos sete tomos que o copista copiou:

O domínio de suas regras [a ortografia] por parte do calígrafo/escrivão nem sempre era atingido devido à falta de tempo, investimento nos estudos ou deficiências dos mestres [...]. Escrever corretamente não era propriamente uma questão fixa na língua portuguesa, pois as normas eram indefinidas (Almada, 2011, p. 59-61).

Compreendemos, apesar dos limitados dados diretos, que o universo material de Manoel Brito Asêvedo seria baseado nos costumes da época. É possível identificarmos um estilo de escrita, gráfico, fruto do uso de uma caneta de aparo. As manchas da tinta e a variação de sua coloração corroboram esta possibilidade, tal qual o uso de um mata-borrão.

Devido à cronologia uma reconstituição material potencialmente indicaria o uso de uma tinta já normatizada, produzida em escala semi-industrial, e vendida em tinteiros de porcelana. Todavia disto não podemos ter certeza, pois, a variação da tinta dentro de cada unidade (a cada 50 ou 100 fólios) pode indicar uma produção doméstica, ou não normatizada. Não obstante, devido à coloração da tinta (negra – desbotada para negro-ocre) e uma menor consistência da tinta (identificável no fácil correr do traço da caneta de aparo), é possível que seja baseada em um sulfato de ferro com noz de galha ou indigo-garmim com uma adição de fosfato (que provocaria o ligeiro color de ocre póstumo pela oxidação do fosfato de um O_3P_7 → O_4P_6). Possivelmente, vendida em pó e posteriormente misturada com um solvente, água.

2. Tomos famalicenses

Como indicado, a série de tomos em estudos são aqueles contidos na PT/MVNF/CMVNF/D-B, com os números sequenciais, 1 a 8. Vale ressaltar que este fundo se destina a propriedades e posses da autarquia. São alguns dos primeiros elementos contidos neste fundo, cronologicamente. São concebidos nos anos 1850, pelo copista, escrivão de profissão, Manoel Brito Asêvedo. O primeiro tomo é mandado fazer, pelo Presidente da Câmara Municipal, em 1853. O último é concluído em 1856. Os tomos detêm cerca de 1300 copiadados do 'arquivo' do extinto Senado de Barcelos. A documentação é totalmente em português. Ordenada, internamente aos tomos, por freguesias; porém não

8 AN/TT – Memórias Paroquiais Vol. 40 Memória 321, fl. 1432

aparenta haver grande coerência intertomos. Para lá de um progresso não-linear temporal e uma «revisitação» a determinadas freguesias.

2.1 Cadernos, Folhas e Marcas

Os tomos são redigidos em cadernos, quaternos ou quinternos, estando os primeiros reservados aos dois primeiros tomos, e os demais com Quinternos. São constituídos por folhas vincadas no meio com uma uniformidade total («meia-folha» = fólio). Não há misturas. Os cadernos são recebidos pelo copista como tal, e são todos do mesmo fornecedor. Identificamos as mesmas marcas d'água em todos os cadernos, com algumas variações, como altura, posição e visibilidade⁹. São sempre concebidos, os cadernos, com folhas de 32 cm de altura por 43 por largura dobradas sequencialmente: (((+(, formando fólios, de meia folha, de 32 por 21,5 cm.

As marcas d'água estão exemplificadas nos anexos, todavia não foi possível identificar o fornecedor deste papel. Não obstante, a principal marca corresponde a uma figuração de plantas de modo geral, em específico uma flor-de-lis com acréscimos ou diferenciadores. Uma marca comum. A segunda marca é uma letra unida, apresenta um A estilizado em capital cursivo com um R projetado para a direita. Por último, identificamos a pequena palavra «rizeila.» com o ponto final (SILVA, 2015).

Corroborando a teoria de cadernos prévios é o fato dos cadernos utilizados por tomo não apresentarem quaisquer variações, do ponto de vista conceptual. As diferenças observáveis são limitadas à variação mínima do papel – por conta do processo de confeção manual – na sua grossura e à ordem das folhas. Por vezes a marca d'água apresenta-se invertida em um determinado caderno. Logo, indicando que o copista ao copiar a matéria podia virar o caderno ao avesso inconscientemente.

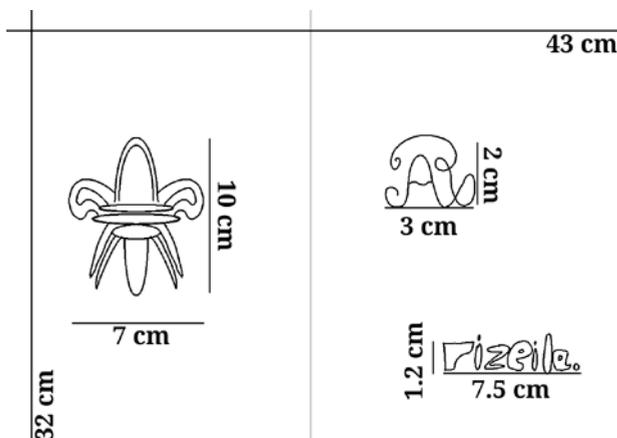


Fig. 1 Folha aberta com marcas d'água e proporções, modelo ideal [autor: @BCAS, 2023] FORA DE ESCALA

9 Ajustes frutos do processo de confeção em diferentes meses e anos.

	Tomos							
	1	2 ¹⁰	3	4 ¹¹	5	6	7	8
N.º de fólhos numerados	302	200	328	//—//	300	303	337	491
N.º de fólhos totais	304	201	329	//—//	303	305	339	494
N.º de Cadernos	38	25+13	33	//—//	30	30	34	50
Tipo de Cadernos	Quaterno	Quaterno	Quinterno	Quinterno	Quinterno	Quinterno	Quinterno	Quinterno
Material	Papel	Papel	Papel	Papel	Papel	Papel	Papel	Papel

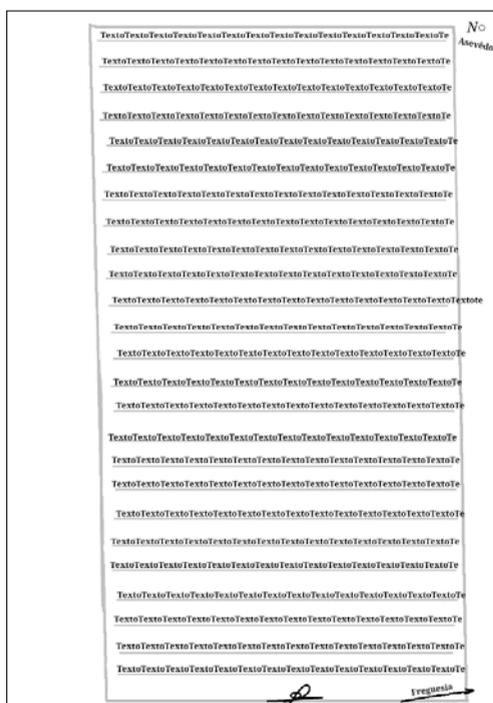


Fig. 2 Frente de um folho e sua caixa de texto, modelo 27 linhas [autoral: @BCAS, 2023] FORA DE ESCALA



Fig. 3 Frente de um folho e suas proporções, modelo ideal [autoral: @BCAS, 2023] FORA DE ESCALA

- 10 O tomo 2 apresenta uma lacuna de 100 fólhos (2-102) inicial e uma final de um número indeterminável. Apresentamos os valores reminiscentes. O número de cadernos inclui os cadernos ausentes da lacuna inicial.
- 11 O tomo 4 apresenta várias irregularidades que iremos tratar a frente.

Por fim, os cadernos podem ser segmentados em limitrofes e internos. Os últimos eram o núcleo material e não sofriam qualquer mutilação. Os primeiros (limitrofes) apresentam, em todos os tomos, uma retirada de fólios, iniciais ou finais. Ou seja, o copista iniciava o primeiro caderno com a cópia de prazos no meio do caderno (quinto [Quaterno] ou sexto [Quinterno] fólio). A primeira parte do fólio era reservada ao verso da capa, o segundo e o terceiro fólio em todos os tomos, menos no oitavo, são retirados. Devido ao estado de desgaste do 6.º tomo podemos inferir que um destes fólios, ou ambos, eram retirados para serem colados junto com o primeiro, entre o verso da capa e o primeiro fólio. O quarto fólio sobrevivia para apresentar o índice/título. O processo inverso era realizado no fim dos tomos¹², com o quinto ou sexto fólio dando espaço ao texto de conclusão, com identificação do copista, data e uso de material e os demais «cortados fora».

2.2 Paginação, Texto e Marginálias

Antes de apresentar a paginação e uma página tipo, devemos indicar dois elementos. Primeiro, a numeração era realizada no canto direito superior do fólio, frente. Esta numeração em todos os fólhos, menos no segundo, ocorre a partir do 1.º prazo copiado. É notável que o número da página deveria ser feito no final, pela diferença¹³, ocasional, entre a tinta do texto e da numeração. Ademais, abaixo de todos os números de página identificamos o apelido do copista, «Asêvedo», «Asêvd», «Asêv» e «Asêved». Uma marca possivelmente realizada numa etapa posterior, talvez junto com o índice e/ou numeração.

Segundo, como indicamos, os tomos foram parte dos primeiros registos de propriedade e posse da autarquia. Logo, é expectável uma revisitação aos mesmos a fim de identificar mudanças de proprietário ou de propriedade. Assim sendo, indicamos quatro classes de marginálias (termo genérico para notas ou comentários fora da caixa de texto), duas classes de assinaturas e uma classe de «corte». As marginálias são feitas a posteriori, todas indicam mudanças de propriedade, proprietário ou sentença.

As mais antigas são feitas até três anos após o último fólio (1859) apresentam, por norma, a compra de propriedades, tinta similar a original e pelo perfil da letra, deverá ter sido feito pelo Copista Asevêdo. No mesmo momento deverá ter sido feito a inserção do «fº», que indicava o valor do foro de cada prazo com numerais arábicos, pois, a coerência da tinta corrobora esta possibilidade. A próxima classe são marginálias em tinta azul, caneta de aparo, normalmente verticais no meio dos fólhos do início dos prazos nos anos 1860 (1867-1868) também indicando mudanças de propriedade ou proprietário. No início dos anos

12 Apesar de que no fim dos tomos, temos em metade dos tomos mais um fólio vazio após a nota de conclusão. No 7 tomo esta folha apresenta um atestado de cópia pelo responsável do arquivo do extinto Senado, confirmando a cópia de material pelo Manoel Brito Asêvedo.

13 Esta diferença em coloração e grossura, pode ser explicada também pelos eventuais danos sofridos, com maior regularidade, pelas margens da goteira dos fólhos.

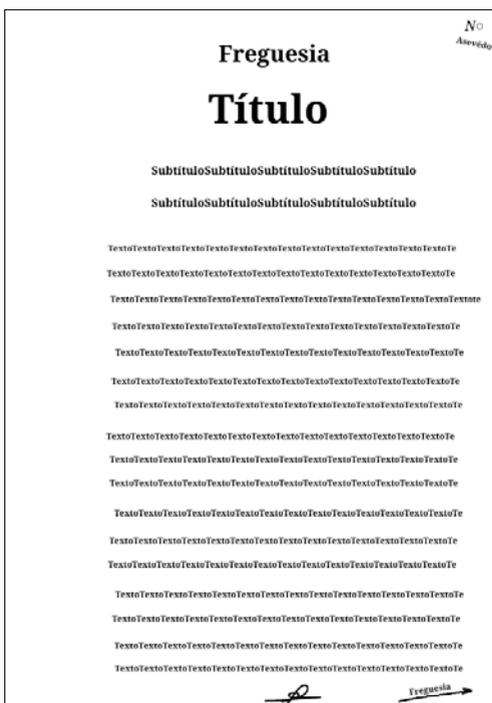


Fig. 4 Início de prazo na frente de um fólio, modelo ideal [autor: @BCAS, 2023] FORA DE ESCALA



Fig. 5 Continuação de prazo na frente de um fólio, modelo ideal [autor: @BCAS, 2023] FORA DE ESCALA

1900 até o final da década de 1920, temos marginálias em grafite, com letras similares – logo, mesmo autor – que expressam sinónimos ou alterações de propriedade ou proprietário, ou então a inexistência da propriedade no registo atual. Normalmente estão horizontalmente no cabeçalho ou na conclusão dos prazos. A última classe de marginálias são as feitas em caneta vermelha nos anos 1940, apresentam remissões e deliberações sobre propriedades e seus destinos fiscais, sendo as mais comuns.

As classes de assinaturas são na verdade sinais de verificação, de averiguação, em tinta azul ou vermelha, normalmente sobre as marginálias em vermelho. Parecem suceder a conclusão das remissões e deliberações, todavia, são incomuns (5-10 % dependendo do tomo, mais comuns nos com prazos oitocentistas). A classe de corte indica marcas em caneta vermelha, tinta similar às marginálias de 1940, que apresentam um «X» sobre a caixa de texto.

Em relação à justificação do texto podemos identificar esquemas para apagar. Notoriamente no último fólio dos tomos, aquele em que se encontrava a texto de conclusão, com identificação do copista, data e uso de material. Evidenciando-a como a última tarefa, ou das últimas, onde o cansaço e fadiga promovia um lapso de atenção ou de qualidade pela parte do copista. Logo,

concluimos que as linhas eram feitas com o auxílio de uma régua ou objeto retilíneo em grafite leve, fácil de apagar.

Assim sendo, reforçando os dados indicados pela mediação sistemática dos fólhos, a justificação do texto era realizada a partir de linhas laterais que preservavam as margens. Estas tendem a ter uma angulação de 2-4º graus, levando a uma variação de meio centímetro entre o topo do fólho e a parte inferior, genericamente. As margens internas dos fólhos tendem a aumentar e as externas diminuir pelo avançar dos tomos. Com exceção dos prazos que se iniciam no topo dos fólhos, que costumam ter um espaço entre o limite superior do fólho e o título (1, 2 ou 3 cm), os demais fólhos, onde o texto «corre», temos um espaço inferior a meio milímetro, e no limite inferior a presença de um sinal de conclusão de página reserva 1 cm entre o texto e o fim da página¹⁴. Deste modo, e tendo cada fólho 32 cm de altura por 21,0/5 cm a caixa de texto tende a ter um horizonte vertical útil de 28 cm – 29 cm, segmentada em linhas, o número destas variam, indicando a inexistência de um objeto rígido para a justificação do texto (corroborado pela angulação das margens). Alguns tomos são consistentes com 25 linhas, outros variam de 25 a 28 linhas.

2.3 Encadernação e Tomos

Em relação à ornamentação, dado o uso útil dos tomos, esta é reservada à lombada em perfil horizontal. Ou seja, os tomos eram mantidos na vertical com a lombada exposta. Esta era ornamentada com quatro linhas de dourado. Ela também continha a identificação dos tomos com o mesmo ornamento dourado. Tendo escrito: Tomo de Prazos I, II; com uma simplificação para Tomo III, etc.

As outras ornamentações ou tratos distintivos dados pelo copista são internos. A primeira é no fólho do Índice, em que este possui uma justificação distinta e uma letra mais cuidada, «apreciável». A segunda é no início de cada prazo, onde reserva-se um espaço significativo ao título e ao subtítulo, como uma magnificação das letras (ou seja, escritas em ‘tamanho’ maior do que as demais). Porém, há uma menor consistência com esta «ornamentação secundária» dos títulos, evidência da fadiga do copista.

Todavia, de quase tudo apresentado até agora há uma grande exceção do ponto de vista interno – letra e práticas de redação. O Tomo 4. Este livro é distinto dos outros. É, sem margem de dúvida, o 4.º livro, pelos cadernos utilizados deve ter sido feito em 1853-1855. Porém não apresenta nenhum dos elementos associados com as práticas de cópia de Manoel Brito Asêvedo. Internamente têm os prazos mais antigos de 1745 e anteriores. A letra é cursiva, apresenta marcas de «rasgar» o papel, associadas com o uso de penas. A ornamentação

14 Este centímetro dava espaço para que o copista indicasse qual seria a freguesia seguinte, caso um prazo tivesse sido concluído no verso de um fólho e não houvesse o início do outro. Isto, todavia, não é sistemático e frequentemente não é feito. Não há certeza na correlação com o fim de cadernos, apesar de 2/3 dos casos serem correspondentes com o fim de cadernos.

nas letras iniciais é vulgar, a tinta apresenta uma coloração desbotada de um azul-negro, e não possui identificação de copista ou índice¹⁵.

Por deter os prazos mais antigos poderá ter sido feito em paralelo com os dois/três primeiros, porém de maior demora pela dificuldade de leitura de documentação com mais de 100 anos, à época. Talvez fosse uma documentação fragmentada em diferentes maços do arquivo do extinto Senado, o que justificaria a indicação de nº de foro e identificação do prazo no subtítulo. Este contexto tornaria provável que este tomo tenha sido escrito por um outro copista, com esta função específica, não necessariamente ligada à Câmara de Famalicão, pela ausência de ordem de cópia autárquica que os demais tomos possuem. Assim sendo, há a possibilidade de ser da autoria de António Luís Pereira Carneiro da Fonseca, que atesta o trabalho de Manoel Brito Asêvedo no tomo 7 e 8. Seria António Luís Pereira Carneiro da Fonseca o responsável pelo «Arquivo» do extinto Senado, e alguns perfis de letras são similares com os parágrafos que assina no tomo 7 e 8. A familiaridade de Carneiro da Fonseca com o Arquivo que regia deverá ter-lhe permitido superar uma barreira linguística insuperável ou de difícil superação por Asevêdo.

Os tomos são integralmente compostos por cadernos unitários, estes possivelmente eram copiados sequencialmente do universo inicial de vários prazos do Extinto Senado. Todavia, os tomos devem corresponder a diferentes campanhas de cópia, que correlaciona algumas variantes entre os tomos¹⁶. Ou seja, temos o Tomo 1 e 2 como frutos da primeira campanha em 1853-1854; o Tomo 3 e 4 de uma segunda, onde o quarto terá sido um projeto colaborativo; do Tomo 5 ao 8 serão de uma última campanha.

Os maços já costurados eram depois unidos a uma estrutura rígida composta por capa, lombada e contracapa. Esta era feita de madeira fina separada por meio centímetro as dimensões do folio ideal. A lombada apresenta de 4 a 5 camadas, sendo a principal um cartão semirrígido, coberto no exterior por uma camada de couro fino, semelhante à capa e contracapa. Combinada por 3 a 4 camadas de tecido, de modo a dar resistência e maleabilidade ao tomo. Sendo unidas por cola e costura entre si e com o maço de cadernos costurados. Ali estava o principal ponto de sustentação do livro. As capas tal como as lombadas apresentam uma camada de couro fina externamente dobrada para o seu verso, onde são sobrepostas com o primeiro fólio do caderno inicial e sustentadas com cola.

Apresentam uma articulação entrepertes para a confeção de um dito tomo através de quatro linhas verticais perpendiculares feitas de cordel grosso articulando os ditos cadernos unitários de cada tomo por uma outra costura horizontal feita em linho fino que articulava o caderno com os demais.

15 O tomo possui um fólio póstumo em seu início, não está fixo ao documento, que é um índice remissivo do conteúdo interno.

16 Número de folhas por cadernos, práticas do copista, etc.

Estando a principal ligação entre o revestimento externo do tomo e seu conteúdo interno na lombada, e apesar do reforço estrutural assente nela, a sua erosão é constatada em diferentes tomos. Incluindo a sua fragmentação ou eventual inexistência. As capas tendem a manter-se na unidade de instalação, nos maços, apesar da fragmentação e destruição da lombada. Estas eram unidas aos cadernos limítrofes, todavia eram assentes no tomo por meio da lombada. A sua permanência deve ser a manutenção de uma estrutura de delimitação dos maços.

2.4 Danos e Desgastes

Após apresentar-se a estrutura geral dos tomos, suas fases de elaboração e as práticas de seus copistas é necessário expressar as alterações que os tomos vêm a sofrer. Já indicamos acima as marginais, que indicam um uso sazonal dos tomos a fim de identificar alterações de jurisdição e posse.

Os desgastes identificados nos tomos também nos permitem compreender este uso útil dos tomos. A erosão por atrito da lombada e da borda das capas indica o «puxa-empurra» que os tomos sofriam enquanto estavam em posição vertical (como o texto horizontal da lombada dita sua posição) a ser retirados ou colocados nas estantes. Uma marca comum nos tomos é na parte superior de sua lombada, inclusive a ausência da quina da lombada no tomo 8. Um dano consistente com um movimento de retirada onde um dedo estaria por dentro da lombada criando uma pressão demasiado forte sobre a dita parte. O principal das bordas das capas é na parte inferior, o que reforça sua posição vertical, e em assento, na parte posterior das capas junto às quinas. Tal facto com o desgaste na parte superior da lombada, inclusive o caso extremo do rasgo, sugere a possibilidade de os tomos terem sido conservados em prateleiras, em níveis inferiores na linha dos ombros.

Isto deve correlacionar-se com o uso útil pré-anos 1950. Após a sua transferência para uma alocação mais restrita na organização do arquivo os tomos devem ter permanecido sem intervenções por uso útil. Este momento terá levado a uma série de desgastes gerais como marcas de humidade, tratadas mais a frente, mas também a fragmentação das lombadas, inclusive pela destruição de algumas, e a erosão das capas. Dos principais danos que identificamos após o 'fim' de sua vida útil terá sido a perda de 100-150 folhas – 6-10 cadernos Quaternos – no Tomo 2.

Outro elemento comum nos tomos são marcas da presença de temperaturas significativas. A isto deve-se ao incêndio no velho Paços do Concelho nos anos 50. Este episódio provocou grande ruína nos arquivos municipais, direta ou indiretamente. Os tomos em estudo não apresentam marcas de destruição por fogo. Contudo, identificamos descolorações no verso das capas por conta de temperaturas significativas que podem ter provocado as marcas de colas que observamos. Os tomos apresentam ainda pontos de desgaste e acúmulo de fuligem na camada dos cadernos exposta entre as capas; em especial o tomo 5.

Devemos também salientar marcas de infiltração de água/humidade dentro dos cadernos. Estas incidem em vários dos tomos seguindo a parte interna dos cadernos onde a folha tem seu vinco. Diferentes fenómenos poderiam explicar este evento, provavelmente a infiltração gradual da humidade no papel deve ser a razão. Estes danos são ligeiros nos cadernos iniciais e finais, porém, os centrais tendem a ter marcas mais significativas. As principais marcas são a diluição da tinta e sua ‘borragem’, em especial, as *marginálias*. Cronologicamente falando, devem ser desgastes pós anos 1950/1960. Talvez, pela alocação temporária que os tomos tiveram após o incêndio. Em especial o tomo 6.

Conclusão

Neste lato horizonte de informações contextuais e analíticas que síntese podemos apresentar?

Selecionamos e estudamos uma série documental que podemos identificar como «Tomos de Prazos», informação fisco-administrativa representativas de uma organização societal de caráter senhorial e rentista, que permanecem importantes no contexto liberal¹⁷ (monárquico e republicano); na verdade, estudamos cópias de prazos filiados a uma estrutura organizacional que então é assumida por outra autoridade administrativa em contextos ideológicos e organização societal distintos, e os prazos continuam pertinentes corroborando a tese da refiguração territorial de Vasco de Carvalho (Carvalho, 2005);

A alteração ideológica entre o Antigo Regime e o Liberalismo coincide com mudanças nas práticas de redação dos textos, considerando que a expansão do sistema produtivo industriais de larga escala passa a disponibilizar à sociedade um novo horizonte de meios técnicos como canetas de aparo, tinta engarrafada e papel produzido em massa;

Os Tomos, então, representam não só a manutenção da importância da informação fisco-administrativa, mas também técnicas e práticas de redação do séc. XIX minhoto que permanecem em uso útil até o séc. XX, com novos comentários e marcas no conteúdo interno dos tomos;

A identificação dos danos e desgastes sofridos pelos tomos permitiu-nos, metodologicamente, compreender a realidade útil que os mesmos teriam e sua jornada pelo tempo;

Por fim, a existência do tomo 4 ímpar dos demais manifesta a convivência de técnicas e práticas de redação anteriores, identificáveis e relacionadas com o Antigo Regime que gradualmente darão lugar as novidades.

Todavia, antes de concluirmos, julgamos necessário indicar que qualquer estudo futuro desta fonte ou desta tipologia sobre o espaço de Vila Nova de Famalicão, deverá, em boa medida, incluir um inventário mais amplo, baseado, nos demais tomos de prazos do extinto senado de Barcelos existentes nos

17 Considerando que sofrem intervenções, *marginália*, até o final dos anos 1940.

concelhos liberais após o desmembramento do Ducado. Similarmente, devemos incentivar o contato comparativo com documentação desta tipologia em paraterritórios como o extinto Couto de Landim, a Casa de Pindela, e o Mosteiro Santo Tirso¹⁸.

18 Este está a ser tratado pelo colega José Araújo no contexto da dissertação de Mestrado em História na Universidade do Minho. Tendo sido apresentados resultados iniciais no VIII EIJHM – Évora «JOSÉ ARAÚJO, Posse e exploração da terra: o caso do Mosteiro de Santo Tirso entre o século XVI e 1834».

Bibliografia

- Almada, Márcia (2011) – Das artes da Pena e do Pincel: Caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII. Vol. 1. Belo Horizonte, UFMG.
- Barros, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) (2019) – Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Porto: Câmara Municipal do Porto. ISBN 978-989-54475-1-0
- Carvalho, Vasco César de (2005) – Aspetos de Vila Nova: A Justiça. vol. II. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Fonseca, Helder A. (1981) – O Senhorio de S. Marcos e a comunidade rural de vale de Azares no séc. XVIII. In Revista Portuguesa de História, 19. Coimbra.
- Nascimento, Aires; Meirinhos, José (coord.) (1997). Porto: Pública Municipal do Porto. ISBN: 972-634-089-6
- Sampaio, José de Mancelos (1932) – Recordações Históricas de Barcelos. Barcelos: Noticias de Barcelos.
- Silva, Ana Cristina Nogueira da (1998) – O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime. Lisboa: Estampa. ISBN: 972-33-1384-7
- Silveira, Luís (1997) – Território e Poder: Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal. Cascais: Patrimonia.
- Silva, Maria João Marques da (2015) – *Marcas de água: séculos XVI-XIX. Coleção Tecnicelpa*, Tecnicelpa – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Santa Maria da Feira (+1 CD-ROM).

Fontes

- AN/TT – Memórias Paroquiais Vol. 40 Memória 321, fl. 1432
- Barros, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) (2019) – Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Porto: Câmara Municipal do Porto. ISBN 978-989-54475-1-0
- Foral de Barcelos concedido em 1515 por D. Manuel I – <https://hdl.handle.net/20.500.12940/11062>.
- GOUVEA, Pedro Ribeiro de – Memórias Paroquiais de Barcelos. In SAMPAIO, José de Mancelos – Recordações Históricas de Barcelos. Barcelos: Noticias de Barcelos, 1932.
- PT/MVNF/CMVNF/D-B/1-8

3.3 Vigiar e disciplinar: o Santo Ofício no concelho de Vila Nova de Famalicão (Seiscentos e Setecentos)

→ Odete Paiva e
Beatriz Pinto

Resumo: Numa pesquisa exploratória sobre os processos do Tribunal da Inquisição relativos ao atual concelho de Vila Nova de Famalicão¹, constatamos que, ao invés de outras regiões, o seu número é reduzido. Duas mulheres foram alvo da punição deste órgão, por crimes de feitiçaria, pacto com o demónio, superstições, sendo uma delas ainda castigada por se dizer “ter o corpo aberto”. Quatro homens viram-se alvo de processos movidos pelo Santo Ofício, respetivamente, por proposições heréticas, injúrias contra o Santo Ofício, bigamia e sodomia. O desfecho destes casos foi diverso, mas todos foram punidos pelo Tribunal. O mais severamente justificado teve a pena de ser açoitado

publicamente, degredado para as galés, por cinco anos, instrução na fé católica, penitências espirituais e pagamento de custas, por ter casado segunda vez, com a primeira mulher ainda viva. Natural de Famalicão, com 40 anos, residente em Setúbal, onde era carregador de farinhas. A outra mulher foi apresentada em auto de fé e um homem acabou por ser ilibado, após um processo complexo e sobre o outro homem desconhecemos o desfecho.

Palavras-chave: Tribunal da Inquisição do Santo Ofício; Vila Nova de Famalicão; feitiçaria; bigamia; sodomia; proposições heréticas.

¹ A partir de agora, por economia de texto, passaremos a escrever Famalicão, em vez de Vila Nova de Famalicão.

Introdução

A Modernidade em Portugal viu-se associada à falta de tolerância ou mesmo rigidez do poder religioso marcado pelas decisões do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Os dogmas católicos enformavam as decisões que não se poderiam desviar da pureza do cristianismo, impregnando o tecido social, cultural e religioso.

A matriz medieval colidia com o quadro moderno, resultando antagonismos e rupturas que levaram à necessidade de uma maior definição das normas e controlo social exercido pelo Estado e pela Igreja, onde o poder do Santo Ofício passou a ter papel de relevo.

Dos crimes que faziam parte da alçada do Santo Ofício e outros considerados mistos, encontramos vários, entre os quais, a feitiçaria e a sodomia, alguns praticados pelo mesmo agente, como aconteceu com o padre António de Antas Barreto, de quem falamos mais adiante, que, de forma acintosa, era apelidado de “clérigo rabista”, protagonista do hábito da luxúria herética.

As atenções dos investigadores quando se fala sobre o Tribunal do Santo Ofício concentram-se em determinadas zonas geográficas, que não no baixo Minho. O estado da investigação demonstra que a Inquisição encontrou o seu campo de maior atuação nos crimes relacionados com a religião. O pecado do corpo e a culpabilização fizeram também parte do cenário, mormente, quando atentavam contra os sacramentos. Note-se que a Inquisição foi criada pela Santa Sé como o Tribunal Eclesiástico, para indagar, perseguir e julgar os desvios da fé. Em Portugal, a Inquisição foi fundada pelo papa Clemente VII, sob pedido do rei D. João III, pela bula “Cum ad nihil magis”, de 17 de dezembro de 1532, com privilégio de o rei escolher um inquisidor geral sancionado pelo papa.

Entre feiticeira e curandeira, a Circe de Gondifelos

De quando data a feiticeira? Respondo sem hesitar: dos tempos do desespero.

(A *feiticeira*, Michelet)



Fig. 1 A feiticeira.

Fonte: <https://libguides.exeter.ac.uk/archives/esotericism-magical-tradition>

Maria Gomes viu-se acusada por sete pessoas, entre 25 e 26 de agosto de 1734, com um processo a demorar alguns anos, sendo mandada prender pelo Santo Ofício de Coimbra, a 14 de janeiro de 1737 e, a 6 de novembro de 1738, após um longo processo, foi notificada para cumprir efetivamente a sua pena de degredo para o bispado de Viseu².

Especialista na arte das encantações e fórmulas mágicas, a feiticeira nasce linda Sibila, Cassandra pagã, e morre nas fogueiras cristãs, condenada pelas palavras que foram sua arma secreta. A feiticeira, ser dotado de palavra, vive na palavra de outros contadores de história ou inquisidores (Gaborit, Guesdon e Caporal, 1997: 348).

² *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, proc. 6975; PT/TT/TSO-IC/025/06975.*

Maria Gomes vivia em Gondifelos, embora tenha nascido na freguesia de S. Martinho das Carvalhas, Barcelos, filha de António Gomes, sapateiro, e de Isabel Gonçalves. Quando o Santo Ofício de Coimbra a mandou prender, a 14 de janeiro de 1737, uma segunda-feira, era já viúva e tudo ocorreu no maior silêncio e secretismo. Viajou até Coimbra, e a 30 de janeiro desse ano, uma quarta-feira, foi entregue, na porta da bica e cárceres da Inquisição, ao alcaide Afonso José de Oliveira, pelo familiar Francisco Monteiro de Barros. Foi revistada, encontrando-se na sua posse 3.070 réis.

Começava um episódio negro da sua vida. Viúva de Manuel Gomes, com quem casara em segundas núpcias, viveria sozinha, já em idade avançada. Era cristã-velha, mas teve os olhos e os ouvidos da Inquisição sobre ela e, tal como dispuseram os Inquisidores apostólicos, Maria Gomes foi encontrada e levada para Coimbra. Atentemos:

Os Inquisidores Apostólicos contra a herética pravidade nesta cidade de Coimbra, e seu distrito e C&.

Mandamos a qualquer Familiar ou Oficial do Santo Ofício, a que da nossa parte for apresentado que na Aldeia de Reparade, freguesia de S. Félix e St.^a Marinha de Gondifelos ou onde for achada Maria Gomes viúva de Manuel Gomes moradora na dita aldeia.

Prendais sem sequestro de bens por culpas que contra ela há neste Santo Ofício obrigatórias à prisão, e presa a bom recato com cama, e mais fato necessário para seu uso, e dinheiro para seus alimentos até quarenta mil reis trareis e entregareis debaixo de chave ao alcaide dos cárceres desta Inquisição em presença de um notário dela. E mandamos em virtude de santa obediência, e sob pena de excomunhão maior *latae sententiae*, e de quinhentos cruzados aplicados para as despesas do Santo Ofício, e de procedermos como mais nos parecer a todas as pessoas assim eclesiásticas como seculares, de qualquer grau, dignidade, condição,

e proeminência que sejam, vos não impeçam fazer o sobredito, antes sendo por vós requeridos, vos dêem todo o favor, e ajuda, mantimentos, camas, pousadas, ferros, cadeias, cavalgadas, barcos, e tudo o mais por vós, pedido, e que necessário for para bem da dita prisão, pelo preço, e estado da terra; cumpriu assim com muita cautela, e segredo, e não façais mais nada. Coimbra no Santo Ofício da Inquisição sob nossos finais, e fez dele em 14 dias do mês de janeiro de 1737 anos³.

Essa quarta-feira, 30 de janeiro de 1737, devia ter sido muito difícil, pois compareceu perante o inquisidor que estava em audiência. Identificada e admoestada para que tomasse bom conselho como o de quem confessava suas culpas, para fazer uma confissão inteira e verdadeira, sendo por ela respondido que assim o faria. Afirmou que mais de 30 anos atrás, padecendo de muitos achaques, vieram a sua casa algumas mulheres, entretanto, falecidas e também alguns homens, entre eles, um Domingo da freguesia de Outiz, outra Domingas da freguesia de Chavão e Domingos Martins da freguesia de Laúndos e, não era quem os buscava, por estar doente, aprendeu com elas a cortar o ar e a desapertar crianças. Foi-lhe dito que tomou muito bom conselho em principiar a confessar as suas culpas e devia examinar a sua consciência para fazer completa confissão, declarando também a intenção verdadeira, para descarregar a sua consciência.

Já extenuada, compareceu na manhã seguinte, na Casa do Despacho, por ordem dos inquisidores e levada pelo alcaide Afonso José de Oliveira para o cárcere.

O tempo no cativeiro parecia correr muito devagar, mas a 8 de março, uma sexta-feira, conduzida à presença do inquisidor Baltasar de Faria Vilas Boas, foram-lhe colocadas várias questões, entre elas, as relativas à sua genealogia, referindo que os avós paternos eram

3 Atualizámos a grafia.

António João e Isabel Gomes, ele de Grimanceolos e ela de Carvalhas. Maria Gomes fora casada em primeiras núpcias com Domingos Gonçalves e em segundas com Manuel Gomes. O batismo de Maria Gomes teve lugar na igreja de Carvalhas. Depois desta identificação persignou-se e disse a doutrina, a saber: o Padre-Nosso, Avé Maria, o Credo, a Salve Rainha e os mandamentos da Lei de Deus. Interrogada sobre se já tinha saído da sua freguesia, respondeu que só tinha ido ao Porto, a Braga e em romagem à Senhora da Abadia. Foi-lhe perguntado se sabia a causa por que estava presa, respondeu que entendia estar presa pelas culpas que declarara na sua confissão. Foi-lhe solicitado pelo Santo Ofício que examinasse as suas culpas, para bem da sua consciência e salvação da sua alma e “se usar com ela de misericórdia”. Por dizer que não tinha mais culpas a confessar e referir que não tivera mais alguma intenção, além da declarada, foi outra vez admoestada e mandada para o cárcere, sendo-lhe lida a sessão, com o teor da qual concordou e não assinou por não saber ler nem escrever.

Passados 8 dias, a 15 de março, outra sexta-feira difícil aconteceu. Na Casa da Audiência, estando de tarde o inquisidor Baltasar de Faria e Vilas Boas foi mandada vir. Jurou perante os Santos Evangelhos dizer a verdade. Foi-lhe perguntado se cuidara das suas culpas e as queria acabar de confessar, declarando toda a verdade e a autêntica intenção com que as cometeu. Disse que cuidara e que não tinha mais nada a declarar.

Perguntado se se lembrava que disse que costumava cortar o ar, desapertar crianças, erguer a espinhela com umas palavras que repetiu na sua confissão e se tudo isso era verdade, a ré afirmou que sim.

Interrogada se todos os que ela curava com essas palavras saravam, respondeu que não, porque ela não era santa que lhes desse saúde. Muitas pessoas achavam-se bem, porque Deus o permitia e Nossa Senhora, e algumas que

estavam tolhidas melhoravam com os lavatórios que lhes aplicava.

Questionada se os lavatórios, no seu entender, só produziriam efeito se fossem acompanhados das palavras que dizia, respondeu que sim, porque ela não teria préstimo algum sem a interferência de Nosso Senhor e da Santíssima Trindade.

Inquirida sobre quem é que lhe tinha dito que a Santíssima Trindade “se movia a fazer bem” por meio de umas palavras vãs e supersticiosas e orações que não eram aprovadas pela Igreja, disse que lhe ensinou a fé que recebeu no batismo e entendeu “que ia bem”.

Perguntada sobre se ela esperava que a Santíssima Trindade a iria favorecer nas curas que fazia, qual a razão de não o solicitar com Padre Nossos e Avé Marias e as mais orações que a Igreja aprovou, por meio das quais os bons católicos recorriam a Deus, tendo estas, qual a razão de recorrer a palavras vãs e supersticiosas, respondeu que tudo era necessário.

Interrogada se entendia correto curar “com palavras que usava”, e se ela dissera na Mesa que se confessara aos seus confessores de o fazer, logo, seria sinal de que ela reconhecia que pecava. Acrescia que, como afirmou, o seu pároco não consentia tais práticas e que houvesse benzedoras na freguesia. Tudo isso a ré sabia e continuava a entender “que não ia bem”. Acrescentou que diziam que Deus deixara remédios e que ela fazia bem ao praticar tais atos.

Questionada como é que ela, à revelia de tudo aquilo que era reconhecido pela Igreja, nas pessoas do pároco e dos confessores, continuava a achar que estava no caminho reto, afirmou que não tinha essas práticas por proibidas.

Inquirida se entendia que as suas curas não eram pecaminosas por serem do agrado do demónio, ensinadas por ele e feitas com a sua ajuda e favor, disse que não tinha contacto com o demónio nem queria nada com ele.

Pedida a sua opinião sobre as pessoas que a curaram e com quem aprendera as palavras, ações e cerimónias que fazia e como eram

comumente consideradas, respondeu que, naquela altura, estava doente e que não sabia como eram reputadas as ditas pessoas.

Perguntado se ouvira falar das pessoas com quem aprendeu a curar, bem como se se dizia ou suspeitava que as curas e benzeduras eram feitiçarias, respondeu que das mulheres com quem aprendeu “nunca ouviu presumir bem” e de Domingos Martins nunca ouviu que se tivesse em boa conta.

Decorreu algum tempo e chegou quarta-feira, 27 de março. Novamente, veio à presença da Mesa, que lhe perguntou se “cuidara em suas culpas”, tendo respondido afirmativamente. Voltou ao cárcere. Seguiu-se o dia 4 de abril, quinta-feira, e a admoestação antes da publicação das culpas. Na terça-feira, 16 de abril, os Inquisidores ordenaram que fossem declarados “os autos conclusos”.

Dez dias passados, era sexta-feira, 26 de abril, teve de voltar à Mesa. Foram vistos os autos, culpas e confissões da ré, e pareceu a todos que, pela prova de justiça e suas confissões, estava convicta no crime de fazer curas supersticiosas, talhar o ar, desapertar crianças, erguer a espinhela, com palavras e cerimónias vãs, usando de água benta, cruzes, bênçãos e orações supersticiosas, em que misturava o Santíssimo nome de Jesus, da Virgem Nossa Senhora e do Santíssimo Sacramento. Dava lavatórios de 9 ervas em cruz, do ombro direito para o pé esquerdo e do ombro esquerdo para o pé direito e de cinza de baixo para cima, lançando sortes de peneira para ver se os enfermos tinham feitiços. Dessas culpas resultava a presunção de ter feito pacto com o demónio, pelo que antes de outro despacho, devia purgar no tormento, sendo atada com segunda correia, “podendo sofrer a juízo do médico e do cirurgião” e a arbítrio dos Inquisidores. Depois de satisfeito o despacho, “se tornasse o processo a ver em Mesa”.

Quase 20 dias passados, na quarta-feira, dia 15 de maio, foi mandada vir para ver se queria acabar de confessar as suas culpas, tendo

respondido que não tinha mais que confessar. Antes do tormento, voltou a ser admoestada.

Passada cerca de uma semana, no dia 23 de maio, quinta-feira, foram vistos pela segunda vez na Mesa do Santo Ofício os autos, culpas e confissões de Maria Gomes, depois do assento da Mesa de 26 de abril. Decidiu a Mesa mandá-la para o tormento e que nele fosse atada com a segunda correia, o que foi executado sem que a ré confessasse mais. Pareceu a todos, pelos indícios que ainda resultaram contra ela, ter feito pacto com o demónio. Acordaram os Inquisidores, Ordinário e Deputados da Santa Inquisição que, vistos os autos, culpas e confissões de Maria Gomes:

Porque se mostrava que sendo cristã e batizada, e como tal obrigada a ter e crer tudo o que tem, crê e ensina a Santa Madre Igreja de Roma, e em cumprimento de seus preceitos dar com sua vida e costumes bom exemplo, e não usar de artes falsas, vãs e supersticiosas, reconhecendo a Deus Nosso Senhor por todos os bens espirituais e temporais, e não querendo nem procurando coisa alguma por intervenção e ajuda do demónio, e por meio de feitiçarias, por ser tudo em contrário de nossa santa fé católica e religião cristã.

Houve informação que ela o fizera pelo contrário, e de certo tempo a esta parte, esquecida da sua obrigação com pouco temor a Deus, e das justiças, em grande dano e prejuízo de sua alma, e escândalo do povo cristão fazia suas curas com cerimónias, bênçãos, e palavras supersticiosas de que resultava ser tida e havida, e geralmente reputada por feiteira, e por isso era procurada de muitas pessoas que padeciam de enfermidades para haver de as curar, e a umas benzina com as contas por várias partes do corpo, a outras aplicava lavatórios de cinza peneirada às avessas, dados de arrepiar cabelo, e para esse efeito fazia um sino-saimão⁴ na lareira, e nele metia os

4 Espécie de talismã formado por 2 triângulos sobrepostos.

enfermos, e algumas vezes lançava sortes com uma peneira cravando-lhe no aro uma tesoura para conhecer quem tinha [mão ?] para fazer a cura. Em certa ocasião, depois de lançar as ditas sortes, disse que uma pessoa havia de fazer a cura por ter casa aberta, que a fossem consultar, porque como nela falava o demónio certamente havia a pessoa enferma de conseguir melhoras com a cura que lhe mandasse fazer. E vendo que uma a quem tinha benzido e aplicado lavatórios não conseguia melhora, repetiu-lhe os mesmos remédios, e disse que todo aquele mal era a alma de certa pessoa que queria falar na enferma e que uns cabelos que eles acharam no lavatório que lhe aplicara, a tinham apertada, e todas as ditas cerimónias, bênçãos, sortes e aplicações acompanhava a ré com palavras, e rezas que não se percebiam, e a toda a pessoa que a consultava dizia que sim, lhe daria saúde, porém que havia de ser com obrigação de se não confessarem disso, nem a denunciarem ao Santo Ofício, porque não era pecado procurar remédio aos enfermos.

E, sendo a ré presa pelas ditas culpas nos cárceres do Santo Ofício, e na Mesa do mesmo com muita claridade admoestada da parte de Cristo Senhor nosso para que as confessasse por ser o que lhe convinha para descargo de sua consciência, salvação da sua alma e bom despacho da sua causa.

Reiterou que, de certo tempo a esta parte, por ocasião de ela padecer de muitos achaques, consultara algumas pessoas para haverem de curá-la, e delas aprendera a cortar o ar, deitando água benta em cruz, assim nos enfermos como nas casas, dizendo:

“Água benta boto em cruz, ofereço tudo ao menino Jesus: água benta boto e estes males corto em virtude do santo nome de Jesus e depois fazendo cruces no mesmo doente dizia:

“Fulano, por Jesus foste gerado, por Jesus foste nado, por Jesus sejas desencanhado. Fulano,

Deus te deu, Deus te gerou, o Santíssimo Sacramento te desencanhou e desembruxou.”

E se as pessoas estavam tolhidas dava-lhes uns suadouros de nove ervas, a saber: arruda, poejo, loureiro, alecrim, salva, absinto, funcho, aipo e mostarda, e depois lavava-os em cruz do ombro direito para o pé esquerdo, e do ombro esquerdo para o pé direito, dizendo:

“Por Jesus foste criado, por Jesus foste gerado, por Jesus sejas desencanhado e desembruxado”.

E com as mesmas palavras desapertava as crianças lavando-as em cruz debaixo para cima com água e cinza que peneirava num alguardar, e sobre ele fazia três cruces, dizendo:

“Jesus nome de Jesus. Fulano, com esta cinza do Lar sagrado, e hás-de ser desapertado, desembruxado.”

E, para saber os achaques que padeciam algumas pessoas para que era consultada, lançava sortes com uma peneira, cravando-lhe no aro uma tesoura, e pegando ela por um anel desta, e pelo outro a pessoa que queria a sorte, depois de ela ré denunciar o pacto de todos os diabos e dos feiticeiros, e feiticeiras, e tomando por sorte o nome do Santo da dita pessoa dizia:

“Com todo o poder do Santíssimo Sacramento, e com o poder dos três mistérios da Santíssima Trindade, boto esta sorte por fulano, que o Santíssimo Sacramento deslinde o seu mal, se são feitiços anda, e se não são feitiços não anda”.

E, se não andava, ia repetindo outros achaques até a dita peneira dar a volta quando nomeava algum, e então entendia que este era o achaque que padecia a pessoa enferma por quem botava a sorte.

E que também curava da espinhela untando os braços com azeite e dizendo:

“Espinhela derrubada quem te ergueria, Deus e a Virgem Maria, pelo seu poder seria⁵.”

5 Atualizámos a grafia.

Declarou que, pelos referidos modos, curara muitas pessoas e na maior parte delas conseguiu melhoras. Disse ainda que pelas curas não levava dinheiro, e as fazia já com menos frequência, porque o seu pároco advertia nas “estações” que não houvesse benzedeadas. Concluiu o seu depoimento, garantindo não ter mais culpas a confessar, estar muito arrependida, e pedindo perdão e misericórdia.

E, porque a ré nem fazia inteira confissão de suas culpas nem declarava a intenção verdadeira com que as cometera, foi examinada de novo com “muita claridade” e admoestada da parte de Cristo, para declarar toda a verdade, porque assim alcançaria a misericórdia que a “Santa Madre Igreja” costumava conceder aos bons e verdadeiros confitentes. Disse que não tinha mais culpas que confessar, nem outra intenção mais que o desejo de acudir às necessidades do próximo.

O promotor fiscal do Santo Ofício veio contra ela com libelo criminal e acusatório e a ré contestou pela matéria da sua confissão. Por não apresentar defesa, “foi dela lançada e as testemunhas da justiça por judiciais se lhe foi feita publicação de seus ditos”, conforme o estilo do Santo Ofício a que não veio com contraditas. Guardados os termos do Direito, “sua causa se processou até final conclusão”.

O que tudo visto e mais que dos autos consta e os indícios que das ditas culpas resulta contra a ré de “sentir mal da Santa Fé Católica” e ter feito pacto com o demónio, a quem se devem atribuir as superstições e sortilégios que usava, por serem os meios totalmente inadequados para os fins pretendidos.

Mandaram que a ré em pena e penitência de suas culpas fosse ao auto público da fé na forma costumada, nele ouvisse sua sentença e fizesse abjuração de leve suspeita na fé, e por tal, a declararam e a degredaram por tempo de 2 anos para o bispado de Viseu.

Teria cárcere a arbitrio dos inquisidores, seria instruída nos mistérios da fé necessários para a salvação de sua alma, cumpriria as mais

penas, penitências espirituais que lhe fossem impostas e pagaria as custas. A ré foi ao auto público de fé, que no Terreiro da cidade de Coimbra se celebrou a 30 de junho de 1737, num domingo, estando presentes os inquisidores, os ministros e oficiais, cabido, sé vacante e mais pessoas eclesiásticas seculares e regulares e gente do povo.

No dia seguinte, segunda-feira, 1 de julho, foi-lhe passado o termo de “soltura” e segredo, em Coimbra, na Casa do Despacho da Inquisição.

A 13 de julho, sábado, Maria Gomes foi a penitências. Instruída, confessada e sacramentada, ouviu da Mesa que podia ir livremente cumprir o degredo a que fora condenada. No primeiro ano, teria de se confessar pelas festas principais: Natal, Páscoa, Espírito Santo e Santa Assunção de Nossa Senhora. Rezaria nas sextas-feiras, 5 Padre Nossos e 5 Avé Marias às Chagas de Cristo e trataria com pessoas com quem pudesse aprender a doutrina católica. Se voltasse a cometer as faltas pelas quais fora punida, ou outras semelhantes, seria castigada com todo o rigor, tendo prometido cumprir sob juramento. Nesse mesmo dia, foi instruída nos mistérios da “Santa Fé Católica”, por Silvestre Aranha.

A 29 de outubro, terça-feira, foi passada uma declaração pelo médico de Famalicão Manuel Soares de Miranda, clínico aprovado pela Universidade de Coimbra, morador no Monte da Trofa, freguesia de Santo Tirso, couto de Landim, que referiu ter ido à sua presença Maria Gomes, já idosa, queixando-se de que havia dois anos que não sentia as pernas, tinha dificuldade em andar e padecia de dores nos joelhos, doença que se foi agravando, de “sorte que” não se podia pôr de pé, nem andar. Fora à presença do médico transportada num carro, afirmando que nem a cavalo se “podia ter”. Manuel Soares de Miranda declarou que a paciente “Padece de um estuportado espúrio”, que face à idade de senilidade

em que se encontrava, era quase irremediável [medicar-se?]⁶.

A 30 de outubro, quarta-feira, o abade de Gondifelos Manuel Vieira Mendes passou uma certidão em que declarava ter chegado de Coimbra a sua freguesia Maria Gomes e logo a fora confessar, achando-a na cama, administrando-lhe o Santíssimo Sacramento. Constava-lhe que andava “miserável”, por seus achaques e pela muita idade.

A 2 de outubro de 1738, quinta-feira, Inácio da Silva Peres lembrou ao Santo Ofício que haveria cerca de um ano, estando numa quinta da freguesia de Brufe, lhe fora entregue por parte de Maria Gomes uma carta do seu abade e outra do médico Manuel Soares de Miranda, que remeteu ao Santo Ofício, onde constavam alguns males de que se queixava, pedindo que lhe fosse dilatado o prazo para se apresentar no degredo em que tinha sido condenada. Na altura, Inácio da Silva Peres referiu que pensava ter alertado para “o efeito que por verdade dellas queria” Maria Gomes.

A 8 de outubro, quarta-feira, o tribunal da Inquisição solicitou ao familiar do Santo Ofício Inácio da Silva Peres que indagasse na freguesia sobre o estado de saúde de Maria Gomes, conforme o que continha a certidão passada pelo médico, isto é, se ela não podia andar, se tinha dores nos joelhos e não se conseguia deslocar para o degredo, ou se a razão teria a ver com ela persistir nas suas curas supersticiosas.

A 21 de outubro, terça-feira, foi passada uma certidão pelo padre Custódio Pereira da Costa, coadjutor de Gondifelos, que a fez a pedido do reverendo Inácio da Silva Peres, em que afirmava que Maria Gomes ia à missa conventual, andava pela freguesia e pelas circunvizinhas a pé e a pedir, sem qualquer queixa, a não ser a sua idade.

A 6 de novembro, quinta-feira, Maria Gomes foi notificada, pessoalmente, pelo

6 Manuel Francisco de Sá, escrivão de Famalicão, reconheceu a assinatura do médico.

familiar do Santo Ofício António Gonçalves Martins, residente em Cavalões, para se apresentar no prazo de 15 dias, a fim de cumprir a sua pena e, para no termo de um mês, mandar certidão ao tribunal.

Maria João feiticeira e curandeira, a Circe de Santiago de Antas

No começo a mulher é tudo.

(A *feiticeira*, Michelet)

Maria João nasceu em Santiago de Antas, admitimos que a 13 de janeiro de 1707, filha de António da Costa, lavrador, e de Maria João, unidos matrimonialmente a 22 de agosto de 1700, em Santiago de Antas. António da Costa faleceu, nessa freguesia, a 6 de março de 1714.

A 9 de agosto de 1743, foi mandada prender pelo Santo Ofício pelos crimes de curas supersticiosas, fingir-se de “corpo aberto”, [feitiçaria] e pacto com o demónio. Vivía na localidade de S. Miguel da Carreira, era solteira e cristã-velha⁷. Presa a 9 de agosto de 1743, apresentou-se em auto de fé, a 21 de junho de 1744, em Lisboa, onde ouviu a sentença. No dia seguinte, foram-lhe passados termos de segredo e, a 27 de junho desse ano, os termos de ida e penitência. Casou com José Fernandes⁸ e, nada mais sabemos de Maria João.



Fig. 2 Feitiçaria.

Fonte: O Martelo das Feiticeiras e a busca da verdade real no processo penal (canalcienciascriminais.com.br)

7 O processo transitou da inquisição de Coimbra para a de Lisboa.

8 *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, proc. 7809; PT/TT/TSO-IC/025/07809.*

António Teixeira degredado para Castro Marim no século XVII

António Teixeira nascido em Nine, havia 44 anos, morava no lugar da Isabelinha, couto de Fralães, onde tinha a sua venda. Filho de Francisco Teixeira, alfaiate, e de Maria André, de Mixões, Celorico de Basto, casado com Isabel.

Na noite de quinta-feira, 9 de abril de 1671, com condições meteorológicas difíceis (muita chuva e vento), o deputado do Santo Ofício António Gomes de Sousa e a sua comitiva constituída pelo escrivão da diligência que iam fazer, o liteireiro, o criado e o pajem pediram pousada a António Teixeira, que lha negou, apesar de se ter identificado como deputado. O facto mudou-lhe o seu curso de vida, levando a que caísse na alçada do Santo Ofício.

A 19 de novembro, quinta-feira, o Santo Ofício de Coimbra deu ordem ao familiar Jerónimo da Rocha da Fonseca, de Vila do Conde, ou a qualquer pessoa familiar do Santo Ofício para prender António Teixeira, o conduzir a Coimbra e o entregar ao alcaide da Inquisição, na presença de um notário da mesma.

A 2 de dezembro, quarta-feira, foi apresentado ao alcaide do Santo Ofício de Coimbra Manuel Quaresma pelo familiar Jerónimo da Rocha da Fonseca, de Vila do Conde.

Após o desenrolar das diversas fases do processo e, porque sendo cristão batizado e, como tal, obrigado a ter e a crer tudo o que tem, crê e ensina a Santa Madre Igreja de Roma e a tratar com grande veneração e respeito o Tribunal do Santo Ofício e os seus ministros e a não proferir contra eles palavras injuriosas e afrontosas, ele fez o contrário. Ouviu a sentença em auto público de 16 de março de 1673, quinta-feira, no Terreiro de S. Miguel, em Coimbra. Condenado na pena de degredo de 2 anos para Castro Marim e ao pagamento de custas do processo. Apresentou razões como ser pobre, viver muito distante da cidade de Coimbra, de onde nunca saiu nem conhecia pessoa alguma que o “possa fiar”, para ir cumprir a pena. Nesse dia, mandado soltar, foi informado que deveria

apresentar-se em Castro Marim no prazo de 2 meses, mandando certidão da sua apresentação nessa localidade⁹.



Fig. 3 Inquisição portuguesa.

Fonte: Sobre a Inquisição portuguesa, nos 200 anos da sua extinção | Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura (snpcultura.org)

João Moreira de Figueiredo um inocente acusado por heresia

João Moreira de Figueiredo nasceu em Famalicão, filho de Domingos Moreira, que “vivia de sua fazenda” e de Susana Fernandes de Figueiredo. Quando em 25 de abril de 1640, foi preso com sequestro dos seus bens, pela acusação de proposições heréticas, como cristão novo, tinha 32 anos, “vivia de sua fazenda”, morava em Meixedo, Viana do Castelo, casado com Dona Francisca de Mesquita, natural da freguesia de Perre, desse distrito. Condenado pelo tribunal da Inquisição de Coimbra, apresentado a auto-de-fé privado em 25 de junho de 1640. Absolvido das culpas que lhe impuseram, solto dos cárceres, foi obrigado ao pagamento das custas do processo¹⁰.

Todos cristãos velhos e com certo nível sócio-económico viram manchada a sua honrabilidade por um crime que, afinal, se veio a provar não ter sido cometido. Por “ódio”, o primo do acusado, o abade de Meixedo, padre Álvaro da Silva, tecera um enredo contra ele, cuja trama foi desvendada pelo Tribunal do

9 Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, proc. 5968; PT/TT/TSO-IC/025/05968.

10 Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, proc. 1840; PT/TT/TSO-IC/025/01840.

Santo Ofício, acabando o acusador por ser o réu, e ser condenado a degredo para Angola. Contudo, a indignação, vergonha e sofrimento estiveram presentes e João Moreira de Figueiredo (ou João Moreira) sofreu nos cárceres da Inquisição, conquanto tivesse à sua disposição meios que outros presos não possuíam.

A fama de cristão novo provinha de sua mãe, por ela ser irmã do padre António Dias, herdeiro de uma mulher de Vila do Conde com essa reputação (Bezerra, 1785-1786:121).

É interessante falarmos, ainda que sucintamente, sobre a família deste famalicense indevidamente condenado com base em depoimentos falsos. O pai de João Moreira de Figueiredo da Quinta de Santa Cristina, junto ao convento beneditino de Santo Tirso, contraíra matrimônio com Susana Fernandes, da casa do Paço de Famalicão, onde viveram, tiveram filhos e faleceram, ele a 5 de março de 1650 e ela a 25 do mesmo mês de 1646. Foram batizados em Famalicão os seguintes filhos do casal: Gaspar a 4 de novembro de 1607, Manuel a 17 de janeiro de 1610, Ângela Moreira de Figueiredo a 29 de setembro de 1610, casada a 23 de janeiro de 1639, com Belchior Correia, António a 1 de abril de 1614 e Margarida Fernandes a 28 de junho de 1629. João Moreira de Figueiredo foi capitão e, entre outros filhos, teve Luís de Mesquita Bezerra que foi familiar do Santo Ofício.

Um bigamo de Famalicão apanhado em Setúbal pela Inquisição

“O que justificava (...) a interferência do Santo Ofício nos casos de bigamia era o entendimento de que quem era bigamo poderia estar “sentindo mal do sacramento do matrimônio”. Afinal, o mesmo era considerado indissolúvel posto que fora instituído por Deus, era a representação da união espiritual entre Cristo e a Igreja, o que impossibilitava um segundo enlace matrimonial em vida do primeiro cônjuge. Desse modo, ao contraírem novas núpcias, os binubos estariam cometendo não só uma transgressão social, mas, sobretudo, religiosa, o que os

tornava “suspeitos na fé”, possíveis hereges, razão pela qual deveriam ser processados pelo Tribunal do Santo Ofício”¹¹.

Domingos Gomes¹² nasceu em Famalicão, filho natural de Jerónimo da Costa, de Santiago de Areias, moleiro, e de Maria Gomes, solteira. Casou a primeira vez, em Santiago de Antas, com Catarina Marques, filha de António Marques e de Ana Barbosa, a 18 de dezembro de 1729, segunda vez, em 1745, em Setúbal, freguesia de S. Julião, com Tomásia Maria, natural de Setúbal, ama em casa de D. Fernando de Almeida, moradores na Rua dos Caldeireiros. Teve filhos das duas uniões. Havia-se ausentado de Santiago de Antas, 10 anos atrás.

Quando a 20 de fevereiro de 1749, uma quinta-feira, o Santo Ofício o mandou prender, era carregador de trigos ou de farinhas. Entre-gue nos Estaus, em Lisboa, a 27 de fevereiro, outra quinta-feira, foi preso nos cárceres da Inquisição. Instruído o processo, a 21 de setembro de 1745, foram ouvidos os denunciante, entre eles, Francisco Rodrigues natural de Santiago de Antas, atafoneiro, casado com Antónia Maria, que morou em Lisboa e depois em Setúbal. Francisco Rodrigues soube que ainda estava viva a primeira mulher de Domingos, por falar com ela a 17 de julho de 1745. Outra testemunha foi Manuel Ferreira Rego natural de S. Pedro Fins de Ferreira, mercador de panos de linho na vila de Setúbal, inquirido a 22 de março de 1748. Começava aqui uma fase muito negra da vida de Domingos Gomes, com repercussões para toda a sua família.

A 9 de janeiro, em Famalicão, na igreja da freguesia, o notário do Santo Ofício, licenciado Domingos Fernandes Braziela, vigário de Gemunde, com o escrivão padre Luís de Araújo, de Outiz, procedeu às diligências de que o Santo Ofício o encarregou sobre Domingos Gomes.

¹¹ (Trugilho, 2010:30).

¹² *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 10623; PT/TT/TSO-IL/028/10623.*

Ouvida Catarina Marques, natural do Couto do Vimieiro, casada com Domingos Gomes, moradora em Famalicão, declarou saber por Francisco Gomes, da freguesia de Requião, haveria cerca de um ano, que o marido vivia em Setúbal. afirmou ouvir que António Lopes e seus filhos, de Famalicão, diziam que Domingos Gomes vivia nessa vila, onde estava casado, não sabendo com quem. Inquiridas outras testemunhas, asseveraram que Catarina e Domingos eram casados à face da igreja. Ouviram ainda dizer que ele se unira conjugalmente com outra mulher em Setúbal. Parecia estar a desvendar-se parte da vida dupla do marido de Catarina Marques.

Domingos Gomes, já a viver em Setúbal, casou segunda vez, nessa localidade, a 15 de abril de 1742, na igreja de S. Julião, declarando estar solteiro, ser filho de António Marques e de Maria Gomes, natural de Famalicão e morador nessa vila. A noiva era Tomásia Maria Nogueira, natural e moradora em S. Julião de Setúbal, solteira, filha de António Pereira e de Antónia Maria. Como se constata, Domingos Gomes adulterou o nome verdadeiro dos pais, bem como o seu estado civil.

Ao casar, parece ter-se esquecido que deixara a mulher em Famalicão, bem como os filhos: Custódio nascera a 15 de janeiro de 1740, em Famalicão, logo, ainda era um menino. As duas irmãs, Maria nascida a 20 de abril de 1731 e Josefa, a 14 de maio de 1736, também eram muito novas. Uma família desfeita e outra que se iniciara em 1742, sob o signo da mentira de Domingos Gomes.

A 6 de fevereiro, foi informada a Inquisição que Domingos Gomes estava preso por ser acusado de roubar 2 machos.

A 7 de fevereiro, reuniu na igreja de Santa Maria, em Setúbal, o comissário do Santo Ofício Jerónimo Afonso Botelho, prior dessa igreja, e o escrivão, o padre João Ferreira de Castro. Ouvidas as testemunhas, concluiu-se que Domingos contraíra matrimónio na igreja de S. Julião.

A 27 de fevereiro, foram vistos na Mesa da Inquisição os testemunhos e demais documentação que sustentavam ter Domingos Gomes feito vida marital, “de humas portas adentro por tempo de onze anos”, com a primeira mulher com quem teve 4 filhos, ausentando-se depois para a vila de Setúbal, onde casou com a segunda mulher e mudara os nomes dos pais no registo de matrimónio. Provado que incorrera no crime de bigamia, foi mandado prender nos cárceres da Inquisição.

A 15 de abril, o inquisidor Simão José Silveira Lobo mandou vir perante si Domingos Gomes. afirmou que haveria cerca de 20 anos, casara com Catarina Marques, em Santiago de Antas. Viera para Setúbal, não tendo quaisquer notícias da mulher, até ouvir dizer a um moço chamado António [não sabe de quê], aguadeiro em Lisboa, natural da Galiza, morador por algum tempo em Santiago de Antas, que sua mulher havia falecido. Resolveu casar segunda vez. Sem mais diligências para averiguar se era verdade, arranhou testemunhas que, a troco de dinheiro, juraram ser ele solteiro e “desembaraçado”, mudando o nome do pai. Viveu com a segunda mulher de quem teve 2 filhas. Confessou-se arrependido e ter cometido tais faltas por fragilidade humana. E, o ano de 1749 ia correndo tormentoso para Domingos Gomes que penava nos cárceres da Inquisição. Alguns dias seriam mais densos e cheios de nuvens, como veremos.

A 18 de abril, foi presente ao Inquisidor e perguntado se tinha mais a declarar, respondeu que não. Na genealogia declarou ser o pai trabalhador, natural de Paredes, termo de Barcelos, e desconhecer o nome dos avós paternos e maternos. Indicou ser batizado e não ter feito o crisma. Acrescentou que, logo que chegou aos “anos de juízo”, ouvia missa, pregação, se confessava e comungava. Foi mandado persignar e dizer a doutrina cristã. Asseverou não saber ler nem escrever, nunca se ter ausentado do reino, ter “assistido” nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra e na vila de Setúbal e que nunca fora apresentado nem preso pelo Santo Ofício.

A 30 de maio, teve lugar o exame e Domingos foi mandado acabar de confessar a verdade e dizer a intenção que tivera ao praticar os atos de que era acusado. Entre outras perguntas, foi questionado se considerava que “os sacramentos da Santa Madre Igreja foram instituídos por Cristo Senhor Nosso como instrumentos para causar graça aquelles q dignamente os recebem”. Disse que bem sabia e conhecia tudo o que se continha na pergunta. Questionado sobre se estava consciente que o sacramento do matrimónio era um dos sacramentos da Santa Madre Igreja instituídos por Cristo, respondeu afirmativamente. Interrogado se ouviu dizer que era lícito casar, estando viva a primeira mulher, disse que não.

Foi-lhe lembrado ter sido várias vezes admoestado na Mesa para que acabasse de confessar as suas culpas e a verdadeira intenção que teve ao cometê-las. O inquisidor acrescentou que podia presumir-se, conforme o Direito, que ele entendia poder casar-se segunda vez, sendo viva a primeira mulher, “sentindo por isso mal da Santa Fé Católica e da doutrina da Santa Madre Igreja”, especialmente do sacramento do matrimónio. Terminou a sessão com mais uma admoestação ao réu.

A 3 de junho, Domingos voltou à sala de audiências. Questionado, novamente, sobre ter acabado de confessar e sua intenção ao praticar o delito da bigamia, reiterou tudo o que antes dissera. Foi admoestado, mandado para o cárcere depois de lhe ser lido o conteúdo da sessão. Informado o Promotor para que apresentasse o libelo criminal acusatório contra o réu, seguiu-se a admoestação antes de ser apresentado o libelo de acusação contra o mesmo. A 18 de junho, passou-se à citação para a prova da Justiça, seguindo-se a 7 de julho, o requerimento do Promotor antes da publicação das culpas e a admoestação do réu.

A 20 de setembro, foram vistos na Mesa do Santo Ofício os autos, culpas e confissões de Domingos Gomes e pareceu a todos que ele, pela prova da justiça e pela sua confissão,

estava legitimamente convicto no crime de bigamia, portanto, determinaram que fosse ao auto público da fé e nele ouvisse a sua sentença, fizesse abjuração de leve suspeito na fé, “pela presunção que contra ele resultou de sentir mal da Santa Fé Católica”, especialmente, do sacramento do matrimónio. Fosse açoitado pelas ruas públicas de Lisboa, sem derramamento de sangue, e degredado por 5 anos para as galés de Sua Majestade, servindo ao remo, sem soldo. Decidiram que tivesse penitências espirituais, instrução ordinária e pagasse as custas do processo.

A 20 de novembro, a Mesa decretou a penitência de Domingos Gomes: no primeiro ano, deveria confessar-se nas 4 festas principais, Natal, Páscoa da Ressurreição, Espírito Santo e Assunção de Nossa Senhora; rezaria todas as sextas feiras pelas chagas de Cristo 5 Padre Nossos, 5 Avé Marias e 1 terço do Rosário de Nossa Senhora.

Foi a auto público de fé na igreja do Convento de S. Domingos, a 19 de novembro de 1749, quarta-feira. Estiveram presentes o rei D. João V, o príncipe, os infantes D. Pedro e D. António, os inquisidores e mais ministros, muita nobreza e mais povo.



Fig. 4 Um auto de fé.

Fonte: Do dogma ao auto de fé: as origens e os motivos da Inquisição na Europa – Observador

A 15 de março, apresentou um requerimento onde reportou ter sido violentado por um seu companheiro nas galés e, por temer pela sua própria vida, fugira. Arrependido, apresentou-se na Mesa e continuou o cumprimento da pena. Solicitou que, por ter morrido a sua primeira mulher (faleceu em Famalicão, a 13 de fevereiro de 1753), e lhe ficarem os filhos ao desamparo, que lhe fossem perdoados os 8 meses que lhe faltavam.

A 29 de outubro de 1754, compareceu à Mesa uma petição de Domingos Gomes para se lhe perdoar o tempo que lhe restava da pena, para poder tratar de uma filha que tinha ao desamparo.

Desconhecemos o desfecho deste caso, mas sabemos que a bigamia continuada deste carregador de farinhas, a partir do momento em que foi delatada ao Santo Ofício, lhe tornou penosa a vida. Lembramos, contudo, que a distância de casa terá facilitado a situação, iludindo a justiça civil e o Santo Ofício, porém, só temporariamente o conseguiu.

Nos estilhaços dos desvios à norma: o processo do padre António Barreto

“A inquisição portuguesa parece ter adotado a mesma estratégia dos Oficiais da Noite em Florença; ao invés de tentar acabar com uma prática tão disseminada, optou pragmaticamente pelo controle sem grandes perseguições, apesar do pico de prisões e execuções observado no século XVII. Esta repressão do século XVII deve-se provavelmente às tentativas sistemáticas de católicos e protestantes em reformar a cultura popular, aproveitando as novas facilidades de comunicação e de impressão de livros para levar as ideias de suas respectivas reformas religiosas a vários lugares. Assim, comportamentos que não se enquadram nas novas disposições deverão ser reprimidos, como a magia, as festas pagãs e a homossexualidade” (Peter Burke, 1989:258-259).

O Padre António de Antas Barreto era filho de Domingos Fernandes de Antas e de Marta Antónia Barreta, naturais e residentes em Braga, que viviam de sua fazenda. Neto paterno de Domingos Fernandes de Antas, ferreiro, e de Isabel Gonçalves, naturais e residentes em Braga, neto materno de António Rodrigues Barreto e de Ana Gonçalves naturais e residentes nessa cidade, todos já falecidos. Batizado e crismado na igreja de S. João do Souto, em Braga¹³.

Além da sodomia continuada, as testemunhas referiram que o padre não lia o breviário, não confessava, nem antes nem depois da missa, não rezava as horas canônicas, não guardava a abstinência na quaresma e “usa” de superstições e feitiçarias, trazendo para casa um ermita que escrevera um livro e, na ermida de São Vicente do Monte, em Sezures, o pôs a ler esse livro e a benzer enfermos, distribuindo pequenos pedaços de pano cru, que eram benzidos no altar, fazendo bom dinheiro. Entre as testemunhas, encontravam-se alguns padres, que ele acusou de serem seus inimigos e toda a freguesia de Sezures sabia o que se estava a passar.

O padre António de Antas Barreto confessou na Mesa do Santo Ofício vários pecados de sodomia, que se prolongaram no tempo, entre eles, o cometido com um pajem do conde da Torre, de 16 ou 17 anos, na estalagem do Corpo Santo, em Lisboa, haveria cerca de 9 anos; ainda em Lisboa, por essa altura, num outeiro junto a Nossa Senhora da Graça, com um estudante de 17 ou 18 anos. Ele foi agente e os rapazes pacientes. Quando era encomendado na igreja de S. João de Tabuaço, em 1635, no mês de janeiro ou de março, cometeu o pecado da sodomia com um estudante em Braga, que estava em sua casa e que depois foi religioso da Ordem da Trindade; com outro estudante na Rua da Cruz de Pedra, que foi depois religioso da Ordem de S. João Evangelista dos Lóios;

13 *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, proc. 4061; PT/TT/TSO-IC/025/04061.*

outra vez, com um moço numa estalagem junto a Abrantes. Invocou que o seu confessor e outros letrados teriam afirmado que, como não tinha havido penetração, não seria obrigado a confessar.

A 11 de março de 1646, em Barcelos, foram ouvidas as testemunhas, como Francisco morador no lugar de Penso. Referiu que pensava que o chamavam para ser ouvido sobre a questão da sodomia do padre. Adiantou que o mesmo praticara “molice” com um criado que se gabava e fazia pouco dele. O padre fazia-se acompanhar de um rapaz de Barcelos com quem dormia nos palheiros. Era público que uns rapazes que guardavam o gado o viram a praticar “o crime hediondo” atrás de um penedo.

A 31 de julho de 1653, veio o clérigo António Barreto, ao Oratório da Santa Inquisição, foram-lhe lidas as suas confissões, com as quais concordou. Acrescentou que levou um moço até à casa de Gonçalo Luís, seu genro, natural da mesma freguesia onde era vigário, para lhe levar um alforge com o seu fato que era pouco e, enquanto o padre esteve fora da freguesia, ficou o moço servindo em casa de seu genro e, quando veio para a sua igreja com carta de seguro, disse-lhe que despedisse o moço, o que o genro cumpriu.

A 13 de setembro de 1653, foram vistos na Mesa do Santo Ofício os autos e confissões de António de Antas Barreto. Por não ter testemunhas contra si ao tempo da sua comparecimento e ser a primeira vez que se apresentou, 2 inquisidores entenderam que devia ir degredado para o Reino do Algarve, por 4 anos. A um inquisidor e ao Promotor pareceu que, por ele ser devasso no pecado da sodomia, haver dito que não tinha que alegar contra as suas confissões e queria estar pelo castigo e penas que lhe forem determinadas, fosse degradado 5 anos para o Brasil. A certo deputado pareceu que devia ir para fora do Reino por 5 anos. A outro deputado pareceu que visto a impunidade que o Regimento e as Ordenações do Reino prometiam aos apresentados e o estilo que até à altura

havia de se não proceder contra pessoa alguma apresentada a primeira vez, quando nem antes nem depois da sua apresentação tivesse contra si testemunhas, como no caso em análise, não deveria ser degredado para fora do Reino, nem constringido a renunciar sua igreja, porquanto com esse castigo ficariam públicas suas culpas e “escarmentados” os mais para que se não apresentassem, tornando-se muito difícil descobrirem-se os culpados e atalhar-se tão abominável delito, que era o principal intento do Santo Ofício. Todos foram de opinião que o réu devia ouvir a sentença na Mesa.

A 13 de setembro de 1653, foram dados os autos por conclusos. Ouviu a sentença na Mesa do Santo Ofício. Condenado na pena de degredo por quatro anos para fora do reino e ao pagamento de custas, o réu beneficiou de algumas atenuantes, como sejam, ter-se apresentado voluntariamente e confessado.

Apesar de ouvir a sentença na mesa do Tribunal, não se apresentou para a cumprir a pena e continuou, com escândalo público, a cometer o “pecado nefando”. A 4 de fevereiro de 1654, foi mandado conduzir à cadeia de Coimbra por não se ter ido, voluntariamente, à Mesa da Inquisição, como lhe havia sido ordenado.

Os inquisidores, ordinário e deputados da Santa Inquisição que vistos os autos, culpas e confissões do padre António de Antas Barreto natural de Braga, vigário de Sezures, réu que estava presente, porque se mostrava cristão batizado, e muito mais como sacerdote e pároco, obrigado a guardar os preceitos da lei de Deus e viver limpa e honestamente, dando com uma vida e costumes bom exemplo, ele o fez pelo contrário e durante muitos anos com grande atrevimento e ousadia, pouco temor a Deus, em grande dano e prejuízo de sua alma e dos cúmplices, e escândalo dos fieis e induzido pelo demónio cometeu o abominável pecado de sodomia contra naturam, exercitando-o e consumando-o por muitas vezes em vários lugares com diversas pessoas do sexo masculino,

e tratou de o cometer e consumir com outras do mesmo sexo, sendo agente. O que tudo visto e o mais que dos autos consta, a qualidade das culpas do réu, a soltura, devassidão e perseverança em que cometia o horrendo e abominável crime¹⁴.

Foi acusado, no ano de 1655, de persistir com os seus atos sodomíticos de forma escandalosa e não se apresentar no degredo. Espelhando o que se passava com vários membros da fé católica, este sacerdote desafiou a sociedade e a Igreja, de forma continuada e persistente, abrindo a caixa de Pandora.

“A repressão da Inquisição, com seus olheiros e espiões, revelou-nos boa parte da vida homossexual de Lisboa nesses séculos, que viajou no país apesar da existência do infame tribunal. Podemos saber de suas histórias, como a do padre António de Antas Barreto, 44 anos, (...) que teve em 1652 duas cartas escritas a um amante interceptadas pela Inquisição, denunciado por um padre de ser fanchono, somítigo (sodomita) e puro agente (activo), dormindo com um moço que mandou vir de Guimarães, que certo dia apareceu com o traseiro escalavrado que nem sentar se podia. Era tão conhecido que o chamavam de frade “rabista” e os pastores o vendo passar diziam: “Guarda (proteja-se) do clérigo de S. Mamede que é fanchono e somítigo.” Torrão (2000:138).



Fig. 5 Procissão do auto de fé

Fonte: Vue de la grande Possession de Lo to da fé ou l'on voit les Criminels Jugés par l'Inquisition à Lisbonne. – Alma Mater (uc.pt)

Considerações finais

Se os atores se diferenciavam na trama social, também a nível do Tribunal do Santo Ofício parecia haver quadros distintos. Porém, o vício e o pecado permeavam a teia e os representantes do clero também apareciam com comportamentos desviantes da sua missão pastoral. A ilicitude dos seus procedimentos não se confinava ao ofício religioso, onde atos duvidosos ocorriam a coberto da posição que gozavam. O seu munus pastoral era, igualmente, afetado por displicência do sacerdote que não cumpria com os cânones religiosos a que se comprometera, como não confessar os seus paroquianos, não cumprir os preceitos quaresmais, não rezar o breviário, entre outros. O exercício da coação sobre vítimas e testemunhas acontecia, subvertendo o jogo. A sodomia, “pecado nefando”, pintava de negro o quadro social, onde clérigos de toda a ordem e de várias idades se posicionavam, muitas vezes de forma privilegiada, usando do beneplácito da sua posição, assumindo o papel de “passivo” ou “ativo” nos atos.

A feitiçaria, a magia, as beberagens, as superstições, ponteavam, tanto na população comum como entre os clérigos, conferindo-lhes mais poderes, de acordo com crenças vigentes naquele modelo de sociedade.

14 Atualizámos a grafia.

Convocamos neste xadrez de desvios as proposições heréticas, o casar estando viva a outra mulher, pecados que a Inquisição puniu colocando na balança a gravidade dos mesmos. Vigiar, castigar e dar publicidade à pena, modus operandi do Tribunal do Santo Ofício, encontrados nos autos de fé um cenário para a dissuasão, onde os condenados expressavam o seu arrependimento, pela abjuração. O açoite, com o sofrimento e a humilhação que introduziam no quadro do auto de fé, com especial relevo para as situações em que havia derramamento de sangue, chamava ainda mais a atenção de quem assistia, inculcando-lhe medo. A flagelação era dissuasora, sendo bastante aplicada nos crimes contra os sacramentos, especialmente o do matrimónio.

Referências bibliográficas

- Burke, Peter (1989). *Cultura popular na Idade Moderna. Europa, 1500-1800*. Trad. port. Companhia das Letras. São Paulo.
- Bethencourt, Francisco (1987). *O imaginário da magia: feiticeiras, saladores e nigromantes no século XVI*. Projecto Universidade Aberta. Lisboa.
- Bezerra, Manuel Gomes de Lima (1785-1786). “Os Estrangeiros no Lima ou conversações eruditas”. Real Officina da Universidade, MDCCLXXXV (1.º Tomo) e MDCCLXXXVI (2.º Tomo), Coimbra.
- Filho, Amílcar Torrão (2000). *Tribades galantes, fancho-nos militantes: homossexuais que fizeram história*. Edições GLS. s/l.
- Gaborit, Lydia, Guesdon, Yveline e Caporal, Myrian Boutrolle (1997). “As feiticeiras”, in Brunell, Pierre (Org.). *Dicionário de mitos literários*. UnB/José Olympio Editora. Rio de Janeiro.
- Lipiner, E. (1977). *Santa inquisição: terror e linguagem*. Documentário. Rio de Janeiro.
- Michelet, Jules (1862). *La Sorcière*. E. Dentu Libraire-Editeur. Paris. Disponível digitalmente.
- Murakawa, C. A. A. (1991). *Inquisição portuguesa: vocabulário do direito penal substantivo e adjetivo*. Tese de doutoramento em Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- Trugilho, Michelle (2010). “Transgressores do matrimônio: a bigamia através da ótica inquisitorial”. Atas do 4.º Encontro Regional da ANPUH-Rio, *Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro. pp. 20 – 38.

3.4 O Dote «Condessa de Azevedo» e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão

→ Paula Costa

Resumo: Ao longo dos séculos, as Misericórdias tiveram a preocupação de apoiar os mais necessitados, contando, para isso, com o apoio de benfeitores particulares. Nos seus testamentos, os benfeitores, contemplavam os pobres e necessitados através de doações monetárias e de vários legados, alguns com a finalidade de apoiar jovens órfãs pobres para se casarem. Estas doações eram feitas a instituições caritativas para estas as gerirem e distribuírem através de dotes. Os benfeitores legatários pretendiam apoiar a saída da pobreza, mas também prevenir a indigência moral das jovens, uma vez que para concorrer ao dote, teriam de demonstrar um comportamento sem qualquer desvio moral até ao seu casamento.

Este trabalho pretende realçar o importante papel da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão na atribuição do Dote «Condessa de Azevedo» às órfãs do concelho, durante várias décadas, desde 1889 a 1973, instituído pela benemérita Maria José Carneiro da Grã Magriço, Condessa de Azevedo.

Palavras-chave: Condessa de Azevedo; Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão; Dotes de casamento.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo salientar o importante papel da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão na atribuição do Dote «Condessa de Azevedo» a mulheres órfãs, do concelho de Vila Nova de Famalicão, durante várias décadas, de 1889 a 1973, instituído pela benemérita Maria José Carneiro da Grã Magriço, Condessa de Azevedo.

A recolha dos dados apresentados foi realizada através dos documentos do arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão (SCMVNF), assim como consultados documentos do Fundo Local da Biblioteca Municipal.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão, também denominada por Santa Casa, foi instituída a 2 de março de 1874, com aprovação do 1º compromisso no mesmo dia. A primeira Mesa Regedora foi eleita a 15 de março de 1874, por uma assembleia eleitoral constituída por 34 irmãos, sendo o seu primeiro Provedor Francisco Ignácio Tinoco de Sousa. Segundo o *Compromisso* (2019) tem como fim “a prática das Catorze Obras da Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos o que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs”.

Desde a sua fundação contou com a ajuda de beneméritos na sua missão, tanto de famalicenses residentes como de emigrantes brasileiros, mas também de beneméritos de outras localidades. Em 1874, figuravam como *Irmãos* da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão personalidades de relevo, com destaque para Camilo Castelo Branco, Visconde de Azevedo, Visconde de Margaride, Visconde de S. Lázaro, Baronesa de Gamboa, entre outros.

Os beneméritos não esqueciam o apoio monetário nos seus testamentos, delegando na Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de

Famalicão a gestão e distribuição destes legados. Uma parte destes legados foram entregues com a obrigação de custear o seu funeral, de rezar missas por sua alma e de familiares, construção e conservação de jazigos, outros apenas com a finalidade de apoiar na pobreza, como é o caso do legado da Condessa de Azevedo.

1. Apresentação dos Condes de Azevedo

Sucintamente, apresentam-se os Condes de Azevedo que se destacaram na história de Vila Nova de Famalicão, pelas manifestações de intervenção de cariz social e as ligações à Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão. Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca de Barbosa Pinheiro Pereira e Sá Coelho, Visconde e o 1º Conde de Azevedo (fig. 1), nasceu a 21 de novembro de 1809 e faleceu, no Porto, a 25 de dezembro de 1876. Filho de António Martinho Velho de Barbosa da Fonseca Sousa e Castro e Maria Emilia Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá. Foi o 29º Senhor da Casa-solar e donatário da vila e couto de Azevedo; 21º senhor do morgado dos Coelhoos de Vila de Souto de Riba-Homem, 14º senhor dos antigos coutos de Mazarefes, Castro, Paradela e seus padroados; 13º senhor do morgado de Pouve, solar dos Pinheiros de Barcelos, sucessor da sua mãe e o 22º senhor da Casa do Paço, solar de Marrancos, pela sucessão do seu pai (Zúquete, 1960, p. 361).

Exerceu diversas atividades, entre elas foi político, genealogista e bibliófilo, e nas palavras de Zúquete (1960) foi “senhor de vasta cultura e de uma excelente biblioteca, foi tal o seu amor às obras antigas que algumas foram reeditadas numa tipografia que instalou no seu solar” (p. 361), tendo escrito diversos livros em prosa, poesia e artigos de apreciação crítica.

Foi grande amigo do escritor Camilo Castelo Branco, com o qual manteve assídua correspondência, tendo este referenciado o seu nome em várias obras, com destaque para o seu livro *Narcóticos* com o texto intitulado *O Conde*

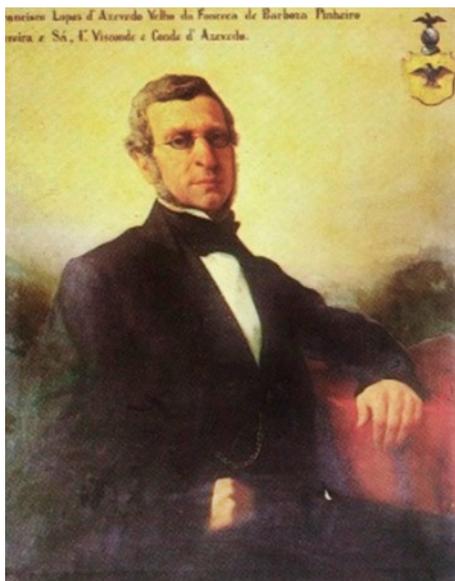


Fig. 1 Pintura de Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca de Barbosa Pinheiro Pereira.

Fonte: Wikipédia, por Pintor não identificado, domínio público.

de Azevedo onde refere que “o Conde de Azevedo tinha tão boa alma que podia deixar de ser católico apostólico romano” (Castelo Branco, 1882, p. 149).

Em 1827, casou com Maria José Carneiro da Grã Magriço, herdeira universal dos Carneiros da Grã Magriço e dos Coelho Duarte (Zúquete, 1960, p. 362).

Francisco Fonseca numa carta, datada de 16 de junho de 1876, dirigida a José de Azevedo e Menezes, marido da sua sobrinha e herdeira Maria Júlia Bourbon e Menezes, quando nasceu o terceiro filho destes (Luís de Gonzaga Cardoso de Menezes Pinheiro), felicita-o pelo nascimento e faz uma confidência acerca da sua esposa “...a tia dizia que seria Madrinha de uma Menina, que ella desejava muito que a Júlia tivesse, contudo creio bem que também o seja do rapaz”¹. Facto que se viria a concretizar, no

1 Carta. Arquivo Municipal de V.N. de Famalicão. Código de referência PT/MVNF/JAM/A/0067/ 000002.

dia 26 de junho de 1876, no batizado, em Vila do Conde, sendo madrinha juntamente com o avô paterno que se fez representar por Maria da Conceição Menezes².

Na Sessão de 24 de agosto de 1874, da Mesa Regedora da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão ficou registado que o Visconde de Azevedo ofereceu a quantia de vinte mil réis para as obras do novo Hospital, motivo pelo qual foi considerado *Irmão Honorário* da SCMVNF. Em 1875, no *Livro N° 1 (Esmolas), doações, legados e donativos*, refere, novamente, um donativo de quatro mil e quinhentos réis³.

Por disposição testamentária, nomeou por herdeiras as suas sobrinhas, Maria Cândida de Azevedo Falcão Cota de Bourbon e Menezes e Maria Júlia do Patrocínio Falcão Cota de Bourbon e Menezes⁴.

Em 1876, pouco antes de falecer, foi elevado a Conde, por Decreto de 23 de novembro. (Zúquete, 1960, p. 362).

Maria José Carneiro da Grã Magriço (fig. 2), filha de José Carneiro da Grã Magriço e de Francisca Henriqueta Coelho Fiúza Ferreira Marinho Falcão Sotomaior, nasceu a 6 de agosto de 1804, na Póvoa de Varzim, na Casa dos Carneiros. (Ferreira, 2017, p. 205). Como já referido, casou com o 1º Conde de Azevedo em 1827. Faleceu a 3 de janeiro de 1886, sem descendentes diretos. No testamento dispôs que o seu corpo fosse envolto num hábito de Santa Teresa (de Ávila), encerrado em caixão de chumbo e sepultado no jazigo de família, na freguesia de Balazar. Contrariamente ao seu desejo, por decisão da Autoridade Administrativa do Porto, Maria José foi sepultada junto do seu marido (Ferreira, 2017, pp. 205-206).

2 Registos de Batismos. Arquivo Distrital do Porto. Código de referência PT-ADPRT-PRQ-PVCD28-001-0024_m0014.

3 Arquivo da SCMVNF.

4 Registo do testamento com que faleceu Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca, Conde de Azevedo. Arquivo Municipal do Porto. Código de referência PT-CMP-AM/PUB/ABOR/8/RT11387.

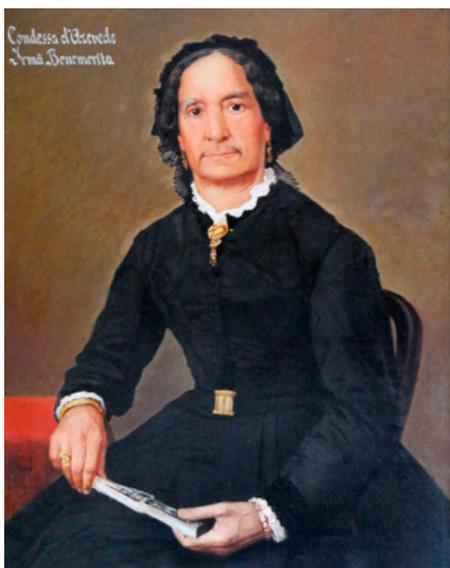


Fig. 2 Pintura de Maria José Carneiro da Grã Magriço.
 Fonte: <https://www.misericordia-santotirso.org/instituicao/benemeritos/>

2. O Legado da Condessa de Azevedo à Misericórdia de Vila Nova de Famalicão

A ligação da condessa de Azevedo com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão iniciou-se em abril de 1877, com a atribuição da categoria de *Irmão Honorário*, pela doação que fez de vinte mil réis.

No seu testamento⁵, por diversas disposições, deixou importantes legados a várias instituições caritativas e um avultado valor monetário para ser distribuído pelos *pobres* e *miseráveis* de diversas freguesias. Esta personalidade considerava, que os pobres não eram apenas os mendigos, mas qualquer pessoa necessitada.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão foi contemplada com um legado

⁵ Registo do testamento com que faleceu Maria José Carneiro da Gran Magriço da Fonseca, Condessa de Azevedo, proprietária. Arquivo Municipal do Porto. Código de referência PT-CMP-AM/PUB/ABOR/8/RT14439.

especial no valor de dois contos e quinhentos mil réis, com a obrigação anual de atribuir um dote de casamento no valor de 75\$000 réis a uma órfã do concelho, de honesta vida e bons costumes, preferencialmente órfã de pai e de mãe. Caso não houvesse concorrentes, no ano seguinte seriam distribuídos dois dotes. Ao fim de dois anos, não havendo concorrentes, o valor seria empregue em vestuário aos pobres (fig. 3).

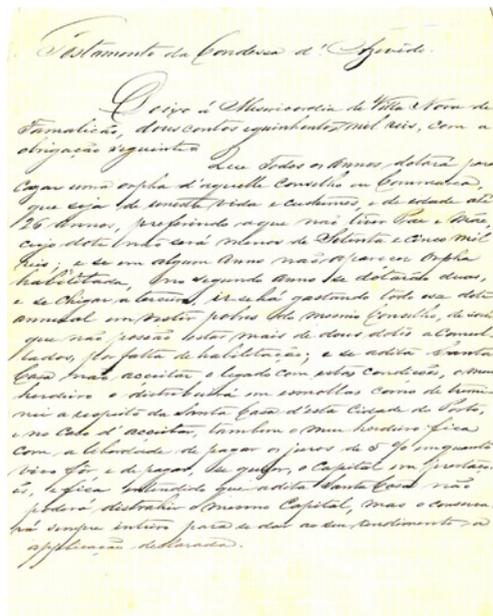


Fig. 3 Cópia do testamento, parte referente à Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão.
 Fonte: Arquivo da SCMVNF.

Este legado foi registado no cartório do Bairro Oriental do Porto, ficando a SCMVNF com a obrigação trianual de apresentação do comprovativo de entrega do Dote «Condessa de Azevedo»⁶.

Um dote de 75\$000 réis, era um valor considerável para a época. Verifica-se no *Minho Pitoresco* (Vieira, 1887) o preço de alguns produtos, em Vila Nova de Famalicão: “os géneros de produção agrícola e outros, vendem-se nos

⁶ Encargos Pios, fl. 12. Arquivo da SCMVNF.

seus mercados semanaes das quartas feiras, extremamente concorridos, pelos seguintes preços médios:

Milho alvo (decalitro)	245
Centeio (decalitro)	259
Milhão branco (decalitro)	245
Milhão amarello (decalitro)	235
Feijão branco (decalitro)	414
Feijão vermelho (decalitro)	440
Batatas (decalitro)	200
Carne de porco (arroba)	4\$800
Cebola (um cabo)	50
Coelho (um)	160
Laranjas (cento)	500
Vinho (decalitro).....	300".

Tendo em conta os valores referenciados em réis com o valor do dote, a noiva-mulher a quem foi concedido o dote, não teria dificuldades na compra de alimentos.

Como reconhecimento, a SCMVNF instituiu rezar duas missas pela alma da Condessa de Azevedo, decisão tomada na Sessão de 10 de janeiro de 1886: *“Mais disse o Provedor que era sabido – pelos jornaes, – que esta Santa Casa acabava de ser contemplada pela Exma Condessa d’Azevedo, com um importante legado no testamento com que tinha fallecido, comprindo por isso que a Irmandade d’esta Santa Casa dignificasse d’alguma forma desde já o seu reconhecimento pelo alusivo beneficio, pelo que foi rezolvido, sobre proposta de mim o Alpoim escrivão, que se mandassem rezar no dia dezasseis do corrente mez pelas dez horas da manhã – na Capella de Nossa Senhora da Lapa – duas missas para as quaes seria convidada por annuncio toda a Irmandade, isto sem prejuizo do acto mais solemne com que mais tarde – a Irmandade deva sufragar aquella benfeitora por alma da qual serião applicadas as ditas duas missas”*⁷.

⁷ Livro de Actas das Sessões da Mesa Regedora N° 2 (2 janeiro 1883-7 março 1886), fl. 95. Arquivo SCMVNF.

A Mesa Regedora da SCMVNF, na sessão extraordinária de 18 de dezembro de 1887, informou a entrega do legado da Condessa de Azevedo, pelo herdeiro Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotomaior, casado com a sobrinha da Condessa, Maria Cândida Azevedo Falcão Cota de Bourbon e Menezes, sua herdeira universal, *“...Pelo Senhor Provedor foi dito: – que convocara a presente sessão extraordinária para dar conta à mesa de que fora providenciado pelo excellentissimo Francisco Barbosa, herdeiro da excelentissima finada Dona Maria José Carneiro da Gran Magriço da Fonseca, Condessa de Azevedo, viuva que ficou do Conde do mesmo titulo, para se mandar no dia vinte e três do corrente fassa devidamente habilitada, à Povia de Varzim, afim de receber d’elle o legado de dois contos e quinhentos mil reis, por ella deixados a esta Santa Casa”*⁸.

O dote «Condessa de Azevedo»

A SCMVNF fez uma grande divulgação deste dote a que apelidou «Condessa de Azevedo», no sentido de atingir um maior número de pessoas, instituindo um concurso para atribuição do dote de casamento, através do envio de um edital à imprensa famalicense (fig. 4) e de uma circular (fig. 5), acompanhada do mesmo edital (fig. 6), aos párocos das diversas freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão, para ser afixado na porta da igreja. As candidatas ao dote tinham trinta dias, após a publicação do edital, para apresentar na secretaria da Santa Casa, os respetivos requerimentos.

⁸ Livro de Actas das Sessões da Mesa Regedora N° 3 (24 março 1886-24 maio 1896), fls. 44-45. Arquivo SCMVNF

2 reis em cada melancia, melão, repolho ou saboia.
1500 reis em cada carro de lonça de barro vidrado ou não vidrado, incluindo a denominada fina.
3 reis em cada kilograma da mesma lonça que venha conduzida por modo diferente d'aquelle.
10 reis em cada litro de petróleo.
20 reis em cada kilograma de steatina.

A base da licitação é de 6:800\$000 reis.

As condições acham-se patentes na secretaria da Camara Municipal para quem as quiser examinar.

E para constar mandei affixar o presente e outros de igual teor neste concelho e limlrofes.

Paços do concelho de Villa Nova de Famalicao, 19 de novembro de 1904.

O presidente
João Elycio Gonçalves Cordeira.

Fimdo o prazo referido não serão admitidos mais requerimentos, e ficam com direito ao dote de que se trata a requerente que, das classificadas, apresentar documento legal de se haver casado dentro do prazo de tres mezes a contar da classificação, cuja classificação lhe será communicada, pois que só depois de apresentarem esse documento é que se lhe fara entrega do mencionado dote mediante recibo em forma legal passado no respectivo mandado.

Secretaria da Santa Casa da Misericordia de Villa Nova de Famalicao, 25 de Novembro de 1904.

O PROVIDOR,
Barão de Joazeiro.

EDITAL

A Meza Regedora da Irmandade e Santa Casa da Misericordia de Villa Nova de Famalicao:

Tendo de dar cumprimento á disposiçao testamentaria da sua finada benfeitora a Condessa de Azevedo, pela qual lhe foi imposta obrigação annual de dotar, para casar, uma orphã d'este concelho ou comarca de Villa Nova de Famalicao, que seja de honesta vida e costumes, e de idade até 26 annos, preferindo a que não tiver pai nem mãe, cujo dote não será menos de 75\$000 reis:

Faz saber que tem um dote para distribuir e que as pretendentes que se acharem nas condições expostas deverão apresentar os seus requerimentos na Secretaria da mesma Santa Casa, dentro do prazo de 30 dias, a contar de hoje, 25 do corrente mez de Novembro, desde as 9 horas da manhã até ás 3 da tarde, instruidos com os documentos seguintes, devidamente reconhecidos, a saber:

- 1.º—Certidão de baptismo pela qual provem que não leem mais de 26 annos;
- 2.º—Certidões d'obito de pai e mãe se ambos forem fallecidos ou d'aquelle que o fôr;
- 3.º—Attestados do parochio, do regedor e da Junta de Parochia da sua freguezia pelos quaes provem a sua honestidade de vida e costumes.

Fig. 4 O Regenerator, Ano 6, Nº 266, 4 de dezembro de 1904, p. 3.
Fonte: Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

114

Ill.^m e Reed.^m Ssr.

Desjando que se torne publico quanto ser possa o contendo do Edital que esta acompanha, rou rogar a V. S.^a o especial obsequio de o fazer conhecido pelo modo que julgar mais conveniente e de o fazer affixar na porta da igreja parochial da freguezia que V. S.^a tão dignamente pastoreia.

Se a V. S.^a não fôr penoso communicar-me a sua recepção, publicação e affixação, rogo-lhe fazê-lo, ficando V. S.^a certo do agradecimento que desde já, em nome da corporação que represento lhe é tributado.

Deus Guarde a V. S.^a

Secretaria da Irmandade da Santa Casa da Misericordia de Villa Nova de Famalicao, 14 de Novembro de 1895.

Ill.^m e Reed.^m Ssr. Parochio da freguezia de *Famalicao*.

O PROVIDOR,
Carlos João de Sá

Fig. 5 Circular ao Pároco da Freguesia de Famalicao, 14 de novembro de 1895.
Fonte: Copiador de Correspondência, fl. 95. Arquivo da SCMVNF.

EDITAL

A Meza Regedora da Irmandade e Santa Casa da Misericordia de Villa Nova de Famalicao:

Tendo de dar cumprimento á disposiçao testamentaria da sua finada benfeitora a Condessa de Azevedo, pela qual lhe foi imposta obrigação annual de dotar, para casar, uma orphã d'este concelho ou comarca de Villa Nova de Famalicao, que seja de honesta vida e costumes, e de idade até 26 annos, preferindo a que não tiver pai nem mãe, cujo dote não será menos de 75\$000 rs.;

Faz saber que tem um dote para distribuir e que as pretendentes que se acharem nas condições expostas deverão apresentar os seus requerimentos na secretaria da mesma Santa Casa, dentro do prazo de 30 dias, a contar do dia 27 do corrente mez de novembro, desde as 9 horas da manhã até ás 3 da tarde, instruidos com os documentos seguintes, devidamente reconhecidos, a saber:

- 1.º—Certidão de baptismo pela qual provem que não leem mais de 26 annos de idade;
- 2.º—Certidões d'obito de pai e mãe se ambos forem fallecidos ou d'aquelle que o fôr;
- 3.º—Attestado do parochio, do regedor e da Junta de Parochia da sua freguezia pelos quaes provem a sua honestidade de vida e costumes.

Fimdo o prazo referido não serão admitidos mais requerimentos, e ficam com direito ao dote de que se trata as requerentes que, das classificadas, apresentarem documento legal de se haverem casado dentro do prazo de tres mezes a contar da classificação, cuja classificação lhes será communicada, pois que só depois de apresentarem esse documento é que se lhes fara entrega do mencionado dote mediante recibo em forma legal passado no respectivo mandado.

Secretaria da Santa Casa da Misericordia de Villa Nova de Famalicao 14 de novembro de 1895.

O PROVIDOR,
Carlos João de Sá

Fig. 6 Edital, 14 de novembro de 1895.
Fonte: Copiador de Correspondência, fl. 95. Arquivo da SCMVNF.

Para se habilitarem ao dote, as mulheres órfãs tinham de apresentar vários documentos, registados no notário: um requerimento ao concurso, um atestado de pobreza e bom comportamento do pároco da freguesia, da Junta de Paróquia e do Regedor, uma certidão de batismo para comprovar que tinham idade inferior a 26 anos e uma certidão de óbito dos pais. Por exemplo, pode observar-se nas fig. 7 a 17, o processo de Carolina da Rocha Pinheiro, com 22 anos, da freguesia de Lagoa, que correu em 1895.

reis legados da buel...
 e fuzido, Carolina da Rocha Pinheiro solteira
 de vinte e dois annos de idade cõpula de Pais e Mãe
 natural e residente no freguesia de Lagoa desta
 Comarca acompanhada de seus documentos que tem
 e requerimento em seguida em juro e que por
 constar e embasamento da minha regedoria desta
 Junta aqui por autorem Ecco Juro Juro
 Pontes de Carmalho e laborar e
 occipio.
 Juro Juro Pontes de Carmalho

Fig. 8

N.º 1.º
 1895
 J.º Carmalho
 St.º Cõpula da ellegeriã do d.º de Pontes de Carmalho
 Concurso ao dote de 15.000 reis
 Concorrente
 Carolina da Rocha Pinheiro
 cõpula
 e
 Pai e Mãe
 Etade 22 annos
 Natural da freguesia de Lagoa
 da mesma freguesia residente
 Aos dias de mes de dezembro de anno
 de mil e novecentos e noventa e cinco nesta Villa
 de Ponta da Moura a deslaxar em tanta lya de
 ellegeriã me foi apresentado e requerimento
 da concorrente ao dote de quinze e cinco mil

Fig. 7 a 17 Processo de candidatura ao dote de casamento de Carolina da Rocha Pinheiro, em 1895.

Fonte: Pasta «Condessa de Azevedo». Arquivo da SCMVNF.

2
 E. M.º J.º Carmalho
 Ex.º Senhores
 Carolina da Rocha Pinheiro, solteira, de maior
 idade, natural e moradora nesta freguesia de La-
 goa, concetta e filha cõpula de Francisco da Rocha Pinheiro e Maria
 da freguesia, já fallecida, muito pobre, e sua qua-
 lidade õrphã de pai e mãe, como prova com
 os documentos justos, de seja, com o fim de con-
 trahir matrimonio, já justo e contratado, ser
 contemplada com o dote de setenta e cinco milreis
 que a Santa Casa da Misericórdia, desta Comarca
 tem de cumprir, segundo a disposição testamenta-
 ria da sua finada, bem petersa, a Condessa de Au-
 mel, e parisse.
 P.º a V.ºza.ºza.ºza a graça
 de ser attendida, como o
 pertence e l'õ de justiça.
 E. B. M.ºce
 Lagoa, 9 de Dezembro de 1895 e cinco.
 Pela supp.ºza do Notario Sebastião Juri Fernandes.

Fig. 9

No primeiro concurso de atribuição do dote de casamento «Condessa de Azevedo» concorreram Camila do Carmo e Silva de Vila Nova e Miquelina Rosa da Silva, natural de Calendário, residente na Rua Direita e Joaquina Rosa Correia, da freguesia de Mogege. A Mesa da Santa Casa invalidou a primeira e a última concorrente por falta de documentos. O dote foi, então, entregue a Miquelina Rosa Correia, também conhecida por Miquelina Rosa da Silva, filha de António Joaquim da Silva e de Teresa da Conceição, já falecidos.

No quadro 1, observa-se o número de concorrentes ao concurso para atribuição do dote «Condessa de Azevedo», de 1889 a 1925⁹, o nome das concorrentes, a idade e o local de residência a quem foi atribuído. Estes dados foram retirados dos *Livros de Actas da Mesa Regedora do N° 3 (1886 – 1896)* ao N° 5 (1907-1926) e do *Copiador de Correspondência (1880-1913)*, do Arquivo da SCMVNF.

⁹ A partir de 1925 as referências ao dote são muito escassas.

Quadro 1 – Atribuição do dote «Condessa de Azevedo» de 1889 a 1925

Ano	Concorrentes ao dote	Atribuição do dote	Idade	Local de residência
1889	3 concorrentes	Miquelina Rosa Correia		V.N. de Famalicão
1890	Sem concorrentes			
1891	2 concorrentes	Maria Rosa; Firmina de Sousa Reis		Vermoim; Calendário
1892	2 concorrentes	Margarida Rosa da Costa	24 anos	Esmeriz
1893	1 concorrente	Maria Rosa de Freitas	25 anos	Antas
1894	3 concorrentes	Ana Alves de Sá		Lagoa
1895	4 concorrentes	Maria Ferreira	23 anos	Joane
1896	2 concorrentes	Carolina da Rocha Pinheiro	22 anos	Lagoa
1897	2 concorrentes	Balbina da Silva	19 anos	P. de Saramagos
1898	4 concorrentes	Maria Rosa de Oliveira (selecionada por ser a mais velha)		Antas
1899	4 concorrentes	Balbina Martins de Carvalho	22 anos	Brufe
1900	2 concorrentes	Teresa Ferreira	18 anos	P. de Saramagos
1901	2 concorrentes	Maria de Almeida		Vil. das Cambas
1902	1 concorrente	Maria Rosa dos Santos		Avidos
1903	1 concorrente	Felizarda Maria Moreira	25 anos	Esmeriz
1904	1 concorrente	Maria da Silva Mesquita		P. de Saramagos

Ano	Concorrentes ao dote	Atribuição do dote	Idade	Local de residência
1905	2 concorrentes	Maria da Silva Oliveira		Arnoso S. Eulália
1906	Sem concorrentes			
1907	3 concorrentes Várias concorrentes, mas apenas foram apresentados três processos	Emília Pinheiro da Costa; Balbina de Araújo Miranda	25 anos 25 anos	Gavião; Gondifelos
1908	1 concorrente	Ana Ferreira Lopes (perdeu o direito ao dote por não se ter casado no prazo estipulado, ficando o dote para ano seguinte)		Telhado
1909	5 concorrentes	Ana Ferreira Lopes Ana da Silva Duarte		Vale S. Cosme; Jesufrei
1910,1912, 1913, 1916	Sem referências			
1911	1 concorrente	Gracinda Fernandes da Silva		Abade de Vermoim
1914	1 concorrente	Gracinda Fernandes de Barros		Calendário
1915	3 concorrentes	Adelaide de Oliveira Leitão		Calendário
1917	2 concorrentes	Júlia da Silva Oliveira	25 anos	Brufe
1918	1 concorrente	Francelina da Fonseca Lopes (perdeu o direito ao dote por não se ter casado no prazo estipulado, ficando o dote para ano seguinte)		Landim
1919	2 concorrentes	Palmira Alves de Pinho Angelina Rosa de Jesus	22 anos 21 anos	Calendário; Calendário
1920	Sem concorrentes			
1921	1 concorrente	Antónia de Faria Martins (a importância do segundo dote foi distribuída pelos pobres)		V.N. de Famalicao
1922	Sem concorrentes			
1923	2 concorrentes	Joaquina da Silva Vilar Laurinda Pereira		V.N. de Famalicao; Brufe
1924	Sem concorrentes			
1925	1 concorrente	Maria Alves da Silva		Antas

A Santa Casa da Misericórdia delegou nos regedores das freguesias a responsabilidade de informarem as concorrentes sobre a atribuição do dote, como por exemplo, no ano de 1909, em que foram entregues dois dotes: “Nº 5 Exmo Snr. Regedor da freguesia de S. Cosme do Valle. Tendo a Mesa Regedora da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia d’esta villa e da minha freguesia e da minha presidencia, adjudicado à concorrente Ana Ferreira Lopes, d’essa freguesia, o dote de 75\$000 reis, instituido pela benfeitora Condessa d’Azevedo, a favor d’uma orphã d’este concelho, roga a V. S.^a se digne comunicar para os devidos efeitos áquella interessada a mesma resolução, devendo a dotada cumprir o determinado na disposição testamentária e de harmonia com as condições do respectivo concurso. Deus Guarde a V. S.^a – Famalicao e Secretaria da Irmandade e Santa Casa de Misericórdia, 27 de Dezembro de 1909. O Vice-Provedor, em exercicio, (a) José Bernardino da Costa e Sá.

Nº 6 Identico ao Regedor da freguesia de Jesufrei, com referencia à dotada – Anna da Silva Duarte.”¹⁰

No concurso, depois da seleção, a concorrente tinha um prazo de três meses para apresentar a certidão de casamento, como podemos visualizar na declaração de Maria da Silva Mesquita, em 1904 (fig. 18). Depois da comprovação, a SCMVNF entregava o dote e respetivo recibo.

Desde o final dos anos 20 até aos anos 70, do século XX, as referências ao dote são muito escassas. Nos anos 20 e 30, foi publicado no jornal *Estrela do Minho* o anúncio a este concurso do dote «Condessa de Azevedo». Em 1927, 1931, 1932 e 1935, a Santa Casa da Misericórdia referia que não houve concorrentes. Apenas, em 1958 e 1962, foi publicado novamente o mesmo anúncio. A Santa Casa deu uma justificação na *Acta da Reunião de 22 de*

Declaro em nome da Mesa Regedora da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia desta villa, a quantia de setenta e cinco mil reis, provenientes do legado instituido pela benfeitora Condessa d'Azevedo, no testamento com que a mesma se firmou, cujo legado me foi adjudicado, em presente nome, como resulta do respectivo processo de concurso e por subrogação da Mesa Regedora em desvio de dia de janeiro ultimo. E por ser verdade me dei pagar e presente que a mesma goza e de meu marido por ser amado por Thomaz da Costa e da Marquesa Conde de Azevedo, cedido, respectivamente, desta villa, por nós não mais subvencos es-
 Villa Nova de Foz de Azevedo e da Marquesa Conde de Azevedo
 José Bernardino da Costa e Sá

Fig. 18 Recibo da concorrente Maria da Silva Mesquita, em 1904.

Fonte: Pasta «Condessa de Azevedo». Arquivo da SCMVNF.

abril de 1958: “...O Mesário secretário informou a Mêsá que esta Santa Casa está obrigada à entrega anualmente de um dote de cento e cinquenta escudos, instituido pela falecida senhora Condessa de Azevedo, à rapariga que pretende casar e tenha tido uma vida honesta e de bons costumes e cujo noivo seja igualmente bem comportado e pobre. Não tem sido cumprida há oito anos, essa disposição e isso se deve em parte a circunstâncias de as candidatas terem de apresentar diversos documentos que as obrigava a um dispendio avultado, que tirava por isso o interesse ao dote. Para evitar os inconvenientes de tal situação, propunha que esse beneficio fosse entregue de quatro

10 Copiador de Correspondência, fl.137. Arquivo da SCMVNF.

**Santa Casa de Misericórdia e
Hospital de S. João de Deus**

Vila Nova de Famalicão

**Dote «Condessa de
Azevedo»**

A Mesa Regedora desta Santa Casa aceita, até ao dia 30 de Junho próximo, a documentação de que a seguir se dá nota e que as raparigas casadas ou a casar este ano, queiram entregar na Secretaria, a fim de se habilitarem ao Dote «Condessa de Azevedo» valor de Esc. 600\$00, com que será contemplada a que mais condições tiver para o efeito:

- Certidão de idade;
- Certidão se órfã de pai ou mãe, o que dá preferência;
- Certidão de que é pobre, de honesta vida e costumes;
- Certidão de que o marido ou noivo, é pobre e honesto.

Apenas poderão concorrer as raparigas de honesta vida e costumes e com idade não superior a 26 anos.

Vila Nova de Famalicão, 15
de Maio de 1958.

A Mesa Regedora.

em quatro anos, pela importância de seiscentos escudos, e se regularizasse este assunto, abrindo-se concurso para a entrega, este ano, de dois dotes. A Mesa deu o seu pleno acordo.”

Como pode ser lido no jornal *Estrela do Minho* (fig. 19), as regras do concurso foram alteradas: o valor do dote passa para 600\$00, uma vez que a periodicidade do concurso passa de anual para quadrimestral.

No *Relatório e Contas de Gerência de 1962 e de 1965* a SCMVNF referiu que despendeu 600\$00 com o dote. A última referência ao mesmo, foi publicada no *Boletim da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão de 1972*, no orçamento para 1973, com o valor de 1.600\$00.

Fig. 19 Estrela do Minho, Ano 63, N.º 3. 257,
18 de maio de 1958, p. 3.

Fonte: Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

Bibliografia

- Castelo Branco, Camilo. (1882). *Narcóticos*. Livraria de Clavel. Vol. 2. p. 149.
- Edital Dote «Condessa de Azevedo» Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão. (1958, 18 maio). *Estrela do Minho*, p. 3.
- Edital Dote «Condessa de Azevedo» Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão. (1904, 4 dezembro). *O Regenerador*, p. 3.
- Ferreira, J. (2017). *Balasar no caminho da modernidade*. Edição do Autor. pp. 205-206. Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão. (1962). *Relatório e Contas da Gerência de 1962*. SCMVNF.
- Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão. (1965). *Relatório e Contas da Gerência de 1965*. SCMVNF.
- Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão e Hospital de S. João de Deus. (1972). *Boletim*. p. 49.
- Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão. (2019) *Compromisso*.
<http://www.scmfamalicao.pt/ckfinder/userfiles/files/Compromisso%202019.PDF>
- Vieira, José Augusto (1887). O Minho Pitoresco. Livraria de António Maria Pereira. Lisboa. Tomo 2, p. 113.
- Zúquete, A. E. M. (1960). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Editorial Enciclopédia, Vol. 2, pp. 361-362

Fontes

- Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão:
Copiador de correspondência (1880-1913), fls. 95, 129, 134, 137, 142.
Encargos Pios, fl. 12.
- Livro N° 1 (Esmolas), doações, legados e donativos, fls. 5, 21.
- Livro de Actas das Sessões da Mesa Regedora N° 1 (4 abril 1874-18 dezembro 1882), fl. 40.
- Livro de Actas das Sessões da Mesa Regedora N° 2 (2 janeiro 1883-7 março 1886), fl. 95.
- Livro de Actas das Sessões da Mesa Regedora N° 3 (24 março 1886-24 maio 1896), fls. 44-45, 84, 98, 111, 127, 150, 163, 191.
- Livro de Actas das Sessões da Mesa Regedora N° 4 (7 junho 1896-21 julho 1907), fls. 25, 59, 76-77, 97, 110, 121, 131, 149, 165, 181, 191.
- Livro de Actas das Sessões da Mesa Regedora N° 5 (3 agosto 1907-28 março 1926), fls. 117, 122, 129, 148, 174, 182, 1101, 1110-1111, 1119-1120, 1169, 1172, 1182, 1194.
- Livro de Actas das Sessões da Mesa Regedora N° 6 (4 abril 1926-8 agosto 1943), fls. 20, 60, 87.
- Livro de Actas das Sessões da Mesa Regedora N° 14 (31 dezembro 1955-13 janeiro 1959), fls. 80-81.
- Pasta «Condessa de Azevedo»
- Arquivo Municipal do Porto.
Arquivo Distrital do Porto.
Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão.
Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso.

3.5 Trajetória de um negociante setecentista de “grosso trato” de Vila Nova de Famalicão (Minho) – Domingos Lopes Loureiro

→ Odete Paiva

com a colaboração de Bebiana Costa Sá

Resumo: O estudo prosopográfico de um negociante minhoto de grosso trato da praça de Lisboa, atuante em Setecentos, primeiro sediado no Brasil e depois na capital do Reino, cujo percurso atravessou dois reinados e duas gerações da família Loureiro (pai e filho), levou-nos a conhecer alguns caminhos de agentes de redes trans e extra imperiais, com Francisco Lopes Loureiro a unir-se a certos negociantes e agentes económicos, formando sociedades com várias temporalidades e composição. Baseados em fontes primárias e secundárias, concluímos que Loureiro tanto liderou redes de negociantes, como fez parte de algumas como simples acionista. Os seus negócios centraram-se no comércio por atacado de diversos tipos de fazendas (tecidos), no comércio de mercadorias entre várias regiões do império português, e mesmo na China, por vezes, com navio próprio, investindo, ainda, noutros setores económicos, como na beneficiação e comercialização de arroz do Rio de Janeiro. Licitou sem sucesso contratos de direitos régios, como o da baleia da costa do Brasil, o da costa africana, o do tabaco em Goa e propôs-se criar uma fábrica de linho cânhamo no Rio de Janeiro, todos com pacto societário, entre demais iniciativas. A sua experiência e ação serviram de lastro ao percurso de seu filho e de três sobrinhos.

Palavras-chave: Negociante de grosso trato em Setecentos; sociedades comerciais e industriais; Império português, Minho, Vila Nova de Famalicão

Introdução

Entre um vasto conjunto de indivíduos por nós reunido ao longo de uma investigação de anos¹, oriundo de freguesias do atual concelho de Vila Nova de Famalicão, que demandou terras do Brasil no século XVIII, conta-se Domingos Lopes Loureiro, natural de Sezures, localidade situada perto da capital do distrito, Braga. A densidade do seu percurso, inserido num contexto comum a um grupo de negociantes da época pombalina que beneficiou da política ilustrada do primeiro ministro de D. José e a soube aproveitar, levou-nos a elegê-lo para este artigo.

Os monopólios régios vertidos em contratos com particulares, como a Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil criada em 1765,² as Companhias de Grão Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba, os negócios com as várias “partes” do império português, em sociedades formais ou informais, são alguns dos caminhos que levaram a que certos negociantes se inserissem numa elite mercantil, onde a atribuição de medalhas da Ordem de Cristo e a pertença ao Santo Ofício tiveram lugar, elevando-lhes simbolicamente o estatuto.

O relevo das redes formais ou informais levaram vários agentes económicos a galgar degraus na sociedade, criando trajetórias mercantis de grande sucesso, algumas instáveis face a um conjunto de circunstâncias de natureza estrutural e/ou conjuntural, entre elas, negócios mal sucedidos, insuficiência de capitais disponíveis no mercado financeiro e mesmo particular, chegada de novos e mais fortes atores à corte e consequentes jogos de poder. Destaque, ainda, para a crise económica portuguesa de mais de uma década (1766-1779), com apogeu entre 1768 e 1771.

Como se verá com Domingos Lopes Loureiro, paradigma de negociante ilustrado da época josefina e mariana, os projetos ligados a benesses régias pontearam o seu caminho, muito embora, procurasse outras vias, como a ligação a homens de negócio destacados.

Domingos Lopes Loureiro: fase de um denso percurso

O estudo da sociedade luso-brasileira do século XVIII ficará incompleto se nele não inserirmos a contextura da vida profissional e particular dos mercadores de grosso trato que, no Brasil e em Portugal, arrematavam contratos, emprestavam a juros, negociavam em sal, tabaco, escravos, ouro, diamantes, e toda a espécie de mercadorias, interferindo assim na vida económico-social da metrópole e dos seus domínios ultramarinos (Guimarães, 2005:111).

Domingos Lopes Loureiro nasceu na freguesia de Sezures, a 14 de novembro de 1728, filho de Francisco Lopes Loureiro, de Santa Maria de Arnoso, e de

1 Aguarda publicação para breve.

2 Vejam-se os contratos com os negociantes Tomé Gomes Moreira e Francisco Peres de Sousa, que atuaram entre 1740 e 1765.

Isabel Carneiro, de Sezures, casados a 21 de setembro de 1727³. Neto paterno de Francisco Lopes Loureiro, de S. Miguel da Cunha, termo de Guimarães, e de Joana Jácome, de Sezures, e materno de António João, de Sezures, e Domingas Carneiro, de Requião. Seu pai e avô paterno foram contratadores de panos de linho e também viveram do produto de suas “lavouras”. Estudou as primeiras letras e depois Gramática. Trabalhou algum tempo com os pais, lavradores “dos principais” da aldeia, que o mandaram, seguidamente, para Lisboa para casa de Bento Veloso Carmo⁴, correspondente do negociante Domingos Ferreira da Veiga⁵. De lá, partiu para o Rio de Janeiro, enviado por Bento Carmo ao cuidado do aludido negociante, segundo a diligência de habilitação para a Ordem de Cristo de Domingos Lopes Loureiro⁶, de 17 de fevereiro de 1772⁷. Domingos Loureiro levou uma grande remessa de fazendas e estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde foi negociante de grosso trato, homem de negócio dessa praça, com casa de tecidos de lã, seda e outros géneros, que vendia “atacadas e não por vara ou côvado”, “tratando-se na sua pessoa e casa com toda a gravidade elusimento”, segundo o seu processo de candidatura à Ordem de Cristo. Após

3 Domingos Lopes Loureiro teve, pelo menos, uma irmã, Rosa nascida a 4 de janeiro de 1731.

4 Batizado na freguesia de S. Paio de Arentim, Couto de Tibães, casado com Antónia Teresa de Jesus, batizada na freguesia de S. Nicolau e falecida a 22 de fevereiro de 1770. O matrimónio teve lugar na freguesia de Santa Catarina de Monte Sinai, moradores na da Correaria. Cf. Autos de justificação de Jacinto Veloso Carmo e de Leocádia Teresa da Conceição, filhos de Bento Veloso Carmo e de Antónia Teresa de Jesus, e sobrinhos maternos de Josefa Maria Caetana, já falecida. *Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra J, mç. 2, n.º 16, 1785, PT/TT/CFZ/001-010/0002/00016*.

5 *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Domingos, mç. 30, doc. 563; PT/TT/TSO-CG/A/008-001/6401*. O processo para familiar do Santo Ofício iniciou-se em 1735 e teve carta em abril de 1737. Domingos Ferreira da Veiga (ou Domingos Ferreira da Veiga e Castro) nasceu em S. Vicente de Penso, Braga, e à data do pedido, era negociante em Vila Rica de Ouro Preto, Minas Gerais, e estava solteiro. Constava na petição que era irmão de José Ferreira da Veiga, familiar do Santo Ofício, e que tinha 30 anos, vivia limpa e abastadamente, com o “cabedal” de 10 mil cruzados, sabia ler e escrever. A 12 de março de 1737, segundo Manuel Teixeira da Cruz, homem de negócio, de 35 anos, natural de Santo Ildefonso, da cidade do Porto, então a morar em Lisboa, testemunha ouvida pelo deputado do Santo Ofício, nos Estaus, nessa cidade, o habilitando vivera no Rio de Janeiro, onde se conheceram, pelo menos entre 6 e 7 anos. Pedro da Costa Guimarães, natural de Santiago de Antas, morador em Lisboa, freguesia de Santa Justa, declarou conhecê-lo, haveria 12 anos, tanto das Minas Gerais, como do Rio de Janeiro, de onde Pedro Guimarães viera havia pouco tempo. Mário Nunes France, natural de Lisboa, homem de negócios, disse o conheceu de Vila Rica, haveria 12 anos. Acrescentou que o habilitando vivia do seu negócio que era grande e tinha “de seu 40 mil cruzados”. Em 5 de julho de 1755, já com Domingos Ferreira da Veiga a viver em Lisboa, este pediu licença para casar e foram iniciadas as diligências para a futura mulher do suplicante, Dona Quitéria Machado de Miranda natural de S. Miguel das Cardosas, termo da vila de [Arruda?], moradora em Lisboa, junto ao Loreto, freguesia da Encarnação. De 1740 a 1759, foi procurador, administrador e contratador em sociedade com diversos negociantes dos Direitos de saída de Escravos para as Minas Gerais. Esse contrato, um dos principais do período, na década de 1750, tinha um valor médio de 105.785.000 réis (Pesavento, 2013:129).

6 *Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra D, mç. 11 n.º 13; PT/TT/MCO/A-C/002-004/0011/00013*.

7 A 18 de maio de 1768, o rei mandou lançar o hábito da Ordem de Cristo a Domingos Lopes Loureiro, com 12 mil réis de tença efetiva, após preenchidos os requisitos necessários da mesma Ordem.

alguns anos, regressou à metrópole, onde continuou a mesma atividade como negociante da Praça de Lisboa, remetendo fazendas a seus correspondentes, tratando-se “à lei da nobreza”, com carruagem própria e casa nobre na Rua Direita do Poço dos Negros, ou Rua Direita que ia para a Esperança, já casado e com filhos segundo as inquirições decorrentes do seu processo de candidatura a cavaleiro da Ordem de Cristo, com 43 anos de idade.

A 10 de janeiro de 1771, pediu que lhe fosse concedida licença para serem feitas as diligências em Lisboa, evitando ir a Braga (pátria comum na corte), por se aproximar a data de embarque para Macau como primeiro sobrecarga da nau, já condecorado.

Indeferida a pretensão, foi entregue a provisão aos cavaleiros professos da Ordem de Cristo frei Francisco Xavier de Faria e frei Tomé José Carneiro Lima, na freguesia de Santa Maria da Sé, em Braga, a 4 de junho de 1772, para que as realizassem e estas foram iniciadas 2 dias depois. À data, Domingos Loureiro encontrava-se na cidade de Braga, na rua Nova, para onde fora “a varias dependências de sua casa”, por período de dois meses, levando a mulher e os filhos, tencionando regressar em pouco tempo.

A 11 de maio de 1772, foram ouvidas as testemunhas em Sezures, declarando uma delas que sabia que ele era casado. Outro inquirido afirmou que o justificante fora para Lisboa, onde era homem de negócio, partira dessa cidade para o Brasil, onde tinha a mesma ocupação. Na mesma data, ouvidas as testemunhas da freguesia de Santa Maria de Arnoso, referiram que o pai do justificante exercera como contratador de panos de linho, tivera tenda em Barcelos e se ausentara para o Brasil. A 10 de junho de 1772, deu-se início à inquirição das testemunhas na freguesia de Cunha, Guimarães, sobre Francisco Lopes Loureiro, avô paterno do justificante.

O pai de Domingos Lopes Loureiro, segundo declarações das testemunhas ouvidas em Santa Maria de Arnoso, a 11 de maio de 1772, quando morara na freguesia, não se lhe conhecera qualquer ocupação. Estivera em Lisboa, onde fora contratador de panos de linho. Viera casar a Sezures e fora dono de uma loja de capela, em Barcelos, fora para o Brasil, desconhecendo os depoentes qual fosse a ocupação que lá tivera.

A 2 de março de 1773, em Lisboa, ouvidas várias testemunhas sobre o habilitando, uma declarou que quem poderia dar informações seria António Teixeira, morador na Rua dos [Mastos?], freguesia de Santa Catarina, que não fora ouvido, por não se encontrar em casa, deixando-se-lhe notificação para ser inquirido. Passados 2 dias, diversas testemunhas foram auscultadas na capital, declarando que viera da cidade do Rio de Janeiro para Lisboa, haveria vários anos, tratar de vários negócios e dependências da sua própria casa, não tendo na cidade outro exercício, vivendo com muita gravidade e luzimento, com carruagem própria. Cerca de dois meses antes, deslocara-se a Braga, para tratar de assuntos relativos a suas dependências, contando-se que regressaria em breve. A 5 de março de 1773, foi ouvido Manuel Ferreira Arnoso, mercador

de vinhos, morador na Rua da Cruz, freguesia de Santa Catarina, de 53 anos de idade, que afirmou conhecer muito bem o justificante já em Sezures, sabendo que fora estudante de Gramática, viera depois para Lisboa, para casa de Bento Veloso Carmo, homem de negócios que, naquele tempo, morava na Rua Direita dos Torneiros, onde residira sem emprego, por o seu destino ser a cidade do Rio de Janeiro, para onde partira, levando sua carregação de fazendas⁸ e onde montara negócio próprio. Decorridos muitos anos, regressara a Lisboa, a várias dependências de sua casa e fora morador na Rua Direita da Esperança, freguesia de Santa Catarina, em casas nobres, cuidando-se com tanta gravidade que tinha carruagem própria⁹. Segundo outra testemunha, ocupava-se na cidade de Lisboa, de dependências de sua casa, fazendo algum negócio de remessas para seus correspondentes no Rio de Janeiro, tendo tratamento muito nobre, tanto na sua pessoa, como na sua casa, possuindo carruagem própria, sendo casado e com filhos. A 10 de março de 1773, foram procuradas pelo cavaleiro comissário várias testemunhas que pudessem testemunhar sobre a sua atividade nas Minas Gerais, entre elas, Domingos Ferreira da Veiga morador junto ao Colégio dos Nobres, na Rua do Pombal, cuja audição não foi possível ou não teve efeito, por desconhecerem a presença de Domingos Loureiro nas Minas Gerais.

A 13 de novembro de 1773, foi dado parecer desfavorável pelo Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens ao pedido de Domingos Lopes Loureiro para cavaleiro da Ordem de Cristo, devido a seu pai e avô paterno haverem sido contratadores de panos de linho e a mãe e a avó paterna serem consideradas mulheres de segunda condição.

A 13 de outubro de 1774, obteve provimento, após nova solicitação a Sua Majestade, juntando prova de um conjunto de serviços ao reino, aduzindo razões sobre o impedimento do seu pai e avô paterno, como serem ambos lavradores “dos avultados naquela terra”, fazerem comércio de panos de linho, por grosso, para a corte e que tivera uma logea de capela na v.^a de Barcelos”, declarando que nunca trabalhara na loja que o pai tinha nessa vila, “assistindo nela com dinheiro e crédito para a beneficiar seu primo Manuel Lopes Loureiro”. Indicou ser um dos negociantes que com zelo se dedicava a “estabelecer” a fábrica de arroz no Rio de Janeiro, que tinha armado navios que enviara à Índia, “empregando neles três sobr.os que tem educado”, donde havia resultado muito crédito à nação, “e importantes dir.tos a Real Faz.da etransportado Tropas, e munições nos d.tos Navios em cujos tr.os”¹⁰. Acrescentou que Sua Majestade “no anno de 1769, pouco mais ou menos”¹¹, mandara levar 150 homens para a Praça de Moçambique no navio Nossa Senhora do Livramento e S. José, de que o suplicante era interessado, em conjunto com Domingos Francisco Lisboa¹² e,

8 Ou comissão de fazendas, segundo outro depoente.

9 Fl. 95 e 96, para pôr casa de negócio em seu próprio nome.

10 Fl. 23.

11 Fl. 25.

12 A 6 de dezembro de 1780, foi passada a procuração de Domingos Francisco Lisboa e Daniel

por tudo isso, pedia que lhes fossem retirados os impedimentos, o que aconteceu. Consta no processo que eram “senhorios” do corsário por invocação de Nossa Senhora do Livramento e São José, onde levaram as supra indicadas tropas, a quem teriam de alimentar com rações como eram dadas pelos navios franceses e ingleses que navegavam para a Índia, pagando-lhes por conta da real fazenda, por cada soldado 60 mil réis e por cada oficial 120 mil réis, feita a conta pelos que chegassem vivos à dita praça de Moçambique, “para onde poderão carregar, e para os mais Portos do Cabo da boa esperança para dentro, os generos que se lhes oferecerem tudo debaixo das condições que lhes tenho mandado assinar na Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos”¹³.

Receberiam de Sua Majestade metade do contratado pelo transporte, para poderem comprar os mantimentos para os militares e a outra quantia ser-lhes-ia entregue quando chegassem ao porto de Lisboa. Se, por razões de grande mortandade, não chegassem a vencer a importância do que tivessem recebido, seriam obrigados a restituir tudo o que excedesse o vencimento dos que chegassem vivos à praça de Moçambique. Com a condição de que, tanto na ida como na vinda, o corsário poderia fazer escala em qualquer porto do Brasil e só na torna-viagem lhes seria lícito fazer escala nos portos do reino de Angola e neles descarregar e vender as fazendas que transportasse, observando em tudo as leis e ordens de Sua Majestade no mesmo reino de Angola, com a condição de que em Moçambique e mais portos dos domínios de Sua Majestade deveria pagar todos os devidos e costumados direitos das fazendas que se gastassem em terra e de saída pelos “efeitos que extahir daqueles Países”¹⁴.

O rei permitiria que, em Moçambique, lhes fosse lícito descarregar todas as mercadorias, só pagando tributo pelas que vendessem e ficassem isentos de quaisquer ónus sobre as outras que não transacionassem, carregando-as livremente na embarcação.

Glascok a Carlos Pasley, a conceder plenos poderes para negociar em Macau e Cantão a carga do navio “Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro Príncipe da Beira”. Anexos: 1780-12-06 – condições tratadas entre Domingos Francisco Lisboa, Daniel Glascok e Carlos Pasley sobre a negociação da carga do navio “Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro Príncipe da Beira”. 1781-01-31 – Procuração de Domingos Francisco Lisboa a Maximiano Mendes de Araújo, Carlos Pasley e Pedro, a conceder plenos poderes para negociarem a carga do navio “Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro Príncipe da Beira”. *ahu_cu_macau*, cx. 13, d. 19; *pt/ahu/cu/062/0013/00019*. A 6 de dezembro de 1781, foi apresentado o requerimento de Domingos Francisco Lisboa & companhia a D. Maria I, rainha de Portugal, em que pedem a isenção de novos direitos de baldeação sobre a tutenaga que trouxeram por lastro no navio “príncipe da Beira”, oriundo de Macau, e que pretende levar agora no navio “Nossa Senhora da Esperança, o Neptuno”, para o mesmo porto de Macau. Anexo: [ant. a 1781-11-07] – requerimento de Domingos Francisco Lisboa & companhia ao [provedor da casa da Índia, D. José Joaquim Lobo da Silveira], em que pede uma certidão da cópia do aviso que autorizou a Paulo Jorge mandar a tutenaga trazida da China como lastro no seu navio, pagando os direitos de baldeação, sem ter de solver novos direitos. obs.: no mesmo documento, o despacho e certidão. *AHU_CU_MACAU*, Cx. 13, D. 32; *PT/AHU/CU/062/0013/00032*.

13

14 Fl. 29 e 30.

Todos os géneros e munições de guerra, fardamentos ou outra mercadoria que fossem embarcados por ordem régia, na ida ou na volta, seriam os donos da embarcação pagos desses fretes. Chegando o “dito corsário a este Reino”, Sua Majestade lhe concedia o direito de baldeação para todas e quaisquer fazendas que trouxesse e que “hajão de embarcar para fóra do Reyno, pagando delas somente o Direito de quatro por cento”¹⁵. Estipulando que tanto poderiam ser fazendas da dita sociedade como de produtos que trouxesse a frete (...) para se venderem nestes Reynos e suas Conquistas”¹⁶.



Fig. 1 Rua Direita do Poço dos Negros.
Fonte: Rua do Poço dos Negros – Retro photos
(pastvu.com)

A 13 de setembro de 1777, foi emitido o parecer do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens enviado ao rei, propondo ser deferido o pedido de Domingos Lopes Loureiro para cavaleiro da ordem de Cristo, pagando o suplicante a multa de 100 moedas.

Fábrica de descascar arroz no Rio de Janeiro, uma marca da Ilustração pombalina

O arroz [*Oryza mutica*], planta própria também do Brasil, pelo zelo patriótico do excelentíssimo senhor Martinho de Mello e Castro [...], vem já em abundância do Brasil, quando antes todo se comprava da Carolina, a qual no ano de 1740 ganhou com ele 80.000 libras esterlinas, das quais a maior parte pagou Portugal (Vandelli, 1990:144).

A fábrica de descascar arroz do Rio de Janeiro criada, dirigida e explorada por António Francisco Marques Guimarães & Companhia¹⁷, teve um percurso

¹⁵ Fl. 31.

¹⁶ *Idem, lb.* Feito o contrato a 9 de agosto de 1769.

¹⁷ No ano de 1752, o Conselho Ultramarino sancionou o pedido de António Francisco Marques Guimarães para a criação no recôncavo do Rio de Janeiro de uma fábrica de descascar arroz. *AHU, Avulsos, RJ cx.45, doc.4619*. Os privilégios para o seu funcionamento foram requeridos após 2 anos, por António Francisco Marques Guimarães & Companhia, para um período de 10 anos, e entre as cláusulas constavam as penas a aplicar aos transgressores do mesmo.

algo incerto, acabando por passar para a sociedade formada por Manuel Luís Vieira e Domingos Lopes Loureiro, proprietários e diretores, que a adquiriram por 56.000 réis, em 1759, a orientaram com sucesso, beneficiando de um privilégio exclusivo por dez anos, (igual ao que vigorara anteriormente), que, em síntese, consistia em proibir que qualquer pessoa pudesse “apenar” ou embaraçar as embarcações, carros, bestas e tudo o que pertencesse ao serviço da fábrica; os proprietários da fábrica poderiam comprar arroz em qualquer sítio do continente do privilégio, ajustando-se à convenção das partes; sem embargo do privilégio exclusivo concedido a esta fábrica, poderia qualquer pessoa usar dos pilões de mão e engenhocas para descascar arroz, usando-o para as próprias casas e para venda pública; quando aumentasse a produção do arroz, aos fabricantes ou aos seus sucessores seria permitido construir outro engenho ou fábrica semelhante, cumprindo estes a determinação de o edificar no distrito do privilégio que lhes fora concedido e em terras próprias ou adquiridas; concessão para edificarem um armazém nas praias da cidade do Rio de Janeiro, destinado à recolha e venda do arroz descascado; uso e fruição das águas para a manufatura da fábrica, desde que fossem dos fabricantes e não houvesse prejuízo de terceiros; arruinando-se os canais da fábrica ou “embaraçando-se as vadeações dos caminhos para o serviço da Fabrica ou Fabricas”, lhes seria disponibilizada gente de galé para compor tal serviço, só com o encargo da sua sustentação, salvaguardando-se a prioridade real; sendo necessários engenheiros ou oficiais, ainda que militares, lhes seriam facultados, para os planos das obras da fábrica, sob a condição de lhes pagarem os salários. Sua Majestade prorrogou por 10 anos os privilégios referentes à isenção dos direitos de saída do Brasil e de entrada no reino e dos emolumentos concedidos à fábrica¹⁸.

Entre as obrigações de Manuel Vieira e de Domingos Loureiro, salientamos que não poderiam ultrapassar o preço usual de 2.880 réis e de 2.840 réis, respetivamente, por saco de arroz de primeira e de segunda qualidade, sendo cada um dos sacos de 2 alqueires da medida do Rio de Janeiro, com o peso de 4 arrobas e meia, abatendo-se por cada saco 1 tostão para o real serviço, sempre que necessário.

Salienta-se que Manuel Luís Vieira foi familiar do Santo Ofício¹⁹, com processo de 19 de julho de 1754, onde consta ser natural da freguesia de S. Paio, vila de Guimarães, homem de negócio, solteiro, residente no Rio de Janeiro

Veja-se *AHU, Avulsos, RJ cx.48, doc.4809*. Para a construção do edifício e a administração foi contactado o sargento-mor António Lopes da Costa que passou a integrar a sociedade. Capitão de navio e procurador de negociantes de Lisboa e estrangeiros foi porteiro e guarda da alfândega do Rio de Janeiro, onde surgia mencionada em 1747. O seu âmbito de negócios abarcava as praças de Lisboa, Rio de Janeiro, Índia e Moçambique. Em 1756, foi edificada a primeira fábrica de descascar arroz do Brasil, localizada no Andaray Pequeno.

18 Alvará dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a 8 de outubro de 1766, registado na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, no *Livro quarto da Junta do Comércio*, fl. 22.º v.º, Nossa Senhora da Ajuda, a 11 de outubro de 1766.

19 *ANTT, mc 10, n.º 155, Inquisição de Lisboa*.

havia 10 anos, então, com 25 anos e procurador nessa cidade de muitos homens de negócio da praça de Lisboa e do estrangeiro. Manuel Luís Vieira era irmão de Jerónimo Vieira de Abreu, familiar do Santo Ofício, destacado pelos seus inventos técnicos e adaptações, cujo talento usou também ao serviço da beneficiação técnica da fábrica de descascar arroz.

O domínio dos processos de um novo cultivo poderia gerar um privilégio exclusivo ou graça especial. É o caso dos homens de negócio Jerónimo Vieira de Abreu na cultura do arroz e do anil e de João Hopman na cultura da canela, do café, da amoreira para aclimatar o bicho da seda, produção de cordas de linho guaxima, entre outras (Reis, 2022:20).

Fruto de adaptações técnicas na fábrica e de uma boa planificação, que passou por um compromisso da compra da produção dos agricultores do Rio de Janeiro e a fixação de um preço (\$640 réis e \$900, respetivamente, por saca de arroz grão pequeno e grande) foi possível um volume de produção substancial, passando de 500 arrobas semanais para o dobro. Esse fomento cifrou-se em 44.069 e em 60.532 arrobas no ano de 1760 e no de 1761, com a aquisição, respetivamente, a 477 e 682 lavradores, no mesmo período.

Atentemos no testemunho do capitão António Nascente Pinto, a propósito de Jerónimo Vieira de Abreu:

(...) sabe pelo ver que o justificante depois que se interessou na fábrica de descascar arroz que há sita em Andaraí desta cidade, a preparou pelo método mais interessante que se pode considerar para dar a considerável utilidade que resulta dela não só para o meio de o descascar como para o pôr em limpo com os panos de arame, que fabricou a folha de flandres, que fez picar com a maior destreza os seus trigos com o que não só tem ingressado muito o comércio, como tem feito admiração do estrangeiro, que chegam a esta capital e tem ido admirar os inventos tão úteis, e mais não disse deste²⁰.

A sociedade registou alterações no ano de 1761, com a venda de um quarto da fábrica por Manuel Luís Vieira a seu irmão Jerónimo Vieira de Abreu, por oito contos de réis²¹. No final do ano seguinte, o negócio ficou enredado, por o primeiro ser acusado de má gestão nos contratos das aguardentes e do azeite doce de Inácio Pedro Quintela, de que era administrador, culminando na sua

20 *AHU. Rio de Janeiro. Caixa: 166, D. 12378, fl. 56.* No Brasil, a primeira notícia relativa à outorga de privilégios remonta ao ano de 1752, quando, pelo prazo de 10 anos, foi concedido um monopólio para a exploração de “uma máquina para descascar arroz” ao seu inventor, proibindo a sua utilização por outros produtores. O texto deste privilégio dizia em parte: “Os concessionários instalarão nos distritos em que desejarem aproveitar o privilégio tantas máquinas que sejam necessárias para assegurar seu monopólio num raio de dez léguas”. (Silva e Santos, s/d:6).

21 *AN 4.º ofício de Notas, livro 62, 10/11/1761.*

prisão e penhora dos bens (entre eles os bens da fábrica do arroz), por dívidas a Quintela, que ultrapassavam os sete contos de réis²².

Até 1766, a laboração da fábrica sofreu um interregno, posto que em julho desse ano, por ordem régia²³, foi autorizada, após consulta apresentada por Manuel Luís Vieira e Domingos Lopes Loureiro ao Conselho Ultramarino, feito o pagamento da fiança e demonstrando a capacidade de solver as dívidas a Quintela²⁴. Em 1766²⁵, a produção foi retomada e a fábrica trabalhou com regularidade, havendo indicadores de boa produção até finais da década. Em 1771, Manuel Luís Vieira solicitou autorização para enviar o seu arroz e o de outros produtores do Rio de Janeiro para o reino.



Fig. 2 Vista do Rio de Janeiro em 1744. Em primeiro plano, a Ilha das Cobras e o Mosteiro de São Bento. Desenho de Franis Moyen. Museu Imperial/ IPHAN.

Fonte: Rio Colonial – Anos 1700: a centralidade do Rio no Atlântico Sul (multirio.rj.gov.br)

Fábrica de linho cânhamo

Interessante perceber que nas diversas sociedades os sócios já se relacionavam de alguma maneira. É o caso de algumas sociedades mercantis (...). Um exemplo é a sociedade celebrada em novembro de 1761 (Pesavento, 2009:134).

A sociedade referida anteriormente, constituída em 1761, destinava-se ao estabelecimento de uma fábrica de linho-cânhamo no Rio de Janeiro, com Domingos Lopes Loureiro, António Gonçalves Pereira de Faria²⁶, António de

²² AHU avulsos RJ, caixa 72, doc. 6598.

²³ Ministério do Reino, mc. 629, proc. 104; PT/TT/MR/EXP/057/04/00104.

²⁴ AN cód. 952, vol. 43.

²⁵ AHU, avulsos RJ, cx. 77, doc. 6965.

²⁶ Foi homem de negócio na vila de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catarina, mas estava pobre, à data de 1767, com 77 anos, por ter sido “roubado” pelo capitão-mor Francisco Ferreira da Cunha e, apesar de diligências feitas, e outras não apresentadas por medo ao referido capitão que subornava os governadores da ilha, intimidava ajudantes e exercia tirania, não conseguira que se fizesse justiça. Em carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, enviada em 30 de agosto de 1769, do palácio da Ajuda, para o marquês de Lavradio, era referido que o aludido capitão-mor tivera sociedade com António Gonçalves Pereira de Faria. Haveria cerca de 16 anos, este vendera a Francisco Ferreira da Cunha metade da corveta, por invocação Nossa Senhora da Nazaré, São Miguel e Almas, constituindo sociedade nos bens e interesses adquiridos pelos transportes e carregação da mesma corveta, ficando o capitão a administrá-la, fazendo-a navegar à sua conta, o que com efeito “praticou”, destinando-a à Colônia, Rio

Oliveira Durão²⁷, Manuel Luís Vieira, de quem já falámos a propósito da fábrica de descascar arroz no Rio de Janeiro, António Pinto de Miranda²⁸ e Francisco Pinheiro Guimarães,²⁹ celebrando a escritura no notário António Ribeiro de Queirós (Pesavento, 2009a:134).

Em 1769, António Lopes da Costa que integrara a sociedade inicial da fábrica de descascar arroz do Rio de Janeiro, morador nesta cidade, onde já no ano de 1732, o encontramos como capitão de navio, foi homem de negócios e procurador de diversos homens de negócios portugueses e estrangeiros sedeados em Lisboa³⁰.

O linho cânhamo, primordial na época para a confeção das velas e cordas das embarcações, bem como de sacaria, começou a escassear, como refere uma carta datada de 1777, à rainha Dona Maria I, de D. Luís de Almeida Portugal Soares Mascarenhas, 2.º conde de Lavradio e vice-rei do Brasil de 4

Grande e Angola e mais portos da América, tendo a faculdade de arrecadar algumas dívidas pertencentes ao suplicante, o que tudo fazia uma soma maior de 15. 000 cruzados e, porque se achava desembolsado dessa quantia, nem o dito seu sócio queria fazer-lhe a entrega e muito menos dar-lhe contas, valendo-se da sua posição, razão porque nem a justiça daquele distrito o pode compelir, nem executar. Assim, pedia a proteção real, a fim de evitar semelhantes abusos, para que se dignasse enviar um ministro do Rio de Janeiro que fosse íntegro. *AHU_ACL_CU_021, Cx. 3\Doc. 232, em Projeto Resgate – Santa Catarina (1717-1827)*.

27 António de Oliveira Durão foi capitão, procurador do cabido da Casa da Moeda e membro da Mesa do Bem Comum do Comércio do Rio de Janeiro. Em 1764, era administrador do contrato da Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro, cujo valor ultrapassava qualquer dos outros contratos régios no Brasil (Sampaio, 2001:99), em sociedade com outros negociantes (Basso, 2020:6). Ver ainda [Carta de António de Oliveira Durão ao governador Luís António de Sousa Botelho Mourão, tratando de assuntos referentes ao movimento de chegada e partida de encomendas naquele porto.] Rio de Janeiro, 16 de março de 1766.

28 Em 1739, seguindo o mesmo rumo dos irmãos e primos, António Pinto de Miranda e Baltazar Pinto de Miranda partiram para o Brasil, fixando residência no Rio de Janeiro, onde estabeleceram uma casa de comércio especialmente voltada para o abastecimento da capitania de Minas (Pereira (2017: 6). António Pinto de Miranda nasceu em Santa Marinha do Zêzere, Baião, no ano de 1712, fez os estudos primários e a Gramática, residiu na cidade do Porto, foi caixeiro numa casa comercial do hamburguês Diogo Berquenhout. Em 1730, foi consignatário de fazendas que endereçava para o Rio de Janeiro. Em 1748, casado e com filhos, a viverem no Rio de Janeiro, solicitou a filiatura para o Santo Ofício, nomeando para procurador nessa causa José Ferreira da Veiga, um dos mais destacados negociantes da Praça de Lisboa no período da governação pombalina, Pedreira (1995:165). *IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 136 – Documento 2257*. Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo, solicitando esta insígnia em julho de 1771, (*IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra A – Maço 29 – Documento 2*). Ele e o irmão estabeleceram uma sociedade mercantil, vindo Baltazar, no ano de 1755, para Lisboa, admitimos que por razões do crescimento da sua casa comercial no Rio de Janeiro. Diversificou as suas atividades e investimentos, onde cabe a fábrica de linho cânhamo. Foi nomeado para cargos importantes, como o de administrador no Rio de Janeiro da Companhia dos Vinhos de Alto Douro, em 1756. Foi procurador de diversos homens de negócios portugueses e estrangeiros sedeados em Lisboa e no Porto. (Santos, 1994: 155). No seu percurso, lembramos a sua proficiência na contabilidade em partidas dobradas, o que o ajudou como administrador e negociante.

29 Cf. Pesavento e Guimarães (2013:86). É de lembrar que António Lopes da Costa tinha feito parte da primeira sociedade da fábrica de descascar arroz situada no Rio de Janeiro, cuja administração a levou, por falta de êxito, a ser vendida a Domingos Lopes Loureiro e a Manuel Luís Vieira, em 1759. Refira-se que, no ano de 1756, António Lopes da Costa fez parte da direção da Junta do Comércio do Rio de Janeiro, como 8.º deputado e António de Oliveira Durão, como 7.º deputado.

30 António Lopes da Costa arrematou 6 contratos em 1770 e 1771, no valor total de 277 contos de réis, com uma média de 10 sócios por contrato (Basso, 2020:6).

de novembro de 1769 a 30 de abril de 1778. Homem esclarecido, a sua ação foi fulcral para a criação, no ano de 1772, da Academia Científica, em alinhamento com a política pombalina de fomento das atividades científicas, de que fazia parte a expedição para a metrópole de coleções de História Natural, a que se juntou a criação de um horto botânico na cidade do Rio de Janeiro. Desde longa data, a Holanda fora o principal país abastecedor da clientela portuguesa, pelo menos, até aos fins do século XVIII, e os navios da rota do Brasil consumiam uma porção significativa desse têxtil dos mercados industriais do Mar do Norte.

Realizadas várias experiências para o cultivo do linho cânhamo, (planta da família da Cannabis), entre 1740-1824, em diferentes espaços do território brasileiro, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco, esses projetos da coroa portuguesa não conseguiram êxito (Rosa, 2019). Numa primeira fase, foram incentivados particulares a desenvolverem a cultura e a manufatura dessa espécie têxtil na zona sul do Brasil. A ilha de Santa Catarina foi escolhida pelo governador Gomes Freire de Andrade, que recebeu no ano de 1747, sementes dessa espécie vegetal para repartir pelos açorianos chegados havia pouco tempo (Wehling, 2009:233), cumprindo a Coroa duas metas, a de fixar essa população e a de produzir fibras que não nos tornassem dependentes do mercado externo.

Não tendo sucesso, por razões várias, de que destacamos algumas, como a má qualidade das sementes, a desadequação dos terrenos e o preço pago pelo produto. Em 1764, surgiu nova tentativa da Coroa que deslocou o projeto para a capitania de São Pedro do Rio Grande, ordenando o vice-rei ao governador o acolhimento de António Gonçalves Pereira de Faria que iria com o “projeto de estabelecer a sementeira e fabrica de linho cânhamo”, na fazenda da Serra. Dotou o projeto de trabalhadores que o fizessem lograr: 12 a 15 lavradores e os índios que fossem precisos para se proceder à sementeira. Todavia, novamente, a empresa não conseguiu singrar. (Miranda, 2000:143).

Admite-se que a Coroa fizesse novo ensaio em Pernambuco, dado o teor de uma carta remetida para a capital portuguesa pelo governador da capitania, José César de Meneses, em 13 de janeiro de 1785, de onde se extrai a recepção de sementes de linho cânhamo e linho donzela acompanhadas de alguns exemplares de uma publicação sobre os respetivos métodos de cultura a serem distribuídas a pessoas “inteligentes e cuidadosas”, em diversos locais da região, a fim de aferir a melhor localização. A ineficácia do empreendimento foi mais uma vez constatada (Alves, 2007:39).

Novas tentativas se operaram para a introdução do linho cânhamo, como a registada no ofício de 1788, pelo Secretário de Estado da Marinha do Ultramar, D. Tomas José de Melo, dando conta que indagou os ouvidores das capitanias da Paraíba e de Alagoas sobre as sementes das plantas recebidas, recolhendo deles a informação de que as sementes haviam chegado “velhas e podres”. A fim de se conseguir o desígnio, o governador pediu sementes de qualidade para as distribuir aos “mais inteligentes” e “experientes” (Alves, 2007).

D. Tomas José de Melo voltou a escrever para Lisboa, solicitando sementes, dado o mau estado das recebidas, introduzindo a premissa de serem escasas na capitania de Pernambuco pessoas que quisessem arrojar fazer plantações novas, fora das técnicas conhecidas (Alves 2007:40).

O direcionamento da cultura do linho cânhamo voltou-se depois para o sul do Brasil, e em 1799, a Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro enviou para a Provedoria de São Pedro Rio Grande do Sul sementes, modelos de instrumentos e instruções sobre a forma de preparação das sementeiras e cultivo da espécie vegetal a distribuir aos lavradores seleccionados (Miranda, 2000:143). Aventa a possibilidade do insucesso da introdução do linho cânhamo no Brasil por no norte estar enraizada a cultura da cana-de-açúcar em modelo de *plantation* e monocultura e no sul, principalmente na capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, parte da população iniciava a economia da pecuária organizada “em grandes extensões territoriais”, apresentando-se “economicamente vantajosa” (Silva, 2013:6). A hipótese comum ao território em que se experimentou a cultura do linho cânhamo relaciona-se com a falta de qualidade das sementes mal acondicionadas para suportar a longa viagem atlântica, gerando resistência dos agricultores.

Perante o insucesso, a Coroa mudou o seu prisma e, decorridos alguns anos, chamou a si a responsabilidade do empreendimento, escolhendo a capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, talvez por motivos geopolíticos, dado essa cultura poder contribuir “para que o estado português aumentasse a sua presença numa região de fronteira (Wehling, 2009:7), que historicamente sempre fora disputada com o governo espanhol”. Assim, a 28 de julho de 1783, o vice-rei Marquês de Lavradio ratificou um decreto que criava a Real Feitoria do Linho Cânhamo (RFC). Localizada na freguesia de Canguçu pertencente ao Rio Grande, situada na proximidade da lagoa dos patos, beneficiando a sua localização geográfica de facilidade de transporte e do “escoamento da produção para o Rio de Janeiro”.

Contando, no princípio, com a administração do padre Francisco Rodrigues Prates Xavier coadjuvado tecnicamente por uma equipa de que destacamos “os irmãos, e soldados do Regimento de Bragança, João e Mathias Martins, já experientes em lavouras de cânhamo na Europa” (Johann, 2010:13). Nos moldes de um sistema de *plantation*, dispunha, sensivelmente, de 20 casais de cativos, da fazenda real de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. A Coroa centrou-se no duplo propósito de criar um núcleo produtor de sementes e de incrementar a cultura do linho cânhamo pelos agricultores (Miranda, 2000: 143). A produção de tecidos e cordames viria por acréscimo (Menz, 2005:141) e (Silva, 2013:7).

Ao longo do tempo, a Feitoria passou por transformações, como a da nomeação de um novo inspetor, António José M. M. Sarmento, e a mudança de localização para Faxinal do Courita, vizinha de Porto Alegre e do Rio dos Sinos, com o propósito de ajudar no escoamento da produção, aumentando,

ainda, os trabalhadores com “53 escravos – 12 homens e 39 mulheres”, visando o aumento da produção³¹.

A Real Feitoria do Linho Cânhamo funcionou por um período aproximado de 4 décadas e, em 1824, o governo imperial do Brasil decidiu extingui-la e distribuir as terras aos emigrantes alemães que ali aportaram nesse ano. (Rosa, 2019: 8) “Esforços de implantação do linho cânhamo ocorreram noutras capitânicas, por exemplo, na do Espírito Santo e na de S. Pedro do Rio Grande do Sul. A primeira em 1780, ano em que o governador Inácio João Monjardim recebeu uma caixa com sementes que fez chegar a vários agricultores, encarregando-os de as fazer reproduzir (Santos e Vidal, 2009), desconhecendo-se elementos primordiais, como o número de lavradores a quem chegaram, a quantidade distribuída e se elas vingaram. No Pará, em 1784, o governador não informou de forma substantiva o que aconteceu com a cultura do linho cânhamo, que problemas houve, como foi a produção e se ela ocorreu. A fim de seguir o processo, o governador contou com o apoio de naturalistas que permaneceram temporariamente na região para detetar os problemas e os corrigirem.

A Coroa solicitou, no princípio de Oitocentos, ao médico brasileiro Manuel Arruda da Câmara uma pesquisa sobre a fauna, a flora e as riquezas naturais das capitânicas da região Norte, resultando desse trabalho uma dissertação “sobre as Plantas do Brasil, que podem dar linhos próprios para muitos usos da Sociedade, e suprir a falta de cânhamo, publicada em 1810 pela Imprensa Régia”. Esse estudo elegeu Pernambuco como região predominante, concluindo que existiam algumas espécies autóctones como diversos tipos de bromélias que respondiam melhor que o cânhamo, sendo certas plantas mais fibrosas e com fibras ainda mais flexíveis. O uso que as comunidades tradicionais faziam de algumas delas era ainda outra vantagem. Contudo, ignoramos qualquer investimento da Coroa que levasse ao aproveitamento desse saber científico na produção de tecidos e cordame a partir dessas plantas (Rosa, 2019: 9).

Desconhecemos os meandros da iniciativa da criação da fábrica de linho cânhamo em 1769, por Domingos Lopes Loureiro e seus sócios António Lopes da Costa, António Pinto de Miranda, António de Oliveira Durão e Francisco Pinheiro Guimarães, bem como o seu desfecho, não tendo, sequer, descoberto indícios documentais que nos levem a afirmar se tal fábrica chegou a ser implantada. Admitimos que não viesse a realizar-se tal desígnio, pelo que foi exposto anteriormente, bem como pela procura, como aconteceu no vice-reinado do marquês de Lavradio, da substituição do linho-cânhamo pela guaxima, uma planta nativa, por se provar da dificuldade em implantar a cultura e do pouco sucesso na sua produção.

Pertencendo ao mundo das figuras ilustradas, o marquês do Lavradio rodeou-se de uma plêiade de gente da ciência (médicos, cirurgiões, boticários,

31 A causa da mudança da feitoria para Faxinal do Courita não colhe unanimidade entre a historiografia.

farmacêuticos), entre ela, o médico do vice-rei, José Henriques Ferreira e seu irmão Manuel Joaquim Henriques de Paiva, ambos membros da Academia Científica do Rio de Janeiro.

O pragmatismo científico que a então administração colonial abraçava levava a ações conducentes ao progresso e inovação, nomeadamente, na agricultura que determinaria o desenvolvimento dos outros sectores económicos. “Nas admiráveis plantas que temos, encontramos excelentes bálsamos, gomas, óleos, raízes e, finalmente, mil outras coisas maravilhosas que podem aumentar infinitamente o comércio” (Silva, 2013:80).

O vice-rei informou o governo de Lisboa das possibilidades da guaxima e enviou amostras de cordas usadas com sucesso no Rio de Janeiro, sugerindo um contrato com o holandês João Hopman, radicado nessa cidade, com o privilégio de 8 ou 10 anos³², que levaria ao incremento da produção e ao aperfeiçoamento da confeção têxtil, mas tal iniciativa não teve o acolhimento esperado por Lavradio, pois a Corte insistia no cultivo do cânhamo.

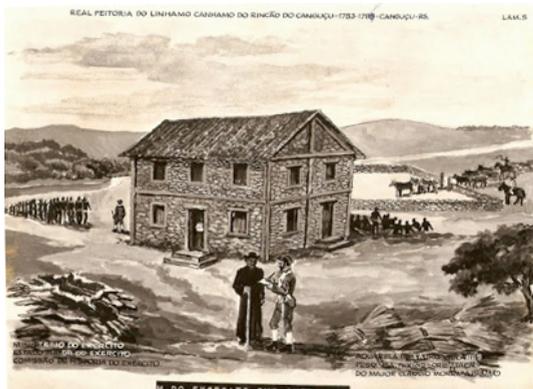


Fig. 3 Real feitoria do linho cânhamo.
Fonte: PET-História | Unicentro/C : Experiências discursivas por Pedro Renato: Silêncios sobre a Real Feitoria do Linho Cânhamo (pethistoriauni.blogspot.com)

Domingos Lopes Loureiro e o negócio da baleação no Brasil

Para ingressar e se manter no rentável mercado de contratos régios, era necessário não só capital econômico, mas também um sólido capital social, tanto para a constituição das malhas de fiadores, procuradores e caixas, quanto para influenciar as autoridades durante o processo de arrematação e depois, em questões como a cobrança de dívidas e prorrogação de prazos, entre outras (Salvino, 2020:35).

O contrato das baleias foi dos mais pretendidos e aliantes. No século XVIII, esse monopólio real, (extinto em 1801)³³, gerava lucros significativos a quem conseguia obter o contrato, atingindo o auge com a junção de todos os

³² A solicitação para o estabelecimento de uma fábrica de cordas é datada de 12 de janeiro de 1778 e o falecimento de João Hopman ocorreu em 1789, ano em que Luís de Vasconcelos e Sousa deixou de ser vice-rei do Brasil.

³³ Alvará de 24 de Abril de 1801, assinado pelo príncipe regente D. João.

contratos, em 1765. Segundo (Pesavento, 2009:149), o valor médio dos contratos da pesca da baleia da costa do Brasil (12 anos) cifrou-se nas décadas de 1750 a 1780, respetivamente, em 231.600.000, 384.000.000, 480.000.000 e 576.000.000³⁴.

Entre os produtos do cetáceo, destacamos o óleo, ou azeite de baleia, com múltiplas aplicações, por exemplo, a iluminação pública e a impermeabilização de navios, as barbatanas, exportadas para diversos países, como a Espanha, a França e a Itália (Ellis, 1969).

Matrizados por jogos de influências, os contratos espelhavam o poder da teia dos negociantes no xadrez político (Pedreira, 1996), deixando ver articulações pessoais, políticas e económicas, funcionando em rede restrita, que assumia, por vezes, contratos societários pois, em cada conjuntura, o centro político e a elite mercantil interagiram. Algumas das marcas da sua distinção no seio dos outros negociantes corporizava-se pelo seu direito, em certas circunstâncias, “a foro privativo em causas cíveis e criminais”.

Após o contrato das baleias do Rio de Janeiro, Santos e S. Paulo arrematado em Lisboa pelos representantes de Tomé Gomes Moreira³⁵, pelo período de 6 anos (1743-1748), por 71.000 cruzados e 15\$000, sucedeu-lhe o filho Pedro Gomes Moreira, morador em Lisboa, que por igual número de anos, o arrematou por 76.000 cruzados e 15\$000, transferindo-o logo para Feliciano Gomes Neves, residente em Lisboa, que o passou a seu sócio Silvestre Correia. Em 1753, Pedro Gomes Moreira estabeleceu novo contrato para a exploração do comércio das baleias do Rio de Janeiro, ilha de Santa Catarina e de São Sebastião, por 6 anos, que não conseguiu cumprir por ter falecido, havendo antes passado o contrato para o pai. Em virtude de ser devedor de algumas quantias respeitantes a outros contratos com a Coroa, não foi aceite como opositor a nova concessão. O arrendamento passou para Francisco Peres de Sousa, homem das relações de Sebastião José de Carvalho e Melo, professor de cravo na sua casa, morador em Lisboa, em outubro de 1754, pelo mesmo tempo e por 48.000 cruzados e 120\$000 anuais, respeitante a Rio de Janeiro, Santa Catarina e S. Paulo, e ainda a Baía. Associou-se a João do Couto Pereira, um comerciante do Rio de Janeiro com respaldo financeiro, cedendo-lhe grande parte dos direitos. A administração teve sucesso até ao falecimento de João Pereira (entre fim de 1760 e 1761), posto que ligou ao irmão deste, José do Couto Pereira e a João Carneiro da Silva. A concessão continuou até 1765, por decreto régio de 26 de agosto de 1760, pese embora, o contrato ter expirado cinco anos antes, mas os anos áureos não voltaram e Peres de Sousa teve um processo de execução e penhora pela Junta da Fazenda Real.

34 O autor apresenta-nos também o valor dos contratos da saída dos escravos para Minas Gerais e do estanco do sal.

35 Embora, anteriormente, tenha havido outros contratos, só nos interessa começar com este por razões atinentes ao contexto que estamos a tratar e ao grande interesse manifestado pelo monopólio da pesca da baleia por Domingos Lopes Loureiro.

O contrato emergiu, em 1765, com Inácio Pedro Quintela, corporizando uma fase auspiciosa, com a união das pescarias do norte e do sul e a formação de um consórcio de que fizeram parte Francisco Peres de Sousa, Baltazar dos Reis, José Álvares Bandeira, António dos Santos Pinto, João Fernandes de Oliveira (desembargador), Domingos Dias da Silva e Francisco José da Fonseca (caixa e administrador até 1777).

Os lucros do contrato que terminou em 1777 cifraram-se em 1.066:797\$487, com dívidas por cobrar até finais de 1781, no valor de 773:120\$648. Teve lugar em 1774, (ainda com Inácio Pedro Quintela), a renovação antecipada do contrato que durou até 1789, por 100.000 cruzados anuais – 40:000\$000 –. Falecido Inácio Quintela, assumiu o lugar de caixa e administrador-geral o sobrinho Joaquim Tibúrcio Quintela, que levou a bom termo o convénio com a Coroa, renovando-o por igual período de 12 anos, por 120.000 cruzados anuais – 48:000\$000 – em sociedade com João Ferreira Sola, que também o era no contrato do sal (Ellis, 1982:108-113).

A 9 de março de 1761, o provedor interino da Fazenda Real do Rio de Janeiro, desembargador João Cardoso de Azevedo, enviou uma carta ao rei D. José, dando o seu parecer sobre o requerimento de Domingos Lopes Loureiro, então com 32 anos, solicitando a atribuição de algum dinheiro para custear o contrato da Pesca das Baleias, bem como licença para se proceder à alteração de algumas condições desse contrato³⁶. Como não fosse provido na sua pretensão, não desistiu de clamar por justiça. Enviou à corte um documento sobre o “Calcullo que mostra o prejuizo q. resultou a Faz.da Real pelas Arremataçoens” clandestinas feitas na Secretaria de Estado do Contrato das Balleas³⁷, que admitimos houvesse sido elaborado em data próxima do final de 1766 e inícios do ano seguinte, onde delatava que, “vallendose de huma dellicada pollitica”, Francisco Peres de Souza leiloara o contrato da pesca da baleia de 1754, em prejuízo de Tomé Gomes Moreira, pretérito contratador. Domingos Loureiro apresentou, em data anterior a 26 de abril de 1777, um requerimento à rainha Dona Maria I, solicitando uma certidão do teor das condições, decreto e termo com que fora arrematado “ultimamente” o contrato das baleias da América³⁸. Em data anterior a 27 de setembro de 1777, fez um requerimento em que pedia as certidões dos preços dos contratos das baleias³⁹. Vale atentarmos no primeiro documento, que transcrevemos quase na íntegra⁴⁰:

“Este Contrato herá fundado em tres devizoens que vinhaõ Ryo de Janeiro, e Cabo Frio, Saõ Sebastiaõ, Santos e Saõ Paullo eandavaõ por 71\$ Cruzados e 15\$000 r anuais. Consta dos Livros da Secretaria do Conselho na arrematação que se fez no

³⁶ *Rio de Janeiro Avulsos 1761 Março, 9 AHU_ACL_CU_017, Cx. 62, D. 5931.*

³⁷ *AHU_CU_BRASIL-GERAL, cx. 23, D. 1973; PT/AHU/CU/003/0023/01973.*

³⁸ *AHU-CU-Reino, cx. 288, pasta 12.*

³⁹ *AHU_CU_BAHIA, Cx. 173, D. 13058; PT/AHU/CU/005/0173/13058.*

⁴⁰ (Paz, 2015: 208-209).

anno de 1742. Neste mesmo anno fundou Thomê Gomez Mor.a com faculdade Regia a Armação da Ilha de Santa Catharina que dezfrutou oito annos p.a secompensar da despeza que fez naquela Ereção: O mesmo Thome Gomez Mor.a arrematou depois em Setbro de 1751 separadamente amesma Armação por 4:000\$000 r anuais e reformou a arrematação do contrato do Ryo. ... prezente a Sua Mag.e foi o mesmo Snr'servido em atensaõ ao referido servisso mandar fazer junção dos ditos Contratos e arrematallos, pelo decadente preso de 48\$ cruzados e 100\$000 r anuais por tempo de 6 annos Francisco Peres de Souza vallendose de huma dellicada pollitica derogou esta sollemne arrematação por hum Decreto extraordinario de sorte que veyo a recahir nelle sem nenhuma coalhidade de Servissos agraca que Sua Mag.e fazia a Thomê Gomez Mor.a por compensasaõ da sua despeza. Nesta decadência ficou o contrato desde o anno de 1753 athé o de 1774 emque decorerraõ 21 annos, que arasaõ de 33 mil Cruzados anuais fazem o prejuizo da Fazenda Real de 693\$ Cruzados. No anno de 1760 offereceraõ deferentes negociantes huma terça parte mais dos 48\$ cruzados que vinhaõ a ser 16\$ cruzados e nodecurso de 14 annos veyo a fazer emprejuizo da Fazenda Real 224\$ Cruzados. Soma total 917\$ Cruzados. O Marques de Pombal talvez comLegitima ignorancia destes principios teve por bem arrematar por mais tempo este Contrato a Ignacio Pedro Quintella pelo mesmo preço de 48 mil Cruzados, inpondolhe a obrigação deextrahir o expramacete, de innovar Armaçoens, q. haviaõ de ficar a Fazenda Real, e fazer nesta Corte hum Tanque que havia decustar para sima de 100\$ Cruzados, epara isto ajudou a estes Contratadores Com Cem mil Cruzados de empréstimo anuais, e commais de 400\$ cruzados de despeza em que meteo a Fazenda Real, oque tudo ficou iludido, e sem nenhuma Execussaõ pella parte dos Contratadores. ... O Marques de Pombal sem ver, nem perceber nada desta intriga se deichou levar de se lhe oferecer mais 20\$ cruzados no anno de 1774 e effectuou nova arrematação na Secretaria de Estado por mais nove annos, isto com taõ extranhas, enunca vistas Condiçoens, que athé a Sua Mag.e tratou oSeo alto, e Supremo poder obrigandose o mesmo Snr' em nada innovar daquilo que setinha estipullado, contra os Seos Reaes interesses. Nota = A arrematação feita no anno de 1774 só principiou no actual de 1777, edezprezandose olanso da terça parte em 9 annos faz mais emprejuizo da Fazenda Real 188\$ Cruzados”.

Conquanto se devam indicar alguns lapsos de cálculo de Domingos Loureiro, como nos chama a atenção o autor, enfatizando o real valor da posição do negociante da praça de Lisboa, uma voz que não se regia pelo mesmo diapasão que beneficiou outros contratadores, nomeadamente Francisco Peres de Sousa, protegido do Marquês de Pombal, mestre de cravo na sua casa, e a família Quintela, esta que até conseguira juntar o monopólio do sal ao das baleias em 1768 (Paz, 2015: 210).

Cabe referir a importância da petição de Tomé de Castro Correia de Sá, apresentada a 3 de setembro de 1777⁴¹, solicitando para si a concessão do

41. Lembra-se que o falecimento do rei D. José teve lugar em fevereiro de 1777.

contrato das baleias do Rio de Janeiro, sem impedimento das arrematações já feitas por Joaquim Pedro Quintela, por as entender irregulares⁴². Significativo se torna para nós o excerto deste documento relativo a Domingos Loureiro, que transcrevemos:

Requereo o Suplicante embenefiço da Real Fazenda, pelo Conselho Ultramarino, que oSuplicante cobria o preço, porque actualmente se dezia ter se rematado oditto Contracto a Joaquim Pedro Quintella, eque verificada a remattação no Suplicante pelos termos sempre praticados naforma do Costume desistia da Cauza, que pende contra a Real Fazenda pella remoção, que expressava em os seus Requerimentos, cuja Cauza excede a mais de quatrocentos mil cruzados: depois fez o Suplicante prezente a V. Mag.e estas mesmas circunstancias em Requerimento que pôz na Sua Real Prezença em doze de Mayo deste anno; **etendo certeza que Domingos Lopes Loureiro ofereçera de mais a terçaparte do preço porque pertende lograr este Contracto Joaquim Pedro Quintella, pela remattação expressáda, cobrio oSuplicante o referido Lanço com mais Cem mil asignando omesmo Lanço**⁴³.

Conquanto as denunciadas irregularidades do segundo contrato da Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil arrematado por Quintela e seus sócios, a Coroa manteve-o em detrimento dos alegados prejuízos causados à Fazenda Real⁴⁴.

Em 10 de junho de 1777, o Conselho Ultramarino fez uma consulta à rainha D. Maria I sobre o requerimento de Tomé de Castro Correia de Sá, herdeiro de seu avô, Tomé Gomes Moreira, em que pedia boa arrematação do contrato das baleias do Rio de Janeiro, Santos e São Paulo e sobre o requerimento de Domingos Lopes Loureiro que solicitava fosse retirado o contrato das baleias dos atuais contratadores, pelo ardil com que o obtiveram⁴⁵.

Entre 21 de julho e 21 de agosto de 1777, foi consultado o Conselho Ultramarino sobre o requerimento de Domingos Lopes Loureiro em que pedia licença para se estabelecer de novo uma pescaria de baleias nos mares do reino de Angola e Benguela, oferecendo-se a pagar em cada ano o donativo de quatrocentos mil réis para a real fazenda, desde o tempo em que começasse

⁴² AHU-CU-017, cx. 104, doc. 8797. Consulta do Conselho Ultramarino à rainha d. Maria I sobre o requerimento de Tomé de Castro Correia de Sá.

⁴³ Sublinhado nosso. Veja-se, ainda, o documento de 9 de outubro de 1777: Consulta do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria I sobre o requerimento de Tomé de Castro Correia de Sá, em que o suplicante oferece uma elevada quantia pelo contrato da pesca das baleias do Rio de Janeiro e mais capitanias relacionadas, superior aquela dada por Domingos Lopes Loureiro. AHU-CU-017, cx. 104, doc. 8811.

⁴⁴ Ver, p.e. Marcelo de Oliveira Paz, *Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*, dissertação de mestrado em Estudos brasileiros, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 2015.

⁴⁵ Rio de Janeiro Avulsos 1777 Junho, 10 AHU_ACL_CU_017, Cx. 103, D. 8762. Anexo: lembretes, informações, requerimentos, cartas, escrito, despachos, condições do contrato

a matar baleias, e ratificando o lanço que em outro requerimento oferecera no contrato das baleias do Brasil, removendo-se dos actuais contratadores⁴⁶.

“se o mercado relacional for pensado como um conjunto de pontos (ou atores), virtualmente ligáveis entre si, há uma rede potencial quando se estabelecem laços entre eles, bem como uma rede ativa quando tais laços se transformam em relações, focadas em objetivos concretos.” (Salvino, 2020:35-36)

Como constatamos, a inclusão de Domingos Loureiro no núcleo do poder lisboeta foi ultrapassada pelo grupo encabeçado por Francisco Peres de Sousa, valido de Pombal, e depois pelo grande consórcio de Inácio Pedro Quintela, Francisco Peres de Sousa, Baltazar dos Reis, José Álvares Bandeira, António dos Santos Pinto, desembargador João Fernandes de Oliveira, Domingos Dias da Silva e Francisco José da Fonseca.

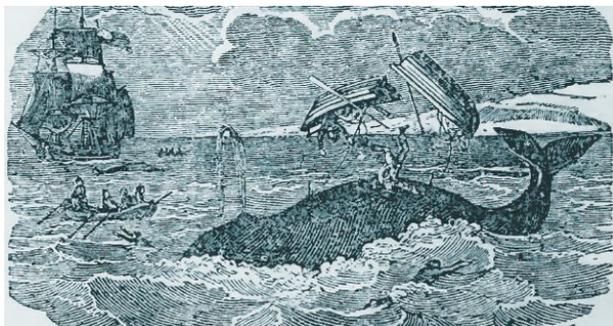


Fig. 4 A pesca da baleia no Brasil.
Fonte: História & Outras Histórias: A pesca da baleia no Período Colonial (marraiansen.blogspot.com)

O contrato do tabaco em folhas do Estado de Goa e das Províncias de Salcete e Bardez (1773)

A diversificação dos negócios de Domingos Lopes Loureiro teve outro indicador no interesse que manifestou pelo contrato de tabaco em folhas do Estado de Goa e das Províncias de Salcete e Bardez, a começar em 1774 e a terminar no final de 1776. O leilão teve lugar e o convénio foi entregue a Vithogi Sinai Nerlicar, residente em Verem, com a obrigação do pagamento de 119.000 xerafins por ano, de 1% para obras de caridade, de adquirir o tabaco que viera do reino para a Real Fazenda na monção, pelo preço de 210 xerafins por khandi e satisfazer essa importância à Real Fazenda⁴⁷.

46 Resolução com a rubrica de SM, no Palácio de Queluz. Assinam a consulta: Conde da Cunha Presidente; Conde Copeiro-Mor; Luís Diogo Lobo da Silva; Diogo Rangel de Almeida Castelo Branco; João Alberto de Castelbranco; Miguel Serrão Dinis; José Carvalho de Andrade; João Baptista Vaz Pereira; Manuel da Fonseca Brandão. *AHU_CU_CONSULTAS MISTAS, Cod. 27, fl. 157; PT/AHU/CU/031/0027/00237*. Trataremos deste assunto, em ulterior artigo.

47 Fonte: *HAG: MR, 151, fls. 66-166v, apud* (Anthony, 2013:429). Apêndice 7.3. Idem,

Para além de proporcionar consideráveis proveitos aos arrematantes, a adjudicação dos grandes contratos colocava-os numa posição central, pois os termos das concessões permitiam-lhes, em geral, a nomeação de sócios ou a cedência de participações no negócio, que muitos faziam em pequenas quotas. Deste modo, a contratação — enquanto instrumento de acumulação e fonte de influência — funcionava como factor de discriminação no interior do corpo de comércio, propiciando a formação de uma elite e fomentando até, quando os contratos mais rendosos se mantinham sob o domínio dos mesmos grupos, o desenvolvimento de tendências oligárquicas na praça mercantil — tendências que, contrariamente à divulgada ideia de que foi a política pombalina que precipitou a concentração no meio mercantil, se acentuaram particularmente no reinado de D. Maria (Pedreira, 1996:361).

Domingos Loureiro estava atento às perspectivas que se lhe colocavam e não deixou de tentar capitalizar a sua vasta experiência como negociante em diversas regiões do império português, muitas vezes em sociedades, como a que celebrou com Domingos Francisco Lisboa, no sentido de dar vida ao comércio, como apresenta na seguinte proposta (Anthony, 2013:433-435)⁴⁸:

Senhor,

O suplicante, Domingos Lopes Loureiro diz ser um dos primeiros comerciantes a colocar em prática a vantagem da lei de liberdade de navegação, ordenou o funcionamento de um navio dos portos nacionais e estrangeiros da Índia e reanimou a letargia do comércio da Ásia que descambava de seu antigo esplendor para a triste decadência de nenhum navio partindo de Goa. O suplicante prosseguiu em seus esforços e empenho: o interesse junto com Domingos Francisco Lisboa, em animar o navio Estogler, o Francisco de Paula e o barco Monte do Carmo – tudo sob a direção do suplicante, percebendo os motivos da decadência do comércio que vêm a ele naturalmente, foi o vassalo incontrovertido que mais contribuiu para a recuperação onde ela é encontrada. Todos esses navios foram não apenas um estímulo para muitos outros que se dedicaram às trocas e ao comércio, mas também para uma nova escola de aprendizagem sistemática em obter muitos caixeiros, aprendizes, filhos e parentes de homens de muita atividade nessa corte real, entre os quais estão incluídos três sobrinhos e um filho do suplicante, além dos capitães e marujos a bordo dos mencionados navios com mercadorias em lugar de dinheiro. O reconhecimento público é a prova visível dessa verdade. Impelido por esses motivos, o suplicante entrou em contato com todas as grandes casas nos diversos portos dos domínios e descobriu que um dos principais males de nosso comércio é a lentidão, a transgressão e a intriga com que o comércio de tabaco tem sido levado adiante, causando grave prejuízo ao tesouro real, visivelmente *ocorrido durante a mais recente coleta feita em Goa*, quando o governador teve de persuadir e pessoalmente solicitar àquele que conseguiu o contrato. Senhor, embora o consumo

48 *Idem*, Apêndice 7.6.

de tabaco na Índia e China seja grande, o contrato se reduziu ao mínimo devido a muitas razões. Se for lícito ao suplicante entrar em alguns aspectos do comércio e da economia, levar as políticas e a gestão de outros países ao conhecimento de Vossa Majestade parece ser louvável. Tomando a Índia como colônia, a teoria política das nações civilizadas determina o governo das colônias para o benefício da metrópole; em segundo lugar, o contrato do tabaco na Índia não deveria ter sido leiloado em Goa a um gentio que somente busca suas ambições pessoais e o único objetivo de leiloar o contrato é introduzir o fumo estrangeiro vindo de colônias ateias; talvez os contratos do Brasil tenham sido leiloados em Lisboa com esse sentimento, afetando muitas casas nobres, manipulando os contratos sob segurança jurídica supervisionados por ministros de boa reputação. Manter um preço elevado e fixo para nosso tabaco era, e sempre será, abrir as portas para algo cujas empresas da Inglaterra e da Holanda fecharam as suas, e continuam a fazê-lo em seus vastos domínios. Todos sabemos que o tabaco português da América é um dos mais conhecidos, mas como essa mercadoria é de luxo ou uma vaidade dos homens, cada nação a usa conforme seu gosto e a melhor política seria prepará-la de acordo com os gostos de quem irá consumi-la. Nestes três artigos estão inscritos o progresso das nações do norte e o atraso e inação dos portugueses. Se Deus quiser, os ministros de Vossa Majestade poderão algum dia examinar esse assunto com seriedade; Portugal voltará à sólida regra comercial de trocar o supérfluo pelo necessário; na matéria em consideração, Vossa Majestade estará mais bem servida enviando tabaco a Macau e trazendo chá, trocando um artigo de luxo por outro do mesmo tipo; seria uma política equivocada levar à Índia os preciosos ouro e prata em espécie em troca de temperos. Com essas reflexões o suplicante está convencido de que esta proposta não apenas é justa e merecedora da atenção de Vossa Majestade, mas também serve para despertar a sabedoria e zelo de vossos honrados ministros. Como este respeitável Tribunal leva a cabo a inspeção do comércio das conquistas e por meio dele as propostas mais importantes, esclarecidas com a douta opinião de ministros incorruptos e zelosos, chegam à presença do rei, parece, com todo o respeito, que esta proposta que busca sobrepujar a ruína atual ou iminente será levada em consideração, porque persegue o crescimento futuro de um contrato real e dos grandes contratos que a nação pode ter naquela parte do mundo, baseados em uma mercadoria que é supérflua para nós e para a qual devemos procurar consumo fora do reino e que não pretende inovar em nada que possa ofender o interesse do contrato do reino. Cheio de zelo patriótico o suplicante oferece a Vossa Majestade alto preço na Índia, dizendo em verdade que não pedirá isenção de direitos ou garantias em tempos normais nem pedirá honorários dos tribunais, submeter-se-á aos pagamentos conforme determinados e se propõe a ser mais útil ao tesouro real e à nação do que a si mesmo.

O apêndice 435, que transcrevemos é denso de conteúdo⁴⁹:

O suplicante deseja que Vossa Majestade lhe atribua o contrato mencionado abaixo nas mesmas condições elevando o último preço leiloado de 4.000 xerafins naquela cidade e suas dependências e em Macau. Oferece voluntariamente 10.000 cruzados em acréscimo, incluindo apenas duas condições que contribuiriam para o benefício público:

1. Poderá legalmente reduzir o preço do tabaco, o que será útil para estimular maior consumo.
2. Após retirar de Lisboa a quantidade habitual de tabaco para consumo, calcular a média dos últimos seis anos a fim de poder enviar do Brasil o que parecer melhor a Vossa Majestade, durante um período de doze anos a começar do último leilão realizado em Goa em 1775. Dará garantia a essa corte real, fará os pagamentos conforme determinado neste reino, Goa ou Macau, no melhor interesse do serviço real ou do contrato da corte real e tornando possível que este contrato ao fim de doze anos se eleve a um preço muito maior, no que reside o interesse do tesouro real, tudo isso em verdades palpáveis e privadas de exageros causa de frequente de perda de tempo nos tribunais (Antony, 2013:433-435)⁵⁰.

Extinto o lugar de correio-mor em 1797, Domingos Loureiro, por carta à rainha Dona Maria I, em 1798, propôs-se contribuir para ajudar a resolver as dificuldades que os correios atravessavam e a ausência de regulamento e seguro sobre as encomendas. Disponibilizou-se a trabalhar com os seus dois filhos no estabelecimento dos correios, sendo pago pelo rendimento do serviço dos portos de Goa ou Macau⁵¹.



Fig. 5 Os fumos.

Fonte: (PDF) «Tomar os fumos da erua que chamão em Portugal erua sancra». Estudo de Cachimbos provenientes da Rua do Terreiro do Trigo, Lisboa (researchgate.net)

49 (Antony, 2013:433-435); Fonte: *OR*, 1506, fls. 120-122.

50 Fonte: *OR*, 1506, fls. 120-122.

51 Indica ter fundado a primeira fábrica de descascar arroz no Rio de Janeiro, contribuído para restabelecer o “decadente comércio da Índia” e a “reforma do contrato das baleias” por ordem da Corte. Secretaria de Estado do Brasil, *Correspondência da Corte com o vice-reinado, códice 67, vol. 23, fl. 44-45*, em História Luso-Brasileira <http://historialuso.an.gov.br>.

Domingos Lopes Loureiro, um negociante no império português e na China

Pesavento (2009:132-134) chama-nos a atenção, com base na amostra que estudou, para o facto de as sociedades não se circunscreverem às relações comerciais entre Lisboa e o Rio de Janeiro. Apontou ainda a Índia, a África e várias capitanias no Brasil, como Pernambuco, S. Paulo, Minas e Baía, dando como exemplo desta situação Domingos Lopes Loureiro, homem de negócio em Lisboa e no Rio de Janeiro que constituiu uma sociedade em junho de 1755, com António de Sousa Lage, homem de negócio no Rio de Janeiro. Refira-se que, na respetiva escritura, Domingos Loureiro partia da Baía para Lisboa⁵².

Passado pouco mais de um ano, em 11 de outubro de 1756, vê-se a continuidade das relações comerciais entre Domingos Loureiro e António Lage, através do ofício deste ao negociante da praça do Rio Grande de São Pedro, José [João?] Martins de Oliveira, membro da sociedade José [João?] Martins de Oliveira e Companhia, informando ter recebido a importância remetida pelo mestre António de Andrade, como procurador de Domingos Lopes Loureiro, em viagem de negócios a Lisboa, comentando a carestia e a escassez de géneros na região do Rio Grande⁵³. Decorridos alguns dias, a 27 de outubro, damos conta de nova correspondência que nos aborda a relação entre Loureiro e Lage⁵⁴: o ofício de António Lage ao negociante da praça do Rio Grande de São Pedro, João Martins de Oliveira e Companhia, informando ter recebido uma importância pertencente a António de Azevedo Sousa, referindo os abatimentos feitos em nome daquela Companhia nas despesas com “estabelecimento” do negociante Domingos Lopes Loureiro, ausente em viagem de negócios a Lisboa.

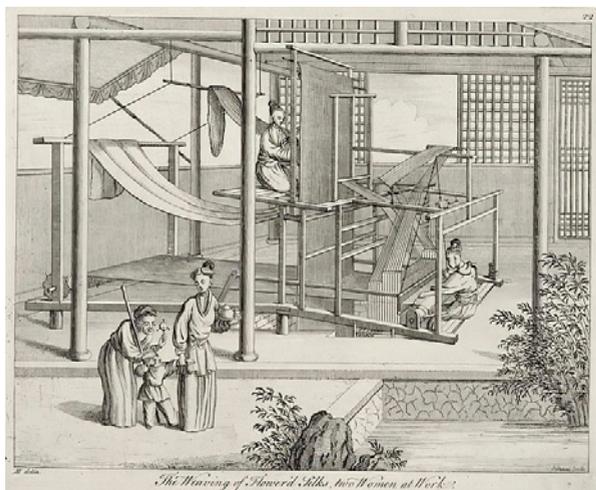


Fig. 6 A tecelagem da seda na China de Setecentos.
Fonte: A tecelagem de seda de Flowered, duas mulheres no trabalho, China, final do século XVIII (meisterdrucke.pt)

52 NA, 1.º Ofício de Notas, Livro 126.

53 AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 51, D. 5105; PT/AHU/CU/017/0051/05105.

54 AHU_CU_RIO DE JANEIRO, Cx. 51, D. 5109; PT/AHU/CU/017/0051/05109.

Domingos Lopes Loureiro teve transações comerciais com diferentes lugares do império português, como Angola, Moçambique, Índia, Brasil e extra imperial, como a China, fazendo parte do núcleo dos maiores negociantes da praça de Lisboa. Encontramos um exemplo dessas transações no ano de 1769, quando ele e Francisco Lopes Lisboa, então, dois dos maiores negociantes da praça de Lisboa:

“tiveram um navio retido em Luanda quando se preparavam para levar fazendas asiáticas para o Brasil. Para justificar a necessidade de despachar as mercadorias, os responsáveis pelo navio disseram que teriam de pagar as letras usadas para financiar a expedição três dias após a chegada do navio a Luanda. O pagamento deveria ser feito no Brasil. Se isto não acontecesse teriam de arcar com juros de 5%” (Ferreira, 2001:162)⁵⁵.

Situação financeira do negociante

Com prenúncio na segunda fase do governo pombalino, a década de 1760 foi a mais fustigada pela crise económica do império português. Lembramos, entre outras causas, a guerra, a questão mineradora e a debilidade financeira repercutindo-se na produção, no comércio e nos fundos do Estado (Monteiro, 2008).

A situação financeira de Domingos Lopes Loureiro nem sempre teve estabilidade, a exemplo de vários outros negociantes da época, que viram as suas contas “enredadas” fruto de diversas contingências, como o sistema creditício, função chave do desenvolvimento da economia, agentes disponíveis a investir a risco mediante a cobrança de juros, capitalização de atividades mercantis, inserção em diversas redes sociais, posição no mercado relacional como se demonstra.

O leque de oportunidades de Domingos Loureiro variou, por vezes, ampliando as suas redes sociais e de negócios e o seu potencial de acumulação de capitais e a movimentação de muitos contos de réis e, noutras, o conjunto de oportunidades fechou-se, conquanto a sua tenacidade para novos desafios e a luta por contratos régios, como o das baleias e o do tabaco, não hesitando em questionar a Coroa sobre alegadas irregularidades na concessão de monopólios, sempre como agente envolvido com a economia do império e conhecedor dos seus meandros⁵⁶.

No império português se percebe a existência de circuitos que, em diferentes graus, garantiram a reprodução de setores produtivos, grupos sociais e mesmo

55 Nota 42. Cf. *Petição de João Ferreira capitão do navio Nossa Senhora do Livramento e S. José, o cx. Manuel José de Sá e Faria*; os oficiais e carregadores do mesmo abaixo-assinado, em 7 de outubro de 1771. *AHU, Angola, av., cx.55*.

56 Domingos Lopes Loureiro, Cosme Damião, José Gonçalves Pena, António Luís Peixoto e Domingos Mendes de Souza constavam como principais devedores da casa de negócios britânica alocada em Lisboa, Elias Perochon & Cia. Esta sociedade fazia fretamentos de navios para diversas partes do império e compra e venda de embarcações (Pesavento, 2009b:8).

de estruturas econômicas daquelas sociedades tão diferentes. Enfim, o império era mais que uma colcha de retalhos comerciais. (Fragoso, 2002:124).

A 11 de março de 1761, uma carta de Manuel dos Santos Pinto, irmão do destinatário António dos Santos Pinto, referia a letra que enviava, no valor de 1.469:861 réis, passada por Manuel Luís Vieira sobre Domingos Lopes Loureiro, a pagar da conta do Dr. Manuel Antunes da Fonseca, a quem se faria entregar, cobrada que fosse. Seguia outra letra no valor de 2.988:657, passada por Manuel Luís Vieira sobre Domingos Lopes Loureiro, a pagar da conta do Dr. João António Vaz Morilhas, para que recebida que estivesse, se entregasse a seu irmão José Vaz Morilhas, morador na vila de Águeda⁵⁷.

Entre 24 de março de 1767 e 7 de agosto de 1771, decorreu um longo processo de ação cível de execução de sentença, em que foi autor João de Arruza, (cessionário de António Álvares dos Reis e este fora cessionário do mestre ferreiro Filipe de Santiago Pereira), e réu João Luís de Oliveira⁵⁸, homem de negócio e detentor de 10 ações da Companhia de Pernambuco e Paraíba, no valor nominal de quatrocentos mil réis. A ação prendia-se com uma dívida do réu e de Domingos Lopes Loureiro na importância de 611.010 réis, procedente da venda de ferro para o navio Nossa Senhora da Lapa, que ia para Moçambique, de que era senhor Domingos Lopes Loureiro e Companhia⁵⁹. No dia 2 de junho de 1767, em Lisboa, Domingos Lopes Loureiro e João Luís de Oliveira comprometeram-se a pagar, daí a um ano e, caso não cumprissem, seriam vencidos juros no valor da lei.

A 30 de dezembro de 1768, em Lisboa, foi movida a acção cível de assinação de dez dias confessada para se julgar por condenação de preceito em que era autor Manuel Pereira de Faria e réu Domingos Lopes Loureiro, baseada nos factos que se enumeram:

A 10 de novembro de 1766, Manuel Pereira de Faria, Contador Geral do Real Erário, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, residente junto à igreja de Santa Catarina de Monte Sinai, em Lisboa, emprestara a Domingos Lopes Loureiro, a quantia de um conto e duzentos mil réis, em dinheiro, a 5 de agosto, dois contos quinhentos e oitenta mil quatrocentos e trinta réis e, em várias parcelas e datas, um conto novecentos e noventa e quatro mil e quatrocentos réis, com escrito de 10 de outubro. Sendo-lhe necessária a verba de um conto e novecentos mil réis a pedira ao Doutor António Moreira Pegas e a Joaquim Pedro Vergolino, que lha emprestaram à razão de juro de 5%, no dia 21 de julho, de que lhe fizera “um escrito de sua letra e sinal”. Fora fiador e principal pagador

57 *Feitos Findos*, Diversos (documentos referentes ao Brasil), mç. 6, n.º 52; PT/TT/CS/H/001/0006/00052.

58 Em 4 de agosto de 1772, era cavaleiro professo da Ordem de Cristo. *Feitos Findos*, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, mç. 22, n.º 4, cx. 29; PT/TT/CCPP/0022/00004.

59 *Feitos Findos*, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, mç. 41, n.º 14, cx. 55.

Manuel Pereira de Faria e, como tal, pagara os juros de 5 meses, que importaram em um conto novecentos e trinta e nove quinhentos e oitenta réis de que lhe passara comprovativo o Doutor António Moreira Pegas, “a 21 do presente mês”. Tudo foi reconhecido pelo devedor, residente na Rua Direita dos Poços dos Negros, em Lisboa, negociante nessa cidade, no total de sete contos setecentos e catorze mil quatrocentos e dez réis (7.714.410 réis). Ficaram vencendo juros à razão de 5%, contados desde os dias das respetivas datas dos “escritos” e recibo até à real entrega. Obrigou sua pessoa e bens presentes e futuros e o melhor parado deles, em especial 10 ações que tinha na Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, na altura, no valor de seis contos e quatrocentos e oitenta mil réis, com todos os seus lucros que se fossem vencendo; uma galera por invocação Nossa Senhora da Piedade e Santo António de Lisboa de que era dono *in solidum*, e juntamente a entrada e lucros que lhe pertencessem no navio Correio [Correyo] do Mar e sua cargação, que estava a chegar da Índia, em que era interessado numa terça parte. Por acórdão do Tribunal da Relação de 7 de janeiro de 1769, o réu foi condenado a pagar a dívida⁶⁰.



Fig. 7 O porto de Lisboa no século XVIII-XIX.
Fonte: Marinha de Guerra Portuguesa: O Porto Real de Lisboa – Séc. XVIII-XIX

Em vários anos, Domingos Loureiro surgiu em autos de execução de dízima, como se indica: em 1768, foram-lhe movidos por Silvestre dos Reis Dinis⁶¹; no mesmo ano, pelo Dr. Diogo José Oliveira Ferreira da Cunha⁶²; em 1769, por Diogo Pereira Soares⁶³; por Ludgero Illius⁶⁴; por João Crisóstomo de

60 Mç. 5, M, n.º 14; PT/TT/CCPP/0010/00004.

61 Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 61, n.º 52; PT/TT/JHC/002/0061/00052.

62 Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 61, n.º 53; PT/TT/JHC/002/0061/00053.
Em 1 de abril de 1775, era corregedor do crime do Bairro Alto, em Lisboa. *Registo Geral de Mercês de D. José I*, liv. 14, f. 85v.

63 Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 61, n.º 41; PT/TT/JHC/002/0061/00041.

64 Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 61, n.º 42; PT/TT/JHC/002/0061/00042.

Morais⁶⁵; por António da Costa Mousinho⁶⁶, pelo tenente coronel Joaquim Pedro Virgolino e o Dr. António Moreira Pegas⁶⁷; por António Teles da Silva⁶⁸; em 1770, pelo padre António José Vilas Boas e Abreu⁶⁹; por Guilherme Lucas Tomás Orne e outro⁷⁰; por Teresa Inácia⁷¹; em 1778, por José Manuel Fonseca⁷²; João Esteves Caldas⁷³; José Manuel Fonseca⁷⁴; por Dona Maria Brízida [Brígida?] da Silva Vieira⁷⁵; António José de Gamboa⁷⁶; em 1780, por Manuel José Fernandes⁷⁷; Diogo Edgar, como testamenteiro de João Martins⁷⁸; em 1783, por Manuel de Freitas⁷⁹; pelo duque do Cadaval a Domingos Lopes Loureiro e outros⁸⁰; por Custódio José Bandeira⁸¹; por Domingos Tavares⁸².

A 28 de abril de 1769, foi intentada contra Domingos Lopes Loureiro uma ação por dívida de 113.600 réis derivada de um empréstimo, por Francisco Gomes da Cunha, na altura, ambos negociantes da praça de Lisboa e acionistas da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, com 10 ações cada, morando Domingos Lopes Loureiro na Rua Direita dos Poços dos Negros⁸³. Em 12 de maio do referido ano, o Tribunal da Relação proferiu um acórdão, condenando o réu ao pagamento da dívida e das custas do processo.

A 10 de outubro de 1769, foi-lhe colocada por Francisco de Sales Gomes Monteiro, na qualidade de herdeiro de José Alves Monteiro⁸⁴, uma acção cível de assinação de dez dias por uma dívida de 660.000 réis, com juros a cobrar desde a chegada da última frota vinda da cidade da Baía⁸⁵. Essa quantia procedia da obrigação monetária de Manuel dos Santos a José Alves Monteiro, que passou “para a mão” de Domingos Loureiro, acrescida dos juros. Domingos Loureiro

65 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 61, n.º 51; PT/TT/JHC/002/0061/00051.*

66 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 61, n.º 71; PT/TT/JHC/002/0061/00071.*

67 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 61, n.º 72; PT/TT/JHC/002/0061/00072.*

68 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 61, n.º 48; PT/TT/JHC/002/0061/00048.*

69 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 57, n.º 11; PT/TT/JHC/002/0057/00011.*

70 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 57, n.º 13; PT/TT/JHC/002/0057/00013.*

71 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 58, n.º 22; PT/TT/JHC/002/0058/00022.*

72 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 58, n.º 14; PT/TT/JHC/002/0058/00014.*

73 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 58, n.º 2; PT/TT/JHC/002/0058/00002.*

74 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 58, n.º 14; PT/TT/JHC/002/0058/00014.*

75 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 59, n.º 39; PT/TT/JHC/002/0059/00039.*

76 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 59, n.º 41; PT/TT/JHC/002/0059/00041.*

77 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 62, n.º 4; PT/TT/JHC/002/0062/00004.*

78 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 61, n.º 28; PT/TT/JHC/002/0061/00028.*

79 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 61, n.º 16; PT/TT/JHC/002/0061/00016.*

80 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 61, n.º 18; PT/TT/JHC/002/0061/00018.*

81 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 57, n.º 55; PT/TT/JHC/002/0057/00055.*

82 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra D, mç. 57, n.º 82; PT/TT/JHC/002/0057/00082.*

83 *Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, mç. 25, n.º 17, cx. 32; PT/TT/CCPP/0025/00017.*

84 *Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, mç. 25, n.º 19, cx. 32; PT/TT/CCPP/0025/00019.*

85 *A frota da Baía entrou em Lisboa, a 14 de dezembro de 1766, comboiada pela nau de Guerra Nossa Senhora do Carmo. Comandante João da Costa de Ataíde. Livro de Entradas e Despachos, fl.60. Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, mç. 25, n.º 19, cx. 32; PT/TT/CCPP/0025/00019, fl.114.*

reconheceu a dívida, a 27 de janeiro de 1769, e nomeou os seus procuradores para resolver a causa.

A 2 de maio de 1770, foi desencadeada a acção cível de execução de sentença em que era autor Henrique Verney e réu Domingos Loureiro (fiador e principal pagador de Cristóvão Marques Targini) [ou Cristóvão Marcos Targini]. A acção prendia-se com uma dívida de Targini⁸⁶ no valor de 4.021.579. Domingos Loureiro, a 3 de maio de 1770, para pagamento da dívida de que foi fiador, alguns bens de Targini a saber: 2 chãos de casas na Rua que ia dos Paulistas para as duas igrejas e todos os móveis em que vivia o dito “fiado”. Caso não chegasse, indicava o valor que lhe devia o capitão André Ferreira, de Cascais⁸⁷.

A 20 de junho de 1770, o capitão Domingos Gonçalves Reis desencadeou uma ação cível contra Domingos Lopes Loureiro e C.^a, a fim de ser pago da quantia de 578\$358 réis, por essa sociedade por vários aprestos que lhe vendera para o seu navio chamado Relógio que foi mandado para a Índia. Domingos Lopes Loureiro reconheceu a dívida e indicou o nome do caixa da sociedade, João Luís de Oliveira, a quem responsabilizou pelo pagamento⁸⁸. Nesse ano, ainda, a 20 de setembro, Domingos Loureiro teve de lidar com uma ação cível de execução de sentença por Francisco Candidi⁸⁹, devido ao incumprimento da decisão judicial proferida contra ele, então negociante na Praça de Lisboa, a viver na Rua Direita dos Poços dos Negros, acionista da Companhia de Pernambuco e Paraíba (criada em 1757), com dez acções⁹⁰. O libelo prendia-se com uma dívida de 565.040 réis, procedente de um empréstimo. Os bens penhorados consistiam em bens móveis encontrados na sua casa de residência, arrombada por decisão judicial, após tentativa de lá encontrar Domingos Loureiro e algumas testemunhas afirmarem que se ausentara para parte incerta, haveria meses e, que sendo homem de negócio da Praça de Lisboa, devia muito dinheiro a homens de negócio da mesma praça⁹¹. Uma das testemunhas arroladas foi Jacinto Leonardi, homem de negócio de nação italiana, morador na Rua de S. Bento, freguesia de Nossa Senhora das Mercês, que declarou ser corrente dizer-se que o réu se ausentara para o Brasil. Nesse mesmo ano e em outros, foram-lhe movidos vários autos de execução de dízima, como referimos anteriormente.

86 Autor de Novo methodo para a Alfandiga [Manuscrito] / Christovão Marcus Targini . – Lix.^a, 1759 e Guia dos cambistas [Manuscrito] / oferecida ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Sebastião Joze de Carvalho e Mello Secretario de Estado dos Negocios do Reino da Christovão Marcus Targini . – Lix.^a, 15 Fevr.^o de 1759. Targini nasceu em Liorne ou Leorne, atual Livorno.

87 *Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, mc. 20, n.º 11, cx. 27, PT/TT/CCPP/0020/00011.

88 Assina datando Lisboa, 20 de junho de 1770. *PT-TT-CCGM-0045-00011-m0001.TIF-acção cível de preceito*.

89 Banqueiro de Roma. Pesavento (2009b:8).

90 *Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, mc. 26, n.º 1, cx. 34 PT/TT/CCPP/0026/00001.

91 *Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, mc. 26, n.º 1, cx. 34 PT/TT/CCPP/0026/00001 fl. 58-59.



Fig. 8 A Praça do Rossio em Lisboa de Setecentos. A Praça do Rossio no século XVIII. Visíveis no quadro são o Hospital Real de Todos os Santos, o chaifariz do Rossio, e o C... | Lisboa, Portugal | cidades, Lisboa antriga (pinterest.es)

A 5 de junho de 1782⁹², surgem-nos os autos cíveis de assinação em que eram partes a duquesa do Cadaval, Dona Leonor Rita da Cunha, e réus Domingos Lopes Loureiro, Luís Ventura Loureiro, seu filho, Joaquim Lobato de Araújo, primeiro sobrecarga, João Ferreira, capitão e primeiro piloto, João Álvares Pereira e Nicolau Mendes Correia. Pelas letras inclusas, constava que eles tomaram a risco uma letra de 319.000 réis e outra de 377.000 réis, correndo-se o risco no navio Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Paraíso, vulgarmente chamado o Campelo. Às verbas antes indicadas seria operado o abatimento de 110.000 réis e de 130.000 réis que a duquesa já havia recebido.

No processo constava que, a 17 de janeiro de 1779, em Lisboa, fora feito um documento em que Domingos Lopes Loureiro e outros se comprometiam, decorridos 60 dias da chegada a salvamento ao porto da cidade de Lisboa de volta da Índia e China, a entregarem a quantia de 377\$000 réis proveniente de 260.000 réis que os precedentes lhe tomaram a risco em dinheiro para o fundo e “costiação” do navio e pelo risco que a duquesa corria de “Mar, Fogo Inimigo e falço am.” lhe era dado de prémio a 45%, para que juntos perfizessem 377\$000 réis, ou seja, o prémio seria de 117.000 réis. Hipotecaram ao pagamento da dívida o navio, os seus fretes e a carregação.

A rota seria: partida de Lisboa com escala na ilha da Madeira, Rio de Janeiro, Baía, Moçambique, Goa, Bombaim, Diu, Damão e Surrate na costa do norte, Cochim, e Falaxeyra, na do sul Pontechery e Madrasta na de Coromandel e dali a Macau e, na volta, segunda vez pela costa do Coromandel ou pelo estreito de Sonda para Lisboa, com escala pelas Maurícias, Angola e Baía ou

⁹² *Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 3, n.º 6, cx. 370. Juízo da Índia e Mina, cartório do escrivão Manuel José da Silva 1761,1783, Acção cível de assinação de dez dias.*

outras quaisquer que involuntariamente tomasse. Após fundear em Lisboa, se decorridos 30 meses não pagassem, venceria a dívida de juros meio por cento ao mês. A 6 de novembro de 1781, chegou ao porto de Lisboa o navio e, no dia seguinte, fundeou com o capitão João Ferreira, vindo de Macau.

Segundo os autos, já somavam de juros de 319 dias, de 5 de março de 1792 a 18 de janeiro de 1793, 20.000 e 500 réis (20\$500), perfazendo do principal e juros 489\$650 réis. Na data, o capitão e o primeiro sobrecarga do navio confessaram as dívidas e declararam que a hipoteca se encontrava por executar. O navio, suposto se achasse executado, ainda existia o seu produto: os fretes estavam muitos por cobrar e as fazendas pertencentes a “Negociação” encontravam-se a maior parte delas em poder de Domingos Loureiro e seu filho que as levantaram da Casa da Índia “por modos inteiramente contrários ás ordens de S. Mag.e como se provara sendo persizo etambem [?] o dr.º e huma peça de Diamantes de q. procedem as d.as letras”(…) não foram ao cofre da Negociação, e tudo se applicou á particular Utili.de dos d.tos Loureiros”. Adiantam que “as suas soldadas” não estavam completamente cobradas por se se encontrarem por pagar várias dívidas. A 5 de dezembro de 1782, em Lisboa, em audiência pública, os réus foram citados para reconhecerem os sinais de sua obrigação e foram mandados apregoar.

A 6 de março de 1788, Joaquim Cardoso Guedes reclamou o pagamento da dívida de 135.20 réis pelo trabalho da “obra de poliame” que, na qualidade de mestre dessa arte, fez a Domingos Loureiro no navio Nossa Senhora do Sacramento Campelo⁹³, para seguir viagem para a costa da Ásia⁹⁴. A 2 de abril desse ano, foi condenado a pagar a dívida e as custas do processo.

No ano de 1798, como já se referiu, encontramos Domingos Loureiro, por carta à rainha Dona Maria I, (intitulando-se negociante), a solicitar trabalho no estabelecimento dos correios, com seus dois filhos, pedindo como pagamento o rendimento do serviço dos portos de Goa ou Macau. Domingos Loureiro requeria, ainda, uma pensão para sua filha, sem indicar o valor. Mencionava ter sido dono e diretor da primeira fábrica de descascar arroz no Rio de Janeiro, restabelecendo o “decadente comércio da Índia” e haver proposto a “reforma do contrato das baleias” por ordem da Corte⁹⁵. Descrevia no pedido, as dificuldades dos correios e a falta de regulamento e seguro sobre as encomendas que traziam prejuízos aos proprietários. Propunha-se aumentar a receita da Real Fazenda.

Pese embora o seu caminho nem sempre trilhado com sucesso, mormente nos arrendamentos da Coroa portuguesa, foi um negociante destacado em

93 Devia tratar-se do navio Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Paraíso, o Campelo, de que era dono já em 17 de janeiro de 1779, de acordo com um empréstimo da duquesa de Cadaval a Domingos Lopes Loureiro e outros. *Findos, Juízo da Índia e Mina*, mç. 3, n.º 6, cx. 370.

94 Acção cível de preceito em que é autor Joaquim Cardoso Guedes e réu Domingos Lopes Loureiro. *Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina*, mç. 61, n.º 2, cx. 248; *PT/TT/JIM/C/0061/00002* e *Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina*, mç. 61, n.º 2, cx. 248; *PT/TT/JIM/C/0061/00002*.

95 *Correspondência da Corte com o vice-reinado, códice 67, vol. 23, fl. 44-45.*

Lisboa, capital e principal praça mercantil do Império, onde atuou no comércio por grosso.



Fig. 9 A Praça do Comércio em Lisboa.
Fonte: A Praça do Comércio em Postal Antigo – CAN THE CAN

Outra geração: o filho Luís Ventura Loureiro

Domingos Lopes Loureiro, tal como refere numa sua petição a Dona Maria I, deu ao filho Luís Ventura Loureiro a possibilidade de singrar no mundo dos negócios, adquirindo experiência com ele, bem como a capacidade técnica de capitão de navio, que usou em viagens ao Brasil e à Ásia, como se pode ver adiante:

No ano de 1785, foi apresentada uma execução de sentença cível de preceito em que era autor José Madeira da Fonseca e réus Luís Ventura Loureiro, capitão e proprietário do navio corveta Rite Grande, de invocação Nossa Senhora da Piedade e São Boaventura e Francisco António da Silva Lisboa, nascido na freguesia do Monte da Caparica, a 25 de julho de 1754⁹⁶, dono do navio. José Madeira da Fonseca pre-

96 Casado com Dona Bernarda da Silva, filho de Aleixo da Silva e de Dona Ana Joaquina, irmão de Gonçalo José da Silva Lisboa, nascido no Monte da Caparica, a 28 de março de 1763, residente em Pernambuco; do coronel António José da Silva Lisboa nascido no Monte da Caparica, a 18 de maio de 1760, falecido com testamento, em Luanda, Angola, na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, a 27 de maio de 1812, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, casado a 27 de outubro de 1790, na freguesia das Mercês, em Lisboa, com Dona Ana Leonor de Sousa, natural da mesma freguesia, (pais de José Joaquim da Silva Lisboa, ou José António da Silva Lisboa, nascido a 7 de março de 1791, de António José da Silva Lisboa, nascido a 2 de novembro de 1796, e de Dona Maria Isabel do Carmo e Sousa, ou Dona Maria da Silva Lisboa, nascida a 15 de fevereiro de 1793 [ou 1 de abril?], todos nascidos no Monte da Caparica, na data, solteiros, moradores no Recife de Pernambuco residentes algum tempo na Rua Direita da Fonte Santa, na freguesia do Monte da Caparica, Almada. Dona Maria Isabel do Carmo e Sousa já casada com José Brigan e residente em Pernambuco); irmão de José Joaquim do Cabo e Silva, nascido no Monte da Caparica, a 12 de maio de 1753, casado com Dona Ana Rosa Alexandrina Sampaio, natural do Monte de Caparica e falecido no Rio de Janeiro em 1799, casado, sem filhos e com testamento realizado a 29 de março de 1799. Declarou ter nascido na Costa da Caparica,

tendia receber 184 mil réis de seus honorários como primeiro cirurgião quando em abril de 1783, fez viagem do porto de Lisboa para os portos da Ásia. A 9 de maio de 1786, Luís Ventura Loureiro e Francisco António da Silva Lisboa foram condenados ao pagamento da dívida e das custas do processo⁹⁷.

A 23 de março de 1786, Maria Páscoa, viúva de Martinho da Silva, moradora na freguesia de Santa Engrácia, na Quinta da Horta da Cera, pretendia o pagamento das soldadas que vencera seu filho José Joaquim da Silva nascido a 18 de fevereiro de 1764, na freguesia de Santa Engrácia, como mancebo do navio Rite Grande, de invocação Nossa Senhora da Piedade e São Boaventura, de que os réus capitão Luís Ventura Loureiro e Francisco da Silva Lisboa eram proprietários, conforme a autuação de uma petição e mais papéis para condenação de preceito, pela quantia de cento e nove mil novecentos e novecentos e vinte réis, provenientes de soldadas, com o abatimento de dez mil e quinhentos réis que o filho da suplicante já recebera. José Joaquim da Silva embarcara em Lisboa, a 17 de abril de 1783 e, em 9 de março de 1785, ficou internado no hospital de Goa. O despacho foi proferido a favor da autora, em 14 de maio de 1786⁹⁸.

É interessante contextualizar os dois casos mencionados anteriormente, que fazem parte de uma das escassas situações descritas de um tumulto a bordo de um navio mercante português no século XVIII, com a singularidade de ter sido protagonizada pelo primeiro piloto da corveta a que se juntou o segundo piloto e outros marítimos da embarcação (pelo menos, dois praticantes e um marinheiro), levando a uma mudança temporária de escala, fruto dessa insurreição.

Passemos a descrever, de forma sintética, os acontecimentos: a corveta Nossa Senhora da Piedade e S. Boaventura pertencia a Luís Ventura Loureiro e a Francisco da Silva Lisboa. Partiu de Lisboa, a 18 de abril de 1783, com

Almada, ser negociante na praça do Rio de Janeiro, com correspondentes “em Portugal e Porto e mais partes”. Disse que foi interessado e administrador do contrato “atual de baleias no Rio de Janeiro”, que principiou em 1 de abril de 1789 e terminará em 31 de março de 1801, cujo interesse lhe foi dado por Francisco Pedro Quintela, com aprovação de seu tio, o conselheiro Joaquim Pedro Quintela, caixa e administrador geral do contrato, tudo conforme a escritura de 23 de setembro de 1793, celebrado com o mesmo em fevereiro de 1790, por conta de cujo contrato ainda não recebeu nada. Nomeou o pai como herdeiro. Aleixo da Silva e Dona Ana Joaquina casaram a 17 de abril de 1752, na freguesia de Nossa Senhora do Monte da Caparica. A 27 de agosto de 1811, nessa freguesia, faleceu Aleixo da Silva e a 27 de junho de 1784, faleceu sua mulher. Joaquim José da Silva Lisboa nasceu em 1 de abril de 1756, na freguesia do Monte da Caparica, filho de Aleixo da Silva e de Dona Ana Joaquina morreu solteiro, ainda em vida de seu pai, na freguesia de Santos, em Lisboa, a 31 de janeiro de 1810. No processo consta que Dona Maria Isabel do Carmo e Sousa casara com José Brigam, morador na freguesia de S. Pedro Gonçalves, a 19 de março de 1813, na igreja do Recolhimento da Senhora da Conceição da cidade de Olinda e que o pai da noiva fora para Angola quando Dona Maria Isabel tinha 2 anos e lá ficara 19 anos, até falecer. *Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, mc. 17, n.º 7; PT/TT/JIM-JJU/002/0172/00007.*

97 *Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mc. 29, n.º 9, cx. 216, PT/TT/JIM/C/0029/00009. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mc. 59, n.º 8, cx. 246; PT/TT/JIM/C/0059/00008.*

98 *Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mc. 19, n.º 10, cx. 206; PT/TT/JIM/C/0019/00010.*

uma tripulação de que faziam parte João dos Santos Rodrigues da Cruz, primeiro piloto e grande insurgente no motim, que enfrentou de forma acintosa, recorrente e pública, o capitão e dono do navio Luís Ventura Loureiro, conseguindo colocar do seu lado o segundo piloto Manuel Pires da Cruz e uma parte da tripulação.

Dotado de uma grande responsabilidade, por ser um dos donos do navio, primeiro sobrecarga do mesmo, levar consigo uma procuração de Francisco da Silva Lisboa e seu irmão António, e talvez de outros interessados, para a compra e venda de fazendas a revender em Angola e na América portuguesa, Luís Ventura Loureiro carreava um peso suplementar, que talvez minimizasse a forma “débil” da sua atuação como líder de uma embarcação de longo curso, em que seguiam, pelo menos, 21 pessoas.

O navio Nossa Senhora da Piedade e S. Boaventura saiu da capital do reino rumo à Ilha de França⁹⁹ e a outros portos da Ásia. A 31 de maio, ocorreu um incidente entre o primeiro piloto e o despenseiro António José Cartaxo, prolongando-se o clima de insurreição pelo mês de julho, pretendendo o primeiro piloto e seus seguidores depor o capitão e substituí-lo pelo primeiro piloto, após fazerem escala na Baía, o que não lograram.

A embarcação arribou a 10 de agosto, ao porto do Rio de Janeiro. Fez-se a devassa dos anómalos acontecimentos, a 18 desse mês, pelo ouvidor do crime do Rio de Janeiro¹⁰⁰, resultando na prisão dos insubordinados na cadeia dessa cidade. A embarcação seguiu para a Ásia, no dia 27, com uma tripulação recomposta, acompanhada de uma guarnição de tropa (um sargento, um cabo e seis soldados do Regimento de Artilharia da Praça do Rio de Janeiro), tudo pago pelo capitão¹⁰¹.

Uma viagem atribulada e densa de acontecimentos, em que o capitão experienciou episódios de tumulto continuados, que tentou gerir até à drástica e onerosa solução final.

Não podemos dizer que Luís Ventura Loureiro fosse inexperiente como capitão, pois já tinha feito, nessa qualidade, e com uma tripulação quantitativamente semelhante, pelo menos, a viagem de ida e a de regresso na mesma corveta, saindo de Lisboa no ano de 1780, com destino a São Luís do Maranhão e regresso, no ano seguinte, ao porto da capital portuguesa¹⁰².

99 A devassa indica “Maurissia”, para onde tinha o capitão comprado fazendas e levava outras a frete e ajustado ao piloto.

100 Ver *Arquivo Histórico Ultramarino/Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, Caixa 123, Doc. n.º 9942*.

101 Não era incomum esta providência cautelar, pois alguns navios mercantes que faziam a viagem para a Ásia levavam desde Lisboa uma guarnição de tropa.

102 *Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo Junta do Comércio, Maço 34, Caixa 112, Matriculas de equipagens, corveta N. S. da Piedade e São Boaventura, 23 tripulantes, rota Lisboa-Maranhão, 5 de junho de 1780; Maço 4, Caixa 13, “Relação dos oficiais, e mais pessoas da corveta N. S. da Piedade e São Boaventura que faz viagem para o Maranhão”, 18 tripulantes, Maranhão-Lisboa, 23 de maio de 1781.*

Como aconteceu com o pai, que teve vários autos de execução de dízima interpostos por diversas pessoas, também em 1786, foram apresentados uns autos de execução de dízima por Guilherme Gomes da Costa contra Luís Ventura Loureiro¹⁰³.

Além do filho, de quem falámos anteriormente, vários membros da família tiveram sucesso ou no mundo dos negócios e da indústria ou como militares e mesmo no mundo da política, chegando um segundo sobrinho de Domingos Lopes Loureiro a ser ministro. Sobre este ramo da família falaremos num próximo artigo.

Considerações finais

Este estudo de caso convoca a necessidade de se fazer um levantamento e cruzamento de procurações no vasto acervo notarial disponível na Torre do Tombo, algum já iniciado por diversos investigadores, como (Pesavento, 2009a:140-141). Num comércio trans e extra imperial, muitos negociantes, em sociedades formais ou informais, algumas associando elementos da mesma família, ou com outros vínculos, faziam chegar ao Rio de Janeiro as mercadorias da Ásia. Cabe acrescentar que os tecidos asiáticos trazidos até à capital do reino, pelos custos e risco que implicava esse comércio de longa distância, reduzia o âmbito desses agentes comerciais.

O estudo das trajetórias dos contratadores de direitos régios remete-nos para o mercado relacional da corte, onde os pedidos de mercês e habilitações do Santo Ofício subjazem no campo da atribuição dos contratos advindos do monopólio régio que movimentava muitos contos de réis.

O fracasso do projeto de candidatura de Domingos Lopes Loureiro a alguns dos contratos, como o das baleias, sugere-nos o quanto ele foi disputado, mas também nos leva aos meandros e subtilezas da celebração dos mesmos, para além do suporte monetário e credibilidade dos elementos das sociedades que os disputavam. Os jogos palacianos, como o contrato das baleias, parecem estar presentes no contrato que foi encabeçado pelo mestre de cravo da casa de Pombal, Francisco Peres de Sousa, entre outros, como bem discorre Domingos Lopes Loureiro, quando interpela a Corte sobre a legitimidade e perdas associadas à celebração de alguns contratos das baleias.

Lopes Loureiro não deixou de verberar contra os procedimentos para a atribuição dos contratos régios também no contrato do tabaco, cujo documento nos mostra o quanto acompanhava a economia portuguesa na área e o conhecimento que tinha dela, mesmo a nível internacional.

Recorde-se que, no ano de 1798, já perto dos 70 anos, enviou uma carta a Dona Maria I, indicando as dificuldades dos correios e a falta de regulamento e seguro sobre as encomendas que acarretavam prejuízos aos proprietários, propondo-se juntamente com os filhos, trabalhar neles, elevando a receita da

103 *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria, Letra L, mç. 205, n.º 37; PT/TT/JHC/002/0205/00037.*

Real Fazenda, sendo pago pelo rendimento do serviço dos portos de Goa ou Macau, como antes aludimos.

É de destacar que as histórias de vida, em estudo prosopográfico, nos levam longe, projectando-nos para diversos campos de investigação, desde a demografia, a genealogia, a economia, a sociedade, as mentalidades, trazendo novos subsídios para o debate.

Referências bibliográficas

- Alves, I. C. (2007). *Trabalhos e estudos sobre a agricultura de plantas produtoras de fios no Brasil Colônia*. Tese de mestrado em História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, S. Paulo.
- Anthony, Philomena Sequeira (2013). *Relações intracoloniais Goa-Bahia 1675-1825*. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília.
- Basso, Alana Thais (2020), Maturidade e sucesso: a arrematação de contratos reais no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. *XIX Encontro de História da Anpuh-Rio: História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica* (21-25 de setembro de). Rio de Janeiro.
- Boxer, Charles Ralph (2000). *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Tradução: Nair de Lacerda. Nova Fronteira. Rio de Janeiro.
- Carnaxide, Antônio de Sousa (1979). *O Brasil na administração pombalina*. Companhia Editora Nacional. São Paulo.
- Dalla Costa, R. (2017). *Ciências naturais e econômicas na obra de Domingos Vandelli (1735-1816)*. Tese de Doutorado em História da Ciência. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. pp. 116.
- Ellis, Myriam (1969). *A baleia no Brasil colonial*. Edições Melhoramentos. São Paulo.
- Ellis, M. (1982). Comerciantes e contratadores do passado colonial: uma hipótese de trabalho. *Revista do Instituto De Estudos Brasileiros*. 24: 97-122. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i24p97-122>
- Ferreira, Roquinaldo (2001). Dinâmica do comércio intracolonial: giribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* (2001). Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. pp.339-377. [ferreira.pdf](http://ferreira.pdf.ufpr.br) (ufpr.br).
- Fragoso, João L. R. (1998). *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
- Fragoso, João (2002). Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVII e XIX). *História: Questões & Debates*. Editora UFPR. Curitiba. 36: 99-127.
- Furtado, Júnia Ferreira (1999). *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. Hucitec. São Paulo.
- Guimarães, C. G. (2005). O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o “negócio da carne humana”. *Promontoria* Ano 3 Número 3:109-133.
- Johann, F. Renata (2010). *Nas Tramas dos Escravos de sua Majestade: O batismo e as redes de compadrio dos cativos da Real Feitoria do Linho Cânhamo (1788-1799)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Trabalho final de licenciatura.
- Menz, M. M..(2005). Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 32.
- Miranda, M. E. (2000). *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. Ministério Público do Estado do RS / Corag. Porto Alegre.
- Monteiro, Nuno Gonçalo (2008). *D. José. Temas e Debates*. Lisboa.
- Rodrigues, Jaime (2020). “Conversações ocultas e conventículos”: o motim a bordo de um navio mercante português no século XVIII, em *Revista Outras Fronteiras*. Cuiabá-MT, Vol. 7, N.1. pp.390-405.
- Rosa, Lilian (2019). “Cultivo do cânhamo no Brasil”, em *Anais da 7.ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica*. USP/IABPHE. Ribeirão Preto.
- Wehling, A. (2009). *Conjuntura portuguesa e ação econômica no Rio Grande do Sul*. Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Oliveira Paz, Marcelo de (2015). *Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*. Dissertação de mestrado em Estudos brasileiros. Instituto de Ciências Sociais, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa.
- Pedreira, Jorge Miguel (1995). *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Tese de doutoramento em História. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

- Pedreira, Jorge Miguel (1996). Tratos e Contratos: atividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822). *Análise Social*, vol. XXXI. pp.136-137.
- Pereira, Alexandra Maria (2017). Aventureiros pelo ultramar: A trajetória dos irmãos António Pinto de Miranda e Baltazar Pinto de Miranda (Segunda metade do século XVIII). *XII Congresso Brasileiro de História Económica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Niterói. pp. 1-30.
- Pesavento, Fábio (2009a), *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade de Setecentos*. Tese de doutoramento em Economia. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Pesavento, Fábio (2009b). Para além do Império Ultramarino Português: as redes trans e extraimperiais no século XVIII. *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, Fortaleza.
- Pesavento, Fábio (2013). “Elementos da Ilustração” no Rio de Janeiro durante a segunda metade de setecentos. *IX Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Económica e XI Conferência Internacional de História de Empresas*.
- Pesavento, Fábio e Guimarães, Carlos Gabriel (2013). Contratos e contratadores do Atlântico na segunda metade de Setecentos. *História, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1. pp. 72 – 87.
- Reis, Alexander Lima (2022). *Um inventor no Rio de Janeiro do século XVIII: Jerônimo Vieira de Abreu e a cultura do anil em perspectiva global*. Dissertação de Mestrado em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Santos, Eugénio dos (1994). Relações da cidade e região do Porto com o Rio de Janeiro e Minas Gerais no século XVIII. *Anais do I Colóquio de Estudos Históricos Brasil Portugal*. PUC MG, Belo Horizonte.
- Santos, L.; Vidal, S. (2009). Boletim Drogas e Violência no Campo?. *Koinonia presença ecumênica e serviço*. Acedido a 27 de agosto 2023, em: Untitled Document (koinonia.org.br)
- Silva, Maria Beatriz Nisa da (2013). *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. Editora Unesp. S. Paulo.
- Silva, Viviane Rodrigues e Santos, Nivaldo dos. *A evolução constitucional brasileira sobre propriedade industrial*. (publicadireito.com.br) Acedido em 29 de agosto de 2023.
- Valle Salvino, Romulo (2020). O cravo e as baleias: a trajetória de Francisco Peres de Sousa. *Revista Brasileira de História*. Vol. 40, n.º 83. pp. 35-56.
- Vandelli, D. (1990). Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam. *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Banco de Portugal, Tomo I, Lisboa.
- Trindade de Sá, Helena e Fernandes, Valter Lenine (2018). Alfândega e fiscalidade no Rio de Janeiro (ca.1580-ca.1750). *Revista História e Economia*, São Paulo/Lisboa. Vol. 20, jan/jul. pp.71-87.

3.6 Galinha mourisca: percursos e mutações de uma receita “camiliana”

→ Elzira Sá Queiroga

Resumo: Este trabalho tem como objeto de análise a receita “Galinha Mourisca”, desde a primeira referência conhecida, no *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, que foi escrito entre finais do século XV e início do século XVI, editado primeiramente no Brasil (1863), nos Estados Unidos (1864), e só depois em Portugal (1967), até à recriação modernizada da receita apresentada em 2021 em Vila Nova de Famalicão, passando naturalmente por todos os registos culinários intermédios que são reveladores de transformações das práticas culturais.

Palavra-chave: Receitas de Galinha Mourisca, livros de cozinha, Camilo Castelo Branco, práticas culturais.

Abstract: This paper draws upon the analysis of the “galinha mourisca” (moorish hen) recipe, from its first known printed reference, which can be found in the book “Livro de cozinha da Infanta D. Maria”, written between the end of the XVth and the beginning of the XVIth centuries, and later printed in Brazil (1863), in the United States (1864) and in Portugal (1967). The path of this recipe is followed from these early references to its modern version presented at Vila Nova de Famalicão in 2021, naturally considering the in-between culinary records, which are representative of contemporary changes in cultural practices.

Keywords: Galinha Mourisca (Moorish Hen) recipe, cookery books, Camilo Castelo Branco, cultural practices.

Não sendo Camilo Castelo Branco um gastrónomo, na verdadeira aceção da palavra, a verdade é que tal como muitos de nós gostava de comer – tirava prazer da comida.

A sua relação com a comida encontra-se bem presente nas cartas trocadas com aqueles que lhe eram mais chegados, família e amigos, mostrando as várias fases por que passou. Atento às transformações de gosto, que durante o século XIX se viviam no mundo gastronómico, Camilo reconhecia que a culinária era um barómetro do nível civilizacional.

Na obra camiliana, entre outros aspetos, o modo de falar das personagens, as descrições das roupas e das comidas cumprem o propósito de fornecer ao leitor o colorido das vivências humanas, permitem tornar verosímeis tanto a trama como as personagens, estabelecendo-se deste modo uma relação de proximidade com os leitores. Como tal, o escritor de Seide fornece em alguns dos seus escritos, receitas que, a bem da verdade, não são da sua autoria, mas comunicam sabores de outras épocas, e sobre as quais ele emite apreciações uma vez depreciativas, noutros momentos valorativas. Este é o caso, por exemplo, da receita da Galinha Mourisca, referenciada na obra *O Santo da Montanha* (1866), e cujo título remete a mouro, uma clara reminiscência da antiga presença muçulmana em Portugal.

O tempo da história de *O Santo da Montanha* decorre numa época recuada, na transição do século XVII para o século XVIII, mais precisamente entre 1687 e 1729. Igualmente, a receita de Galinha Mourisca apresentada pela personagem D. José de Noronha, fidalgo rico e grande cozinheiro, tem por base a receita apresentada por Domingos Rodrigues (1637 – 1719), naquele que foi o primeiro livro de receitas impresso em Portugal, a *Arte de Cozinhar*, editado em 1680. Aliás, a própria personagem nos dá a conhecer que possui o livro e que é um praticante entusiasta das receitas culinárias de Domingos Rodrigues. De referir que o livro *Arte de Cozinhar* também figurava na biblioteca

particular do escritor Camilo Castelo Branco que a ele se socorreu por diversas vezes, não para praticar receitas, mas para fundamentar os seus escritos.

No que concerne à receita de Galinha Mourisca, a primeira referência impressa que dela conhecemos consta no *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, escrito entre finais do século XV e início do século XVI. Este manuscrito foi editado primeiramente no Brasil (1863), seguido dos Estados Unidos (1864), e só depois em Portugal (1967), e, portanto, quanto julgamos saber, obra desconhecida de Camilo Castelo Branco. Este manuscrito, que pertence ao acervo da Biblioteca de Nápoles, e terá sido levado pela Infanta Dona Maria para Itália, com o enxoval, quando em 1538 se casou com o Duque de Parma, inclui duas receitas de galinha mourisca que passamos a transcrever:

Galinha Mourisca

Tomareis uma galinha crua e fá-la-eis em pedaços. Então metê-la-eis numa panela e tomareis uma cebola e salsa, coentro e hortelã, tudo verde, e segá-lo-eis como para salada, e com duas colheres de manteiga e uma talhada de toucinho tamanho como meio ovo, e isto tudo dentro da panela com a galinha e com tudo bem afogada. E dêis que for afogada, deitar-lhe-ão água, quanta bastar para se cozer a galinha, porque lhe não hão-de tornar a deitar mais água. E dêis que for acerca cozida, deitar – lhe-ão os adubos e deitar-lhe-ão sumo de limões. E depois que for muito bem cozida tomareis um pão e fatiá-lo-eis num prato, e deitareis a galinha em cima, e por cima da galinha poreis umas gemas de ovos escalfados, e por cima canela pisada.

(D. Maria: códice português I.E. 33, 1987: Receita VI, 12).

Tomarão uma galinha muito gorda e cortá-la-ão em pedaços e deitar-lhe-ão dentro numa panela, boa quantidade de coentro, salsa e hortelã, e a salsa seja mais pouca que esses

outros cheiros, e uma cebola por grande que seja, e deitar-lhe-ão uma posta de toucinho em talhadinhas e um par de colheres boas de manteiga de vacas e por-lhe-ão um testro em cima e po-la-ão no fogareiro ou em brasas e sempre abafada; e de quando em quanto lhe darão uma revoltadora, assim no testro abafado e, depois de afogada nesta panela com o que dito temos, deitar-lhe-ão água dentro que a cubra; e então, depois que ferver, tempera-la-ão de seu sal e vinagre e deitar-lhe-ão os mesmos adubos que deitam no coelho; [cravo, açafraão, pimenta e gengibre] e como for esta galinha cozida deitar-lhe-ão um par de gemas de ovos batidas, e porão umas fatias no prato e então emborca-la-aõ em cima das fatias.

(D. Maria: códice português I.E. 33, 1987: Receita XXV, 45).

Em termos de gorduras, utiliza-se no refogado o toucinho¹ e a manteiga, a gordura nobre de então. Regista-se a abundância de cheiros (coentro, salsa e hortelã²), de adubos (cravo, açafraão, pimenta e gengibre) e o uso de vinagre ou sumo de limão para equilibrar os sabores. De recordar que a partir dos finais do século XV até o século XVII Lisboa era “nobíllissimo empório” da América, da África e da Ásia. Para esta cidade convergiam as caravelas com as mais variadas especiarias do arquipélago malaio-indonésio (pimenta, cravo, noz-moscada, gengibre, açafraão e canela) (Serrão, 1993, p. 97). Sendo assim, não é de se estranhar a utilização excessiva de especiarias, que se estende aos restantes pratos apresentados no livro de receitas de cozinha da Infanta D. Maria de Portugal. Essa prática, de certa forma, é um reflexo do luxo e da experimentação de novos sabores, resultado dos contactos com o oriente e

a África. Não podemos deixar de referir que a quantidade de ervas e especiarias utilizada é também justificável pelas questões da ciência dietética (Flandrin, 1998, pp. 768-770). A Galinha Mourisca é, portanto, um prato consumido pelos grupos mais privilegiados, num ambiente social elevado (D. Maria: códice português I.E. 33, 1987, p. XV), no qual o pão surge como ingrediente secundário e não como acompanhamento. Os ovos, utilizados com muita frequência na cozinha árabe, servem para dar consistência ao molho e para tornar o prato mais agradável à vista.

A obra de Domingos Rodrigues, cozinheiro principal de D. Maria Francisca, nascida em Paris, reflete uma cozinha rica e aristocrática, mas que, apesar da influência da cozinha francesa, mantém ainda muito enraizada a cozinha de acento medieval, com uma forte utilização de especiarias orientais, sinal de riqueza e distinção. Alfredo Saramago refere que, apesar de querer inovar e acertar a mão com a cozinha francesa, o cozinheiro real sabia que a mudança de paladares não se faz de forma integral, num breve intervalo de tempo (Saramago, 1995, p. 23). Os hábitos alimentares possuem significações históricas e culturais e como tal a sua transmutação é feita em concordância com as transformações da própria sociedade.

Tal como Isabel Drumond, (Braga, 2006, p. 239) identificamos na obra de Domingos Rodrigues pratos que lembram a influência árabe, tais como tigelada à mourisca, peixe à mourisca com arteletes de massa, lombo de vaca à mourisca, línguas à mourisca, cabrito mourisco, peru, galinha e pombos mouriscos, olha moura, cuscuz, pombos e galinhas, carneiro e cabrito de alfite e pratos de cozinha europeia, nomeadamente as empadas inglesas, as empadas romanas, frangão e pombos turcos, mas sobretudo os pratos ditos à francesa, dos quais lembramos as empadas, os frangões, o cabrito e a galinha em potagem, a olha e as perdizes, os pombos e os patos assados. E ainda os pombos com cardo em “fricacé”, o lombo de

1 Sobre a utilização do toucinho no prato de origem muçulmana leia-se Isabel Drumond Braga, *À Mesa com Grão Vasco. Para o Estudo da Alimentação no século XVI. Mathesis*, vol. 16, Viseu, 2007, pp. 9-59.

2 A hortelã, tão ao gosto do povo Magrebe, não entra na receita de Domingos Rodrigues.

vaca de “fricacé” à romana e os frangãos de “fricacé”. De origem francesa, os fricassés são um “preparado culinário de carnes, aves ou de peixes cortados aos pedaços com vários temperos e a que se junta gema de ovo batida e salsa picada” (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 11, p. 882) em tudo muito semelhantes às receitas tidas como à mourisca.

Vejamos, pois, primeiramente a receita de frangãos de fricassé e a seguir as diferenças e semelhanças entre a receita de galinha mourisca, de Domingos Rodrigues e a receita apresentada por Camilo Castelo Branco, em *O Santo da Montanha*.

Frangãos de Fricacé

Tomarão cebola, salsa, e toucinho muito bem picado, se deitará em huma tigela com manteiga, e agoa a que bastar para o que se quizer fazer, isto se porá a ferver em quanto se está cozendo, terão muito bem lavados os frangãos (gallinhas, ou pombos que se quizerem fazer) e estarão deitados em agoa, e depois que o picado de cebola, salsa, e toucinho, estiver bem cozido, se lhe deitará dentro feito em pequenos, o que se quizer faze; e tanto que estiverem cozidos com os adubos, que são açafão, pouco cravo, pimenta, canela e vinagre, se lhe deitará hum pequeno de miolo de pão ralado, o que baste para engrossar este molho; e tanto que parecer que está com algum cozimento este pão, desfarão em huma tigela as gemas de ovos que pedir o prato, e se lhe deitarão, mexendo sempre de sorte, que se não coalhe logo; e feito isto se deitará no prato, sobre fatias, e com çumo de limão por cima. Assim se fazem também gallinhas, ou pombos. & c.

(Rodrigues, 1621, p. 43)

Galinha Mourisca

Ponha-se a frigir hum arrátel de toucinho, cortado do tamanho de dados, e deite-se o pingo limpo dos torresmos em huma tigela com o pingo de huma galinha, que ha de estar meia assada, hum golpe de vinho branco, pouco vinagre, agoa a que baste, e ponha-se a afogar, tempere-se com todos os adubos com duas folhas de louro, e coalhe-se com duas gemas de ovos: poem-se fatias por baixo e limão por cima.

Deste modo se fazem peruns, pombos, cabritos, e lombos.

(Rodrigues, 1621, p. 25)

Faz-se torresmos; vai-se a gente ao pingo; deita-o numa tigela, onde já está a galinha entalida ou meia assada; por cima despeja-se um golpe de vinho branco, pouquinho vinagre e água um quase nada; depois, louro, cravo, pimenta, gemas de ovo, fatias por baixo e rodelas de limão por cima. É de comer e gritar por mais!...

(Castelo Branco, 1986, pp. 1048-1049)

Em relação às receitas de galinha mourisca da Infanta D. Maria, a receita apresentada por Domingos Rodrigues, na *Arte de Cozinha*, regista ligeiras alterações. Domingos Rodrigues introduz na receita o vinho branco e a folha de louro, substitui o gengibre por noz-moscada e retira a manteiga e a hortelã, esta última de uso muito comum na culinária magrebina, do Norte de África. A introdução da manteiga nos cozinhados, uma novidade francesa, permitia a confeção de molhos mais aveludados e adocicados, e embora presente na grande maioria das receitas de Domingos Rodrigues, veja-se a sua utilização nos fricassés, nesta receita em particular o cozinheiro real abdica da manteiga e aumenta na quantidade de toucinho.

Apesar de, como referimos anteriormente, a receita apresentada em *O Santo da Montanha* ser bastante semelhante à receita apresentada por Domingos Rodrigues, é perceptível que as especiarias foram perdendo gradualmente a importância, ao ponto de, em Camilo, os adubos

se encontrarem reduzidos a pouco mais que cravo e pimenta, e as ervas ao louro, arbusto habitual da nossa região.

Contudo, apesar da diversidade de receitas de galinha mourisca que encontramos nos vários livros de cozinha, o modo de confeção e os ingredientes-base permanecem, como sejam o refogar da galinha em toucinho e a utilização de ovos para engrossar o molho e decorar o prato, e a utilização do pão como ingrediente secundário. Todavia, tudo parece indicar que a partir de certa altura os comeres que nos transportavam para o exotismo da cozinha árabe deixam de ser bem vistos e passam a ser lentamente substituídos por receitas mais bem aceites, principalmente por pratos que evidenciam o requinte da comida de influência francesa. Como se observa no livro de Lucas Rigaud, *O Cozinheiro Moderno* ou *A Nova Arte de Cozinha* (1780), no qual as receitas cuja designação nos remete para a herança mourisca parecem ter sido intencionalmente esquecidas, porque os refinamentos do fricassé seriam mais bem aceites socialmente, embora as receitas de fricassé sejam em tudo semelhantes às receitas à mourisca. De lembrar que, em Portugal, o momento histórico evidenciava a crescente importação dos modismos e costumes das ideias iluministas da cultura francesa, principalmente nas classes sociais mais privilegiadas, e como tal também se estendem às práticas culinárias. Num tempo em que a gastronomia francesa se impunha como farol de civilização, Lucas Rigaud moderniza a cozinha portuguesa e acrescenta pormenores acerca da preparação dos pratos, tornando as receitas mais esclarecedoras:

Frangos de fricassé

Sangrados e depenados em água quente três, ou quatro frangos, cortem-se em bocados, e deitem-se de molho por algum tempo; depois entezem-se em água quente, aparem-se, e partem-se para uma caçarola com manteiga, ou toucinho derretido, uma fatia de presunto, uma capela [ramo] de salsa, cebola cravejada, temperados de sal, e pimenta; estando refogados, deitem-lhe huns pós de farinha, huma colher de água quente, e outra de caldo, e ponhão-se a ferver pouco, e pouco; estando cozidos, tirelhe-se a gordura, a cappella, e a cebola, liguem-se com gemas de ovos desfeitas em caldo, salsa picada e sumo de limão, e sirvam-se quentes.

(Rigaud, 1780, pp. 163-164)

Além da receita de frangos de fricassé, transcrita acima, surgem também em Lucas Rigaud os frangos de fricassé em agraço, os frangos de fricassé com vinho branco, a tartaruga de fricassé, os ovos de fricassé branco, os ovos de fricassé pardo e um pequeno texto intitulado “Observações sobre fricassés de frangos”, no qual menciona várias guarnições que poderão acompanhar o fricassé, refere também que do mesmo modo se podem preparar cabritos, cordeiros, láparos pequenos, pombos, galinhas novas, asas de peru, peitos de vitela, e tudo o que for mais conveniente (Rigaud, 1780, pp. 164-165).

Mas é no *Cozinheiro dos Cozinheiros*, de Paul Plantier, ed. 1905, que os fricassés têm maior representatividade. Aí encontramos peru em fricassé, coelho de fricassé, vitela de fricassé, fricassé de frango, de leitão e de porco fresco, língua de fricassé, carneiro de fricassé, miolos de vitela de fricassé, peito de vitela de fricassé, bofe de vitela de fricassé, mãos de vitela de fricassé, mãos de carneiro de fricassé, fricassé de aves. Atualmente, a receita de frango de fricassé ou fricassé de frango surge tanto em receitas antigas, como em modernas.

Já nos finais do século XX, Maria de Lurdes Modesto, regista no seu livro *A Cozinha Tradicional Portuguesa* (1981), apenas uma receita de fricassé. É no cardápio da região de Trás-os – Montes e Alto Douro, mais precisamente em Ribeira de Pena, que encontramos menção à receita de Fricassé de Pato com Canela, não deixando de ser curioso o facto de Camilo Castelo Branco também situar a receita de Galinha Mourisca na mesma região.

Fricassé de Pato com Canela

Corta-se o pato em bocados e tempera-se com sal e o sumo de 1 limão. Passado algum tempo, colocam-se os bocados do pato num tabuleiro e untam-se com manteiga. Cobre-se o tabuleiro com papel vegetal ou folhas de couve e leva-se o pato a assar no forno. À parte, num tacho, faz-se um refogado com cebola picada e azeite. Quando a cebola começar a alourar, rega-se com um pouco de água e deixa-se ferver para apurar. Introduce-se o pato no tacho, assim como o molho que resultou da assadura, e deixa-se ferver durante 15 minutos. Entretanto prepara-se o fricassé. Deitam-se as gemas numa tigela e dissolvem-se com um pouco do molho do pato e o sumo de limão, adicionando de seguida a salsa picada, a canela e bastante pimenta. Junta-se este preparado ao que está no tacho e, com um lume muito brando, deixam-se cozer as gemas. Acompanha com arroz de manteiga.

(Modesto, 1982, p. 53)

Nos últimos anos, a receita de galinha mourisca tem captado as atenções daqueles que gostam de recriar ou reinterpretar receitas, tanto no Brasil³ como em Portugal.

No decorrer da criação do projeto de valorização do património do escritor Camilo Castelo Branco, enquanto produto de interesse

3 Interesse que é possível comprovar mediante uma simples pesquisa no Google.

turístico-cultural⁴, o Município de Vila Nova de Famalicão⁵ sinalizou a Galinha Mourisca como um prato de interesse cultural e gastronómico, conferindo uma particular atenção a qualidade dos produtos endógenos e a comunicação da história evolutiva do prato, objetivando uma experiência gastronómica plena de sabor ancorada no discurso histórico e literário, segundo os princípios do *storytelling*. Claude Fischler lembra-nos que o “homem nutre-se também de imaginário e de significados, partilhando representações colectivas” (Fischler 1995, p. 11) e Toffler (apud Lipovetsky 2013, p. 536) fala-nos do “coleccionador de experiências”, este novo consumidor, que liberto das convenções do parecer social, está sempre em busca de uma fruição mais intensa, centrada nos prazeres da novidade, da perfeição, da evasão e das sensações. A par de muitos outros produtos da sociedade, como a arte, a moda e a indústria, também a comida comunica uma diversidade de aspetos, reflete as estruturas ideológicas e políticas da sociedade e da época que se encontram enquadradas. Neste caso específico, a gastronomia permite aumentar a qualidade dos serviços com a apresentação de um produto diferenciador que proporcione uma maior satisfação ao novo consumidor, altamente exigente, que não quer apenas comprar um produto de qualidade, quer sentir-se envolvido numa experiência completa que comporta as tradições da identidade cultural e a modernidade resultante de novas experiências e da agregação de diferentes conhecimentos.

4 Que viria a designar-se por Rota Camillo. Este produto no domínio do turismo literário integra a visita orientada à casa-museu, um trilho pedonal e duas experiências gastronómicas inspiradas na obra de Camilo.

5 Em 2021, de 10 a 13 de junho, no evento “Dias à Mesa”, sete restaurantes de Vila Nova de Famalicão apresentaram uma interpretação contemporânea da receita da Galinha Mourisca no século XXI.

Conclusão

Desde a receita original, mencionada no *Livro da Infanta*, o modo de confeção da galinha mourisca passou por várias alterações, mas a sua estrutura manteve-se. Tratava-se efetivamente de um prato requintado, que era consumido pelas classes privilegiadas, e que foi ao longo dos tempos registando alterações no modo de confeção acompanhando as dinâmicas histórico – sociais. À medida que se consolidam novos modelos culturais, os padrões existentes sofrem transformações, outros caem em desuso. Desta forma, conforme novos hábitos vão sendo estruturados, o gosto pelos pratos fortemente condimentados, característicos da cozinha medieval, passam a ser vistos como excessivos enquanto ganham importância os pratos de influência francesa e se caminha para uma cozinha tida como mais equilibrada, e que procura valorizar o sabor natural dos alimentos.

Entre as descrições ficcionais de Camilo encontramos também o escritor atento ao dinamismo cultural, que segue de perto os progressos da gastronomia e projecta na literatura os sabores de luxo e os de necessidade. Como parte integrante da cultura, a gastronomia está em permanente evolução possibilitando uma re-significação sistemática de valores e de afirmações semiológicas. As particularidades gastronómicas aliançam produtos locais e influências de movimentos políticos, religiosos, económicos e agora também científicos, neste sentido a gastronomia revaloriza-se. É pelo carácter dinâmico, pela reinterpretação e pelas readaptações que a gastronomia ganha capacidade para atravessar várias épocas.

Bibliografia

- BRAGA, Isabel Drumont (2006). “Influências estrangeiras nos livros de cozinha portuguesa (sécs. XVI-XIX): alguns problemas de análise”. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 2, 237-247.
- BRAGA, Isabel Drumond (2007). “À Mesa com Grão Vasco. Para o Estudo da Alimentação no século XVI”. *Mathesis*, vol. 16, 9-59.
- CANDIDO, Guida (2016). Cinco séculos à mesa: receitas com história. Alfragide: Dom Quixote.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1986). O Santo da montanha. *Obras Completas*. Publicadas sob a direção de Justino Mendes de Almeida. Estudos biobibliográficos, fixação do texto e anotações, vol. 5. Porto: Lello & Irmão Editores.
- FERNANDES, Isabel Maria (2002). Alimentos e alimentação no Portugal Quinhentista. *Revista de Guimarães*, 112, 125-215.
- FISCHLER, Claude (1995). *El (h)omnivoros: El gusto, la cocina e el cuerpo*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (1998). *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1935-1960). Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol. 11, 882.
- GUILLAUME, Marc (2003). *A Política do Patrimônio*. Porto: Campo das Letras.
- HUE, Sheila Moura (2008). *Delícias do descobrimento: A gastronomia brasileira no século XVI*. Editora Zahar.
- KRONDL, Michael (2008). *The Taste of Conquest: The Rise and Fall of the Three Great Cities of Spice*. New York: Ballantine Books.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean (2013). *A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MARIA, Infanta de Portugal (1987). *Livro de cozinha da Infanta D. Maria : códice português I. E. 33*, da Biblioteca Nacional de Nápoles. Lisboa: Imp. Nac. – Casa da Moeda.
- MARQUES, Elisa Paula (2016). *A doce arte de cozinha em Portugal*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194081> (consultado em 15 de fevereiro de 2021).
- MODESTO, Maria de Lurdes (1982). *Cozinha Tradicional Portuguesa*. 9.ª edição. Lisboa: Editorial Verbo.
- SERRÃO, José Vicente (1982). “O quadro econômico: configurações estruturais e tendências de evolução”. In José Mattoso (dir), *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 71 – 117.
- PLANTIER, Paulo (1905). *O cozinheiro dos cozinheiros*, de Paulo Plantier. Nova Edição, Lisboa: P. Plantier Editor.
- QUEIROGA, Elzira Sá (2015). *Os gestos e os paladares da mesa camiliana* [Em linha]. [S.l.]: [s.n.].
- QUEIROGA, Elzira Sá (2021). *À mesa com Camilo*. Sintra: Colares editora.
- RIGAUD, Lucas (1780). *Cozinheiro moderno ou a nova arte de cozinha* Lisboa: Na offic. da viúva de Lino da Silva Godinho.
- RODRIGUES, Domingos (1680). *Arte de Cozinha* Lisboa: Na offic. da viúva de Lino da Silva Godinho.
- SARAMAGO, Alfredo (1995). Prefácio *Arte de Cozinha*. Domingos Rodrigues. Sintra: Editora Colares.

3.7 «Abraço vivamente a sua ideia» Bernardino Machado, José Leite de Vasconcelos e os Museus em Portugal

Um projeto, uma candidatura, uma parceria ímpar, um desafio expositivo

→ Eva Cordeiro, Leonor Rosas, Livia Coito

Tomando como referência duas personalidades incontornáveis da história política e cultural do Portugal contemporâneo, construiu-se um projeto virtuoso e talvez incomum: estudar a ligação (des)conhecida entre duas figuras, a quem a museologia portuguesa tanto deve, através de fontes nunca antes articuladas entre si, de como são exemplo as cartas, os cartões, os postais e os telegramas trocados entre ambas.

Novas leituras surgiram ampliando o conhecimento disponível sobre histórias de relações ainda pouco conhecidas, quer entre estas duas figuras, quer entre estes dois museus da Rede Portuguesa de Museus – o Museu Bernardino Machado e o Museu Nacional de Arqueologia – que aparentemente tão diferentes entre si, quando com um propósito comum construíram em conjunto.

Bernardino Machado e José Leite de Vasconcelos foram os rostos que motivaram esta parceria de que aqui falamos. **A parceria de dois museus que foram ao encontro um do outro e que propondo e aceitando diálogos entre as suas coleções, partilham, numa exposição organizada de raiz e verdadeiramente em conjunto, o conhecimento daí resultante contando uma história que interessa a todos.**

A proposta de uma exposição que refletisse a cumplicidade desta amizade e um catálogo que publicasse a correspondência trabalhada, surge logo de seguida. Juntar num mesmo projeto o acervo do Museu Bernardino Machado e do Museu Nacional de Arqueologia, bem como de outras instituições e privados, comprovou a importância desse estudo e a oportunidade que se desenhava.

Candidato à edição de 2021 do concurso do ProMuseus — Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus, este projeto viria a ser selecionado pelo júri a receber apoio financeiro em regime de cofinanciamento, pela Direção-Geral do Património Cultural. E com ele, o reconhecimento do interesse e impacto a nível local e nacional deste estudo, e da importância da sua partilha com o público, com a atribuição do Alto Patrocínio do Presidente da República.

Com um grupo de trabalho ímpar e motivado, partilho as reflexões e recordo alguns episódios ocorridos ao longo deste projeto.

O processo foi curioso, cauteloso e revelador. Com o estudo e investigação da correspondência a cargo de Leonor Rosas¹ que contou com a orientação e apoio de Lúcia Cristina Coito², e com o conhecimento próximo de António Carvalho³ sobre a figura de José Leite de Vasconcelos e de Norberto Cunha⁴ pela vida e obra de Bernardino Machado, repetimos a “receita” de amizade e cumplicidade destes dois homens que, em 1893, resultou na fundação do então designado Museu Etnográfico Português.

Quanto à exposição, esta tinha o objetivo de trazer para primeiro plano a contribuição de Bernardino Machado e José Leite de Vasconcelos na criação

1 Investigadora e Mestre em Antropologia.

2 Bibliotecária do Museu Nacional de Arqueologia.

3 Diretor do Museu Nacional de Arqueologia.

4 Coordenador científico do Museu Bernardino Machado.

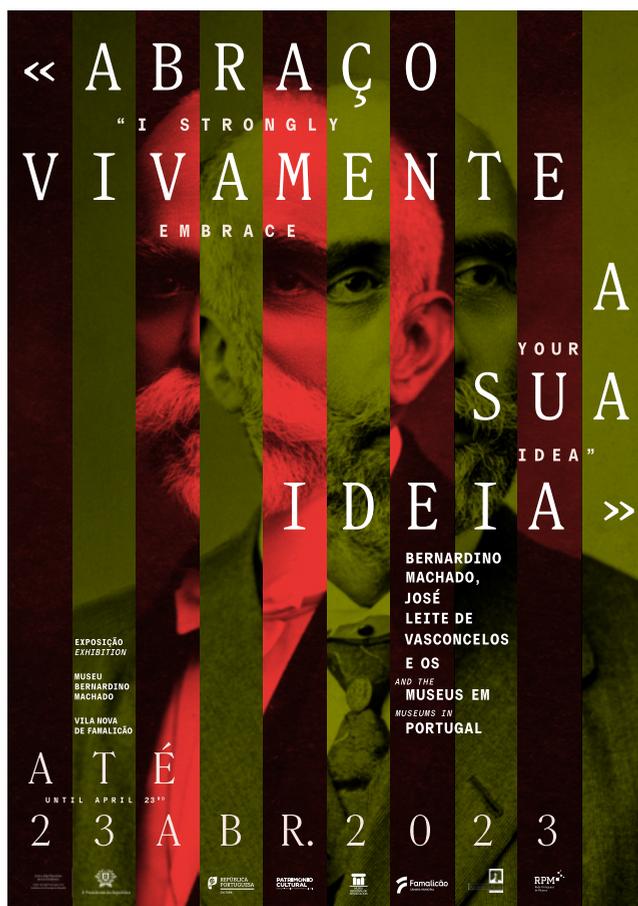


Fig. 1 Cartaz da Exposição “Abraço vivamente a sua ideia”. 14 de outubro de 2022 a 23 de abril de 2023. Museu Bernardino Machado. Vila Nova de Famalicão.

de museus de diferentes tipologias e âmbitos em Portugal, realçando as coleções documentais e etnográficas do Museu Bernardino Machado e do Museu Nacional de Arqueologia. (Fig. 1)

A passagem de um cartão de Bernardino Machado a José Leite de Vasconcelos onde acusa a boa receção de uma ideia leva-nos ao título desta exposição – «Abraço vivamente a sua ideia». **Bernardino e Leite de Vasconcelos foram colegas, parceiros científicos e amigos, com uma relação próxima de mais de 50 anos. Para entendermos a relevância da sua relação tentamos saber como se conheceram, que informações trocaram, que projetos desenvolveram juntos. No fundo, saber o que nos diz este meio século de correspondência.**

Com algumas destas respostas encontradas a conceção do projeto expositivo poderia começar. Nesta fase contamos com a ousadia e criatividade da equipa da FBA. – Ferrand, Bicker & Associados⁵ que tornou uma possível

⁵ <https://www.fba.pt/>



Fig. 2 Entrada do primeiro Núcleo da Exposição. 2022. Museu Bernardino Machado. Vila Nova de Famalicão.

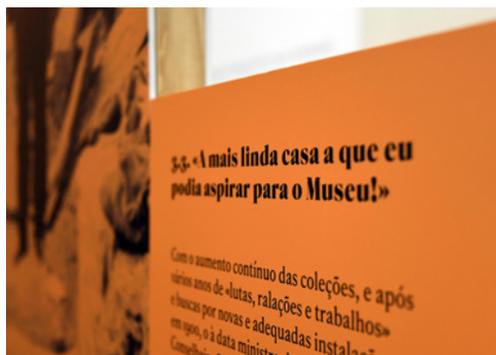


Fig. 3 Terceiro núcleo da exposição, dedicado à criação do Museu Etnográfico Português, hoje Museu Nacional da Arqueologia. 2022. Museu Bernardino Machado. Vila Nova de Famalicão.

exposição documental numa exposição apelativa e que refletia perfeita e entusiasticamente os resultados obtidos na investigação. Organizada em quatro núcleos, a exposição dá-nos a conhecer, num primeiro núcleo, as individualidades Bernardino Machado e José Leite de Vasconcelos (Fig. 2); no segundo núcleo, a atenção recai sobre as ações destas duas figuras que viriam a resultar na criação do Museu Etnográfico Português ao qual se dedica o núcleo três desta exposição (Fig. 3). Termina com o legado deixado por estes homens, mas também com as homenagens feitas em sua memória, de que é exemplo o Museu Bernardino Machado, em Vila Nova de Famalicão.

A exposição inaugurou a 14 de outubro de 2022, em Vila Nova de Famalicão, no piso térreo do Museu Bernardino Machado, com um momento protocolar na Praça Elzira Dantas Machado (esposa de Bernardino Machado) que contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal, Mário Passos e do Diretor-geral do Património Cultural, João Carlos dos Santos, seguida de uma visita orientada pelos comissários – António Carvalho e Lúcia Cristina Coito, diretor e bibliotecária do Museu Nacional de Arqueologia, respetivamente – e pelo coordenador científico do Museu Bernardino Machado – Norberto Cunha (Fig. 4). E esteve patente até 23 de abril de 2023 contabilizando mais de meio milhão de visitantes (528).

Sendo a oportunidade perfeita para publicar toda a correspondência, por nós conhecida, ativa e passiva entre estas duas personalidades, o catálogo toma forma (Fig. 5). Esta edição, desenvolvida em parceria com a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, reúne, para além dos conteúdos da exposição, os textos científicos dos comissários e autores convidados, bem como a transcrição da correspondência, arrumada sempre que possível cronologicamente para que o leitor compreenda como evoluiu a relação entre Bernardino Machado e José Leite de Vasconcelos.



Fig. 4 Inauguração da Exposição. 14 de outubro de 2022. Museu Bernardino Machado. Vila Nova de Famalicão.



Fig. 5 Capa e contracapa do catálogo da Exposição. 2022. Design gráfico de FBA./Rita Marquito.

Conhecer a coleção a partir do seu estudo e investigação permitiu a construção e a disseminação de novos conhecimentos através do discurso expositivo, da publicação, mas também através do desenho de uma nova programação para o público do Museu, nomeadamente as folhas de sala e guião para visitas orientadas em português e inglês a esta exposição que se quer itinerante; o desenvolvimento da atividade de serviço educativo “Ideias Encartadas” para idades entre os 15 e 18 anos, bem como a disponibilização desta exposição numa visita virtual em 360° disponível no site do Museu Bernardino Machado em português e Língua Gestual Portuguesa⁶.

Agora concluído e publicado sentimos que não só se atingiu o objetivo deste projeto, de produzir investigação que permita uma visão inovadora sobre a relação entre duas personalidades relevantes de final de oitocentos e de mostrar como o pensamento político e social de Bernardino Machado se encontrou com as preocupações e a capacidade de ação de José Leite de Vasconcelos em

⁶ <http://tourvirtual.bernardinomachado.org/abracovivamenteasuaideia/>

“buscar as origens da nação”, pretendendo reunir as materialidades etnográficas e arqueológicas do “Homem Português” num grande Museu Nacional, como também se concretizou, de forma efetiva, a missão fundamental do Museu Bernardino Machado⁷.

Atingida foi também a razão motivadora desta parceria. O legado de Bernardino Machado sai, com certeza, reforçado num passo rumo à afirmação nacional do seu Museu e do Museu Nacional de Arqueologia, umbilicalmente ligado a si e a José Leite de Vasconcelos. Bem como, a captação de novos públicos e o interesse suscitado por esta exposição e catálogo, para além da notoriedade que ambos conquistaram junto da comunidade científica e académica, e que despoletará, com certeza, a curiosidade a novos investigadores que se possam vir a interessar por esta temática.

De seguida conheça a relação destas duas grandes figuras nas palavras de Livia Cristina Coito e os aspetos principais da correspondência entre Bernardino Machado e José Leite Vasconcelos com Leonor Rosas.

A relação de Bernardino Machado e José Leite de Vasconcelos

Bernardino Machado (1851-1944) e José Leite de Vasconcelos (1858-1941) são duas figuras relevantes da Ciência e Cultura portuguesa dos finais do século XIX e primeira metade do século XX.

Foram colaboradores, correspondentes e amigos durante mais de 50 anos até à morte de Leite de Vasconcelos.

Para conhecermos melhor esta relação de uma vida explorando mais as questões da museologia e fundação do Museu Etnográfico Português nos finais do século XIX, optou-se por recolher e transcrever todas as cartas que foi possível localizar nas diversas instituições a que estiveram ligados, por onde passaram ou se cruzaram, além de correspondência na posse da família ou na de outros particulares, para se poder ter uma visão mais aprofundada desta relação. Algumas trocas epistolares entre os dois já tinham sido publicadas, especificamente as relacionadas com a fundação do Museu Etnográfico Português, mas era fundamental obtermos um conhecimento geral de toda a troca epistolar.

O que está plasmado nas 146 espécies que foi possível localizar em mais de meio século de correspondência? Que informações trocaram? Que projetos desenvolveram e realizaram em conjunto? O projeto maior foi, sem dúvida, a criação do Museu Etnográfico Português. Mas também partilharam ideias, apoiaram-se reciprocamente, falaram das suas redes sociais e intelectuais. Foi uma relação onde se identifica o público e o privado, as conferências na Academia de Estudos Livres e no Instituto de Coimbra; as questões científicas; os pedidos pessoais; a troca de bibliografia; as excursões arqueológicas e os

⁷ Missão essa que passa por convocar a história e a memória como agentes do conhecimento, fomentar o diálogo e a ação comunicacional, promover a liberdade de pensar, a sociabilidade, o homem como “projeto” (e não mero “objeto”), o personalismo e a cidadania.

materiais recolhidos para o museu... O género epistolar, mais simples, íntimo e coloquial, permite-nos um conhecimento mais aprofundado dos autores. Apercebemo-nos mais facilmente do homem que está por detrás do investigador – o pai, o filho, o amigo, os interesses pessoais.

Coincidindo nas mesmas décadas, Bernardino Machado viveu mais de 90 anos e Leite de Vasconcelos mais de 80 anos, situação pouco habitual na época. Para além, disso a atividade intelectual de ambos também foi longa. Bernardino Machado publica o primeiro trabalho, em colaboração «Estudos Cosmológicos», em 1871, com 20 anos, e o último conhecido foi em 1939, com a publicação de um Manifesto, em nome dos republicanos portugueses emigrados em França. Por seu lado, Leite de Vasconcelos começa a publicar em jornais com 18 anos, publica o primeiro livro de etnografia «O Presbyterio de Villa-Cova» com 20 anos, em 1878-1879, e continua até aos 82, dedicando-se na fase final da sua vida quase em exclusivo à redação da «Etnografia Portuguesa». B. Machado produziu intelectualmente durante cerca de 68 anos e Leite de Vasconcelos durante 65 anos. Estes dois aspetos favorecem a troca epistolar ao longo de 53 anos.⁸

Através da análise epistolar sabemos que para além da correspondência trocada existia também uma forte amizade entre os dois. Leite de Vasconcelos era visita assídua da casa de B. Machado, onde jantava, passava o Natal, ia passar férias ao Minho, visitavam-se além-fronteiras sempre que as deslocções de Leite de Vasconcelos o levavam às mesmas paragens de Bernardino, tinham amigos comuns, quer portugueses quer investigadores estrangeiros, com quem se reuniam na Suíça, por exemplo. Repartiam entre si as redes de conhecimento nacionais e internacionais. A sua ligação foi pois, muito além de uma mera relação institucional e repartiu-se por 3 vetores – o científico em que as afinidades intelectuais eram partilhadas, referindo-se por exemplo, a visão sobre a instrução pública, sobre o papel científico e educativo dos museus; o institucional, onde surge a criação do Museu Etnográfico Português; e o pessoal de forte amizade e cumplicidade.

Estas três vertentes completavam-se e foram facilitadoras dos projetos institucionais e científicos em que colaboraram.

Um aspeto que não era partilhado entre ambos era o ativismo político. Bernardino Machado, logo desde a monarquia e descrente dos valores e práticas monárquicos, decidiu entrar também na carreira política, pois percebeu que seria a melhor forma de alcançar os seus objetivos e convicções, possibilitando a concretização do que ambicionava e da visão que tinha para o mundo e para a transformação social. (Fig. 6)

⁸ O processo de investigação continua e já nos permitiu chegar à conclusão de que a ligação entre os dois se iniciou 2 anos mais cedo, em 1888, o que veio confirmar as suspeitas que existiam de que a relação era ainda mais dilatada no tempo, antecedendo alguns anos a data da criação do Museu Etnográfico Português. Aquando da exposição no Museu Bernardino Machado a primeira carta datada era de 1890.

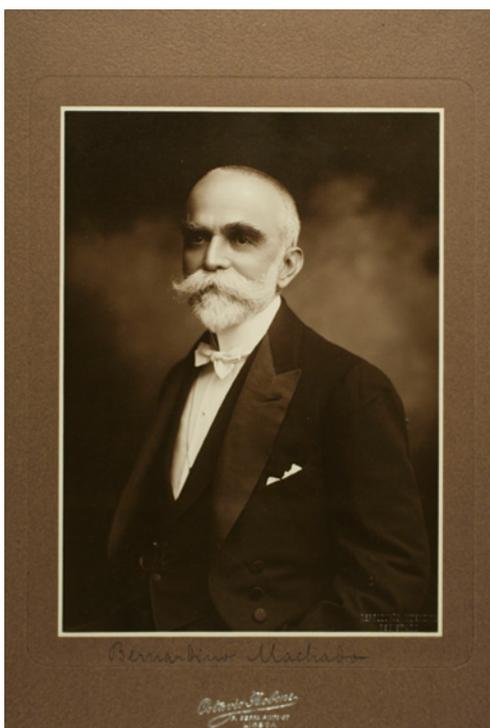


Fig. 6 Bernardino Machado com 63 anos. Octavio Bobone, 1914. 22,2 x 16 cm. Museu Bernardino Machado. E2/P1/C4/017

Assim, ainda na monarquia tornou-se deputado, Par do Reino e Ministro das Obras Públicas, mas em 1903 adere ao Partido Republicano. Em 1907 e em solidariedade com o protesto dos estudantes da Universidade de Coimbra, pede a exoneração do cargo de professor da Universidade, cargo que não volta a exercer, apesar de mais tarde ter sido por diversas vezes convidado a regressar. O seu papel ativo no Partido Republicano e as suas tomadas de posição levaram a que nas vésperas da Implantação da República fosse um dos mais conhecidos, prestigiados e respeitados líderes populares.

Foi essa sua intervenção política que permitiu a Leite de Vasconcelos concretizar a criação do Museu.

Por seu lado, Leite de Vasconcelos, apesar de não ter desempenhado nenhum papel político ativo, tendo dedicado toda a sua vida apenas à ciência, estava consciente da importância, mas também do declínio das instituições, da política e cultura da sociedade portuguesa do seu tempo, como refere Cardim Ribeiro (2008). Esta consciência política pode-se comprovar na correspondência e nalguns dos seus escritos – «contando também com o tempo que se gasta nas nossas Secretarias. / Agora, por exemplo, por causa do tal pedido dos poucos manuscritos do Estácio, já fui à Direção-Geral 3 vezes, escrevi um officio e uma carta, e ainda não obtive resposta nenhuma!» (carta de 5/6/1894) e o desencanto com a burocracia portuguesa «Estou já muito fatigado de refutar

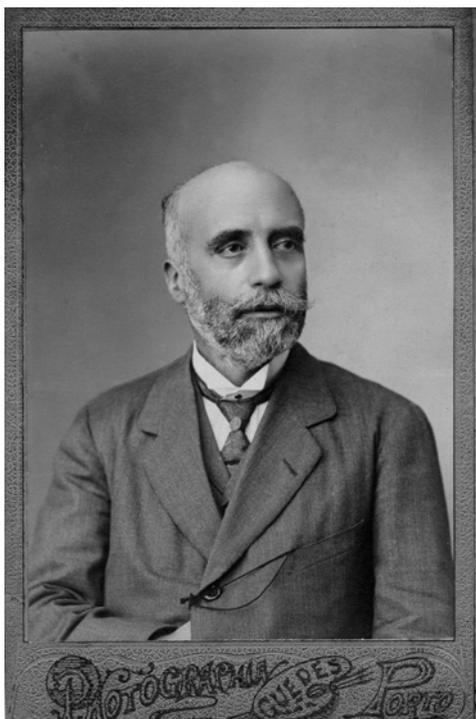


Fig. 7 José Leite de Vasconcelos com 57 anos. Guedes de Oliveira, 1915. 17,1x11xm. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Fotográfico.

vilanias, e de perder tempo, que eu podia empregar utilmente nos meus estudos, tempo que eu não perderia, se, em vez de viver em Portugal, vivesse em França, na Alemanha, na Itália ou noutro país de grande civilização, porque ahi dá-se aprêço a quem trabalha com consciência e dedicação...» (1913, p. 35). (Fig. 7)

Na vertente científica/académica, Bernardino Machado, denotou sempre grande preocupação com a instrução, desde a primária, passando pela instrução profissional, e obviamente a universitária. Sempre atento à reforma dos currículos escolares, dos métodos de ensino, da criação de novas disciplinas, como a Antropologia introduzida por si na Universidade de Coimbra. O aspeto prático da aprendizagem esteve sempre patente nas suas reflexões e propostas para apetrechamento dos laboratórios, dos museus e das bibliotecas para apoio e complemento às aulas teóricas.

Leite de Vasconcelos acreditava também no papel científico e educativo dos museus. Num período marcado pelo positivismo o seu projeto museológico centrava-se no conceito do «Homem português», tentando de forma interdisciplinar estudar os testemunhos arqueológicos, antropológicos e etnográficos, de âmbito nacional, reunidos, estudados e expostos de forma sistemática «Este Museu tem por fim contribuir pela exposição permanente de objectos... para o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português... o que se deve buscar no Museu é o methodo scientifico da classificação e do arrumo, de

modo que os objectos falem, por assim dizer, mais á intelligencia do visitante do que aos olhos.» (Vasconcelos, 1915, p. 91); «A pedagogia tem num museu boa fonte de lições de cousas para as crianças...É nas primeiras idades que os sentimentos se radiação melhor...» (id., ibid, p. 15).

A ligação institucional entre estes dois homens de cultura, e como já anteriormente referido, culminou no decreto da fundação do Museu Etnográfico Português, de 20 de dezembro de 1893 e publicado a 22.

Este projeto museológico foi pensado e discutido entre os dois durante alguns meses, como o próprio Leite de Vasconcelos afirma por diversas vezes na correspondência trocada referindo-o como «o nosso museu», podemos pois afirmar, citando António Carvalho, que foi um projeto a 4 mãos. No arquivo do museu temos autógrafos de Leite de Vasconcelos com propostas para o decreto com anotações de Bernardino Machado e também o contrário. Foi uma ideia e proposta de Leite de Vasconcelos, mas que foi sendo discutida e anotada por Bernardino Machado.

Leite de Vasconcelos soube aproveitar a oportunidade política que surgiu com a nomeação de Bernardino Machado em 22 de fevereiro de 1893, para Ministro das Obras Públicas do Governo de Hintze Ribeiro. Num cartão datado de 5 de abril B. Machado afirma «Abraço vivamente a sua ideia». (Fig. 8) Desde essa data existem várias espécies trocadas entre ambos que falam de diversos aspetos ligados à criação do museu como, por exemplo a apresentação de argumentos em como Portugal estava atrasado em relação à reunião de coleções pre-históricas, coleções pouco conhecidas e sem estarem preservadas, a procura de instalações, elaboração do esboço de um projeto de lei por parte de J. L. de Vasconcelos que submeteria à apreciação do ministro, contactos com a viúva de Estácio da Veiga para aquisição da coleção arqueológica do Algarve

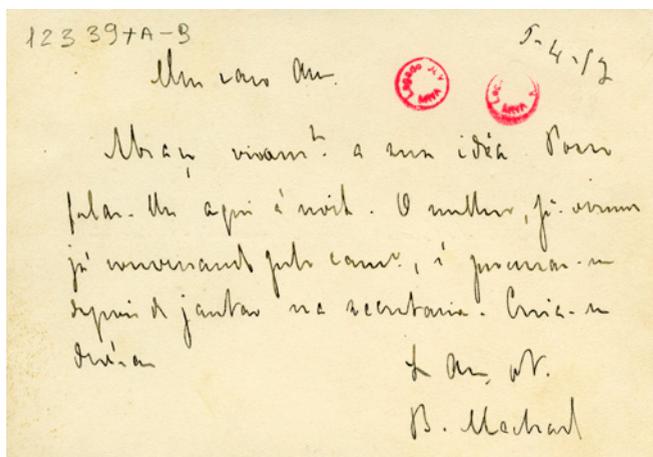


Fig. 8 Cartão de Bernardino Machado a Leite de Vasconcelos. 5 de abril de 1893. 13,6x9,5cm. Museu Nacional de Arqueologia. Cor JLV 1892/12339

reunida pelo arqueólogo algarvio (cartas de 22 de maio, de 20 de junho, de 7 e 11 de novembro e 2 de 10 e 12 de 1893). Todas estas trocas de ideias, argumentos, propostas levaram à assinatura do decreto de fundação do Museu Etnográfico Português, no dia em que Bernardino Machado apresenta a sua demissão, por não concordar com as despesas de obras nos Paços reais. Vemos assim, que Leite de Vasconcelos para além de aproveitar a oportunidade política soube ser convincente e assaz insistente para não deixar arrastar ou cair o assunto. Por seu lado, B. Machado ciente da importância e significado cultural e educativo deste projeto não se retirou de ministro sem antes propor ao Rei D. Carlos a assinatura do decreto.

José Leite de Vasconcelos idealizou criar o Museu Etnográfico, Bernardino Machado, enquanto Ministro das Obras Públicas, facultou-lhe a possibilidade e os meios para a sua concretização.

A fundação do atual Museu Nacional de Arqueologia deveu-se ao entusiasmo e colaboração entre estes dois homens de cultura e ciência do final de oitocentos.

Dotou-se, assim, o país de um Museu representativo da história da Nação e do «Homem Português», reunindo na mesma instituição, os vestígios materiais do passado e do presente, independentemente do tipo de suporte. No museu encontramos coleções arqueológicas, coleções etnográficas e coleções documentais, como manuscritos, livro antigo, gravuras, literatura de cordel, que no seu conjunto e conceito leitiano, iriam permitir e ajudar a construir a imagem do «Homem Português». Citando Leite de Vasconcelos «Este Museu tem por fim contribuir, pela exposição permanente dos objectos respectivos a todas as epochas da nossa civilização, desde as mais remotas, para o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português.» (1915, p. 91).

No Decreto que propõe a sua criação lê-se:

«... um museu Ethnographico, onde esteja representada a parte material da vida de um povo, as suas indústrias, os seus trajos, os seus usos, etc. tem grande valor educativo. Em relação à história, serve ele para ministrar ... os caracteres d'esse povo, e as relações d'elle com outros, tanto no presente como no passado. Pelo que toca ao sentimento da nacionalidade, faz que o povo, tendo de si mais amplo conhecimento, e sabendo as razões historicas da sua própria existencia, ame e venere a pátria com conhecimento de causa, e siga afouto na via do progresso.» (Decreto de 20 de dezembro, folha 992, reproduzido na p. 283 da História do Museu Etnológico Português, 1915).

Assim, o fundador e primeiro Diretor, José Leite de Vasconcelos, e igualmente o seu sucessor, Manuel Domingues Heleno Júnior (1898-1970), realizaram escavações arqueológicas e recolheram para o Museu bens culturais que ilustram a ocupação do homem no território português permitindo definir uma identidade nacional, e a busca da nação em época pré-romana. (Fig. 9)



Fig. 9 José Leite de Vasconcelos ao lado de uma ânfora romana. 18 x 13 cm. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo fotográfico. Chapa de vidro n.º 1465 em depósito no ADF. IFN, n.º 36269

Estas duas personagens, com visões convergentes na ciência, na investigação, na instrução, ambos com objetivos e ideias bem definidos para a educação da sociedade e contribuição para o desenvolvimento do sentido patriótico do povo, só poderiam ter sido correspondentes, colaboradores e amigos de uma vida.

Aspetos principais da correspondência entre Bernardino Machado e Leite Vasconcelos

Bernardino Machado e José Leite de Vasconcelos trocaram correspondência frequente durante mais de cinquenta anos. Nestas cartas, postais e bilhetes compreendem-se as suas formas de pensar a ciência, o país e a cultura – nem sempre coincidentes –, delinea-se uma rede de contactos e amizades em comum, contando com importantes vultos do mundo académico e político da época. Através da leitura e estudo desta correspondência temos, assim, acesso a riquíssimas trocas intelectuais entre os dois, que abrangem âmbitos disciplinares variados: Etnologia, Antropologia, História, Arqueologia ou Linguística. **As duas figuras perfilhavam os ideais positivistas e evolucionistas da época, sendo este acervo de correspondência uma forma de entrever o panorama científico da época. Simultaneamente, este registo epistolar permite atestar, através das diligências feitas por ambos e das suas trocas de ideias, de que**



Fig. 10 Fotografia de uma das caixas do Epistolário de Leite de Vasconcelos. Museu Nacional de Arqueologia.

forma os dois homens contribuíram para um verdadeiro florescimento museológico em Portugal na viragem do século XIX para o XX. (Fig. 10)

Esta vasta correspondência prolongou-se até ao fim da vida de Leite Vasconcelos, três anos antes do seu amigo, e inicia-se em 1890 (v. nota 8), data de quando remonta a primeira carta conhecida entre os dois. Pelo conteúdo desta primeira carta e pelas formas de saudação utilizadas na mesma, é razoável supor que os dois já se conhecessem. Não obstante, não é possível saber a data exata na qual esta amizade e a correspondência epistolar que a acompanha se iniciaram ou o meio no qual os dois homens travaram conhecimento.

Procuraremos, então, analisar alguns dos temas mais frequentes e relevantes deste meio século de amizade e correspondência. Antes de mais, começaremos por destacar que os dois homens, tendo percursos de vida distintos, conseguiram, ao longo dos anos, complementar-se e ajudar-se mutuamente nos seus mais diversos projetos intelectuais. De formas diferentes, Bernardino Machado e Leite Vasconcelos partilhavam uma crença fundamental em comum: a centralidade da Instrução Pública para o desenvolvimento nacional. Os dois transformaram essa crença num projeto de vida, ora complementando a academia com a vida política ativa, ou apenas dedicando-se ao trabalho intelectual. Parece-nos igualmente seguro afirmar que a parceria intelectual entre os dois lhes permitiu ampliar e densificar projetos que não teriam sido possíveis de outra forma. Não obstante, será de destacar uma diferença fundamental entre os dois percursos: enquanto a vida de Bernardino Machado se pautou por uma luta política constante – que o levará inclusivamente a ser Presidente da República –, Leite de Vasconcelos sempre teve uma grande desconfiança face ao mundo político e partidário, chegando inclusivamente a lamentar “que os homens da ciência tivessem enveredado pelo caminho político” (Guerreiro APUD Diniz, 2008, p. 141).

À data do desenvolvimento deste projeto, a primeira carta entre os dois, enviada de Bernardino Machado para Leite de Vasconcelos, remonta a fevereiro

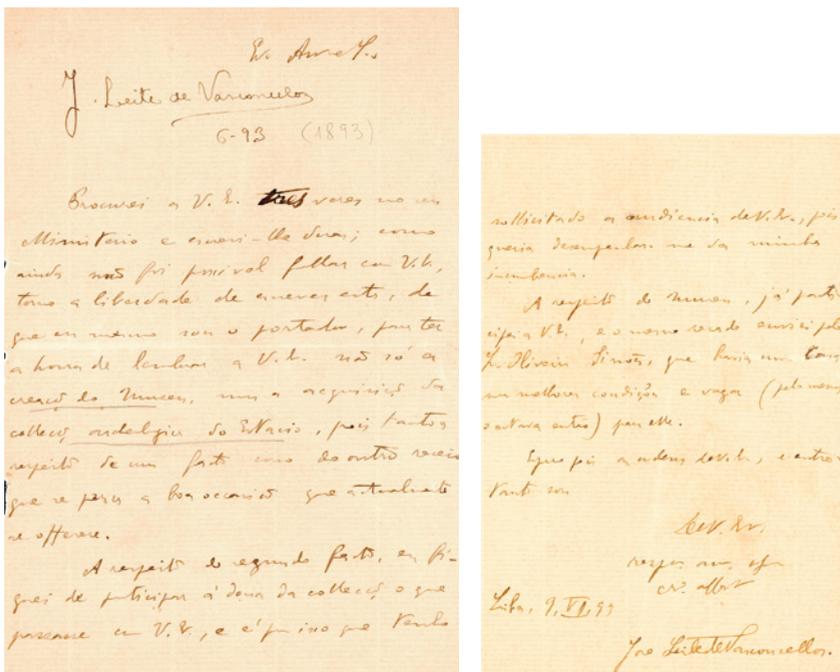


Fig. 11 Carta de José Leite de Vasconcelos a Bernardino Machado sobre a criação do Museu e compra da Coleção Estácio da Veiga. 9 de junho de 1893. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo O. Ribeiro.

de 1890, ano no qual o primeiro é eleito para o pariato (Câmara dos Pares) – nesta instituição a sua ação política pautar-se-á pela defesa intransigente da Instrução Pública e dos professores (Samara, 2012 p. 32-33). Nesta carta, Bernardino Machado convida Leite de Vasconcelos para uma apresentação pública do seu trabalho. Nos dois anos seguintes, a correspondência é parca, mas dela depreende-se que os dois homens se visitaram e aprofundaram a sua amizade. (Fig. 11)

Será três anos mais tarde, em abril de 1893, que surgirá a mais importante troca de correspondência entre os dois. Bernardino Machado, na altura Ministro das Obras Públicas, escreveu num cartão endereçado ao seu amigo: “Abraço vivam[mente] a sua ideia” (Machado, 1893), assinalando o momento em que este dá o seu aval ao projeto de Leite de Vasconcelos de criar o Museu Etnográfico Português – atual Museu Nacional de Arqueologia. A partir desse momento, a troca entre os dois, que se intensifica, versará o tema da criação do museu, particularmente os esforços de Leite de Vasconcelos para encontrar um espaço adequado para o mesmo – “Tenho andado em pesquisas, como V.Exª me disse, à cêrca de um convento ou casa desocupada” (Leite de Vasconcelos, 1893) – e para recolher objetos e construir coleções. Nas suas cartas, o arqueólogo descreve as suas frequentes idas ao Cadaval, onde recolhe “instrumentos neolithicos” (Leite de Vasconcelos, 1893) em abundância, constatando diversas

vezes a riqueza arqueológica portuguesa. Além das suas próprias escavações arqueológicas, Leite de Vasconcelos procurava igualmente reunir no seu museu objetos dispersos por coleções privadas e centralizar todas as descobertas feitas a nível nacional no mesmo, para que melhor se pudesse preservar e sistematizar todo o espólio arqueológico. Neste sentido, o arqueólogo procura adquirir a coleção arqueológica de Estácio da Veiga, contando, para isso, com o importante apoio de Bernardino Machado. Ao mesmo tempo, Leite de Vasconcelos insta recorrentemente ao seu amigo que inscreva na legislação referente à criação do Museu Etnográfico uma cláusula que requeresse que todas as descobertas arqueológicas a nível nacional fossem reportadas ao mesmo, para que os artefactos pudessem ser para lá remetidos. Esta vontade de sistematizar todas as descobertas atesta o ímpeto centralizador e organizador pelo qual este projeto museológico é, desde o início, caracterizado – e que só foi possível devido à parceria entre os dois homens.

Após o aval de Bernardino Machado à criação do Museu, Leite de Vasconcelos inicia um período de atividade verdadeiramente frenética para concretizar o projeto. Em 1894, a correspondência continuou. Sobressai igualmente, nesse ano, a vontade de Leite de Vasconcelos de destacar que o Museu Etnográfico Português não é um projeto somente seu, mas construído em conjunto com Bernardino Machado: “Participo a V. Exa. que o Sr Ministro das Obras Públicas concedeu o subsidio pedido para as despesas do nosso Museu.” (Leite Vasconcelos, 1894). Nos anos que se seguem, a correspondência entre os dois continuará a focar-se, sobretudo, em expedições arqueológicas e detalhes logísticos sobre a criação do Museu. A preocupação de Leite de Vasconcelos com a recolha, preservação e estudo do património arqueológico português é constante e nunca cessa de intensidade, mesmo com a passagem dos anos e a consolidação do Museu Etnográfico Português.

Não obstante a centralidade das questões relacionadas com o Museu Etnográfico Português na correspondência entre Bernardino Machado e Leite de Vasconcelos, as questões académicas também são transversais a esta vasta correspondência a que temos acesso. Desde cedo na sua amizade, Leite de Vasconcelos colaborará com o Instituto de Coimbra – do qual Bernardino Machado é eleito Presidente em 1894. Logo em 1896, a Reforma Ortográfica foi um tema relevante na relação entre os dois homens. Esta empresa muito ocupou Bernardino Machado que, frequentemente, solicitou a ajuda e os conselhos de Leite de Vasconcelos que, sendo também linguista, era especialista na matéria. A Academia de Estudos Livres, da qual Bernardino Machado foi um dos fundadores, foi outro projeto no qual os dois homens muito colaboraram. Esta tinha como objetivo combater o analfabetismo e promover a regeneração nacional através da educação e é igualmente um exemplo paradigmático do pensamento positivista e da crença inabalável no poder da Instrução que guiava os dois homens. Ao longo dos anos, o epistolário que analisámos permite entrever uma vasta rede de contactos mútuos que inclui académicos, intelectuais e

membros ativos das causas do republicanismo, da Educação nacional e até do feminismo. Destacam-se alguns: Adolfo Coelho (pedagogo), Aniceto Gonçalves Viana (filólogo), Guilherme Vasconcelos Abreu (filólogo), Cecília Schmidt Branco (etnógrafa), Carolina Michaëlis (filóloga, professora e pioneira do movimento feminista português) e Francisco Giner (filólogo e pedagogo espanhol, impulsor da Institución Libre de Enseñanza). Os dois homens trocaram igualmente variadas reflexões sobre o estado do Ensino em Portugal, destacando-se uma interessante carta de 1898, na qual debatem a importância do ensino da língua portuguesa. Esta carta, escrita por Bernardino Machado, é um significativo exemplo da forma como os dois pensaram o desenvolvimento nacional através da educação:

“é-nos necessario o ensino superior da nossa lingua. E precisávamos professa-lo de 3 cadeiras, em Lisboa, em Coimbra e no Porto. Como hão de as nossas escholae superiores cumprir a sua missão, que é formar o pensamento nacional, fazer com que a nação pense por si, se lhes não é dado a ensinar aos seus alumnos as puras formas em que transborda o espirito da nacionalidade portuguesa?” (Machado, 1898)

Durante este mais de meio século de correspondência, as trocas sobre artefactos arqueológicos e expedições científicas foram uma constante. Por exemplo, já em 1904, podemos ler, numa carta de Leite de Vasconcelos para o seu amigo: “O nosso Museu vai em aumento. Ha mais d’arte romana, p. ex., entraram mais de 120 objectos! Quando V. Exa. vier a Lisboa, estimava que o visse” (Leite de Vasconcelos, 1904). É em 1906, após vários anos de trabalho e de esforços conjuntos, que o Museu Etnográfico português finalmente abre portas no Mosteiro dos Jerónimos, contribuindo para o processo que se vinha já a realizar há várias décadas de reabilitação e resignificação deste espaço como representante da empresa colonial portuguesa e, no fundo, da própria identidade da nação (Peralta, 2017, p. 73).

A partir de 1910, com a Implantação da República, Bernardino Machado voltará a ter considerável influência no panorama político e governamental português. Por essa razão, ao longo dos anos da Primeira República, os pedidos de auxílio de Leite de Vasconcelos ao seu amigo irão acentuar-se. A sua correspondência durante estes anos versará questões relacionadas com funcionários do museu, problemas logísticos e salariais, preocupações com a formação de profissionais para o museu e deterioração e saída de peças arqueológicas importantes do país. Em 1917, Leite de Vasconcelos chega a referir-se, numa carta, a Bernardino Machado como: “CRIADOR DO MUSEU E NATURAL PROTECTOR DO MESMO” (Leite de Vasconcelos, 1917). Graças à relação com Bernardino Machado, o arqueólogo irá contactar e usufruir da ajuda de uma vasta rede de políticos republicanos como Afonso Costa, António José de Almeida e Manuel de Arriaga. Não obstante a proximidade com vários republicanos destacados, este período político trouxe a Leite de Vasconcelos uma forte desilusão devido

ao facto de, em 1913, ter sido alvo de uma perseguição por parte de um deputado – Eduardo de Almeida –, que questionou a sua atuação como diretor do Museu Etnográfico Português. Neste processo, contou com o incansável apoio de Bernardino Machado. Nesse sentido, após o processo ter chegado a bom porto e todas as dúvidas sobre o trabalho de Leite de Vasconcelos terem sido eliminadas, Bernardino escrever-lhe-á: “Congratulo-me pela justiça que lhe foi feita” (Machado, 1913).

Durante este período, que vai desde a implantação da República até ao Golpe Militar de 1926, não deixa de ser curioso notar que, na correspondência entre os dois, as referências políticas são quase totalmente ausentes. Não há qualquer referência, por exemplo, ao golpe sidonista que remove Bernardino Machado da Presidência e o obriga a um primeiro exílio ou, mais tarde, ao início da Ditadura Militar que o empurrará para um segundo e prolongado exílio. Desde o Golpe Militar até ao fim da vida de Leite de Vasconcelos (em maio de 1941), a correspondência que conhecemos entre os dois homens é mais escassa, consistindo maioritariamente em pequenos bilhetes, convites e trocas de literatura académica. Em 1940, transparecendo bem a admiração que tinha pelo seu amigo de longa data, Bernardino Machado escreve-lhe: “Tenho sempre notícias suas e do nosso Museu, e apreciei devidamente a justíssima homenagem que lhe foi prestada pelos seus inegaláveis serviços de Director. Ninguém mais faria tanto” (Machado, 1940). A última carta a que temos acesso entre Bernardino Machado e Leite de Vasconcelos é de 1941 e é escrita pelo primeiro, que endereça um convite ao seu amigo de longa data: “E não quer descansar, até delas [das investigações], vindo passar alguns dias connosco? A bela primavera minhota aproxima-se.” (Machado, 1941). José Leite de Vasconcelos morreria três meses depois e, três anos depois, seguir-se-ia Bernardino Machado, terminando, assim, meio século de correspondência, amizade e fruição intelectual conjunta, transversais a todas estas cartas, bilhetes e postais que estudámos.

Bibliografia

- Abraço vivamente a sua ideia. Bernardino Machado, José Leite de Vasconcelos e os Museus em Portugal. Vila Nova de Famalicão: Museu Bernardino Machado; Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Imprensa Nacional, 2022. Catálogo.
- Diniz, M. (2008). José Leite de Vasconcelos: entre o Folklore e a Ciência (ou a Ambiguidade de uma Agenda). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV:26, p. 127-144.
- Peralta, E. (2017). Lisboa e a Memória do Império. Património, Museus e Espaço público. Lisboa: Le Monde Diplomatique/Outro Modo. 235 p.
- Ribeiro, J. C. (2008). Da consciência política de José Leite de Vasconcelos. Achegas para a compreensão do seu pensamento e do seu exemplo. *O arqueólogo Português*. S. 4, v. 26: 145-160.
- Samara, M. (2012). Bernardino Machado. Uma vida de luta. Lisboa: Assembleia da República. 232 p.
- Vasconcelos, J. L. de. (1913). Defesa do Museu Etnológico Português contra as arguições que um senhor deputado lhe fez no Parlamento. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Vasconcelos, J. L. de. (1915). História do Museu Etnológico Português (1893-1914). Lisboa: Imprensa Nacional.

3.8 O republicanismo português em meados do século XX

(alguns apontamentos)

→ António José Queiroz

Resumo: Na sequência do fracasso das candidaturas presidenciais de Norton de Matos (1949) e de Quintão Meireles (1951), e dos resultados decepcionantes dos candidatos oposicionistas nas eleições legislativas de 1953, a Oposição não comunista ensaiou novas formas de organização, enveredando por caminhos que se afastavam definitivamente do(s) modelo(s) em vigor até finais da II Guerra Mundial, nomeadamente do chamado *Rreviralhismo*.

Dos projectos organizativos surgidos entre 1954 e 1958, houve três particularmente importantes, não só pela heterogeneidade dos sectores que estiveram envolvidos (ou se pretendeu envolver) mas também pelo facto de dois desses projectos (Causa Republicana e Frente Nacional Liberal e Democrata) terem sido apresentados formalmente no ministério do Interior. Falhada a legalização, alguns oposicionistas tentaram, a partir de finais de 1957, a reunificação dos antigos partidos republicanos sob a bandeira do histórico Partido Republicano Português.

Este estudo é a versão integral da comunicação apresentada ao I Congresso “I República e Republicanismo”, promovido pelo Centro República, que decorreu na Universidade de Coimbra nos dias 4 e 5 de Outubro de 2013. Tem como principal objectivo “revisitar” os referidos projectos, procurando enquadrá-los no movimento republicano português pós-II Guerra Mundial.

A partir de Setembro de 1945, no rescaldo da derrota da Alemanha na II Guerra Mundial, abriu-se um novo ciclo na resistência das oposições ao Estado Novo. O primeiro ciclo, marcado por um “reviralhismo” mais ou menos “frentista”, revelou-se um fiasco, não só por mérito de quem defendia a nova ordem surgida do golpe militar de 28 de Maio de 1926 mas sobretudo pelas constantes indecisões, desconfianças e divisões que marcaram a acção dos reviralhistas (civis e militares), tanto no exterior como no interior do país.

Exemplo significativo desses fiascos foi a Frente Popular Portuguesa (FPP), organização de que faziam parte a Aliança Republicana (que congregava elementos dos antigos partidos políticos), Franco-Maçonaria, Partido Socialista, Partido Comunista Português (PCP), Federação das Juventudes Comunistas, Socorro Vermelho, Sindicatos Vermelhos, Liga Antifascista contra a Guerra e o Fascismo, Sindicatos Autónomos (que se resumiam ao sindicato ilegal do Arsenal do Exército de Lisboa), Bloco Académico Antifascista e Acção Antifascista e Anticlerical. De fora da FPP ficaram apenas a CGT (central sindical dominada pelos anarco-sindicalistas) e o grupo militar de Ribeiro de Carvalho¹.



Fig. 1 Unir (Paris, 1938).

1 Relatário datado de 23 de Novembro de 1936 e elaborado em Espanha por um membro do PCP (AHS-ICS, doc. 112, M. 32, cx. 2).

Aparentemente, a FPP era uma organização pragmática, que aprendera com os sucessivos erros cometidos pelos revirralhistas. Isso mesmo dava a entender o jornal *Unir*, seu órgão oficial, logo que se apresentou, ao afirmar:

“Não preconizamos a união sentimental, um pouco messiânica, feita à volta de palavras despidas de um real sentido político. Queremos a união que, nascendo da acção, congregue os esforços de todos quantos, sem preocupações de ordem pessoal, desejam dar o combate final contra a ditadura portuguesa”².

Em poucos meses, porém, tudo se alterou. A chegada de Pável à direcção do PCP (Janeiro de 1938) e a conseqüente tentativa de instrumentalização da FPP, justamente através da utilização do *Unir* como um meio próprio de propaganda pelos refugiados comunistas, não tardaria a provocar uma cisão com os sectores republicanos. Disso foi reflexo a alteração do subtítulo do jornal, que, a partir de 26 de Novembro de 1938, em vez de *Órgão da Frente Popular Portuguesa*, passou a designar-se *Jornal da Democracia Portuguesa*. Um editorial assinado pelo director do jornal, José Domingues dos Santos (líder, no exílio, do Partido Republicano da Esquerda Democrática), justificava deste modo essa alteração:

“UNIR não é «terra de ninguém» onde todos podem vir estabelecer-se como em sua própria casa e de que todos podem dispor segundo as suas conveniências pessoais ou partidárias. UNIR não é órgão de um homem, de um grupo ou de um partido. É o jornal da Democracia Portuguesa.

Tem uma doutrina, um programa, uma finalidade. Marcha para o combate, à sombra da sua própria bandeira. Mas por isso mesmo que UNIR tem a sua doutrina, o seu programa, a sua finalidade, ele não pode viver à volta de fórmulas que não correspondem a realidades. A Frente Popular Portuguesa não existe. Pelo menos ela não existe nos termos que poderiam fazer dela um instrumento eficaz de combate. Dela se encontram ainda afastadas largas e interessantes camadas da sociedade portuguesa, que são profundamente hostis à ditadura salazarista. Não culpamos ninguém; verificamos um facto para sair de um equívoco mortal. Não ignoramos que certos sectores da política portuguesa usam e abusam da fachada da «Frente Popular» para fazer a sua própria propaganda, sem reparar que esse exibicionismo excessivo é gerador de reacções violentas. Há amores que matam. Nós queremos viver”³.

Moribunda desde então, a FPP desapareceria de cena após a assinatura do Pacto Germano-Soviético, de 23 de Agosto de 1939, tratado que os republicanos, através de Bernardino Machado, iriam condenar vivamente (Machado, 1978: 581).

2 *Unir*, 3/7/1937, p. 1.

3 *Unir*, 26/11/1938, p. 1.

Este episódio acabaria por marcar fortemente as futuras relações entre os comunistas e os sectores republicano-socialistas. As vicissitudes da Guerra, porém, não se compadeciam com estados de alma, fossem eles quais fossem, viessem eles donde viessem. Daí que os referidos sectores acabassem por responder afirmativamente aos apelos do PCP à unidade antifascista, que seriam mais intensos a partir de 1942. Em Janeiro de 1943, um desses apelos, publicados no *Avante!*, era muito semelhante ao que o *Unir* fizera em 1937, ao afirmar:

“Não basta a unidade de sentimentos. É necessária a unidade na luta. Não basta dizer-se que se é anti-fascista e que se está disposto à unidade. É necessário prová-lo na acção”⁴.

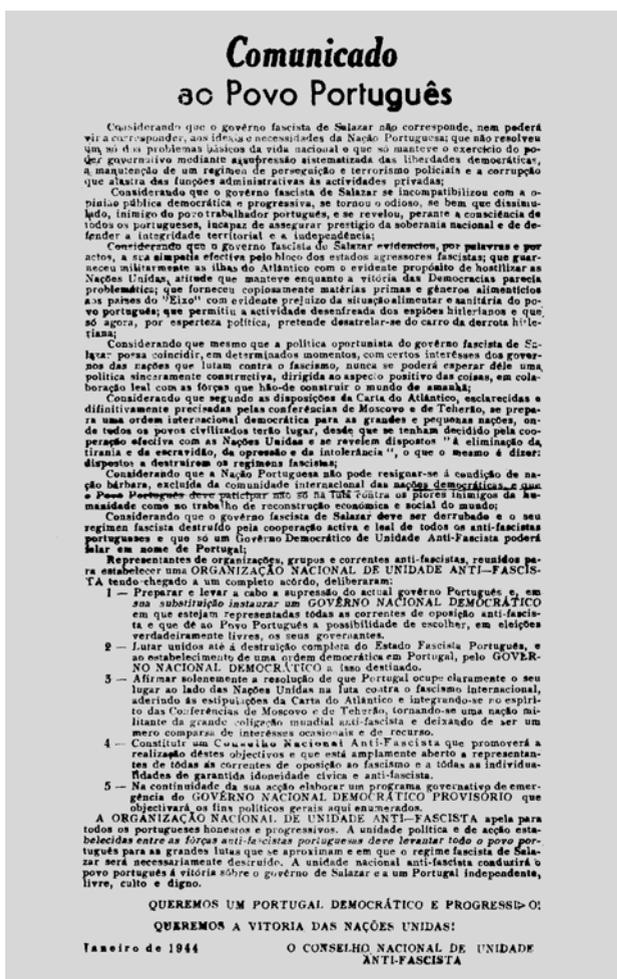


Fig. 2 Comunicado do CNUAF.

4 *Avante!*, VI Série, n.º 24, 1.ª quinzena de Janeiro de 1943, p. 1.

De apelos como este, e das consequentes negociações com as forças que se opunham ao Estado Novo, surgidas por iniciativa da União Socialista (que para o efeito contou com a diligente colaboração de Bento de Jesus Caraça), viria a formar-se, em Dezembro de 1943, o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), inicialmente designado Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista (CNUAF). Com maior ou menor envolvimento e convicção, praticamente ninguém ficou de fora, nem mesmo os anarco-sindicalistas da CGT, que haviam recusado integrar a FPP. A excepção mais evidente foi a de Cunha Leal e o seu grupo de seguidores.

Apesar de presidido pelo general Norton de Matos, um histórico republicano, a influência do PCP no MUNAF era indesmentível e isso mesmo ficaria demonstrado no complexo processo que conduziu à elaboração do *Programa de Emergência do Governo Provisório*, divulgado em Agosto de 1944. Que era preciso derrubar Salazar todos estavam de acordo. Quanto à forma de o fazer, porém, é que não havia consenso: aos que insistiam na via *putchista* (que tão maus resultados dera durante o reviralhismo), contrapunha o PCP um levantamento nacional popular, estribado num movimento grevista em articulação com um pronunciamento militar⁵.

Estas contradições acabariam por se reflectir na “unidade” do MUNAF. Isso mesmo ficaria evidente em Outubro de 1945 com a criação de uma nova organização, que pretendia opor-se legalmente ao regime do Estado Novo. Iniciativa de um grupo de 11 republicanos e socialistas, o Movimento de Unidade Democrática (MUD), nasceria, à margem do MUNAF e do PCP, como resposta à abertura mostrada pelo regime em termos eleitorais, concretamente a publicação do Decreto-Lei n.º 39.938, de 22 de Setembro de 1945, que determinava o abandono do sistema de eleição de deputados por círculo único e criava, no continente e ilhas, tantos círculos eleitorais quantos os distritos administrativos. Deste novo sistema poderia resultar, pelo menos teoricamente (diziam os oposicionistas), “a eleição de uma nova Assembleia com representação de sectores vários da política portuguesa”. Isto mesmo era expresso numa representação entregue ao Presidente da República, datada do dia 4 de Outubro.

Para analisar a nova lei eleitoral, foi requerida ao governador civil de Lisboa autorização para realizar uma reunião alargada, a 8 de Outubro, no Centro Republicano Almirante Reis. Refira-se que, no dia anterior, em discurso pronunciado perante os governadores civis e membros das comissões da União Nacional, Salazar fixara as directrizes que iriam nortear o acto eleitoral.

Autorizada a reunião, nela os oposicionistas reivindicariam um conjunto de garantias para irem às urnas: a par do adiamento do acto eleitoral (marcado para 18 de Novembro) e de um novo recenseamento, pretendiam igualmente que à Assembleia saída das eleições fossem conferidos poderes constitucionais,

⁵ Sobre a criação do MUNAF e o confronto de posições entre o PCP e os sectores republicano-socialistas que dele faziam parte, vd. Pereira, 2001: 340-378.

A “resposta”, se assim pode dizer-se, foi dada por Salazar, quatro dias depois, numa entrevista que concedeu ao *Diário de Notícias* e ao *Século*, entrevista que outros jornais transcreveram, como foi o caso do *Diário de Lisboa*. Aos que se consideravam “em oposição ao Governo” (dizia Salazar), dera-se-lhes “liberdade suficiente” para que defendessem os seus candidatos e criticassem a obra governamental. E acrescentava: “Se queriam provar que tinham o país consigo, fossem às eleições e procurassem ganhá-las no terreno legal”. Tudo o mais tinha já “um *cheiro* revolucionário” que lembrava “aqueles *bons tempos* de governos derrubados por grupos irresponsáveis”. Era, obviamente, uma alusão directa aos tempos agitados da I República, que, sublinhava Salazar, “não desejamos, nem deixaremos que voltem”⁸.

Ao fechar o capítulo sobre as eleições de 18 de Novembro, Salazar não deixaria de sublinhar que elas seriam “absolutamente livres, tão livres como na livre Inglaterra”⁹. Foi este, pois, o contexto em que proferiu esta sua tão citada frase. Não em Agosto, como se tem dito e escrito frequentemente, mas nas vésperas do acto eleitoral, numa altura em que Salazar já sabia que a Oposição não iria às urnas¹⁰.

A dois dias das eleições, o advogado Lima Alves (um dos promotores do MUD), questionado sobre se o movimento considerava terminada a sua missão, por não terem sido atendidas as reclamações que formulara, responderia do seguinte modo:

“Temos a intenção de continuar a luta do Movimento de Unidade Democrática. Enquanto nos for consentido, a luta continuará: a luta para que Portugal seja de todos os portugueses”¹¹.

A luta do MUD acabaria, porém, por ser travada em 1 de Março de 1948, data em que a PIDE notificou individualmente os elementos da sua Comissão Central, dando-lhes conta de um despacho do Ministério do Interior, de 26 de

8 *Diário de Lisboa*, 14/11/1945, p. 7.

9 *Ibidem*.

10 Ao lado da entrevista, o *Diário de Lisboa* publicava algumas notícias que desmentiam inequivocamente a boa-fé das afirmações de Salazar. De facto, como é que as eleições poderiam ser livres e justas se as reuniões do MUD eram proibidas, como era o caso das que estavam agendadas para Setúbal, Barreiro e Beja, em contraste flagrante com as que a União Nacional realizou, nesse mesmo dia, em Viana do Castelo, Santarém, Castelo Branco, Portalegre e Beja? O jornal dava ainda conta de dois significativos telegramas enviados ao Presidente da República: um deles, dos representantes dos estudantes das várias Faculdades da Universidade de Lisboa, protestando contra a prisão do Professor Ruy Luís Gomes; o outro, dos estudantes de Medicina dessa universidade, pedindo o adiamento das eleições e a elaboração de um novo recenseamento. Sobre este assunto, com indisfarçável cinismo, pois não ignorava as dificuldades colocadas aos oposicionistas, pronunciara-se também Salazar, ao afirmar na referida entrevista: “Se muitos oposicionistas não estão recenseados, também o não estão muitos defensores da situação” (*Diário de Lisboa*, 14/11/1945, p. 7).

11 *Diário de Lisboa*, 16/11/1945, p. 11.

Abril de 1947, que ilegalizava esse movimento, “por nele colaborar o chamado Partido Comunista”¹².

O PCP, de facto, colaborou no MUD e, a exemplo do que acontecera no MUNAF, também nele teve um papel de relevo, integrando os seus órgãos directivos, que acabaria, aliás, por controlar a partir de meados de 1946 (Pereira, 2001: 587). Mas não cabe falar aqui do papel do PCP no MUNAF e no MUD, assunto já tratado com rigor e desenvolvimento por alguns investigadores. Importa, sim, compreender as consequências dessa política “unitária”, tentada uma vez mais durante a campanha presidencial de 1949.

O MUD, o MUD Juvenil (criado em Julho de 1946) e o que restava do MUNAF (que vinha sendo esvaziado desde finais de 1945, justamente devido à formação do MUD), integrar-se-iam no movimento de apoio à candidatura de Norton de Matos, candidatura que começara já a esboçar-se em Março de 1947, em Ponte de Lima, por ocasião do aniversário do general (Matos, 1949: 11).

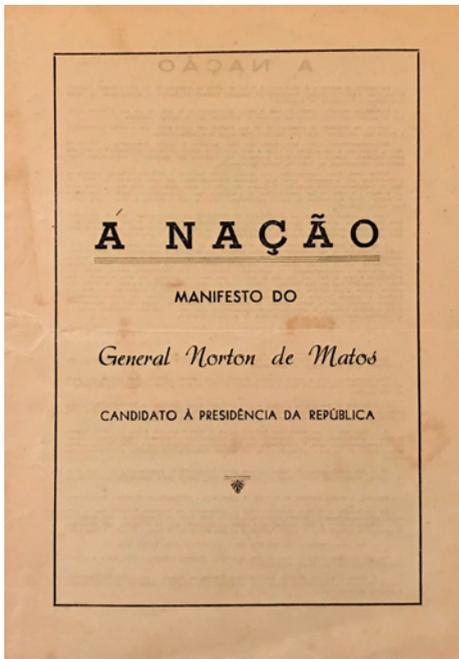


Fig. 4 Manifesto À Nação do Gen. Norton de Matos.

Essa candidatura, porém, não conseguiria fazer o pleno da Oposição. Sem surpresa, a voz mais dissonante voltaria a ser a de Cunha Leal. Não apenas por questões do passado colonial de Norton de Matos – como o testemunha a publicação, em 1924, do polémico livro *Calígula em Angola* – mas sobretudo pelo envolvimento comunista nessa candidatura, facto que daria azo a

12 Sem surpresa, foi infrutífera a contestação do MUD. Vd. (1948), “Representação ao Governo do MUD” e “O MUD e a nota oficiosa de 24 de Abril”, FMS, DRS – Documentos Alfredo Ribeiro dos Santos.

um violentíssimo ataque de Cunha Leal, expresso em entrevista ao *Diário de Lisboa*, ocasião que também aproveitou para criticar anteriores experiências “frentistas”¹³.

Para Cunha Leal, “pela acomodação do Partido Comunista dentro dos arraiais oposicionistas de Portugal, como pardal dentro dum ninho de andorinhas, operou-se uma divisão dos democratas”. De um lado haviam ficado “os que, na sua clarividência” se resignavam “ao ostracismo e a uma atitude de expectativa pacífica, na esperança de que, um dia, o bom senso em todos os campos políticos” viesse “a reclamar os seus direitos”; do outro lado ficaram “os que, enredados e confundidos com comunistas”, eram “por estes arrastados na sua seqüela”, muito embora, cedo ou tarde, houvessem “de arrear caminho”¹⁴.

Quem também não queria “enredar-se” com os comunistas era a direcção (uma parte, pelo menos) do Partido Republicano Português (PRP). Daí a decisão, expressa publicamente por Manuel Serras (secretário do Directório) em entrevista ao *Diário de Lisboa*, de não apoiar a candidatura de Norton de Matos¹⁵. A posição do PRP havia sido, aliás, comunicada, através de uma circular, aos seus filiados, em Abril de 1948. Nessa circular, o PRP considerava “inoportuna a apresentação de qualquer candidatura por parte da oposição do Governo enquanto este não modificasse a actual Lei Eleitoral no sentido de se garantir a genuinidade do sufrágio”¹⁶.

Este argumento, embora importante, era, porém, um mero pretexto para a posição oficial dos democráticos, já que estes (em fase de reorganização, como adiante se verá) não pretendiam qualquer envolvimento com o PCP. O afastamento relativamente aos comunistas era, aliás, uma realidade já assumida oficialmente na referida circular, como se infere desta passagem:

13 Sobre esse “frentismo” diria Cunha Leal: “Apercebendo-se, num relance de espírito dos democratas portugueses, os comunistas trataram de encorajar todas as tentativas de aglutinação oposicionista, ora aparecendo, às escâncaras, como seus inspiradores, ora escondendo-se atrás de elementos um pouco menos rebarbativos do que eles. Na união antifascista, no movimento de unidade democrática e seus derivados, vemo-los assumir o papel de obreiros eficientes da orgânica oposicionista de fabricantes de comissões por eles controladas e de autores do seu sistema de dependências e das regras da sua mecânica funcional. Quando surgiam no seu campo de acção democratas mais avisados, que repeliam a ideia da colaboração com elementos para quem a palavra democracia tem o significado antidemocrático de regime totalitário, para quem estes conúbios políticos nada mais representam do que uma forma de introduzir dentro dos muros da cidadela do Estado o “*Cavalo de Tróia*” do bolchevismo, para quem o conceito de lealdade é mero motivo de irrisão, então os bons comunistas portugueses, obedientes às directivas moscovitas, não tinham um momento de sossego enquanto não iniciavam contra tais importunos uma campanha de vagas insinuações ou de boatos desonrosos. Mercê, pois, deste expediente duma “Frente Popular”, em época em que ele já era repudiado em todos os países estrangeiros, finalmente esclarecidos pela atitude antipatriótica dos comunistas, quando não triunfantes, e pelas suas operações de “defenestração de Praga”, quando alcandorados no Poder, os soviéticos nacionais lá iam singrando e arredondando as suas hostes” (*Diário de Lisboa*, 22/1/1949, p. 4).

14 *Diário de Lisboa*, 22/1/1949, p. 4.

15 *Diário de Lisboa*, 4/1/1949, p. 4. Uma semana mais tarde, a posição do PRP seria confirmada por António Maria da Silva (*Diário Popular*, 11/1/1949, p. 3).

16 Circular citada por Manuel Serras, in *Diário de Lisboa*, 4/1/1949, p. 4.

“Côncio das suas responsabilidades, o Partido Republicano Português espera que não só os seus filiados, como também todos os verdadeiros democratas, se reúnam estreitamente à volta da sua bandeira para, disciplinada e ordeiramente, dentro da orientação que adoptou, afastando-se, por completo, de ideologias políticas importadas do Estrangeiro e que, em toda a parte, neste momento, são repudiadas ou condenadas, alcançar a vitória dos princípios democráticos, ponto de partida para uma maior grandeza da Pátria e da República”¹⁷.



Fig. 5 Diário de Lisboa, 4/1/1949.

As relações com o PCP estavam, de facto, na ordem do dia dentro do PRP. Daí que, na referida entrevista ao *Diário de Lisboa*, Manuel Serras não tenha deixado passar a oportunidade de acusar o governo de Salazar de “fabricar” comunistas todos os dias, ao teimar em “não restabelecer as liberdades individuais”. Isto fazia (continuava Manuel Serras) com que os elementos mais activos da mocidade, dominados pela ideia de que não bastavam os processos democráticos para acabar com uma tirania, se encaminhassem “para um estado de espírito revolucionário”, já que uma situação violenta só poderia ser suprimida por outra “igual ou maior”¹⁸.

17 *Ibidem*.

18 *Ibidem*.

Apesar da posição oficial do Directório do PRP, vários dirigentes, antigos ministros e deputados (para além, é claro, de inúmeros filiados) participaram com entusiasmo na candidatura de Norton de Matos. Foi o caso de Domingos Pereira, Daniel Rodrigues, José dos Santos e Azevedo Coutinho (membros do Directório) e Eduardo Santos Silva (membro da Junta Consultiva). Com este último a considerar (justamente em carta dirigida a António Maria da Silva) ser “erro grave de tática” tomar resoluções que dividissem os democratas. Favorável a uma “oposição” e não “oposições” à ditadura, Santos Silva considerava que a candidatura de Norton de Matos daria “estrutura firme” à oposição, vivificando-a, dando-lhe ainda, “pelo prestígio do candidato, uma unidade mais estreita”, assim como o “vigor” que até então não fora possível atingir (Pereira, 2002: 179).

Embora disposto a ir até ao fim, Norton de Matos tinha, pois, a noção de que a unidade da Oposição era novamente “impossível” (Pereira, 2002: 288). Isso mesmo ficou demonstrado quando a Comissão Central da candidatura, contra a sua vontade e a vontade de muitos republicanos, forçou a desistência no dia 12 de Fevereiro, véspera da eleição presidencial (Soares, 1974: 160-161).

A campanha eleitoral conheceu momentos empolgantes, nomeadamente no monumental comício da Fonte da Moura, no Porto. E para isso muito contribuiu a organização e a capacidade de mobilização dada por elementos comunistas (dentro e fora da candidatura). Mas o PCP, tal como outros dirigentes de sectores oposicionistas, não pretendia que a candidatura fosse até às urnas. Norton de Matos jamais esqueceria essa posição. Acabaria, porém, por atribuir o ónus da desistência ao PCP. De facto, em nota manuscrita, diria mais tarde:

“Do nosso lado quem punha e dispunha eram os comunistas, que só pensavam em inutilizar-me e em medrarem à minha custa e à custa do país”. Em carta a Domingos Pereira, após confessar a sua “canseira formidável”, as muitas “desilusões” e até as muitas “traições”, o general retomava essas críticas, ao escrever: “Seja porém como for, o certo inabalável é que não quererei mais relações políticas, directas ou indirectas, com os comunistas. Teremos de viver inteiramente à parte, eu e eles” (Norton, 2002: 404)¹⁹.

19 Em Março de 1951, Eduardo Santos Silva, abandonando a tese de haver apenas uma “oposição” em Portugal, em carta a Norton de Matos alinhava claramente pela cartilha anticomunista de alguns sectores demo-liberais, ao afirmar: “Eu julgo que nós não podemos ir no engodo da ditadura. Combatemos esta e, portanto também, o comunismo que, como ela, só pode viver esmagando o cidadão. Mas, para esse fim, os republicanos só podem juntar-se a outros democratas, pois é na livre discussão das mais rasgadas medidas sociais de dignificação moral e material dos que trabalham que se pode reduzir o comunismo à impotência. Na violência ele se robustece e alastra. É o que demonstra o que se passa em todo o mundo livre: Países do Norte, Holanda, Bélgica, Inglaterra, França, Itália, onde o comunismo, hoje, ou quase não existe ou não faz já mal de maior” (Pereira, 2002: 189).

Pouco tempo depois das eleições presidenciais (Abril de 1949), os sectores oposicionistas, ligados ao PCP, criavam formalmente o Movimento Nacional Democrático (MND). Para Mário Soares (que não fez parte da Comissão Central mas acabou por integrar a concelhia de Lisboa – gesto de que, aliás, viria a arrepender-se), o MND, “legítimo herdeiro dos Movimentos do passado”, representava “a continuidade dos esforços” de quem lutava “por uma legalidade democrática” em Portugal²⁰. Mas como alguns dirigentes comunistas viriam a reconhecer anos depois, o MND praticamente não conseguiu sair das trincheiras do PCP²¹.

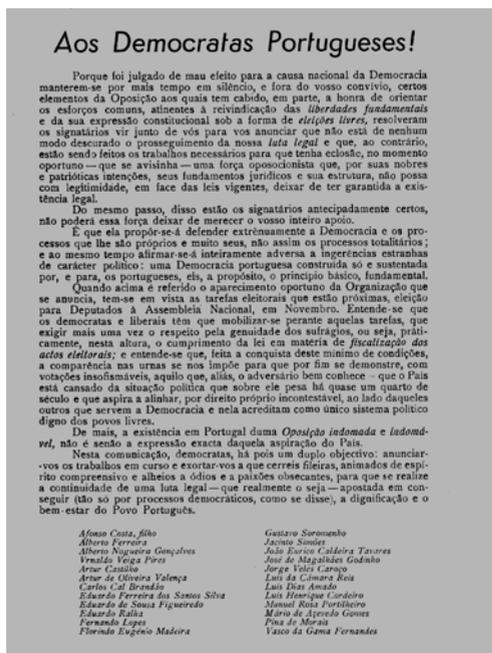


Fig. 6 Comunicado da Comissão dos 24.

- 20 As considerações de Mário Soares, então em “processo de afastamento” relativamente ao PCP, constam de uma carta com data de 1 de Outubro de 1949, cujo destinatário era Ruy Luis Gomes (Pereira, 2005: 107).
- 21 Em Abril de 1955, Júlio Fogaça acusou o MND de assumir “posições políticas extremistas, sectárias”. Isso explicava a razão por que o MND, expressando “uma unidade muito limitada”, se encontrava “desacreditado” perante “as várias camadas da pequena e média burguesia anti-fascista e anti-imperialista”. Recordando um passado próximo, o mesmo dirigente condenava ainda “a intransigência e o dogmatismo dos militantes” do PCP, a par de alguma “falta de sensibilidade política, de tacto, de maleabilidade dos quadros do Partido”, pelo falhanço das políticas de unidade que haviam sido tentadas “nas organizações democráticas, patrióticas e progressivas” dos anos anteriores. Na VI Reunião Ampliada do CC do PCP, que decorreu em Agosto de 1955, replicando as críticas de Júlio Fogaça, um dos presentes (Marinho/ “Lucas”) afirmou também que “o MND nunca conseguiu ser o movimento legal de todos os democratas portugueses”. No ano seguinte, outro dirigente comunista, Octávio Pato, insistindo na ideia de que o MND enfermava de “erros notórios”, considerava que a sua continuação poderia “constituir um travão à unidade” com outras forças anti-fascistas, unidade que só poderia acontecer se o MND fosse extinto, situação que acabaria por acontecer em Janeiro de 1957 (Pereira, 2005: 384-391).

A “resposta” ao MND dos sectores não comunistas representados na candidatura presidencial de Norton de Matos foi a criação, em Outubro, da chamada “Comissão dos 24” (tantos eram os subscritores do manifesto então lançado)²². Nesse documento, considerando-se “de mau efeito para a causa nacional da Democracia” continuar a manter o silêncio, anunciava-se o prosseguimento da “luta legal” e a constituição, “no momento oportuno”, que se avizinhava, de “uma força oposicionista que, por suas nobres e patrióticas intenções, seus fundamentos jurídicos e sua estrutura”, não pudesse “com legitimidade, em face das leis vigentes, deixar de ter garantia a existência legal”²³.

Será a partir da “Comissão dos 24” (que alguns historiadores vêm como “atlantista”, num contexto político internacional já então dominado pela chamada “Guerra Fria”), que surgirão algumas das organizações que pretenderam opor-se, de forma legal, ao Estado Novo, nomeadamente a Causa Republicana e o Directório Democrato-Social.

Que houve trocas de ideias ou até mesmo negociações com vista a criar a tal “força oposicionista” de que falava a Comissão dos 24 provam-no as cartas trocadas entre António Resende, membro do Partido Republicano da Esquerda Democrática (PRED), e uma “figura categorizada do antigo PRP”, cartas de que foi dado conhecimento a José Domingues dos Santos. Às mãos do líder do PRED, então ainda no exílio, chegaria igualmente um manifesto, assinado por vários oposicionistas, que o deixaria “desolado”, tal a sua mediocridade. Ao lê-lo, ficara “com a impressão de que a craveira mental e política da chamada “oposição” tinha “baixado de uma maneira inquietante”²⁴.

Das referidas conversações que houve em finais de 1949 e inícios de 1950 não surgiria qualquer organização. Não era, aliás, crível que isso acontecesse, até porque antigas divisões (não só políticas mas até mesmo de carácter pessoal) continuavam por resolver entre vários republicanos, nomeadamente entre José Domingues dos Santos e Cunha Leal. A propósito da candidatura do líder da antiga União Liberal Republicana às eleições legislativas de 13 de Novembro de 1949, escreveu José Domingues dos Santos:

“Li com especial atenção o programa apresentado por C.[unha] L.[eal] o qual, segundo ele, poderia congregiar à sua volta todos os republicanos. Todos, não; porque há pelo menos um republicano que nunca poderia dar a sua adesão a um tal programa nitidamente neo-fascista. É possível que o C.[unha] L.[eal] tivesse ou tenha a intenção de chefiar os dissidentes da actual situação. Mas

22 Os subscritores do manifesto eram os seguintes: Afonso Costa (Filho), Alberto Ferreira, Alberto Nogueira Gonçalves, Arnaldo Veiga Pires, Artur Castilho, Artur de Oliveira Valença, Carlos Cal Brandão, Eduardo Ferreira dos Santos Silva, Eduardo de Sousa Figueiredo, Eduardo Ralha, Fernando Lopes, Florindo Eugénio Madeira, Gustavo Soromenho, Jacinto Simões, João Eurico Caldeira tavares, José de Magalhães Godinho, Jorge Velez Carroço, Luís da Câmara Reis, Luís Dias Amado, Luís Henrique Cordeiro, Manuel Rosa Portilheiro, Mário de Azevedo Gomes, Pina De Moraes e Vasco da Gama Fernandes (FMS, AMS, Pasta 02591.028).

23 FMS, AMS, Pasta 02591.028.

24 APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos a António Resende*, de 6 de Dezembro de 1949.

creio que ele exagera um pouco, confundindo-os com os republicanos. Tudo isto é desolador. Deveremos por isso desanimar? Não o creio”²⁵.

Em Março de 1950, ainda não se avançara de forma significativa na criação de “uma organização exclusivamente republicana”; falava-se, sim, mas tão-somente, de um “certo boato” sobre “uma aproximação eventual de republicanos de todos os matizes”²⁶.

Em 1951, ano de eleições presidenciais, a aproximação dos sectores republicano-socialistas era inevitável, não só como afirmação relativamente ao Estado Novo mas também como demarcação do MND (isto é, do PCP), movimento que apoiava a candidatura de Ruy Luís Gomes²⁷. Sem candidato próprio, e crentes (como afirmava Eduardo Santos Silva numa carta a Carlos Olavo) que a candidatura do almirante Quintão Meireles patenteava “a existência de uma divisão grave no seio da ditadura”, esses sectores republicano-socialistas acabaram por apoiar esta candidatura.

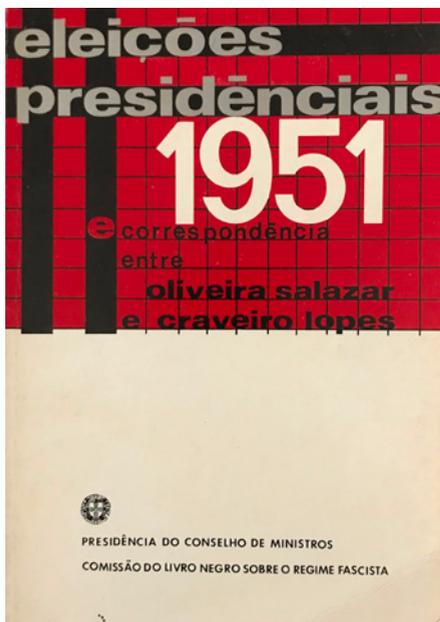


Fig.7 Eleições Presidenciais – 1951.

25 *Ibidem*.

26 APJDS, *Carta de José Domingues dos Santos a António Resende*, de 17 de Março de 1950.

27 Uma carta de Eduardo Santos Silva a um amigo do Directório do PRP (não identificado, mas que seria muito provavelmente Daniel Rodrigues) demonstra bem a divisão entre os comunistas e o sector republicano-socialista, ao escrever: “A união com a Aliança Socialista e com todos os outros elementos republicanos – organizados ou não –, de forma a constituir-se um bloco democrático homogéneo, parece-me ser esse o primacial papel do Directório do velho PRP. Certamente que essa homogeneidade se não poderá atingir se os elementos comunistas dele fizerem parte. Pela sua obstinação política, pela sua maneira especial de actuação, obedecendo a princípios rígidos pré-estabelecidos, eles não se conformam com os nossos hábitos democráticos. Estão, neste momento, a ser vítimas duma acintosa perseguição policial, contra a qual protestaremos, mas só essa solidariedade podemos garantir-lhes” (Pereira, 2002: 190).

Esse apoio, porém, era meramente instrumental, um puro exercício de tacticismo político, de que António Sérgio terá sido o principal mentor. É isso, de facto, o que sugere a sua correspondência epistolar. Por acção da PIDE, algumas das suas cartas foram parar às mãos de Salazar, que, na margem, não deixaria de apontar diversas notas e de fazer vários sublinhados, prova de que levava muito a sério a intensa actividade organizativa, de forte cariz subversivo, do autor dos *Ensaíos*.

Partindo de um dado inequívoco, isto é, da impossibilidade de, até então, a Oposição não ter conseguido organizar-se “em base estável e suficientemente homogénea”, responsabilidade que atribuía à “mania da denominação dos comunistas”, António Sérgio, em carta a um republicano do Porto não identificado, era muito claro no carácter que atribuía à candidatura de Quintão Meireles, ao afirmar:

“Não nos esqueçamos que a candidatura Q. M. não deve aparecer como nossa, mas como a de uma parte dos oficiais do 28 de Maio que entendem que as suas intenções foram deturpadas pelo Salazarismo e que eles não eram antidemocratas, (nisso reside o efeito destrutivo na hoste salazarista), nem antiliberais, nem anti-parlamentaristas; e o nosso papel é o de cidadãos *estranhos à sua gente* mas que votam nele porque nos promete as liberdades fundamentais e tem probabilidade de no-las conseguir. Por isso mesmo me neguei a assinar a proposta da candidatura do Q. M., quando para isso ele e amigos seus me convidaram”²⁸.

Uma informação (seguramente da PIDE) para Salazar sintetizava, de forma muito clara, o que se pretendia, no campo republicano-socialista, com a candidatura de Quintão Meireles:

28 Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1983: 104. À margem, escrita à mão, surge a seguinte data: 2-VII-51. Do mesmo teor era uma carta (desse ano, mas não datada) de António Sérgio para Eduardo Santos Silva, em que se dizia: “A minha tese é a de que não devemos tratar o Almirante Quintão Meireles como se fosse *nosso* candidato, mas como o candidato de um grupo de oficiais seus amigos, em quem nós decidimos votar porque promete cumprir a Constituição no relativo às liberdades fundamentais. Para fazer a propaganda a favor da votação nele não precisamos de esperar por ele nem por ordens dele. E não temos necessidade, para votar nele, de tomar em conta os demais pontos do seu programa, os comunicados da sua secretaria, etc. As nossas ideias governativas expô-las-emos nós por nossa conta, uma vez que gozemos da liberdade de o fazer, graças à acção do Almirante. Para mim, a principal vantagem da candidatura é criar ambiente favorável à prossecução da luta e estabelecer a ligação entre os civis democratas e os militares do Almirante. Não precisamos esperar ordens dele para tomarmos a iniciativa de explicar ao povo a vantagem de votar nele. Parecia-me bem que já fossem preparando os protestos de solidariedade quando ele protestar por lhe não darem fiscalização. (Esses protestos deverão brotar por todo o país, corajosamente). E que fizessem aí uma edição do manifesto, mal apareça um exemplar. Torno a suplicar: não esperem indicações: façam; não aguardem ordens: organizem. Deixem o Almirante dizer quanto lhe convém dizer, contanto que mantenha a promessa das liberdades essenciais do homem e do cidadão” (Pereira, 2002: 308).

“António Sérgio tem dito aos elementos oposicionistas da sua maior confiança, que figuram entre os que apoiam a candidatura do almirante Quintão Meireles, que esta candidatura é unicamente um pretexto para estabelecer ligações entre as várias organizações ou grupos de oposicionistas, federando-as, por assim dizer, afim de as manter prontas para a ‘verdadeira batalha’, a travar não agora, mas quando surgir o verdadeiro momento para desfechar o golpe.

A candidatura do almirante, segundo ele e os seus apaniguados, só servirá para, com os seus protestos, dividir as forças governamentais.

Esses protestos devem ser fundamentados em processos fraudulentos a imputar ao Governo. Diz-se não pessimista, mas reconhece que o almirante só pode servir para desistir, protestando”²⁹.

Foi isso, de facto, o que aconteceu. Alegando a ausência de garantias de isenção e seriedade do acto eleitoral, Quintão Meireles retira a sua candidatura. Dois dias antes, o Conselho de Estado considerara inelegível Ruy Luís Gomes, nos termos da Lei n.º 2048, de 11 de Junho de 1951. Craveiro Lopes era, pois, escolhido sem oposição, já que todos os sectores oposicionistas defenderam a abstenção nas eleições de 22 de Julho.

Na sequência da candidatura de Quintão Meireles, seria tentada, por iniciativa de António Sérgio, a constituição da Organização Cívica Nacional (OCN)³⁰. O processo foi acompanhado pelo governo, que nela conseguiu infiltrar alguém da sua confiança. Daí o assalto à sede da OCN, na Rua da Assunção, 42-4.º, em Lisboa, e a conseqüente prisão para os elementos que aí se encontravam presentes (Cardoso, 1973: 168).

Em 1953, ainda por iniciativa de António Sérgio, foi organizada a Comissão Promotora do Voto. Em representação dirigida ao Presidente da República, datada de 21 de Abril, afirmava-se que “o papel dessa Comissão [] seria o de realizar o *apelo cívico* que conduzisse ao exercício pleno do direito de voto”³¹.

Apesar dessa representação ter sido subscrita por dezenas de democratas, figurando o nome de Norton de Matos em primeiro lugar, o *Avante!*, órgão central do PCP, numa violenta reacção contra essa iniciativa, “seleccionaria” os nomes de António Sérgio, Nuno Simões, Domingos Pereira e Ramada Curto, classificando-os como “cabecilhas pseudo-democratas”, acusando-os de divisionismo e de colaboracionismo com a reacção internacional”, por serem defensores do Pacto Atlântico, isto é, “da política salazarista da guerra que tantos males” causara “ao nosso povo e ao país”³².

Como seria de esperar, as eleições legislativas de 8 de Novembro marcaram a agenda oposicionista nos meses seguintes. O assunto, como sempre, gerou as mais desencontradas opiniões. Os subscritores da Comissão

29 Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1983: 110.

30 A Organização Cívica Nacional foi constituída oficialmente no dia 3 de Novembro de 1951.

31 *Seara Nova*, n.ºs 1274-75, Março a Junho de 1953, p. 34.

32 *Avante!*, n.º 177, VI Série, Maio de 1953, pp. 1-2.

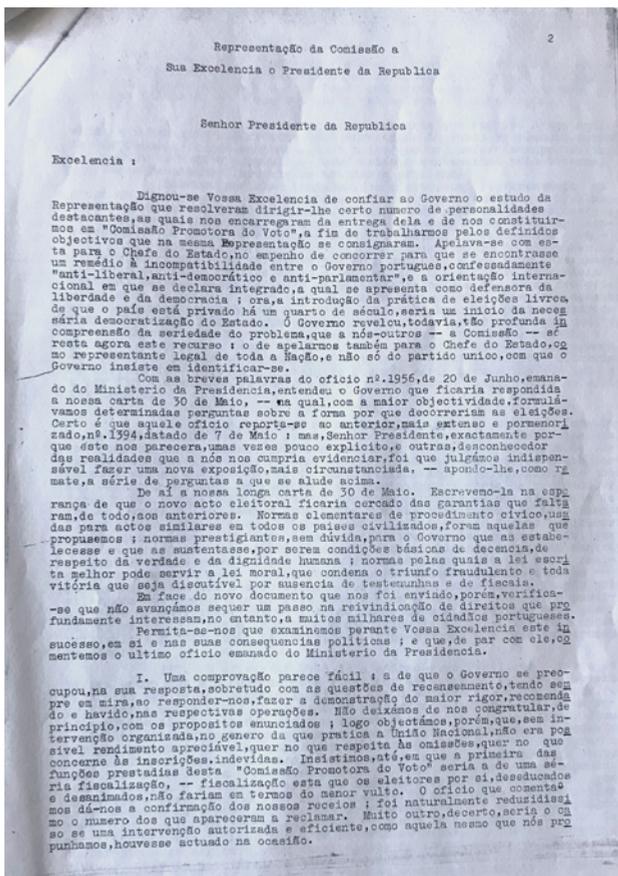


Fig. 8 Representação da Comissão Promotora do Voto.

Promotora do Voto, a que se juntaria, a partir de Paris, a voz de José Domingues dos Santos, eram favoráveis à ida às urnas. O mesmo não sucedia com alguns membros do PRED, que, tal como o MND e o Directório do PRP, se colocaram numa posição abstencionista. Ainda assim, houve listas oposicionistas nos círculos do Porto, Aveiro e Lisboa. Os resultados, porém, foram muito modestos, ficando longe de eleger qualquer deputado³³.

Apesar desse fracasso, a ideia de organizar uma Oposição que (como dizia Eduardo Santos Silva) viesse “a poder realizar severa crítica à acção nefasta da ditadura” continuou na ordem do dia. Daí que, meses mais tarde, em circular datada de 7 de Junho de 1954, se desse conta da constituição de uma Comissão Fundadora da Causa Republicana. Aí se dizia “estar em marcha um movimento tendente à criação de uma associação política que, unindo o esforço dos republicanos, actuasse “em defesa da República instaurada em 5 de Outubro de

33 Os votos da Oposição foram os seguintes: Aveiro, 6821 (8,7%); Lisboa, 21104 (9,98%), Porto, 15843 (11,8%). Por sua vez, nos mesmos círculos, foram atribuídas à União Nacional as seguintes percentagens: Aveiro, 52,1%; Lisboa, 50,1%, Porto, 52,9% (Cruz, 1986: 134).

1910, fazendo a propaganda dos seus ideais e das suas instituições num amplo sentido de renovação e justiça social”³⁴.

No dia 5 de Outubro de 1954, em carta/circular assinada por Armando Adão e Silva, afirmava-se a urgência de actuar e de organizar a Causa Republicana, “à face das leis e no uso dos direitos” conferidos pela Constituição. Nesse sentido, apelava-se à indicação de nomes de republicanos, “de confiança”, que pudessem vir a integrar a Comissão Nacional Organizadora da Causa Republicana, que seriam assim distribuídos: “três de Lisboa, três do Porto, dois de Coimbra e mais três a seis de outros distritos do país”³⁵.

Em Janeiro de 1955, o secretariado-geral da Causa Republicana estava já instalado³⁶. Em representação ao Presidente da República, datada de 8 desse mês, assinada por José Mendes Cabeçadas (presidente do Directório Provisório) e Armando Adão e Silva (secretário-geral), justificavam-se as razões da sua organização, desde logo pela existência de uma “Causa Monárquica”, organização que gozava “de liberdade excepcional e de favor”. Impunha-se, pois, contrapor à propaganda feita “a favor do regime deposto e definitivamente condenado [] uma acção patriótica e uma propaganda eficaz na defesa da República”³⁷.

A divulgação pública deste projecto de organização política iria ser objecto, na sessão de 8 de Fevereiro, de longa e violenta intervenção do deputado (monárquico) Augusto César Cerqueira Gomes, que apelidou a Causa Republicana de movimento subversivo e perturbador da opinião pública. Receando as dissidências e divisões que poderiam advir da sua legalização, Cerqueira Gomes considerava não haver motivo para a união dos republicanos. Esta intervenção iria merecer nova representação ao Chefe de Estado, e dela seria dado conhecimento ao Presidente e membros da Assembleia Nacional. Como resposta à “mal-humorada investida contra a Causa Republicana”, os membros do seu Directório Provisório questionavam a razão de o referido deputado nunca se

34 EPHEMERA, Documentos da Causa Republicana. Constituíram a Comissão Fundadora da Causa Republicana os seguintes elementos: Barbosa de Magalhães, Azevedo Gomes, Cunha Leal, Domingos Pereira, Marques Guedes, Carlos Olavo, José Domingues dos Santos, Ramada Curto, Câmara Reis, Ramon de La Feria, Eduardo Ralha, Dias Amado, Mayer Garção, Casais Monteiro, Adão e Silva, Olívio França, Eduardo de Figueiredo, Sá Cardoso, Vasco da Gama Fernandes, Acácio de Gouveia, Rodrigues dos Santos, Gustavo Soromenho, Manuel Duarte, Luís Álvaro Moitinho de Almeida, João Pedro dos Santos e Américo Amorim de Leitão.

35 AMM, EJDS, Doc. n.º 5, *Carta/circular de Armando Adão e Silva* (5 de Outubro de 1954). No mês seguinte, correspondendo ao referido apelo, João Pedro dos Santos enviaria a Adão e Silva uma lista com 27 nomes, dos mais representativos da Oposição em 17 distritos (IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3420, pp. 12-14).

36 Rua S. Julião, 72, 2.º Esq., Lisboa. No Porto, a Causa Republicana tinha as suas instalações na Rua de Santa Catarina, 362, 1.º Tras.

37 *Diário de Lisboa*, 25/1/1955, pp. 1 e 3. Do Directório Provisório da Causa Republicana faziam parte José Mendes Cabeçadas, Armando Adão e Silva, Manuel Serras, Manuel Duarte, João Pedro dos Santos, Abílio Mendes, Virgílio Marques, Américo Amorim Leitão, A.C. Veiga Pires, Júlio Semedo, Eduardo Ralha, Carlos Cal Brandão, Francisco José Cardoso Júnior, Manuel Luís Costa de Figueiredo, Fernando Lopes, Luís Moitinho de Almeida e Carvalhão Duarte.

haver “insurgido contra as dissidências e divisões a que poderia dar lugar a Causa Monárquica”, organização que visava, esta sim, “a subversão do regime”³⁸.

E porque Cerqueira Gomes se referira aos princípios defendidos pela Causa Republicana, qualificando-os “como coisas já ultrapassadas e desactualizadas”, lembravam-lhe que eram justamente os mesmos princípios que informavam o Pacto do Atlântico Norte, de que Portugal fora um dos países fundadores. Pois não era esta organização “constituída precisamente para salvaguarda da Democracia e das conquistas que esta assegurou aos Povos, na marcha incessante da civilização”? Em jeito de conclusão, perguntavam ainda:

“Como pode, pois, um País, como pode em Portugal o respectivo Governo – desde que fomos signatários daquele instrumento internacional, e ligados estamos a ele por compromissos inquestionáveis – desinteressar-se da defesa da Democracia e receber de má vontade um organismo como o nosso, que, frente ao Estado Republicano, se propõe tão só a propaganda do regime, como acautelador e melhor intérprete das virtudes sociais dessa mesma Democracia?”³⁹

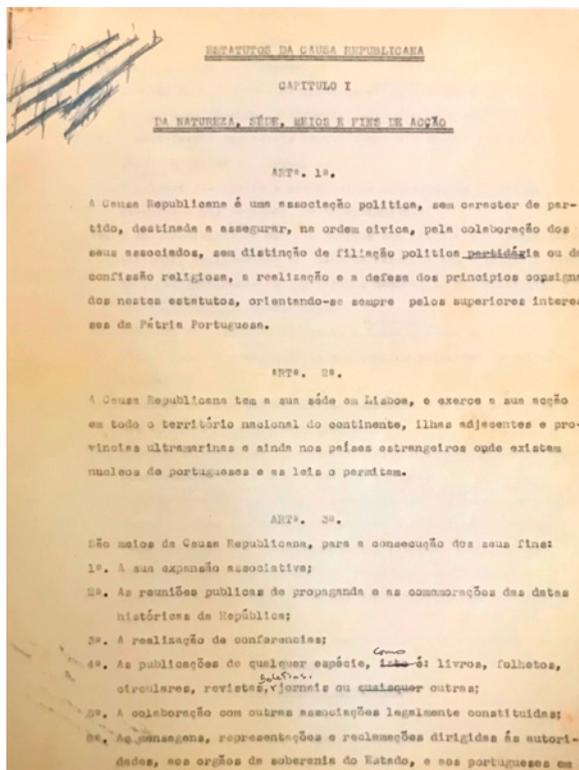


Fig. 9 Estatutos da Causa Republicana.

38 Datada de 16/3/1955, a representação seria entregue, em mão, na Secretaria da Presidência da República, no dia 22 desse mês (IAN/TT, AOS, PC 40, Cx. 622).

39 *Ibidem*.

No processo de organização da Causa Republicana foram inicialmente constituídas uma Junta Consultiva e uma Comissão Instaladora do Congresso. À primeira, composta por antigos ministros e parlamentares republicanos, bem como outros democratas de reconhecido prestígio, competiria colaborar com o Directório e emitir pareceres sobre os problemas da Causa. À segunda (constituída por 11 membros, que entre si escolheriam um Presidente e um Relator) incumbiria a elaboração do projecto de estatutos, a preparação e a instalação do congresso⁴⁰.

“Movimento de doutrinação política, sem carácter partidário nem programa de governação” (como se afirmava na citada representação ao Presidente da República, de 16 de Março de 1955), os estatutos da Causa Republicana, compostos por 42 artigos, foram elaborados por uma comissão de que faziam parte Carlos Olavo, Mayer Garção, Rodrigues dos Santos e Magalhães Godinho⁴¹. O seu calendário organizativo era assim definido no último artigo:

“As primeiras eleições gerais para os órgãos da Causa Republicana, a realizar de harmonia com as disposições deste Estatuto, terão lugar pela seguinte ordem e datas: a) Comissões de freguesia até 10 de Novembro de 1956; b) Comissões concelhias até 30 de Novembro de 1956; c) Comissões distritais até 20 de Dezembro de 1956; d) Directório e Junta Consultiva, no Congresso a realizar em Fevereiro de 1957.”⁴²

O processo organizativo da Causa Republicana, sem surpresa, acabaria por ser travado a nível governamental: apresentados a 18 de Junho, os estatutos não seriam aprovados, por despacho do ministro do Interior, Trigo de Negreiros, de 27 de Junho de 1955. No dia seguinte, seguindo os trâmites habituais, a Direcção-Geral de Administração Política e Civil (então dirigida por António Pedrosa Pires de Lima), dava conhecimento do despacho ao Almirante José Mendes Cabeçadas Júnior, subscritor do requerimento apresentado no Ministério do Interior⁴³.

Reagindo à decisão ministerial, a Causa Republicana recorreria, sem sucesso, para as instâncias judiciais⁴⁴. No plano político, dirigir-se-ia, em nova representação ao Presidente da República. Nesse documento (datado de 14

40 AMM, EJDS, Doc. n.º 12, *Carta/circular de 29 de Janeiro de 1955*.

41 AMM, EJDS, Doc. n.º 9, *Causa Republicana (em organização) – Boletim Interno da Comissão Distrital do Porto*, n.º 1, 15 de Abril de 1955.

42 IAN/TT, AOS, PC 40, Cx. 622.

43 As razões oficiais invocadas por Trigo de Negreiros para recusar a aprovação dos estatutos eram as seguintes: “Os estatutos da projectada Causa Republicana evidenciam espirito de divisão da sociedade portuguesa, contendo preceitos que colidem com a unidade nacional e o bem público e que importam lesão dos princípios em que assenta a ordem moral, económica e social da Nação” (IAN/TT, AOS, PC 40, Cx. 622).

44 Ao recurso interposto para o Supremo Tribunal Administrativo seria negado provimento, a 2 de Março de 1956. A 3 de Abril, os representantes da Causa Republicana iriam interpor novo recurso, desta vez para o Tribunal Pleno (recurso n.º 911). O seu provimento seria igualmente negado, a 30 de Maio de 1957. O acórdão foi publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 41, de 18/2/1958.

de Julho de 1955) afirmava não ser preciso sublinhar “o transcendente significado e alcance desta recusa”. Limitavam-se os subscritores da representação a “exprimir a mágoa por ver cortada a última ponte, e assim desperdiçada a última oportunidade, em relação às tentativas de ligar e tornar possível o convívio entre os portugueses que dirigem aos que são dirigidos”. Daí que, “das graves consequências” que dessa “incompreensível atitude” resultasse para o futuro de Portugal, declinavam “os signatários a responsabilidade”⁴⁵.

Enquanto decorria o processo de constituição da Causa Republicana, outros oposicionistas, por iniciativa de Alberto Madureira, procuravam organizar a Frente Nacional Liberal e Democrata (FNLD). Esse controverso republicano⁴⁶ tentou, em cartas dirigidas a José Domingues dos Santos, sensibilizá-lo para que a Causa Republicana se integrasse na FNLD, organização que pretendia ver presidida pelo general Ferreira Martins⁴⁷. Alegava Alberto Madureira que o aparecimento da Causa Republicana era inoportuno, pois surgia quando estava já em andamento o projecto da FNLD. José Domingues dos Santos, porém, não chegou a responder-lhe.

45 IAN/TT, AOS, PC 40, Cx. 622.

46 Alberto Madureira de Carvalho Osório (Santa Isabel, Lisboa, 28/11/1889 – Estoril, Cascais, 29/11/1973). Médico de profissão, foi assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Em termos políticos, militou no PRP, do qual viria a afastar-se. Em 1917 foi um dos fundadores do Partido Centrista Republicano. No ano seguinte seria candidato a deputado (não eleito) nas listas do Partido Nacional Republicano. Em 1919 passará para o Partido Republicano Conservador, de cujo Directório fez parte. Durante a Guerra Civil espanhola foi um dos fundadores da Liga Anticomunista dos Combatentes Portugueses em Espanha e colaborou com o sector nacionalista hispano-germânico, instalando, em Ávila, um hospital de sangue. A sua acção valer-lhe-ia a comenda da Coroa de Itália e a Grande Águia Branca com Espadas de Ouro, em diploma assinado por Adolfo Hitler. Em 1941 partiu para a Alemanha onde proferiu algumas conferências sobre cirurgia. Em 1950 propôs a formação do Grupo Intelectual dos Homens Livres, “que os oposicionistas atacaram e o Governo degolou”; em 1953, defendeu a organização da Unidade Nacional Democrática, “que os democratas combateram e o Governo proibiu”; em 1955 organizou a Frente Nacional Liberal e Democrata, “que a Oposição torpedeou com desalegância e o Governo abateu”; em 1957, “depois de metido na cadeia e de ter sacrificado “toda a sua “vida particular”, defendeu novamente a “união em volta de um Directório Supremo”, órgão que deveria ser eleito no I Congresso Republicano de Aveiro. Para o “comando” da Oposição propunha os nomes de Cunha Leal e Lopes de Oliveira, secretariados por Agostinho Sá Vieira. Como candidato da Oposição às eleições presidenciais de 1958, sugeriu o nome do general Ferreira Martins (AMM, EJDS, Docs. n.º 20-28). Acabaria, porém, por apoiar o candidato comunista, Arlindo Vicente. Nesse mesmo ano, desiludido com a marcha dos acontecimentos, anunciou a sua retirada da política. Em 1961, porém, com o início da Guerra Colonial, propôs, com Lopes de Oliveira, a constituição de uma União Patriótica, iniciativa para a qual será solicitado o apoio da Presidência do Conselho (Lemos, 2012: 241). O apelo feito nesse ano aos seus correligionários “para que se unissem na defesa do património ultramarino” levará o *Avante!* a acusar Alberto Madureira de “falso democrata” (IAN/TT, AOS IN-14, cx 335, pt. 8, fl. 24). A partir de 1963 (ano em que é referenciado num relatório da PIDE para Salazar), não se lhe conhecem outras intervenções políticas.

47 A primeira carta é datada de 21/2/1955 (AMM, EJDS, Doc. n.º 11). Houve, porém outras, até agora não localizadas, como decorre da leitura doutra carta, datada de 8/10/1956, onde Alberto Madureira escreve: “Até hoje, não tive a honra e prazer de receber resposta de V. às minhas cartas, ou melhor, ao meu apelo de união em defesa dos princípios liberais da República” (AMM, EJDS, Doc. n.º 18).

Sem dar sinais de esmorecimento, Alberto Madureira voltar-se-ia para Eduardo Santos Silva, procurando conseguir deste o que lhe fora negado por José Domingues dos Santos. Por duas vezes (em 27 de Agosto e em 8 de Novembro de 1956) escreveu a Santos Silva, solicitando a sua colaboração para “levar por diante a Unidade da Oposição com a Frente Única dos Liberais e Democratas portugueses” (Pereira, 2002: 317); nesse contexto seria “indispensável organizar a Comissão Autónoma Política do Porto e a do Norte de Portugal” (Pereira, 2002: 320-321). Os resultados desses contactos, porém, foram infrutíferos: o melhor que Alberto Madureira conseguiu, daquele que considerava, no Porto, “o homem de maior prestígio entre os republicanos” (Pereira, 2002: 317), foi o seu “desvalioso” mas “bem sincero” aplauso pela luta que estava a travar em prol das “liberdades cívicas” (Pereira, 2002: 201).

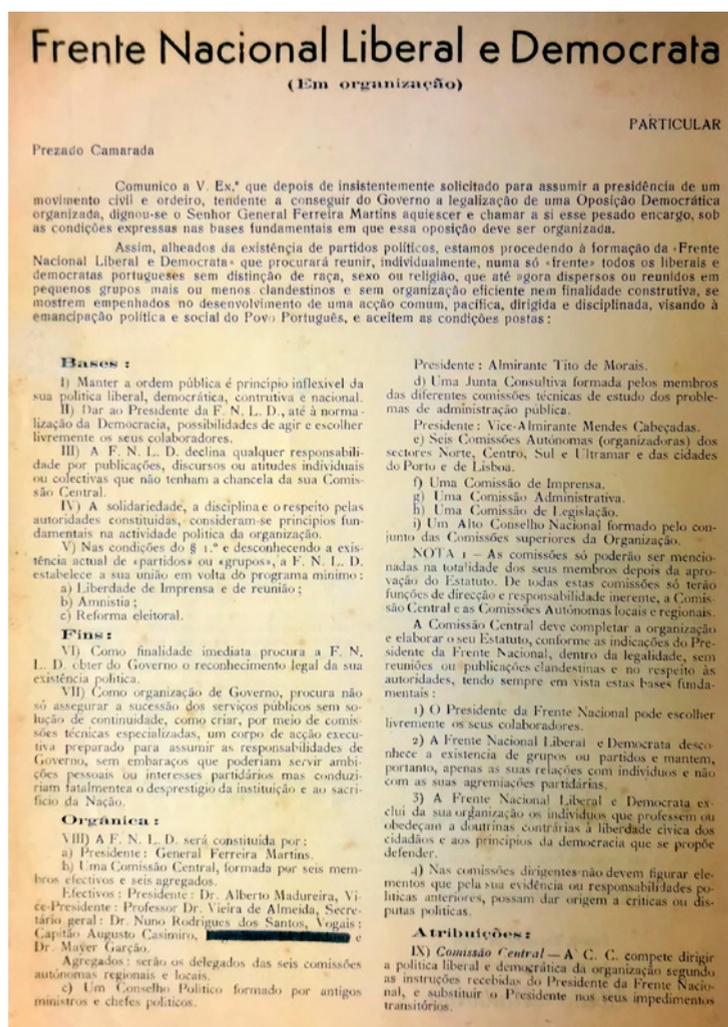


Fig. 10 Comunicado da FNLD.

Nos seus estatutos, a FNLD afirmava-se como “uma associação política, sem carácter partidário e essencialmente patriótica, destinada a actuar por meios pacíficos e ordeiros sobre a opinião pública no sentido de promover uma progressiva democratização das instituições e costumes políticos nacionais”⁴⁸.

Até à primeira reunião do Congresso, a Comissão Central seria composta pelos elementos da sua Comissão Organizadora. Presidida pelo general Ferreira Martins, dela faziam ainda parte Vieira de Almeida (vice-presidente), Alberto Madureira (vice-presidente adjunto), Nuno Rodrigues dos Santos (secretário), Agostinho Sá Vieira (tesoureiro), Fernando Mayer Garção e Augusto Casimiro (vogais).

Apresentados para aprovação no ministério do Interior, os estatutos da FNLD foram, porém, indeferidos sob pretexto semelhante ao que havia sido invocado para inviabilizar a Causa Republicana, isto é, de que a sua aprovação não se mostrava “compatível com os princípios de unidade nacional e de correcta formação da opinião pública em que assenta a ordem moral da Nação, importando a sua constituição ofensa do bem público”. O indeferimento (acrescentava o ministro), em nada afectaria “o direito dos requerentes a intervir na vida política nacional, designadamente quanto à liberdade de propaganda eleitoral e do exercício dos direitos políticos de que goza[va]m os cidadãos portugueses”⁴⁹.

Reagindo à decisão ministerial, Ferreira Martins repelia, “por injusta e ofensiva”, a afirmação de que a constituição da FNLD “importaria ofensa do bem público”. Comentando as implicações da rejeição dos estatutos, acrescentava:

“Não posso também deixar de lamentar, como Português, que o Governo da Nação assim rejeite uma oposição que se oferecia legalizada, franca, leal e construtiva, preferindo continuar a tolerar a oposição mais ou menos clandestina, exercida por grupos diversos sem consistência nem finalidade prática, e que, no dia em que, por qualquer circunstância, a actual situação política do País venha a deixar de existir – porque nada neste mundo é eterno –, virão talvez a contribuir para o caos em que a Nação poderá encontrar-se nesse momento difícil da sua existência.

Caberá então ao actual Governo a inteira responsabilidade dessa situação caótica, para a qual nem eu nem os meus colaboradores da Frente Nacional Liberal

48 Os órgãos sociais da FNLD eram os seguintes: Congresso; presidente da FNLD; Comissão Central; Assembleias distritais, concelhias e de freguesia, na metrópole e ilhas adjacentes; Comissão do Ultramar; Alto Conselho Político; Junta Consultiva com as respectivas comissões técnicas (legislativa, de propaganda, de imprensa, etc.). Os presidentes do Alto Conselho Político e da Junta Consultiva seriam, respectivamente, os almirantes Tito de Moraes e Mendes Cabeçadas (AMM, EJDS, Doc. n.º 20).

49 Os estatutos da FNLD foram indeferidos por despacho do ministro do Interior, Trigo de Negreiros, de 4 de Junho de 1957. Dessa decisão foi dado conhecimento ao general Luiz Augusto Ferreira Martins, presidente da sua Comissão Organizadora, através de uma nota da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, datada do dia 7 desse mês (I Repartição, L.º 10 – N.º O-1/18) e assinada pelo seu Director-Geral António Pedroso Pires de Lima.

e Democrata termos contribuído, por não termos colaborado naqueles ou noutros grupos de oposição tolerada”⁵⁰.

Em jeito de balanço, numa Carta aberta aos Liberais e Democratas Portugueses, a Comissão Central Organizadora da FNLD concluía que o governo do Estado Novo considerava “impossível a sua coexistência com uma oposição organizada”, quaisquer que fossem as garantias prestadas “de submissão à Lei em vigor e de acatamento dos princípios essenciais da ordem estabelecida”. Estavam, pois, dissipadas todas as dúvidas” que a esse respeito “sobrevivessem”: não havia “a menor possibilidade de se estabelecer uma plataforma propícia ao convívio cívico das duas grandes facções políticas nacionais: a situacionista e a oposicionista”. Daí que essa “malograda tentativa” de legalizar a FNLD tivesse “um único resultado positivo”: demonstrar “que todos os esforços tendentes à criação de colaboração entre o Governo e a massa oposicionista” estavam “antecipadamente e irremediavelmente condenados ao mais completo e rotundo fracasso”⁵¹.

Falhada a Causa Republicana e a FNLD, logo no Verão desse ano de 1957, alguns sectores republicanos farão nova tentativa para se federarem numa organização reconhecida legalmente, sob a designação de Directório Democrato-Social⁵².

Foi, pois, constituído, como se dirá mais tarde num comunicado à imprensa, “como último recurso, depois de haverem fracassado sucessivas tentativas de organização legal oposicionista (Liga Cívica, Causa Republicana, Frente Liberal e Democrata)”, com o objectivo de dar aos democratas a consciência de que alguém se propunha “arcar com as responsabilidades da orientação comum”⁵³.

Desse projecto, cuja primeira reunião teve lugar em Coimbra, em casa do advogado Fernando Lopes (Fernandes, 1975: 163), foi dado conhecimento oficial ao ministro da Presidência em 19 de Julho⁵⁴. No mês seguinte, em representação datada de 8 de Agosto (mas só entregue em 11 de Setembro), o Directório Democrato-Social dava conta desta nova iniciativa cívica ao Presidente da República, general Craveiro Lopes.

50 FMS, AMS, Pasta 02598.006.

51 *Ibidem*.

52 Presidido inicialmente por Azevedo Gomes, à frente do Directório Democrato-Social ficaria Jaime Cortesão logo que regressou do exílio (Outono desse ano). Aí se acolheu a Oposição não comunista, desde os sectores republicanos conservadores até à Resistência Republicana e Socialista, de Piteira Santos e Mário Soares.

53 O comunicado à imprensa é datado de 30/10/1957 (FMS, AMS, Pasta 02591.40).

54 AMM, EJDS, Doc. n.º 31. No despacho do Director-Geral da Administração Interna, de 31/7/1957, a propósito da participação da constituição do Directório Democrato-Social, afirma-se que a carta enviada ao ministro da Presidência tinha a data de 18 de Julho (Vd. *A Propósito de Eleições*, Edição do Directório Democrato-Social, s/d. [1957]).

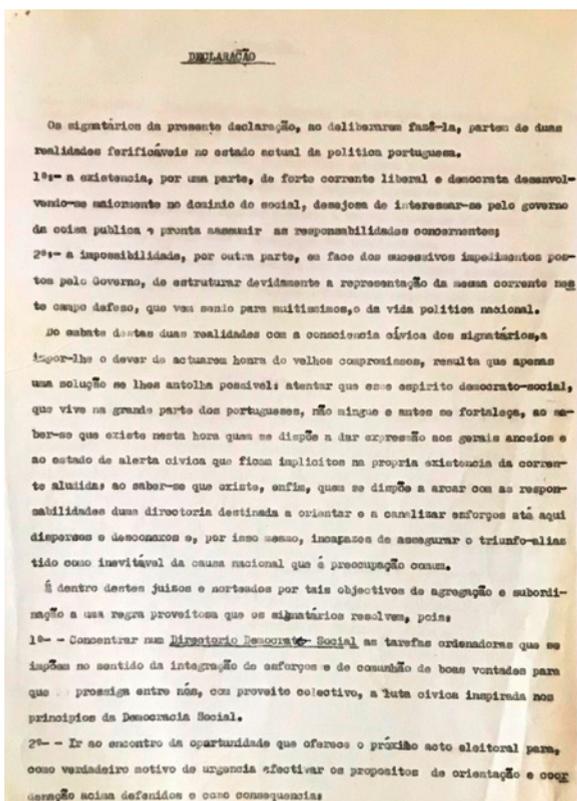


Fig.11 Declaração do Directório Democrato-Social.

Aproximando-se as eleições legislativas de 3 de Novembro, o Directório Democrato-Social afirmava o desejo de “milhares de eleitores não governamentais” estarem presentes nesse acto. Daí colocarem o problema das “garantias” que seriam oferecidas aos eleitores e aos candidatos. E para que não se nublassem o que acontecera anteriormente, recordavam a Craveiro Lopes o que se passara nas eleições de 1953, em Lisboa, Porto e Aveiro, deixando um voto muito claro:

“Torna-se indispensável que não volte a ser possível praticar irregularidades como as registadas então e, mais que irregularidades, que o estado de espírito doloso e de baixa condição moral verificado seja de todo varrido dos actos cívicos que, acima de tudo, valem, como aquele, para índice aferidor da educação do povo português”⁵⁵.

As eventuais garantias do Presidente da República (se é que foram dadas) nunca passaram, como é óbvio, de aspectos meramente formais, que o governo, aliás, dizia cumprir. Procurou, pois, o Directório Democrato-Social, indo “ao encontro da oportunidade” oferecida pelo acto eleitoral, efectivar alguns

55 IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. 587/46 SR - NT 2568, p. 40.

“propósitos de orientação e coordenação”, no sentido de prosseguir, “com proveito cívico, a luta cívica inspirada nos princípios da Democracia Social”. Nesse sentido, decidiu organizar “Comissões de Candidatura” onde se julgasse “aconselhável a concorrência às urnas”. Duas dessas comissões seriam formadas em Lisboa e Porto, a quem competiria preparar a lista de candidatos e delinear programas, que seriam posteriormente apresentados “à sanção última” do Directório Democrato-Social⁵⁶.

As Comissões de Candidatura iniciaram os trabalhos preparatórios em Agosto. No Porto, em reunião realizada no dia 4 de Setembro, discutiram-se os critérios a que devia obedecer a constituição das listas. A Comissão de Candidatura propunha que não se incluíssem os candidatos de 1953, bem como – para evitar “críticas sistemáticas e intencionalmente feitas pelo governo” – candidatos com projecção política no passado. Até porque, sublinhavam, era “facto notório” que os portugueses queriam libertar-se da Ditadura mas não desejavam o regresso à situação política anterior a 28 de Maio de 1926. Daí a abstenção de escolha desses candidatos ou, pelo menos, a sua redução “ao mínimo”⁵⁷.

Com base nestes critérios, e nos aditamentos propostos por um grupo de dez elementos presentes nessa assembleia, a escolha dos candidatos do distrito foi feita em nova reunião, que, tal como a anterior, teve lugar na Praça Carlos Alberto, 92, 1.º, antiga sede do histórico Centro Republicano Democrático do Porto. Nessa reunião, realizada na semana seguinte (11 de Setembro), foram apresentados os nomes de 36 candidatos. A assembleia escolheu 10: António Macedo (advogado), Armando da Costa Lima (médico), Artur Santos Silva (advogado), Carlos Ramalhão (médico e professor universitário), José Domingues dos Santos (advogado), Carlos Cal Brandão (advogado), Hélder Ribeiro (coronel reformado), Luís Veiga (advogado), Olívio França (advogado) e um representante (a designar) dos estudantes universitários⁵⁸. Esta não foi, porém, a lista apresentada oficialmente, e dada a conhecer numa sessão pública, realizada no Coliseu do Porto, a 24 de Outubro⁵⁹.

56 AMM, EJDS, Doc. n.º 100. As duas Comissões de Candidatura eram assim constituídas: Porto – Eduardo Ralha, Júlio Semedo, Mário Cal Brandão, Artur de Oliveira Valença, Ernesto Viriato Passos Ferreira da Silva, António Veloso de Pinho, Alberto Saavedra, Fernando Azeredo Antas e Manuel de Sousa Dias (IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. 587/46 SR – NT 2568, p. 45); Lisboa – Azevedo Gomes, Vieira de Almeida, Moreira de Campos, Carlos Pereira, Sá Cardoso, Mayer Garção, Acácio Gouveia, Nuno Rodrigues dos Santos, Fernando Homem de Figueiredo e José Hipólito dos Santos (*Diário de Lisboa*, 20/10/1957, p. 1).

57 IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. 587/46 SR – NT 2568, p. 44.

58 IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. 587/46 SR – NT 2568, pp. 46-47.

59 IAN/TT, PIDE/DGS, SC Proc. 989, E/GT – NP 1454, p. 11. Da lista definitiva, que, de facto, privilegiava os candidatos pouco ou nada conotados com os antigos partidos políticos, faziam parte os seguintes nomes: Mem Verdial, Artur de Oliveira Valença, Artur Santos Silva, Manuel Coelho dos Santos, Augusto César de Barros, Amadeu Morais, Jaime Vilhena de Andrade, Artur Vieira de Andrade, Pedro Veiga e Rodrigo Teixeira Mendes Abreu (Cruz, 1986: 135).

Impossibilitados de concorrer em Lisboa⁶⁰, sob alegação de que a lista entrara fora de prazo, decisão que o Supremo Tribunal Administrativo confirmaria, a Oposição também não foi a votos no Porto e em Aveiro⁶¹. Outras candidaturas, entretanto ponderadas, acabaram também por não avançar⁶².

Em Braga, pelo contrário, os candidatos oposicionistas levaram a candidatura até ao fim. Justificavam essa decisão com o argumento de contribuir “para despertar o eleitorado da indiferença pela Coisa Pública em que o lançaram”. Com a ida às urnas, acrescentavam, contribuiriam para que todos exercessem “o seu direito de intervir na vida da Nação”, levando-os, portanto, a cooperar “activamente na resolução dos problemas do povo português”. Se todos ocorressem às urnas, diziam ainda, não haveria forças que detivessem a “vontade avassaladora” do povo. Como deputados independentes, seriam até “os intérpretes sem medo” das queixas dos situacionistas, que tantas vezes discordavam das medidas governamentais mas não tinham modo de fazer ouvir a sua voz porque os deputados da União Nacional se calavam, vinculados que estavam “pelos seus compromissos políticos com o governo”⁶³.

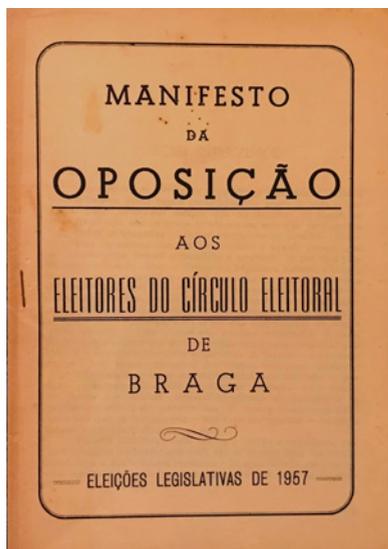


Fig. 12 Manifesto da Oposição aos Eleitores de Braga.

60 A lista oposicionista em Lisboa reflectia uma forte influência da nova direcção da *Seara Nova* e da Comissão Cívica Eleitoral (próxima do PCP). Tinha a seguinte composição: Ferreira Martins, Lídia da Fonseca, M. J. Palma Carlos, Rui Cabeçadas, Câmara Reis, Rogério Paulo, Manuel Sertório, Arlindo Vicente, Nikias Skapinakis, José da Cruz Ferreira, Domingos Carvalho e Óscar dos Reis Figueiredo (*Ibidem*).

61 Em Aveiro, a lista era composta por Manuel Neves, Virgílio Pereira da Silva, Júlio Calisto, Alfredo Magalhães, Costa Pereira e Manuel Pato (*Ibidem*).

62 Independentemente da decisão do Directório Democrato-Social, chegaram a ser ponderadas as seguintes candidaturas: no Porto, Silas Cerqueira e Artur Andrade; em Faro, M. Campos Lima; em Setúbal: Manuel Antunes, Manuel Paulino Gomes, Pinto Gonçalves e Manuel Cabanas (IAN/TT, Proc. 3182 SR - NT 2401, pp. 279-280).

63 *Diário de Lisboa*, 25/10/1957, p. 7.

A Oposição, porém, não chegaria, uma vez mais, a ter assento na Assembleia Nacional. Em Braga, como seria de esperar, os resultados foram muito modestos⁶⁴. O fracasso político de todo este processo levaria, anos depois, Mário Soares a afirmar que “a função específica do Directório Democrato-Social limitava-se a pouco: ao comentário crítico dos passos mais significativos da vida nacional, expresso geralmente em representações ao Presidente da República, assaz respeitosas, aliás” (Soares, 1974: 196-197).

O Directório Democrato-Social nunca conseguiria federar os vários sectores republicanos, que, mais de 30 anos passados sobre o 28 de Maio, teimavam em não criar condições para cicatrizar velhas feridas. Daí que José Domingues dos Santos – à margem das conversações que decorriam entre o Directório Democrato-Social e a Comissão Cívica Eleitoral, tendo em vista encontrar um candidato único às eleições presidenciais de 1958⁶⁵ – tenha começado a trabalhar no sentido de reunir os antigos partidos republicanos sob a bandeira do histórico PRP. Desse seu projecto daria conta a Manuel Serras, membro da Junta Consultiva desse partido. Pretendia o histórico líder esquerdista constituir uma comissão composta por representantes da Esquerda Democrática, Acção Republicana, Partido Nacionalista, União Liberal Republicana e Partido Democrático (nome como era geralmente designado o Partido Republicano Português). Posteriormente, numa reunião magna, a realizar no Porto, escolher-se-ia um novo Directório para o reunificado PRP⁶⁶.

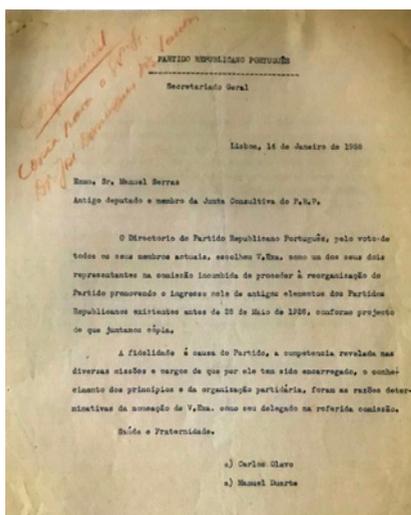


Fig. 13 Carta do PRP a Manuel Serras.

64 Em Braga, os candidatos oposicionistas obtiveram 5151 votos (8,49%), num universo de 60644 votantes (Lopes, 2004: 153). A lista tinha a seguinte composição: Luís Caseiro, José Justino Amorim, Eduardo Pereira Santos, Francisco Pinto Rodrigues, Guilherme Branco e Joaquim Barga (Cruz, 1986: 135).

65 A primeira reunião, com essa finalidade, entre as duas organizações oposicionistas ocorreria em Lisboa, na sede da *Seara Nova*, em 19 de Novembro de 1957 (Pereira, 2005: 578).

66 AMM, EJDS, Doc. n.º 99).

Nos inícios de Janeiro, Manuel Serras deu conhecimento desse projecto aos elementos do Directório do PRP. Eduardo Santos Silva fora o único que, até 11 de Janeiro, não dera qualquer resposta⁶⁷. A expectativa, porém, era de que fosse negativa⁶⁸. Não se sabe se foi dada. Sabe-se, sim, que logo a 14 de Janeiro, o Directório do PRP credenciou Manuel Serras e Alfredo Guisado (também membro da Junta Consultiva) para representarem esse partido na comissão incumbida de proceder à sua reorganização⁶⁹.

Este projecto não tardou a transpirar e desde logo surgiram algumas “manobras de diversão”, alegadamente protagonizadas por elementos do PRP, que estariam a desenvolver diligências com o mesmo fim. Este facto levou o seu Directório a divulgar um “Esclarecimento”, que a Censura não deixaria publicar nos jornais⁷⁰. Nele dava conta de que ignorava essas diligências, acrescentando que quaisquer trabalhos nesse sentido não poderiam “ser feitos sem o seu conhecimento e sem a sua sanção”⁷¹. Segundo Manuel Serras, o “assalto” ao PRP (cujo Directório acusava de inércia) parecia “encomendado pela Polícia com fins desagregadores”. Daí a necessidade de estabelecer contactos em Viseu e em dois distritos “vitais”, Coimbra e Porto⁷².

Em 7 de Fevereiro, em carta enviada a Rodrigo de Abreu (de Viana do Castelo), João Pedro Santos dava-lhe conta da iniciativa de José Domingues dos Santos, reafirmando a ideia de reagrupar “todos os republicanos, e só republicanos, do país, sob a bandeira do velho PRP”⁷³. Se a ideia resultasse, prestar-se-ia “um grande serviço à Causa, criando-se uma força construtiva e representativa” que poderia apresentar-se “à Nação, como penhor” que o poder não cairia “na rua”⁷⁴.

Ainda em Fevereiro, tendo como pano de fundo as eleições presidenciais, dois republicanos de Lisboa, João da Maia Nogueira e Cardoso Júnior, procuraram organizar um almoço, em Lisboa, juntando algumas das personalidades mais marcantes da Oposição, nomeadamente Jaime Cortesão, Azevedo Gomes, António Sérgio, Eduardo Santos Silva, Cunha Leal e José Domingues

67 AMM, EJDS, Doc. n.º 47).

68 AMM, EJDS, Doc. n.º 36).

69 AMM, EJDS, Doc. n.º 43.

70 AMM, EJDS, Doc. n.º 65.

71 AMM, EJDS, Doc. n.º 54. O documento é assinado por três membros do Directório: Carlos Olavo, Sant’Iago Prezado e Manuel Duarte.

72 AMM, EJDS, Doc. n.º 69. Segundo Manuel Serras, Viseu era o distrito “mais forte, onde o PRP se encontrava “completamente organizado” (AMM, EJDS, Doc. n.º 36).

73 Noutra carta, datada de 21 de Fevereiro, sem indicação de destinatário, João Pedro Santos reafirmava a rejeição de quaisquer pactos fora do âmbito republicano, ao escrever: “Por mim, e já por mais de uma vez o tenho afirmado em várias reuniões, os republicanos têm de marchar sós, não se deixando arrastar por manobras daqueles que não tendo forças se querem servir das nossas para o seu «joguinho». Eu sou contra a chamada *unidade*. Sou pela unificação de todos os republicanos, e só republicanos, sem quaisquer entendimentos, por mais leves, com totalitários da direita ou da esquerda” (AMM, EJDS, Doc. n.º 61).

74 AMM, EJDS, Doc. n.º 62.

dos Santos⁷⁵. Em alguns meios dizia-se que se pretendia fazer aí a reconciliação entre os dois últimos⁷⁶.

Desconhece-se se o almoço chegou a realizar-se. Sabe-se, porém, que no dia 22 de Fevereiro, José Domingues dos Santos não esteve em Lisboa, por se encontrar doente há já várias semanas. Mas mesmo que assim não fosse, era improvável que comparecesse ao almoço, atendendo à presença de Eduardo Santos Silva, um dos republicanos históricos que não marcaram presença na homenagem que lhe foi prestada em 8 de Maio, no Porto. O conflito entre os dois, que o tempo não apagou, remontava a 1920, por alturas da constituição do Núcleo Republicano Regionalista do Norte. Prova de que a presença de Eduardo Santos Silva era incómoda é a carta de um dos organizadores do almoço, datada de 5 de Fevereiro. Nessa carta, Cardoso Júnior confessa-se surpreendido com o convite que fora endereçado ao republicano portuense, interrogando: “Por quem foi feito? Com que legitimidade?”⁷⁷.

Alguns dias antes, a 18 de Fevereiro, Manuel Serras dava conta a João Pedro Santos que elaborara algumas notas, a título pessoal. Serviriam para “dar uma ideia” a José Domingues dos Santos das bases que o líder do PRED iria redigir⁷⁸. Após a nomeação dos delegados dos vários partidos, Manuel Serras propunha a seguinte metodologia: 1) Apresentação de uma lista com nomes e moradas dos filiados dos vários partidos que se haviam comprometido a aderir ao PRP; 2) Apresentação de outra lista com os nomes dos filiados propostos para as várias comissões do PRP em todo o país; 3) Proceder aos ajustamentos necessários, de forma que nas comissões todos os antigos partidos ficassem representados, 4) Sem preocupação de número, procurar escolher para as comissões os elementos de reconhecida influência política; 5) Submeter os mapas das comissões que daí resultarem à aprovação dos Directórios de todos os partidos ou pelos seus representantes legais; 6) Após aprovação dos referidos mapas, lavrar uma acta considerando extintos os partidos, com excepção do PRP, cujo Directório daria seguidamente posse a todas as comissões e ao próprio Directório nomeado em sua substituição; 7) Elaboração, pelo novo Directório, de uma nova Lei Orgânica, a submeter a todas as comissões do partido, que substituiria a que estava em vigor⁷⁹.

Relativamente à escolha do novo Directório, Manuel Serras não adiantava qualquer metodologia. Recordava, todavia, que dos membros eleitos no congresso de Junho de 1925 só havia três que continuavam vivos: António Tavares Ferreira, Filémon de Almeida e Manuel Pinto de Azevedo. O segundo nunca fora chamado à efectividade, por se ter ausentado para o estrangeiro; o último manifestara oportunamente o desejo de não continuar no Directório. Daí que o

⁷⁵ AMM, EJDS, Doc. n.º 56.

⁷⁶ AMM, EJDS, Doc. n.º 62.

⁷⁷ AMM, EJDS, Doc. n.º 51.

⁷⁸ AMM, EJDS, Doc. n.º 53.

⁷⁹ AMM, EJDS, Doc. n.º 39.

único que então ocupava, de direito, o lugar no Directório fosse António Tavares Ferreira. Os outros membros em funções, Eduardo Santos Silva, Santiago Prezado, Carlos Olavo e Manuel Duarte, haviam sido cooptados em Maio de 1951 pelo Directório que então estava em funções e que se compunha apenas de quatro membros⁸⁰.

Em carta datada de 6 de Abril de 1958, para dar andamento aos trabalhos, Manuel Serras propunha a José Domingues dos Santos um encontro dos vários delegados dos partidos em sua casa (Rua do Barão, 5, 4.º D.º, Lisboa), nos dias 19 e 20 desse mês, das 15 às 20 horas. Pedia-lhe que elaborasse a agenda dos trabalhos⁸¹. No dia 9, em nova carta dirigida a José Domingues dos Santos, Manuel Serras mostrava-se desolado com o resultado do encontro entre Azevedo Gomes e o nacionalista Pedro Pita. Este escrevera aos seus correligionários Alberto Jordão e Maldonado Freitas, objectando, porém, que “não poderia obrigá-los a fazer” o que estava em curso. Para Manuel Serras, ou Pedro Pita “não compreendeu bem o que se pretendia” ou então, como considerava extinto o PRN, considerava que as pessoas em causa não podiam representar uma coisa que já não existia. Daí que, em seu entender, melhor seria que José Domingues dos Santos fizesse os convites a título individual, “dispensando-se qualquer credencial ou formalidade”⁸².

O estado de saúde de José Domingues dos Santos impediu-o novamente de estar presente em Lisboa nas referidas datas. Em carta de 23 de Abril propunha a Manuel Serras novas datas: 10 e 11 de Maio. Na resposta, em 27 de Abril, Manuel Serras dizia-lhe que, por sugestão de João Pedro Santos, e de modo a evitar a subida de vários andares, o encontro passaria para o escritório de Nuno Simões⁸³. Essa reunião, porém, ficou uma vez mais sem efeito. Assente estava já que, na comissão reorganizadora, o PRED estaria representado por José Domingues dos Santos e Manuel Paulino Gomes, o PRP por Alfredo Guisado e Manuel Serras e a Acção Republicana por Hélder Ribeiro e Vasco Morgado. Após novos contactos com o nacionalista Pedro Pita, ficara decidido que o PRN se faria representar por Alberto Jordão e Custódio Maldonado de Freitas. Manuel Serras e João Pedro dos Santos falaram com Jaime Cortesão, que se mostrou receptivo à ideia da unificação e nesse sentido se comprometeu a consultar os seus companheiros da *Seara Nova*⁸⁴. Mas por José Domingues dos Santos não poder ainda deslocar-se a Lisboa, esse trabalho ficou adiado *sine die*.

80 AMM, EJDS, Doc. n.º 39. Em Janeiro de 1958, a Junta Consultiva do PRP era composta por Alfredo Guisado, Barbosa de Magalhães, Agatão Lança, Alfredo de Sousa, Alberto Dias Pereira, Manuel Serras, Delfim Costa, Manuel Gaspar de Lemos e Francisco António de Paula (AMM, EJDS, Doc. n.º 55).

81 AMM, EJDS, Doc. n.º 45.

82 AMM, EJDS, Doc. n.º 38.

83 AMM, EJDS, Doc. n.º 46.

84 IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3482, p. 1, *Carta de Manuel Paulino Gomes a António Resende*, de 23 de Fevereiro de 1959.

No ano seguinte, Manuel Paulino Gomes, antigo secretário do Directório do PRED, partido de que seria um dos representantes na projectada comissão reorganizadora do PRP, reiniciaria os contactos com outros correligionários, no sentido de saber se, “nessa qualidade”, deveria continuar a falar “com os representantes dos outros Partidos Constitucionais”⁸⁶. Da continuação dessas diligências, se as houve, até agora nada se sabe. Porém, o projecto de reunificação sob a bandeira do velho PRP nunca chegaria a concretizar-se.

Na sua cruel voracidade, o tempo foi ceifando, um atrás doutros, todos os republicanos históricos. Em 1961, entre os subscritores do Programa para a Democratização da República, que Jaime Cortesão já não teve oportunidade de assinar (pese embora tenha sido o seu principal inspirador⁸⁷), o único dirigente do PRP era Santiago Prezado. Dos republicanos que haviam liderado os antigos partidos políticos, só Cunha Leal continuava vivo e politicamente activo. Não subscreveu, porém, esse programa. O mesmo sucedendo com o PCP.

As ilusões de convergência entre os oposicionistas acabariam por morrer com o início da Guerra Colonial. Os sectores mais conservadores do republicanismo, de matriz claramente nacionalista, acabaram por alinhar com a política ultramarina do Estado Novo. Essa circunstância seria aproveitada (embora de forma não imediata) pelos sectores mais “avançados”, como foi o caso da Resistência Republicana e Socialista, para romperem com o Directório Democrato-Social (organização que passara a intitular-se, desde 1963, Acção Democrato-Social), de modo a construírem uma verdadeira alternativa aos dois extremos da Oposição, isto é, aos republicanos liberais e ao PCP.

86 IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3420, p. 1.

87 Segundo Mário Soares, o Programa para a Democratização da República foi “quase todo elaborado” por uma equipa que, para além dele próprio, era composta por José Ribeiro dos Santos, Ramos da Costa e Piteira Santos. A esta “comissão redactora” presidia Azevedo Gomes (Mário Soares, *Portugal Amordaçado – depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 283).

Fontes e Bibliografia

1.1. Fontes arquivísticas

AHS-ICS – Arquivo de História Social – Instituto de Ciências Sociais

Relatório do PCP (1936).

AMM-EJDS – Arquivo Municipal de Matosinhos – Espólio José Domingues dos Santos

Correspondência vária e outra documentação avulsa (Eleições, Causa Republicana, Frente Nacional Liberal e Democrata, Directório Democrato-Social, PRP).

APJDS – Arquivo Particular José Domingues dos Santos

Correspondência vária.

EPHEMERA – Arquivo de José Pacheco Pereira

Documentos da Causa Republicana.

FMS-AMS – Fundação Mário Soares-Arquivo Mário Soares

Documentos da Oposição: MUNAF, MUD, Comissão dos 24, Causa Republicana, Frente Nacional Liberal e Democrata, Directório Democrato-Social.

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

Processos da PIDE/DGS.

1.2. Fontes hemerográficas

Avante!

Diário de Lisboa

Diário do Governo

Diário Popular

República

Seara Nova

Unir

2. Bibliografia

CARDOSO, S. (1973). *Memória duma época e apontamentos políticos*. Edição do Autor. Lisboa.

Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1983). *Eleições Presidenciais de 1951 e correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes*. Mem Martins.

CRUZ, M. B. da (1986). *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*. Publicações D. Quixote. Lisboa.

FERNANDES, V. da G. (1975). *Depoimento Inacabado – Memórias*. Publicações Europa-América. Mem Martins.

GODINHO, J. M. (1992). *Pedaços de uma Vida*. Pégaso Editores. Lisboa.

LEMONS, M. M. e. (2012). *Oposição e Eleições no Estado Novo*. Assembleia da República. Lisboa.

LOPES, F. S. (2004). *Momentos da Oposição em Famalicão (Dos finais da década de vinte aos anos cinquenta)*. Editora Ausência. Vila Nova de Gaia.

MARTINS, S. (2005). *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Casa das Letras. Cruz Quebrada.

MATOS, G. N. de. (1949). *Os dois primeiros meses da minha candidatura à presidência da República*. 2.ª edição, Edição do Autor. Lisboa.

NORTON, J. (2002). *Norton de Matos. Biografia*. Bertrand Editora. Lisboa.

PEREIRA, G. M. (2002). *Eduardo Santos Silva, Cidadão do Porto (1879-1960)*. Campo das Letras. Porto.

PEREIRA, J. P. (2001). *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. “Duarte”, O Dirigente Clandestino (1941-1949)*. Vol. 2, Círculo de Leitores. Lisboa.

PEREIRA, J. P. (2005). *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. O Prisioneiro (1949-1960)*. Vol. 3, Círculo de Leitores. Lisboa.

QUEIROZ, A. J. (2012). *José Domingues dos Santos – O Defensor do Povo (1887-1958)*. Assembleia da República. Lisboa.

SOARES, M. (1974). *Portugal Amordaçado – Depoimento sobre os anos do fascismo*. Arcádia. Lisboa.

VENTURA, A. (2002). “A crise da Oposição Democrática no início dos anos cinquenta”. *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*. Centro de História da Universidade de Lisboa. Lisboa.

3.9 O Entre-Douro- -e-Minho ou tão-só o nosso Minho

→ João-Afonso
Machado

Tendo sido um dos intervenientes no ciclo de conferências levadas a cabo nos salões da Liga Naval, em 1915, subordinadas ao tema mais geral denominado *A Questão Ibérica*, A. Xavier Cordeiro abordou o aspecto específico de *O Direito e as Instituições*. Reconheçamos, os pontos de vista da corrente de pensamento a que aderira – o Integralismo Lusitano – serão objecto de crítica implacável e pecarão mesmo por um assinalável anacronismo. Não tanto porque as suas teses sejam intrinsecamente tolas – mais porque o mundo mudou, as mentalidades também, somos o que somos e estamos onde estamos: dizem os mais pessimistas que no início do fim.

Seja como for, tem cabimento citar aqui Xavier Cordeiro. A importância do *ethos* minhoto talvez ainda não seja um caso perdido...

Numa sua primeira observação, atinente aos ramos do que hoje classificaríamos como Direito Civil, Xavier Cordeiro proclama *«que sendo a expressão das tendências mais fundamentais dos povos, com eles se identifica e conserva a marca da natureza não contrafeita por convencionalismos ou exotismos de diversa ordem»*.



Fig. 1 «A placa em Ribeirão que é um atentado contra a província do Minho.»
Fonte: João Afonso Machado

(Claro que aos que chegam ali a Ribeirão, à margem do Ave, e gritam com o parceiro na outra banda:

– Então litoral-duriense, estás bom?

– Bem obrigado, minhoto! Como vão as coisas aí pelo Minho?,

para estes assim, terem vindo com a leitura ao ponto presente é já um feito... Mas tentemos prosseguir até finalizar o assunto.)

Afirma Xavier Cordeiro, a dado passo, e depois de muito historiar, que o Direito Administrativo *«é o produto arbitrário de conveniências políticas e eleiçoeiras»*. Assim chegámos ao cerne da questão que envolve a nossa propositadamente esquecida província, o multissecular *Antre Douro e Minho*, o nosso Minho de sempre e a sua extensão como região devidamente personalizada e marcante no panorama nacional.

Tudo o seu nome explica: é o território compreendido entre os rios Minho e Douro que fica em causa. Uma elementar consulta da Wikipédia pormenoriza: o Entre-Douro-e-Minho é *«uma província histórica de Portugal composta pelos actuais distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto e parte dos distritos de Aveiro, Viseu e Vila Real, no tempo da monarquia portuguesa»*. E não só: *«possui um forte perfil e coesão, identitários em termos físicos, naturais, humanos e sociais, sendo uma nomenclatura recorrente usada por vários demógrafos para referir o Noroeste de Portugal (Minho e Trás-os-Montes)»*. Por isso, *«foi também uma das sete regiões propostas durante o século XXI»*, vale dizer, um debate ainda agora na ordem do dia. Debate este que passa por, sem embargo de todos os predicados do território em causa, acima descritos, – o Entre-Douro-e-Minho já não existir!!!

Matou-o o legislador. Logo na reforma administrativa de 1832, cortando-lhe as asas para que não voasse além de uma província denominada já somente Minho. Um século volvido, em 1930, de província passou a “região natural”, o que se aceita porque o é, com toda a



Fig. 2 A Ponte de Caniços, sobre o Ave, que separa o «Douro Litoral» do «Minho».

Fonte: João Afonso Machado

certeza. Mas ainda em 1835 o País fora administrativamente dividido em distritos (pondo cobro à antiga partilha em províncias, por sua vez, cada uma, o agrupamento de várias “comarcas”). Assim sendo, o distrito é hoje a «*única divisão constitucional do território português*». Mas a triste Constituição da República Portuguesa de 1976 prevê a criação das «*regiões administrativas*» que ficaram em banho-maria até 2020, resultando, a final, um desastre de culinária política bem próprio do Regime e do seu alheamento da realidade nacional.

Compreende-se a divisão em distritos a partir do momento em que o sistema eleitoral, fundado em círculos plurinominais, necessita de circunscrições de eleitores, o modo de criar um meio de escolher os seus representantes parlamentares. A criação do distrito obedece a um critério pragmático e facilitador. Mas do que tratamos é do universo cultural, *latu sensu*, português. E esse, só as províncias o sabiam entender. Os 18 distritos portugueses nada têm a ver – não distinguem (sequer agrupados) – com a essência, a natureza dos portugueses e das suas terras.

Que fique bem frisado, pois, não são estas linhas um protesto contra a reorganização administrativa de Portugal, já feita ou ainda por fazer. E que os distritos continuem servindo as «*conveniências políticas ou eleiçoeras*» da III República... Unicamente me interessa definir

e defender a região que é a minha e a da minha família desde tempos imemoriais.

(A propósito, “região” é justamente, na pátria do regime republicano hodierno – a França – a designação adoptada para o que cá se chamou “províncias”, e lá se subdivide depois em “departamentos”. Adiante.)

Tornando às regiões administrativas em que recentemente Portugal foi dividido, elas são sete e (expectavelmente) correspondem a agrupamentos de distritos. Razão porque, ainda que não fossemos, passámos a ser do “Norte” – nós, os do distrito de Braga, os de Viana do Castelo mais os dos distritos de Bragança e Vila Real. O legislador foi ao mapa, traçou uma linha quase horizontal desde o litoral de V. N. de Gaia até ao rio Douro em Freixo de Espada à Cinta, esfregou as mãos aliviado e seguiu para a região “Centro”.

Evidentemente, do ponto de vista da morfologia da terra e do povo, este tipo de divisão nada traduz. Quando muito ajudará ao lazer dos funcionários do Ministério da Administração Interna... E o conceito de província continua irresponsavelmente afastado da realidade nacional, apagado pela borracha e pelos caprichos dos sarrabiscos feitos no desenho do nosso território por uma série de interesses em que pontifica o que sempre se apelidou a *macrocefalia do Terreiro do Paço*.

Subsiste a província, porém, na memória das gentes, algo já confusa ante a ficção que é o “Douro Litoral”. O Poder político contemporiza, a ignorância de tantos faz o resto...

(E o natural da freguesia de Lama, olha para o de Avidos e diz com algum desdém, numa dessas curvas quase a chegar às *Caldinhas*:

– Nós, durienses, olhamos para vocês, minhotos aqui do alto, do cimo da burra.

Porque Lama é Santo Tirso, distrito do Porto, logo Douro Litoral; e a confinante Avidos V. N. de Famalicão, Braga, portanto Minho...)

O Entre-Douro-e-Minho não findou. O conceito de província perdeu, entretanto, a sua validade jurídico-política mas a História não se extingue por decreto. O Minho é vivo e o seu território corresponde, grosso modo, ao da Região Demarcada dos Vinhos Verdes.

Será interessante pesquisar em gente da escrita e de alguma cultura, em viajantes simplesmente, quantos testemunhos abonatórios da morfologia, da identidade de tradições, das derivações linguísticas e dos costumes da região minhota.

E assim começo por uma estrangeira, uma senhora britânica, desses que pareceu perceber Portugal melhor do que alguns tristes portugueses. É ela Dorothy Wordsworth (*Diário de uma viagem a Portugal e ao Sul de Espanha*) que em 1844 relatava assim

«(...) *um passeio na província entre Douro e Minho. Esta província fértil, a mais pequena, com excepção do Algarve, e a mais povoada, e talvez a mais interessante de Portugal inteiro, estende-se ao longo de somente 18 léguas de norte a sul, e tem no máximo 13 léguas no seu ponto mais largo entre este e oeste. É delimitada a norte pelo Rio Minho, que a separa da Galiza; a Oeste, pelo Oceano Atlântico; a sul, pela Galiza e noutra parte por Tras os Montes. É abundante em ribeiros, que, em conjunto com bons solos e bom clima, explicam a sua grande fertilidade e o crescimento exuberante das suas árvores. (...) Os seus principais rios, além do Douro e do Minho, são o Rio d'Ave, o Cavado e o Lima (...)*».

E depois sigo directamente para Antero de Figueiredo (*Jornadas em Portugal*) que expressamente coloca o «*coração do Minho*» – «*entre Bougado e Famalicão*»!!! E descreve a região: «*não tem serras nem altas montanhas, mais sim uns pequenos montes, amáveis oiteiros, suaves encostas. O seu maior rio, que segue entre campos baixos orlados de amieiros, chama-se Ave e, se quisesse, podia, na verdade voar, tão leve é (...)*».

Infelizmente tal leveza perdeu-a há muito, subjugada ao peso da poluição. Sobretudo desde que atravessa o município de Guimarães, o nosso famalicense, e os de Santo Tirso e da Trofa, até à foz em Vila do Conde. Seja como for, as feições de uma margem e de outra são sempre indistintas e o industrial têxtil vimarense não é nem mais nem menos minhoto do que o bougadense, nessa inoportuna arte de conspirar a paisagem natural da sua província.

Semelhantes argumentos encontraríamos lendo Camilo em todo o seu divagar pelo Minho, de Basto à Póvoa de Varzim, por Braga, por Vizela, por Santo Tirso, com tantas paragens ante o assombro da beleza da mulher maiata.



Fig. 3 O rio Ave demarcando as duas «províncias» minhota e duriense.

Fonte: João Afonso Machado

(– Oh minhoto, não havemos de fazer um concurso de gado a saber qual é melhor: o vosso ou o nosso – desafia o lavrador de Bagunte.

– Pois sim, duriense, é quando vós quiserdes – replica o vizinho de Fradelos.)

Bastaria citar Alberto Pimentel (vd. *O Torturado de Ceide*) – «*Logo que passou a barreira-norte do Porto, melhor diremos talvez, logo que se aproximou do Minho, o insigne escritor, respirando a plenos pulmões o ar saudável dos campos (...) rejuvenesceu espiritualmente (...)*».

E, significativamente, fui descobrir na edição de 28 de Setembro de 1930 do semanário famalicense *Estrela do Minho*, a propósito das nossas Feiras de S. Miguel, a confirmação do *donaire* das minhotas da Maia expressa nos seguintes termos: «*perdem-se [os rapazes] na feira das Maiatas apreciando o costume típico dessas raparigas vermelhas e sadias que em volta do tanque [hoje levado para o Largo dos Pelames] se não cansam de distribuir generosamente os seus corações, através da prosa amorosa ou do verso improvisado das suas falas, a tantos românticos que as rodeiam!*»

A Maia continua (e na ruralidade do seu concelho assim continuará) o mais arreganhado espírito minhoto que depois se fazia ouvir pelas feiras e romarias, não decerto outras senão as da sua região, da sua província, da sua alma ou do seu sangue.



Fig. 4 O Ave na Trofa: de um lado o «Douro Litoral», do outro o «Minho». Ou será ao contrário?

Fonte: João Afonso Machado

Também o actual maior historiador da cidade do Porto, Hélder Pacheco (vd. *Porto*, Editorial Presença, 1984) explica as freguesias de Paranhos, Ramalde e Aldoar como “roubadas” às antigas *Terras da Maia*. Efeitos do crescimento da urbe *tripeira*...

Camilo, se hoje vivo, com que gáudio não substituiria o oitocentista brasileiro de torna-viagem pelo burocrata dos nossos dias! Com que ganas de ironia não comentaria a globalização e a cegueira europeísta ao pé da qual a sua não passaria de uma miopiazinha. Mas, na

realidade, a única razão pensável para a criação da sobredita região do Norte será o normativo imposto aos Estados membros da UE para a criação da NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos. E se com esse propósito se fecham na mesma gaveta minhotos durienses e transmontanos, quem se importará com isso?

(Mas, já que se referiu Basto e a Maia, apon-temos ainda a consciência e o amor-próprio desta última, com o museu da sua «História e Etnologia» sediado no Castelo, e a bizarría das Terras daquela – Cabeceiras, Celorico, Fermil... e Mondim de Basto, que já não é Minho, é Trás-os-Montes, posto ter sido integrada no distrito de Vila Real...)

Referi atrás, a realidade histórica =Minho= coincide, grosso modo, com o território da Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Assim é, efectivamente. O Minho cerca-se de altitudes significativas – as serras da Arga, da Peneda, do Gerês, da Cabreira e fica-se nos pés da serra do Alvão, para diante da qual já entrámos em Trás-os-Montes. O predomínio do minifúndio no Minho é absoluto e nele ainda se vai praticando uma agricultura de subsistência. As terras mais altas possuem uma densidade populacional manifestamente inferior. O chamado Baixo Minho que compreende a sua parte mais a sul, desde o vale do Cávado até ao litoral, é das mais povoadas do País e a sua riqueza agrícola decaiu ante o avanço da industrialização. Mas além de todas as semelhanças etnográficas detectáveis em qualquer ponto da região, a sua economia fez-se sempre, historicamente da criação de gado bovino e da cultura de gramíneas e pastos que o alimentavam. Já a produção vitivinícola, mais ou menos modernizada – das vinhas de enforcado até aos bardos em grande escala... – conquanto as mais recentes experiências na selecção de castas, oferece um vinho de baixo teor alcoólico e alguma acidez.



Fig. 5 Ponte de Caniços: o fim do «Minho», o início do «Douro Litoral»...

Fonte: João Afonso Machado

É muito isto que se encontra numa monografia relativamente recente (1997) intitulada *Quinta da Avelada*, propriedade sita no concelho de Penafiel e celebrada pelos seus vinhos. Diz-se lá, a respeito destes e de quem modernizou a sua exploração: «|Manoel Pedro Guedes aplicou este mesmo modelo na plantação das vinhas em campos até aí desordenados e divididos em minúsculas parcelas como era tradição no Minho». E o seu filho Fernando reconstruiu a casa da Família de modo a que albergasse «a largueza das suas ideias no mundo pequenino do Minho»... Estava-se em Penafiel, estava-se na província minhota também.

Necessariamente, nos seus limites a poente – no Larouco, em Amarante, em Baião: nas chamadas zonas “de transição” – a caracterização do Minho vai-se diluindo à medida que avultam os contornos, as culturas, a paisagem e o clima das regiões transmontana ou alto-duriense. Ainda assim, é possível “encontrar Minho” do lado de lá do Douro, em Castelo de Paiva, Cinfães, Resende...

Neste contexto, o Douro Litoral... Que tal deixar a designação para a Área Metropolitana do Porto? Porque há de ser o vila-condense menos minhoto do que o famalicense ou o trefense ou o tirsense se o seu rio de referência é o Ave?

De tudo isto, da unidade geo-humana que caracteriza o Minho, também escreveu José Augusto Vieira no célebre *Minho Pitoresco*: «Pela sua posição topográfica e pelas suas condições de vegetação, de humidade do solo e de higrometricidade atmosférica, o Minho é como que um intensíssimo viveiro da planta humana (...)».

Concluindo: mais não será preciso acrescentar sobre a realidade cultural – antropológica e geográfica – da veneranda província minhota. Determinações administrativas à parte, as quais se aceitam por motivos políticos.

O Minho, como província ou região – ou religião – é o que ficou dito. Não o resumamos à realidade administrativa dos distritos. Do Porto para riba, do Douro para cá, ninguém nos roube o ser!

E todo este arrazoado devido à placa posta junto à do início da freguesia da Ribeirão, logo a seguir à ponte sobre o Ave, – “Onde começa o Minho” –

(– Ó vizinho minhoto ribaranense, estás bem na tua província?

– Cá vamos andando, vizinho duriense trefense...)

– proclama-se nesse monumento ao reducionismo e à ignorância. Melhor ficaria – com a ressalva e o respeito devido a quantos por ali habitam, nos confins sul do concelho de V. N. de Famalicão – um daqueles *placards* bairristas – “capital de...”. Neste caso, manifestamente, da vesguice...

Porque o autor dessa patética proeza, senão analfabeto, só pode ter sido um confundido ex-funcionário da defunta Junta Autónoma das Estradas. Um burocrata de mapa em riste. Regionalista informado, não era com certeza... E enquanto tal – que é que mais interessa – o concelho de V. N. de Famalicão – no «coração do Minho», recordemos Antero de Figueiredo – marca passo, desbarata, o relevantíssimo papel que lhe cabe na charneira do litoral e do interior minhotos.

3.10 Vasco de Carvalho e São Julião de Calendário

Notas sobre ação
de um industrial,
político, benemérito,
escritor e historiador
calendareense

→ Vítor Sá



Fig. 1 Foto de Vasco de Carvalho
Fonte: Famalicão ID

Breve nota biográfica

Vasco César de Carvalho, “distinto escritor e conhecido industrial, [...] o mais indefesso arauto dos valores da sua terra” (Cardoso, 1946), é considerado uma figura central da vida famalicense do século XX (Capela, 2006) a quem, segundo Alvim (2006), Famalicão tem uma grande dívida de gratidão. A sua marca é visível especialmente em São Julião de Calendário, freguesia onde nasceu (Rua da Estação, posteriormente Rua da Liberdade), habitou e faleceu. Pela sua pena e vasto espólio ficaram registados inúmeros momentos da história local, contribuindo de forma decisiva para uma melhor compreensão da vida social, política e industrial de Famalicão na primeira metade do século XX. Em 1942 é descrito num artigo do jornal “O Primeiro de Janeiro” como tendo “positivamente, um interessante temperamento de escritor – sensitivos, lírico, contemplativo e culto” (Júnior, 1942), não obstante o seu autodidatismo, método que, segundo Matos (2012), dominou a historiografia portuguesa até tarde no século XX.

Nascido a 11 de junho de 1888 numa família abastada e influente com raízes em Mouquim, mas estabelecida em Calendário. Filho de Lino Gomes da Costa Carvalho (um dos fundadores d’ A Boa Reguladora) e de Francisca Angélica Correia de Carvalho de origem indiana.

Irá envolver-se nos negócios da família, começando n’ A Boa Reguladora, da qual o pai havia sido fundador. Ainda assim entrar para a empresa “pela mesma porta por onde entraram todos os outros operários” (J. C. da Silva, 1961, p. 2). Com cerca de 10 anos realizou em Braga o exame de instrução

Fig. 2 Foto de família. Da esquerda para a direita: Maria Bertúla, Vasco Carvalho, Maria Francisca e Zulmira (1955)
Fonte: Biblioteca Digital da Bib. Mun. Camilo Castelo Branco



primária e, mais tarde, frequentou o curso António Dias Costa, de onde viria a transitar para o Instituto Conde de S. Cosme do Vale para os preparatórios do primeiro ano dos liceus (J. C. da Silva, 1960). Capela (2005, p. 8) considera que “o caminho de progressão escolar de Vasco C. de Carvalho, em grande medida devido ao seu forte envolvimento industrial e empresarial que certamente pretendeu ultrapassar e melhorar o seu envolvimento cultural e também pelo seu autodidatismo, como forma não só de realização profissional, mas sobretudo pessoal e social”. Posteriormente, com 20 anos, entraria “com uns cheiros de francês” (J. C. da Silva, 1960, p. 2) na fábrica do seu pai e tio como encarregado da secção de moinhos. N’ A Boa Reguladora conheceu várias áreas de trabalho para lá dos moinhos, desempenhando funções como auxiliar de escritório, secção de correspondência e, entre outras, fiel de armazém e chefe da secção de marcenaria. Aos 17 anos funda a Associação dos Empregados do Comércio.

Foi um dos criadores do “Grupo dos 29” (grupo musical) em 1906 numa reunião no Monte do Facho. Inicialmente o grupo tinha precisamente 29 elementos, aumentando posteriormente de forma acelerada. Este grupo surgia com os “seus chapéus de palha [em] tardes admiravelmente passadas no monte de Santa Catarina [e] em jantares servidos em compridas mesas onde a alegria transbordava” (Sousa, 1907, p. 2). Vasco de Carvalho terá aprendido música anos antes com o músico militar reformado Manuel Diogo Capelas, quando foi formada a Tuna da fábrica “A Boa Reguladora” (Carvalho, 1959). Com a dissolução da tuna os seus membros, e outros que a estes se juntaram, deram origem ao “Grupo dos 29” onde Vasco tocava bandolim.

Por duas vezes pertenceu à Comissão das Festas Antoninas, tendo contribuído para o seu ressurgimento. Foi ainda Vicentino, membro Associação



Fig. 3 Montagem com imagem de José Gomes da Costa Carvalho e Carolina Arminda Pereira Garcia, sogros de Vasco de Carvalho. Na parte inferior os filhos do casal e Carolina Garcia já viúva.
Fonte: Espólio familiar de D. Maria Berrila Carvalho da Silva Pereira

de Socorros Mútuos Famalicenses, presidiu à Associação Comercial e Industrial entre 1937 e 1939, surgindo em “todas as manifestações bairristicas e patrióticas” (J. C. da Silva, 1960, p. 2). Segundo Capela (2006, pp. 125–126) Vasco de Carvalho irá “organizar a sua vida profissional e familiar, [como] o suporte e o condicionamento decisivo das suas relações sociais e dos seus horizontes políticos e também culturais”.

Dedica-se às letras de forma autodidata e publicou, entre outros, as obras Pedras Falsas, Causa Invulgar (ver figura 5), Aspectos de Vila Nova, Na morte de Júlio Brandão, Impressões de Espanha, Viagem a Roma, Cartas de Viagem, Factos e Nomes. Vasco de Carvalho deixou uma vasta obra escrita, abrangendo áreas tão dispares como a história local, o jornalismo ou relatos de viagens. O seu espólio encontra-se hoje à guarda da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, constituindo um Fundo Local na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Vasco trabalha na recolha e compilação de informações sobre a freguesia de Calendário até bem perto da morte como testemunham os documentos depositados no Fundo Local com o seu nome.

Por esta via pertenceu a inúmeros organismos como, por exemplo, a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, Sociedade Martins Sarmiento, Instituto de Coimbra, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Sociedade de Geografia de Lisboa, entre outros. Presidiu temporariamente à Comissão Municipal de Assistência.

A sua ação como benemérito está igualmente registada. A título de exemplo, em 1944, com os primeiros cinquenta exemplares do livro “Aspectos de Vila Nova: O Hospital S. João de Deus”, coletou dezassete contos para a Santa Casa da Misericórdia de Famalicão.

Desde cedo envolveu-se em vários movimentos e associações locais tendo, em termos políticos, exercido o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Calendário entre 1942 e 1945.

Casa em 1915 com a prima Maria Bertila Garcia de Carvalho, pessoa “de uma educação esmerada e de uma bondade extrema” (J. C. da Silva, 1962, p. 2), e, a 26 de julho do ano seguinte, nasce a filha de ambos, Maria Francisca César Garcia de Carvalho, na Vila Carolina (ver figura 2), casa do avô materno.

É descrito como não sendo um homem de “guerras”, já que se esquivava a “«sarilhos» mas não enjeitava nunca as suas responsabilidades sempre que era preciso definir uma posição doutrinária ou espiritual” (J. C. da Silva, 1961, p. 2).



Fig. 4 Registos de passaporte de 1948 e 1949.

Fonte: Arquivo distrital de Braga

Casimiro da Silva, talvez adivinhando o ocaso da vida de Vasco de Carvalho e aproveitando a homenagem que lhe seria feita, dedicou-lhe em dezembro de 1960 um número especial, uma vez que foi “nas colunas da velha Estrela [do Minho] que [...] fez arquivar os seus primeiros devaneios literários” (J. C. da Silva, 1960, p. 1), numa relação de quatro décadas “desde as tertúlias no «Café do Júlio» com Júlio Brandão, Sebastião de Carvalho, Pinto de Sousa, Eduardo Carvalho, Carlos Bacelar, Álvaro Corte-Real, Higinio Robalo, Alexandrino Costa” (J. C. da Silva, 1960, p. 2). A homenagem decorrida no “Restaurante Pica-Pau” em dezembro de 1960 foi organizada por amigos (José Plácido Valongo, Arlindo Mesquita Guimarães, Eugénio Folhadela Correia Guimarães, Teófilo Folhadela Melo e Laurentino Reis Melo). À referida homenagem juntou-se a Câmara Municipal de Famalicão, atribuindo-lhe a “Medalha do Reconhecimento” classe ouro.



Fig. 5 Ilustração publicada no Estrela da Manhã da autoria de Cruz Caldas.
Fonte: Silva, 1942b

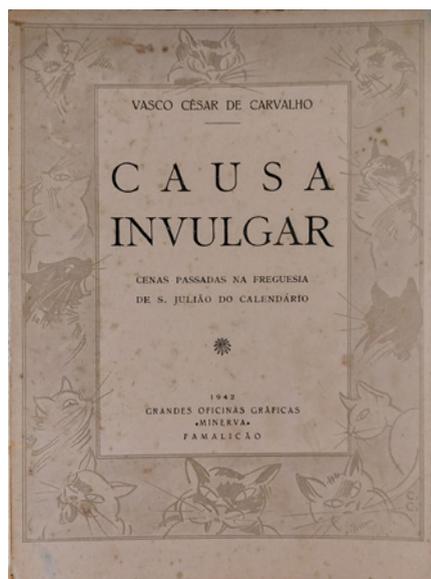


Fig. 6 Capa do livro publicado em 1942
Fonte: Elaboração própria

Faleceu a 08 de novembro de 1961 na sua Casa de Santa Maria (ver figura 8) em Calendário. No mesmo ano, no mês de julho, foi noticiado que a sua esposa, Bertila Garcia de Carvalho, se encontrava gravemente doente¹ numa casa de saúde no Porto – viria a falecer “após longo e penoso sofrimento” (Guimarães, 1962, p. 3) em outubro de 1962 – e , como tal, “julgou-se, a princípio, tratar-se de um equívoco, tanto mais que o Vasco fora visto na véspera a cumprimentar os amigos e a lembrar o ato eleitoral de hoje” (J. C. da Silva, 1961, p. 1), ainda que se soubesse que “há muito os seus padecimentos se tinham agravado” (Guimarães, 1961, p. 1). O jornal Estrela da Manhã explica os contornos do seu falecimento:

À noite, isolou-se na sua biblioteca, como habitualmente fazia e cerca da meia noite subiu aos seus aposentos depois de passar pelos da sua querida enferma e conversarem uns momentos os dois, como dois eternos namorados... Deitou-se tranquilamente e tranquilamente adormeceu para nunca mais acordar para a vida terrena, pois às 10 horas, quando a serviçal lhe ia servir o pequeno-almoço, estranhou a sua imobilidade e logo telefonou para seu sobrinho e irmão, os nossos prezados amigos Srs. António Augusto do Nascimento Carvalho e Hilário Carvalho. O primeiro ainda lhe aplicou uma injeção de coramina, pois o corpo estava quente, mas não havia respiração.... Deveria ter morrido momentos antes e a parca² surpreendera-o no sono, pois estava sereno e parecia dormir. (J. C. da Silva, 1961, p. 1)

1 Segundo a afilhada do casal, Maria Bertila já se encontrava doente há cerca de uma década.

2 Morte no sentido figurado.

Esta versão, avançada por Casimiro da Silva no jornal Estrela da Manhã, é contestada pela sobrinha/afilhada D. Maria Bertila Carvalho da Silva Pereira. De facto, apesar de reconhecer que Vasco padecia de uma úlcera gástrica, nada fazia prever o desfecho. Todavia, ao contrário do que é relatado por Casimiro da Silva, Vasco terá sido encontrado sem vida pela própria sobrinha. Os problemas de saúde da esposa haviam-no tirado da vida social nos últimos tempos de vida, dedicando-se como “enfermeiro diligente e carinhoso” (J. C. da Silva, 1961, p. 2) e, segundo relato da própria sobrinha, terão agravado o seu próprio problema gástrico. Famliação perdia assim “um dos mais curiosos e brilhantes espíritos” (Mesquita, 1961, p. 5). No funeral terão estado “multidões de operários, viam-se as mais destacadas figuras da indústria, das profissões liberais, do clero e da política” (J. C. da Silva, 1961, p. 2). Com a sua morte e, sendo Maria Francisca “interdita, total e definitivamente, para reger sua pessoa e administrar seus bens [sic]” (Inventário Por Óbito de Vasco César Carvalho e de Maria Bertila Gracia Carvalho, 1961), é elaborado um inventário orfanológico. Neste conjunto de documentos é feita referência ao conselho de família composto, pelo lado paterno, por Laura Carvalho Matos, António Augusto Carvalho, mais tarde substituído por Hilário Gomes da Costa Carvalho, e João Gonçalves da Costa e, pelo lado materno, Manuel Carvalho Pereira e António Dias Costa. Dado a reconhecida incapacidade intelectual da filha, a herança foi dividida, tendo sido deixadas as disposições desejadas pela família ainda em vida. Desta forma e fazendo referência apenas aos bens existentes em Calendário, legaram aos sobrinhos e afilhados, Maria Bertila Carvalho da Silva Pereira, Vasco Carvalho Guimarães³ e Pedro Garcia Dias da Costa⁴ as ações em várias sociedades, ao cunhado Hilário Gomes da Costa⁵ algumas das propriedades rurais. À sobrinha Maria Bertila Carvalho da Silva Pereira deixaram ainda o “Campo das Searas de Dentro” e grande parte do recheio da Casa de Santa Maria. Por sua vez, à sobrinha Maria Laura de Carvalho Matos Costa, foram atribuídas cinco propriedades rurais, à cunhada Laura Angélica de Carvalho Matos, duas propriedades rurais e cem ações da Fábrica Nacional de Relógios Reguladora. Foram também distribuídas ações pelos cunhados Hilário Gomes da Costa, Manuel Carvalho da Silva Pereira, sobrinho António Augusto e cunhada Lúcia Angélica. Da Reguladora foram também atribuídas ao sobrinho José Alfredo Campos Costa e à sua esposa Ilídia Amália Campos Costa, trezentas ações. Deixou ainda bens a pessoas sem ligação familiar. À criada Maria da Conceição Pereira e Costa foram deixados o “Campo da Boquinha”, “Campo de Bacêlo” e “Campo da Bóca”. Por sua vez, a Zulmira Teixeira da Silva, percetora da sua filha, é atribuído o direito de habitação enquanto viva⁶ na Casa de Santa Maria e o direito de ter o corpo depositado no jazido da família⁷ (ver figura 7).

3 Segundo D. Maria Bertila Carvalho da Silva Pereira, não foi herdeiro.

4 Idem. Era também afilhado de Maria Bertila.

5 Irmão de Vasco

6 Permaneceu na casa até esta mudar de proprietários.

7 Como referido adiante, segundo D. Maria Bertila Carvalho da Silva Pereira os referidos direitos

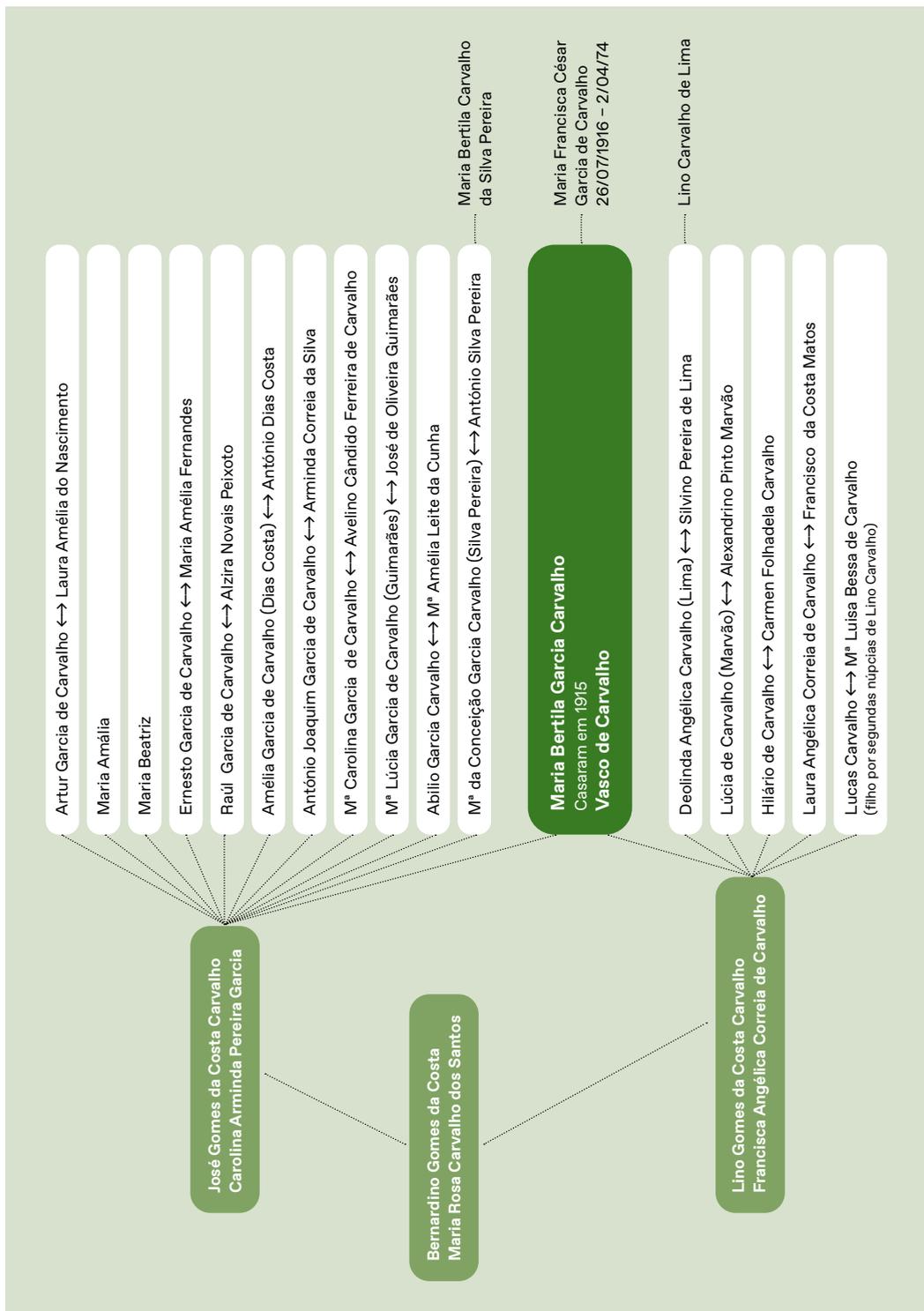


Fig. 7 Jazigo de Vasco de Carvalho no cemitério de Calendário.
Fonte: Elaboração própria (abril de 2023)

Encontra-se sepultado no cemitério de Calendário em jazigo partilhado com a esposa, Bertila, a filha, Maria Francisca e Zulmira Teixeira da Silva. Sobre Zulmira⁸ (ver figura 2) pouca se sabe, embora seja referida como “dedicada e devota perceptora da filha” (J. C. da Silva, 1961, p. 2) de Vasco e Bertila. Terá desempenhado, certamente, um papel muito importante na família, especialmente no apoio à filha Maria Francisca, ganhando, aparentemente, a honra e o direito a repousar no mesmo jazigo da família. Porém, e segundo D. Maria Bertila Carvalho da Silva Pereira, essa indicação não terá sido deixada em vida pelo casal, tendo esta sido sepultada no referido jazigo com a sua autorização a pedido dos sobrinhos. Era filha de emigrantes portugueses no Brasil, tendo vindo para Portugal depois da morte do progenitor.

terão sido atribuídos por sua diligência, já que Vasco não terá deixado qualquer informação nesse sentido.

⁸ Era prima de uma tia por afinidade de D. Maria Bertila Carvalho da Silva Pereira, sobrinha/afilhada de Vasco de Carvalho.



A Casa de Santa Maria

A Casa de Santa Maria (1927) em Calendário é ponto central na vida de Vasco de Carvalho. Vive, desenvolve parte do seu trabalho e falece nesta habitação, mantendo ao longo das décadas como a sua habitação, local de trabalho e sala de visitas. Segundo relato da época na imprensa local, “na intimidade do lar, Vasco de Carvalho, não desmentia a sua fidalguia exterior” (J. C. da Silva, 1961, p. 2), construída no “nosso futuro Estoril, que o há de ser dentro em pouco, aquele monte fronteiro à estação” (A. J. P. da Silva, 2015, p. 85), sendo o “seu paraíso terreal com a sua esposa e a filha, as sobrinhas e a Sr.^a D. Zulmira, dedicada e devota perceptora da filha, eram todos o seu mundo” (J. C. da Silva, 1961, p. 2). Fidalguia essa que se revelava no interior, com o recurso a madeiras do Brasil e a talha nas portas e, no exterior, com um mirante (ver figura 8). A “Casa de Santa Maria” é também descrita na hora da morte de Bertila como o “ninho venturoso de um par de namorados e farol cuja luz fez dissipar as trevas em muitos lares e aqueceu com o calor da caridade que dela sempre promanava” (J. C. da Silva, 1962, pp. 1–2) pelo seu papel conciliador. Segundo a afilhada, D. Maria Bertila Carvalho da Silva Pereira, esta casa terá sido construídas em 1927 e custado 700 contos, num local onde outrora estava uma bouça e um laranjal.



Fig. 8 A Casa de Santa Maria na atualidade (2023).
Fonte: Elaboração própria

Ao longo do tempo foi recebendo visitas ilustres na sua residência, entre elas podemos encontrar a escritora Maria Brak Lamy Barjona de Freitas, como testemunha o jornal Estrela do Minho em 1952, “confiada à hospitalidade do nosso distinto colaborador e apreciado publicista” (J. C. da Silva, 1952, p. 5) aproveitando para, na companhia de Vasco de Carvalho, percorrer o Minho (ver figura 11).

A Casa de Santa Maria foi também local de recolhimento na doença. No primeiro caso, a imprensa local dá a conhecer, em 1940, a permanência de Dr. Abílio Garcia de Carvalho, homem influente e de longa biografia, à época

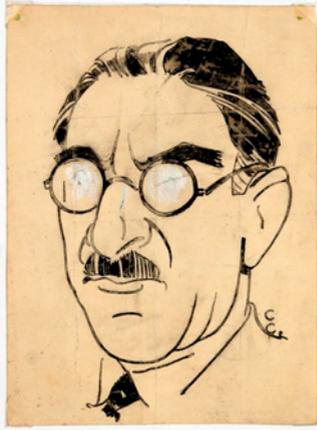


Fig. 9 Caricatura a tinta-da-china de Vasco César de Carvalho, por Cruz Caldas.
Fonte: Arquivo Municipal do Porto

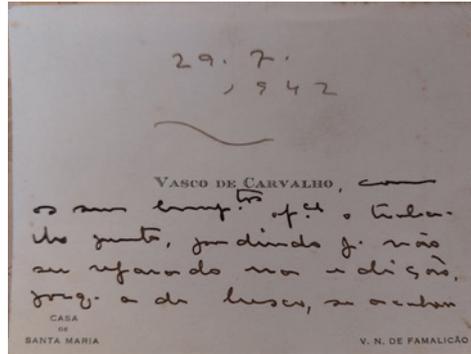


Fig. 10 Carão de visita de 1942 assinalando a Casa de Santa Maria.
Fonte: Elaboração própria

Governador de Angra do Heroísmo, mas também ex-Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e médico. Por esta razão são relatadas visitas de “ilustres pessoas da Póvoa e outras localidades” (J. C. da Silva, 1940c, p. 5). Era primo e cunhado de Vasco de Carvalho, já que era filho de José Gomes da Costa Carvalho, irmão de Lino Carvalho, sendo assim irmão de Bertila. Em 1940 a imprensa vai repetidamente informando sobre o agravamento da saúde de Abílio Carvalho e posterior morte em janeiro de 1941, tendo dias antes recebido uma visita (ver figura 12) do Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira (J. C. da Silva, 1941), e este celebrado missa na casa de Santa Maria. A família testemunha ainda na atualidade a amizade entre ambos, sendo habitual o acolhimento do Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira na casa de Abílio Carvalho na Póvoa de Varzim.

Foi também nesta casa que, seis anos antes, 1935, faleceu a sua sogra e tia, Carolina Arminda Garcia de Carvalho com 75 anos, o próprio Vasco de Carvalho em 1961 e sua mulher, Maria Bertila Carvalho, em 1962.

No âmbito das preocupações sociais da família, adiante no artigo serão abordadas de forma mais detalhada, acolheram durante meses uma senhora cega e pobre e, noutra ocasião, uma prima tuberculosa.

Foi também nesta casa que nasceu, em 1931, D. Maria Bertila Carvalho da Silva Pereira, sobrinha e afilhada do casal.

Aquando da morte de Vasco, esta casa era composta pela habitação principal, mas também pela adega, jardim, casa do criado, pomar e vinha, tendo como vizinhos os herdeiros de Teodósio de Faria.

Vasco de Carvalho era ainda dono de um vasto conjunto de propriedades na freguesia⁹. Possuía uma casa de habitação e lavoura, denominada “Campo de Mato”, no Outeiro e outra habitação, denominada “Campo do Prado e Varziela” no lugar de Prado. Ambos os casos em Calendário. Possuía ainda na freguesia um terreno de lavradio denominado “Campo do Moinho” no Outeiro e um prédio rústico no lugar dos Prados ou Outeiro. Em Sobre-Seara

⁹ Informações obtidas pelo Inventário por óbito de Vasco César Carvalho e de Maria Bertila Garcia Carvalho.

D. Maria Brak Lamy Barjona de Freitas

Acompanhada de seu marido, sr. Barjona de Freitas, encontra-se na «Casa de Santa Maria», confiada à hospitalidade do nosso distinto colaborador e apreciado publicista sr. Vasco César de Carvalho, a sr.^a D. Maria Brak Lamy Barjona de Freitas, escritora brilhantíssima e redatora muito ilustre da Página Literária do nosso prezado confrade *A Póz*.

A notável medievalista, eicoronada por Vasco de Carvalho, tem peregrinado pelo Minho em viagem de estudo que, nesta quadra estival (com toda a terra minhota pletórica de luz e de acariciadoras sombras, feita jardim encantado onde as fadas, do alto dos seus miradouros, sejam eles a Penha ou a Assunção, o Sameiro ou a Santa Luzia, o Facho ou a Franqueira, enfeitam a paisagem e levam a graça do deslumbramento aos nossos olhos), tem o seu quê de deleite, quis dar-nos uma dupla satisfação e honra: a de vir trazer-nos os seus cumprimentos e a de escrever para as colunas da *Estrela* o interessantíssimo artigo que arquivamos hoje em fundo.

Os nossos agradecimentos à ilustre escritora.

Fig. 11 Notícia do Estrela do Minho.
Fonte: Sousa, 1952

Pelas aldeias

Calendário

Carteira — Passou pela Casa de Santa Maria no dia 15 do corrente, aonde veio visitar e confortar o sr. dr. Abílio de Carvalho, que continua gravemente doente, Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca.

O Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira, após alguma demora e depois de ter ministrado a Sagrada Comunhão ao ilustre enfermo, retirou-se para Lousado, em cujo cemitério prestou homenagem devocionária, junto da campa de seus pais.

Sua Eminência partiu depois de automóvel a caminho do Pôrto, tendo embarcado no rápido da tarde, com destino à capital.

Fig. 12 Visita do Cardeal Cerejeira
Fonte: Silva, 1941

Doentes :

Continua doente na Casa de Santa Maria, o sr. dr. Abílio Garcia de Carvalho, digno Governador de Angra do Heroísmo, continuando a receber a visita de ilustres pessoas da Póvoa e outras localidades, que procuram informar-se do seu estado de saúde.

Continuamos a fazer votos pelas melhoras deste nosso preso conterrâneo.

Fig. 13 Notícia da estadia de Abílio Carvalho na Casa de Santa Maria.
Fonte: Silva, 1940, p.5

possuía um prédio rústico denominado como “Bouça da Passaria” e o denominado “Campo de Bacêlo”, também prédio rústico, no lugar do Outeiro. No lugar da Seara era proprietário do prédio rústico denominado “Campos das Searas de Dentro” e no lugar das Chedas ou Outeiro o “Campo das Chedas”. Ainda no Outeiro possuía o “Campo da Bóquina”, “Campo da Bóca”, “Bóca de Cima”, “Bouça da Bóca”, todos prédios rústicos. No lugar da Agra Velha era proprietário da “Bouça de Anteladoura” ou “Bouça de Entre-Ladeiras”, de um prédio rústico de nome “Leiria Anteladouro ou Entre-Ladeiras”. No lugar de Cal era dono dos prédios rústicos “Cortelho da Bóca” e “Bouça da Agra Moinha” e, em Meães, da “Bouça de Pouses Feios ou Pousafões”. Por fim, era ainda proprietário da bouça denominada “Boucinha” no local de Alto das Bouças ou Sub-Seara [sic].

A presidência da Junta de Freguesia de Calendário (1942-1945)

Apesar do mandato de Vasco ter-se iniciado em 1942, já nas eleições de 1937 havia ficado como membro suplente, tendo Francisco da Costa Matos, Domingos Ribeiro e o Padre Ezequiel da Silva Castro como efetivos.

O período em que esteve na presidência da junta de freguesia caracteriza-se por uma intensa atividade. O próprio deixou anotadas todas as obras feitas durante o seu mandato. As obras vão desde a colocação de degraus no cemitério até ao alargamento de caminhos ou plantação de árvores, procurando combater o atraso acumulado nas décadas anteriores em que freguesia “não teve a mais insignificante luz de progressividade em caminhos e outras necessidades públicas” (Carvalho, 1946, p. 9). Fica também documentada e compilada alguma da história da freguesia. Nesta tarefa faz-se acompanhar pela mesma equipa da Conferência de S. Vicente de Paulo, tendo como secretário Cândido José de Miranda e Sousa e como tesoureiro José Lopes da Silva.

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Calendário, Vasco de Carvalho criará, em conjunto com José Lopes da Silva e Cândido Morais e Sousa, um detalhado regulamento (ver figura 16) para o cemitério da freguesia, aprovado em maio e publicado em agosto de 1943.

Passados dois anos é publicado em edital (ver figura 17) um aviso a dar conta da escassez de espaço no cemitério e da necessidade de ampliação deste.

Apesar do estatuto e reconhecimento social, nem sempre terá encontrado consenso quanto às obras desenvolvidas. Quando compila as obras efetuadas sobre o seu mandato (figura 18), refere que “tratou com canseira [de] concluir o caminho da igreja ao matadouro, desaparecendo a curva e casa velha em frente deste, mas a família [de] Bernardino Machado não concordou”.



Fig. 14 Pintura de Vasco de Carvalho com a Grau de Oficial da Ordem de Mérito Industrial.
Fonte: Espólio familiar de D. Maria Bertila Carvalho da Silva Pereira



Fig. 15 Caricatura criada pelo artista José do Vale (1958).
Fonte: Silva (1960)

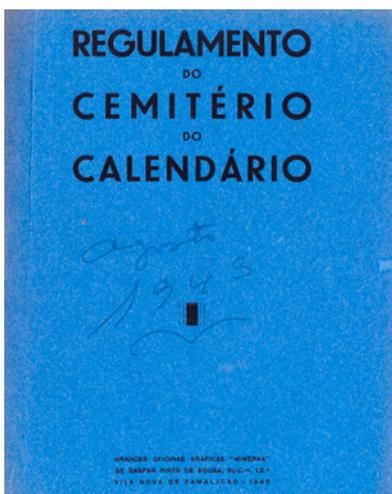


Fig. 16 Capa do Regulamento do Cemitério do Calendário.
Fonte: Biblioteca Digital da Bib. Mun. Camilo Castelo Branco



Fig. 17 Edital de 1945 a dar conhecimento dos problemas de espaço no cemitério.
Fonte: Biblioteca Digital da Bib. Mun. Camilo Castelo Branco

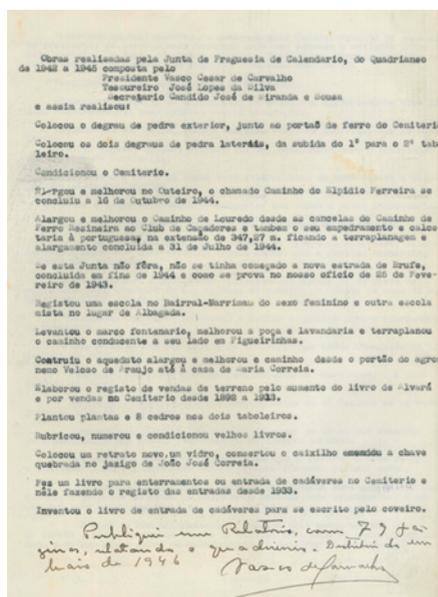


Fig. 18 Obras realizadas durante a presidência da junta de freguesia.
Fonte: Biblioteca Digital da Bib. Mun. Camilo Castelo Branco

O seu trabalho como Presidente da Junta é reconhecido como “digno de admiração”, pelo “acrisolado amor [...] à terra que lhe foi berço” (Moreira, 1948, para. 2). As iniciativas prolongam-se para lá do mandato terminado em 1945 como, por exemplo, o calcetamento do caminho entre a Castela e o cruzeiro, para o qual foram conseguidos 5 contos durante o seu mandato. Porém, para quem o conheceu, “nunca foi político”, de tal forma que, “detestava [...] a política e em cargos políticos nunca aceitou mais do que o de simples e modesto presidente da junta da sua freguesia” (J. C. da Silva, 1961, p. 2), facto que a família confirma na atualidade.

Todo o trabalho desenvolvido na Junta de Freguesia de S. Julião de Calendário fica compendiado numa obra publicada em 1946 e intitulado “Servindo Calendário” para “dar satisfação ao mundo da nossa Freguesia, para ela ficar sabendo como se agiu e procedeu durante a vigência do quadriênio de 1942 e 1945” (Carvalho, 1946, p. 8).

Quadro I – Breve resumo das obras realizadas pela Junta de Freguesia de Calendário no quadriênio de 1942-1945

1942	Início dos esforços para melhoria do caminho transversal da estrada de Vilarinho, lugar do Covelo, à estrada do Outeiro.
	Início da tentativa de alargamento da entrada do caminho em frente ao matadouro até à igreja paroquial.
	Alargamento do caminho com começo em Barrimau, passando na Lagarteira e até ao lugar de Cal.
	Uso de providências para o efeito da vacinação de crianças e adultos, gratuitamente, na escola de Fontelo.
	Foi feito o recenseamento dos habitantes de Calendário (3659 habitantes e 973 fogos).
1943	Construção de uma nova estrada para Brufe da passagem de nível junto às fábricas até Louredo.
	Conclusão do Regulamento do Cemitério.
	Feitos esforços para melhorar ou alargar o fraco caminho que do Alto da Magida passa por Fonte Quente com ligação a Brufe, sem sucesso.
	Iniciadas as obras de reorganização do cemitério.
	Com o auxílio de Albertina Cameira foi feito o recenseamento das crianças em idade escolar.
	Construído um ossário no cemitério.
1944	Recenseamento eleitoral de Chefes de Família com direito a voto.
	Foi decidido que o caminho transversal do Covelo à estrada do Outeiro não teria um capeado de pedra contra a intenção da junta.
	Terminado o recenseamento feito com auxílio de Albertina Cameira. O recenseamento das crianças com idade escolar localizou um total de 376 indivíduos.
1945	Insistência no pedido de compartição ao Estado, em 1943, para o alargamento da do caminho da Igreja à Senra.
	Calcetamento do caminho próximo das Fábricas de Louredo.
	Ficou assente a construção de duas escolas, uma para o sexo feminino em Barrimau-Bairral e outra mista no lugar da Senra.
	Reparação dos degraus do cruzeiro paroquial,

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Carvalho (1946)

Em 1945, “apresentando razões de falta de saúde e outras” (Carvalho, 1946, p. 57), comunicou que iria desempenhar funções apenas até ao fim do mandato. Neste sentido, a 8 de setembro de 1945, é apresentado um Plano Geral de Melhoramentos para Calendário com base na experiência retirada de “estupantes [sic] caminhadas” (Carvalho, 1946, p. 60), reuniões e ouvidas várias pessoas.

Quadro II – Plano Geral de Melhoramentos para Calendário

1.º lugar

- Alargamento do caminho desde o cruzeiro, às cancelas da Senra.
- Lavadaria pública e fontenário em Louredo.
- Complemento do alargamento do caminho vicinal de Louredo.

2.º lugar

- Alargamento do caminho desde o Largo de Fontelo até às Alminhas de Ribainho.
- Fontenário no Largo da Liberdade.
- Mictório no Largo da Liberdade.
- Fontenário e lavadaria no lugar de Lage.
- Alargamento do caminho desde o cruzeiro à casa da Picota.

3.º lugar

- Sentinas públicas no Largo da Igreja.
- Empedramento do caminho da Igreja ao Matadouro.
- Lavadaria e fontenário na Abelheira.
- Alargamento do caminho da estrada do Outeiro ao lugar de Cal.
- Estrada de Ribainho a Pelhe.

4.º lugar

- Alargamento do caminho da Castela até à Escola de Fontelo.
- Empedramento do caminho do Outeiro já melhorado.
- Alargamento-corte da entrada do caminho do Covelo à estrada do Outeiro.
- Alargamento desde o largo de Louredo até à nova estrada de Brufe.
- Alargamento do caminho de Figueirinhas.

5.º lugar

- Alargamento do caminho de Louredo à Senra.
- Lavadaria e fontenário na Fervença.

6.º lugar

- Alargamento do caminho desde o desvio do caminho-de-ferro de Barrimau a Fontelo.
 - Lavadoiro e fontenário no lugar da Carvalheira.
 - Alargamento do caminho desde o Alto de Louredo ao velho caminho de Brufe.
 - Estudo de alargamento de Alcouce a Largeteira.
-

Fonte: Carvalho (1946)

Para lá dos melhoramentos de circulação e sociais implementados entre 1942 e 1945, foram ainda desenvolvidos esforços de organização interna da Junta de Freguesia. Desta forma foi constituído um arquivo de documentos, organizado o recenseamento de habitantes para a servir na distribuição de géneros, preparado um registo de pessoas para servir como cadastro dos pobres e uma relação dos desempregados. Foi ainda reorganizado o arquivo

com documentos de vendas de terrenos no cemitério, entre outros. Vasco de Carvalho dá ainda a conhecer que “muitas viagens de automóvel e muitos outros gastos foram pagos particularmente e não pela Junta” (Carvalho, 1946, p. 66) e que, em termos de obra deixada, “se mais não mais houve, independentemente no diversíssimo trabalho havido com grande preocupações durante a grave e excepcional época¹⁰ da nossa vigência desde 1942 a 1945, foi porque não mais se pôde fazer” (Carvalho, 1946, p. 73).

No ano em que abandona a presidência, Vasco de Carvalho colige o nome de todos os cidadãos que fizeram parte das Juntas de Paróquias e, posteriormente, das Juntas de Freguesia entre os anos de 1869 e 1945, contribuindo, mais uma vez, para a construção da historiografia de Calendário (ver figura 19).

Nome dos cidadãos que fizeram parte das Juntas de Paroquia até 1910 e das Juntas de Freguesia desde a implantação da Republica, na Freguesia de S. Julião de Calendario d'este concelho de V.ª N.ª de Famação.

.....

Desde 25 de Janeiro de 1869 até 31 de Dezembro de 1945

Foram presidente	Foram vogais
Abade Joaquim da Silva Carneiro	Manuel Dias Veloso Manuel Alves da Costa Cardoso José Veloso Tavares Araujo Joaquim Carvalho de Miranda Joaquim José Correia
Manuel Veloso de Araujo	João Pereira Soares
José Gomes de Araujo Miranda	Joaquim José de Carvalho Antonio Gonçalves Cerejeira Joaquim Alves de Sousa
Antonio Gonçalves Cerejeira	Manuel Joaquim Silva Carvalho José da Costa Rodrigues Carvalho Manuel Dias de Carvalho
Padre Domingos Luiz de Lima	José Gomes de Araujo Miranda Domingos da Costa Simões
Padre Zeferino José de Sampaio	Joaquim Veloso de Araujo José da Costa Oliveira Padre João Antonio da Silva Correia. Antonio Gonçalves Veloso José Gomes da Costa Carvalho Fróspero Dias Veloso
Raul de Aguiar	Francisco da Mota Alves de Andrade João Ruvaldo Ferreira Miguel Bernardo Cardoso Elpidio Augusto Ferreira
Antonio Gonçalves Cerejeira	Luciano Veloso
Domingos da Costa Simões	José Correia de Sá Elpidio Augusto Ferreira José Antunes Bezerra
José Correia de Sá	Manuel Gomes dos Santos Firmino Ferreira da Silva Custodio José Barbosa Francisco da Costa Matos José Domingues Carcela

Fig. 19 Nome dos cidadãos que fizeram parte das Juntas de Paróquias e das Juntas de Freguesias entre 1869 e 1910 (frente).
Fonte: Biblioteca Digital da Bib. Mun. Camilo Castelo Branco

10 O mandato desenvolve-se durante a II Guerra Mundial.

As causas sociais e religiosas

Vasco de Carvalho torna-se a face visível de uma elite social que virá a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da freguesia de Calendário. São abundantes as notícias e documentos presentes no Fundo Local com o seu nome que comprovam o contributo, algo já referido por Capela (2005, p. 8) quando afirma que o período como Presidente da Junta de Calendário é marcada por “muitas iniciativas sociais, sócio-caritativas, de apoio monetário a muitas instituições”, revelando a sua face caritativa e filantrópica.

Na devoção também será acompanhado pela esposa. Maria Bertila era responsável por decorar e limpar o altar do Santíssimo, muitas vezes com a ajuda da afilhada. Maria Bertila criou, com a cunhada Laura Matos, um movimento de luta contra a tuberculose, doando alimentos, visitando os enfermos e preparando-os no leito da morte.

Na Páscoa fazia questão de receber o compasso Pascal em casa e de lhes oferecer o almoço. Era também feito um tapete florido desde o portão de entrada da casa.

Os funcionários d’A Boa Reguladora também beneficiaram da preocupação social de Vasco e Maria Bertila. Segundo D. Maria Bertila Carvalho da Silva Pereira, quando uma funcionária dava à luz um bebé, a família Carvalho sustentava-o um mês, fornecendo leite, carne, peixe, arroz, entre outros. Acudiam também aos jornalistas, uma vez que grande parte destes eram pobres, e aos seminaristas, pagando-lhes a formação e acolhendo-os em casa no tempo de férias. Posteriormente terá recebido agradecimentos por escrito. Segundo a afilhada e sobrinha, o casal não se negava a apadrinhar crianças de famílias pobres, o que explica a existência de várias pessoas com o nome Bertila na região.

Juntando o contexto fabril à sua preocupação com o bem-estar dos trabalhadores, é relatada a existência de uma missa anual no dia de S. José, seguida de almoço com todos os operários.

Desde muito cedo que se irá envolver em atividades regionais, desde organismo associativos, religiosos, económicos, políticos ou culturais (Alvim, 2006). No início da década de 1920, Vasco de Carvalho envolve-se na realização de obras na igreja paroquial de S. Julião de Calendário. Para tal foram sendo recolhidas esmolas junto da população calendarenses. Em homenagem, durante décadas, duas fotos do casal repousaram na sacristia da igreja.

Também nesta década participa ativamente nas melhorias no Monte do Facho. Ainda antes do seu nome aparecer associado a estes melhoramentos, considerava-se que Famalicão precisava de, tal como em Guimarães existe a Penha, Braga o Bom Jesus e Sameiro, Viana a Santa Luzia e Santo Tirso o Monte da Assunção, “um retiro aprazível, agradável e atraente” (Sousa, 1923a, p. 1). Foi também por estes anos que foi fundador do Grupo de Escuteiros de S. Jorge.

Documentos deixados à guarda da Câmara Municipal de Famalicão, testemunham a existência de reuniões tendo em vista os melhoramentos no Monte do Facho ou Santa Catarina, procurando num “futuro próximo, se [existisse]

bairrismo, um excelente ponto de turismo, uma das melhores estâncias do repouso e um local de devoção e piedade”¹¹. Com um grupo de homens liderado por José de Azevedo e Menezes (n. 1849 – f. 1938) da Quinta do Vinhal, procurou-se “levar avante a ideia de aproveitar parte daquele monte para arborizar criteriosamente e edificar uma ermidezinha à invocação da Senhora da Paz, possivelmente o início de uma construção grandiosa” (Sousa, 1923a, p. 1) que, como se sabe, nunca veio a acontecer. Todavia, a devoção e as celebrações em torno da Senhora da Paz ter-se-ão mantido. No Fundo Local é possível consultar documentação onde é anunciada a festa em homenagem à Senhora da Paz a 26 de setembro de 1954, dia em que também seria inaugurado o cruzeiro comemorativo do Ano Mariano. A ideia da arborização vem já de 1920, quando Alberto Veloso, engenheiro agrônomo nascido em 1897 em Calendário e falecido em 1952 em Lisboa, a ela se referiu na Revista Agros. A ambição era grande e, alguns meses depois, a imprensa faz referência à intenção de criar uma “miniatura do esplendido Parque da Pena em Sintra” (Sousa, 1923b, p. 2), tendo sido convidado o arquiteto Jorge de Almeida Segurado, considerado um dos grandes autores do modernismo nacional. Entretanto surge outro projeto para o local onde se encontrava o sanatório. Mas a ideia dos melhoramentos no Monte do Facho não morre por completo.

Em setembro de 1923 realizou-se uma reunião presidida por José de Menezes e com secretariado de Mesquita Guimarães e Vasco de Carvalho no Teatro Olímpia, todavia o número de pessoas presente não foi o esperado. É nesta altura que o nome de Vasco surge pela primeira vez associado ao referido plano, tendo sido Mesquita Guimarães responsável pelo secretariado.

Nesta reunião surgiram, ainda assim, duas questões:

1. Devem fazer-se melhoramentos no monte do Facho, transformando aquela linda altitude, donde a vista se alarga em horizontes soberbos, num ponto de turismo e local de devoção?
2. Qual a melhor forma disso se conseguir por meio de uma empresa ou de uma sociedade por quotas?

Esta comissão era ainda composta por Alberto Veloso de Araújo, Padre Zeferino José Sampaio, Monsenhor Torres Carneiro e Duarte Aguiar. A reunião ter-se-á iniciado com um discurso de José de Menezes, dando começo a um projeto pensado para que fosse, “rodados alguns anos, um padrão de glória para os habitantes da pitoresca Vila de Famalicão e para os beneméritos benfeitores” (Veloso, 1923, p. 5). Vasco também interveio na reunião, lançando a discussão sobre a melhor forma para obter recursos para a realização dos melhoramentos. Fruto desta reunião é publicado um breve documento intitulado

11 Texto datilografado presente no Fundo Local Vasco de Carvalho e referente a uma notícia publicada no Jornal A Paz a 22 de setembro de 1923. <https://famalicaopub.bibliopolis.info/OPAC/Register/Index/728c9eb3-74ea-4f30-bd62-5e6edc8303f7#>

António Dias Costa.....	1.500\$00
António Carvalho de Faria.....	500\$00
Dr. José Joaquim de Oliveira.....	300\$00
Abílio Francisco da Silva Areias.....	300\$00
Luiz da Silva Carneiro.....	300\$00
Guilherme Folhadela & Comp ^s	300\$00
Joaquim Moreira Pinto	300\$00
	3.500\$00

Fig. 20 Primeiros donativos para a melhoria do Monte do Facho
Fonte: Sousa, 1923

“Os melhoramentos do Monte do Facho em Famalicão: Breves considerações acerca do turismo em Portugal e dos projetos daqueles melhoramentos”. Neste contexto a imprensa avançava que o monte seria servido por uma estrada que partiria da Magida, sendo ainda pensada uma ampla avenida a partir dos caminhos de ferro, ao lado da Reguladora, num plano que “duas ou três gerações pode[riam] levar a bom termo” (Sousa, 1923d, p. 1). Por trás deste ambicioso plano está um não menor plano de âmbito turístico, servindo como argumento para o desenvolvimento do mesmo, contemplando, para tal, a construção de um hotel. Tãmanha ambição implicava, portanto, grandes volumes financeiros. Para tal terá sido criada uma sociedade por quotas e o *Jornal Estrela do Minho* dá a conhecer o início auspicioso dos trabalhos preliminares, com o arranque da recolha de donativos em “visita domiciliária a alguns cavalheiros” (Sousa, 1923c, p. 2), contactos com emigrantes em África e Brasil e visitados alguns habitantes de Famalicão que poderiam contribuir. Aliás o discurso de José de Menezes no *Teatro Olimpia* espelha a esperança de que os “«nativistas» e homens de letras da hospitaleira terra de Santa Cruz auxilia[riam] também a projetada obra portuguesa, orientada pelo belo ideal «turista e cristão»” (Veloso, 1923, p. 6). Em outubro de 1923 já existiam sete subscritores (António Dias Costa, António Carvalho de Faria, José Joaquim de Oliveira, Abílio Francisco da Silva Areias, Luís da Silva Carneiro, Guilherme Folhadela & companhia e Joaquim Moreira Pinto) e um total 3500\$00 angariados (ver figura 20). Ainda em 1923 a estrada com início na Magida já se encontrava parcialmente construída até à Quinta com o mesmo nome, sendo que, em 1923, já era feita referência a uma estrada “até ao cimo do monte da Magida [...] em construção, mas paralisada [...] que [iria] ter ao Sanatório, obra iniciada por um filho da terra por subscrição no Brasil” (Veloso, 1923, p. 10). A planta desta estrada terá sido paga pela Comissão promotora dos melhoramentos no Monte do Facho.

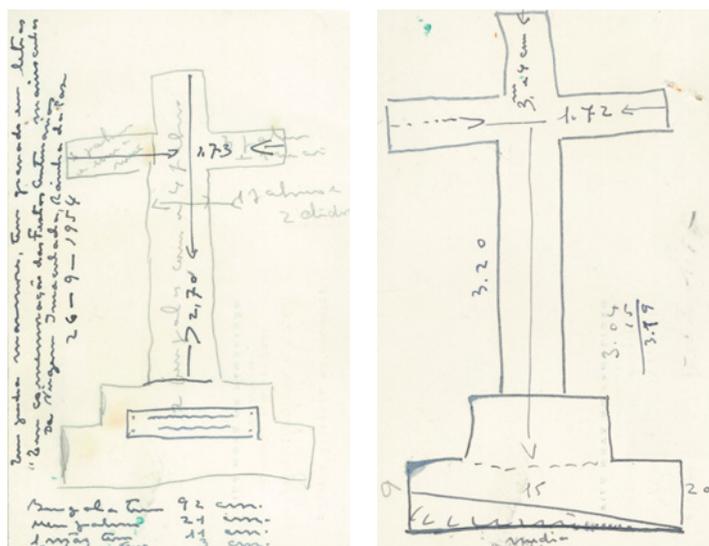
Em 1926 são noticiadas dificuldades no arranque dos trabalhos no terreno, no entanto, acrescentam a intenção de criar um grande lago ao lado da capela de Santa Catarina. Não terão sido razões para o desejo de Vasco esmorecer, uma vez que faz o levantamento das dimensões da Capela de Santa Catarina nesse mesmo ano (ver figura 21). Também em 1926, Vasco de Carvalho e José de Azevedo e Menezes trabalham juntos nesta empreitada, existindo registos

Durante mais de duas décadas há um quase vazio de notícias sobre os melhoramentos no Facho. Porém, em 1938, perto de 15 anos depois, Fernando Cruz (1938, p. 3) fala, em artigo no Estrela do Minho, do início de uma nova era de melhoramentos, fazendo referência às pessoas que conduziram as Festas de Santa Catarina à importância que à época já tinham, sendo eles, João Ferreira Brandão, Carlos Marques, Alberto Paiva, Francisco Matos, Manuel José da Costa Moreira, José Casimiro, Vasco de Carvalho, Américo Cancelas, António Carvalho, Romão Souto e Castro e António Soares. Aos nomes referidos ter-se-á juntado Domingos Casimiro da Silva em 1925 tendo-se, nesse mesmo ano, dado início à reforma da capela. Contudo, só em 1952, impulsionada pelo Padre Aviz de Brito, se volta a formar uma nova Comissão responsável pelos melhoramentos no Monte do Facho, tendo sido definidas três necessidades fundamentais: ampliação e conveniente arranjo do arraial, luz elétrica e a exploração da água. Compunham esta comissão presidida pelo Padre Aviz de Brito, António Ferreira Vago, João Magalhães Carvalho, João da Costa Rodrigues e Aires da Silva e Manuel Luz. Nesta década volta a ser discutida a necessidade de tornar o Monte do Facho num local de atração para repouso e turismo, sendo ainda necessária a criação de um hotel/estalagem, construção de uma estrada e feita a arborização, ambições já projetadas mais de duas décadas antes. As notícias denotam algum baixar de braços, considerando-se que “só a carolice, a dedicação do Rev. Abade não basta” (J. C. da Silva, 1959, p. 6), já que “ali se tem despendido grande soma de energias e ali têm queimado muito boas-vontade e dedicação que ao presente são representadas pelo devotado, incansável e virtuoso abade do Calendário, Rev. Padre Avis de Brito” (J. C. da Silva, 1956, p. 4). Ainda assim, Vasco esboça aquele que viria a ser o cruzeiro comemorativo do Ano Mariano de 1954 e inaugurado no mês de setembro junto da “Casa do Francês” (ver figuras 24 e 25). Em 1956 prosseguem a campanha de angariação de fundos para os melhoramentos no Monte do Facho com a organização de uma quermesse, todavia a afluência ficou aquém do esperado. Neste ano, e tal como refere um apontamento de Vasco de Carvalho em carta recebida de Berta Malheiro Veloso de Araújo (viúva de Alberto Veloso de Araújo falecido em 1952), era já o único sobrevivente da comissão criada na década de 1920.



Fig. 24 Foto atual do cruzeiro projetado por VC e inaugurado em 1954. Fonte: Elaboração própria (janeiro de 2021)

Fig. 25 cruzeiro comemorativo do ano mariano de 1954
 Fonte: Biblioteca Digital da Bib. Mun. Camilo Castelo Branco/
 Fundo Local VC



Entretanto será impulsionador da Conferência de S. Vicente de Paulo da freguesia de Calendário, criada em julho de 1941 e cujo relatório de contas do primeiro ano será publicado em 1942 (Figura 26). A primeira direção ficou a cargo do Padre José Ferreira (diretor espiritual), Vasco de Carvalho (presidente), Cândido Miranda e Sousa (vice-presidente), Carlos Sousa Marques e Sabino da Silva (secretários) e José Lopes da Silva (tesoureiro). Posteriormente é publicado o segundo relatório, dando a conhecer um saldo animador, criando a esperança de criar na freguesia uma “sopa dos pobres”. O documento informa também de que o Padre José Ferreira abandonou a direção da conferência em virtude da mudança de paróquia. Os referidos relatórios da Conferência de S. Vicente Paulo permitem uma análise das dinâmicas sociais de Calendário à época, expondo os donativos de diferentes paroquianos que, muito provavelmente, espelhariam a sua influência social e económica. O terceiro relatório irá abarcar todo o ano de 1944, iniciando-se com um lamento quanto à pouca atenção que era dada a estas instituições e, no ano seguinte, quanto ao facto das verbas da Conferência se terem mantidos iguais, sendo insuficientes perante a assistência que a população necessitava. Seguem-se os quarto e quinto relatórios, 1945 e 1946 respetivamente, com a mesma estrutura e sob os mesmos elementos diretivos. No sexto relatório (1947) é dado a conhecer a saída de Sabino José da Silva da Conferência, sendo substituído por Joaquim Ribeiro, no entanto, terá comparecido a poucas sessões e, em consequência, considerado desistente. Desta forma a direção da Conferência passou a ser composta por quatro elementos. Por fim, no sétimo relatório relativo a 1947, Vasco César confirma algumas das palavras do relatório do ano anterior, considerando que a sustentabilidade da Conferência estava em causa. O ano de publicação do relatório (1954) parece confirmar esses problemas. A introdução ao documento deixa

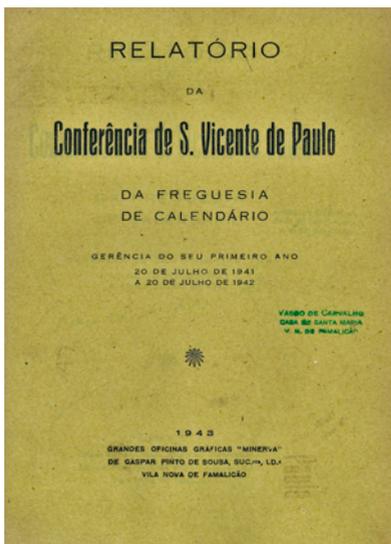


Fig. 26 Primeiro relatório da Conferência de S. Vicente de Paulo da Freguesia de Calendário
Fonte: Biblioteca Digital da Bib. Mun. Camilo Castelo Branco/ Fundo Local VC

transparecer algum mau estar em relação ao contexto vivido, acusando os “seus naturais [não] ter[em] interesse em assumir cargos e responsabilidades, não só para este efeito trabalhador organizado protetor [sic], como para o muito necessário conjunto de esforços para fazer subir à sua maior progressividade” (Carvalho, 1954, p. 5), persistindo na “falsa teoria de quererem saber resolver os mais complicados problemas estranhos, administrativos e opinativos, mas desaparecem, dizendo-se presos a obrigações e vírgulas, para não prestarem o seu auxílio em benefício do bem da Freguesia (Carvalho, 1954, p. 5). Dados os problemas vividos, remata a introdução do relatório anunciando que “fica desde hoje e pela nossa direção, em suspenso, esta Conferência, até ao momento em que tenha a felicidade de aparecer alguém que a renove e oriente na caminhada dos seus passos benemerentes” (Carvalho, 1954, p. 6). A juntar aos problemas vividos pela Conferência, regista-se o abandono por doença e posterior morte de Cândido Miranda e Sousa. Assim, no encerramento do relatório relativo às atividades de 1948, restavam apenas três elementos da equipa inicial, Vasco de Carvalho, Carlos Sousa Marques e José Lopes da Silva. Todavia, nas páginas finais o relatório informa de que, em 1949, foi formada uma nova mesa composta por Augusto Cancela (presidente), António Lopes da Solva e Joaquim Ribeiro (secretários) e Arlindo Ilhão Dias de Sousa (tesoureiro).

As presenças em momentos de celebração religiosa repetem-se. Veja-se que, por exemplo, em 1942, durante a presidência na Junta de Freguesia, é noticiada a participação de Vasco de Carvalho na procissão do “Senhor” aos “Entravados”, tendo sido um dos responsáveis por conduzir a umbela¹³ na visita aos doentes. Ainda neste campo será promotor, em 1940, de obras na residência

13 Pálio pequeno em forma de chapéu-de-sol.

paroquial de Calendário, sendo bem sucedido, “pois as pessoas *multadas* acorreram prontamente com os seus donativos” (J. C. da Silva, 1940a, p. 2).

A presença de Vasco estende-se para lá da área da gestão do património religioso e industrial, fazendo-se ouvir na área da educação. Em 1939 discursa, na qualidade de Presidente da Comissão da União Nacional, na inauguração da Escola de Bairral, destacando e homenageando Helena Sousa de Dias Ribas pela construção e oferta da escola. Precisamente Helena Ribas virá a convidar Vasco de Carvalho para, em 1942, discursar na festa da Mocidade Portuguesa. Neste discurso irá defender a criação de um Centro da Mocidade Portuguesa em Calendário e adstrito à escola de Bairral. Era também presença assídua em momento sociais tão dispares como inaugurações ou funerais, dando uso aos dotes de oratória e intelectuais nos seus discursos.

Ainda na década de 1940 ter-se-á interessado na construção de um novo estádio em Famalicão, denominado Estádio Narciso Ferreira. Para tal pediu informações sobre empresa “Parque da Ponte” de Braga para propor à Câmara Municipal a construção do Estádio Municipal. Nesta década presidiu também à Comissão Municipal de Assistência. Em 1940 será responsável pela festa centenária de Calendário, comemoração dos 800 anos da fundação de Portugal, tendo decorrido “brilantemente, graças à ação de Vasco de Carvalho seu principal e apaixonado realizador” (J. C. da Silva, 1940b, p. 3). Descerrou-se uma placa comemorativa dos 800 anos de independência no cruzeiro a 1 de dezembro com a inscrição “Deus e Pátria, VIII Centenário da Independência e III da Restauração, I-XII-MCMXL” (Figura 27). Esta comemoração juntou algumas centenas de pessoas, entidades governamentais, grupos de jovens e escuteiros. A imprensa considerou que esta terá sido a “maior e melhor festa que a nossa aldeia” (J. C. da Silva, 1940b, p. 3) até então realizara.



Fig. 27 Cruzeiro paroquial datado de 1896 e com placa descerrada a 1 de dezembro de 1940. Fonte: Monumentos.gov

No final da sua vida doa à Câmara Municipal de Famalicão três estantes com livros, uma mesa de castanho, três cadeiras e um candeeiro de metal, avaliados em dez mil escudos¹⁴.

O industrial de (e em) Calendário

A vida no mundo industrial calendareense foi também pautada pelas diferentes iniciativas fundadas ou que, por via familiar, foram ao encontro de Vasco. Em 1908, no início da carreira profissional, trabalhou n' A Boa Reguladora, fundada pelo pai, percorrendo as diferentes áreas da empresa ao longo dos anos (Figura 28). Ao longo de, pelo menos, 25 anos Vasco de Carvalho cultiva uma amizade com o artista Cruz Caldas (n. 1897 – f. 1975), da qual são testemunhas as cartas depositadas no Arquivo Municipal do Porto. Desta relação resultou não só o carro alegórico da empresa na Festa do Trabalho da Província do Minho em 1937, mas também uma publicidade para A Boa Reguladora no mesmo ano (Figura 29). Será também responsável pela capa da obra “Pedras Falsas”.



Fig. 28 Vasco de Carvalho (junto da janela) a trabalhar nos escritórios da Reguladora.
Fonte: Dias Costa (1992)



Fig. 29 Publicidade da “A Boa Reguladora” criada por Cruz Caldas.
Fonte: Arquivo Municipal do Porto

Entretanto, em 1919, funda a Carvalho, Moreira & C.^a Lda., com José Manuel Teixeira Cadão¹⁵ e Manuel José da Costa Moreira¹⁶, extinta em 1921 com a saída de Teixeira Cadão e entrada de João Brandão e Francisco Matos, dando lugar à A Sociedade Comercial em abril do mesmo ano, empresa dedicada à compra, venda e exportação de madeiras e mais tarde transformada em fábrica de serragens. Tinha sede na Rua da Liberdade. Pelo menos a partir de 1924 esta empresa irá ser uma das numerosas firmas e empresários associados na Empresa de Madeiras, Lda., sendo também parte do Conselho Fiscal da mesma. Já em 1929 a sociedade envolve-se na constituição da “Empresa Resineira do Norte de Portugal, Lda.”, companhia de fabricação de produtos resinosos. Alves (2014) afirma que esta apenas se instalou junto da linha férrea em 1935.

14 Informação presente no Inventário por óbito de Vasco César Carvalho e de Maria Bertilha Gracia Carvalho.

15 Personalidade natural de Sabrosa e politicamente bastante ativo como demonstram Queiroz (2022) e Esteves (2021).

16 Comerciante e vizinho de Vasco de Carvalho, “residente no lugar de Vila Moreira, freguesia de Calendário” (Tribunal Da Comarca de Braga, 1967, p. 112).

Em 1920, foi o responsável pela fundação da Lanifíca do Outeiro, Lda., empresa produtora de cobertores, tecelagem de lã, tapetes, entre outros (Sousa, 1921b), a primeira empresa de lanifíca em Famalicão (Pereira, 2002). Em 1919 a construção desta empresa já havia sido notícia, afirmando-se que “entre as indústrias que vão iniciar-se em Famalicão, conta-se uma de tapetes com carácter regional, que vão ser fabricados na oficina em construção do sr. Vasco Carvalho & C.^a” (Sousa, 1921a, p. 1). O regulamento definido em 1921 afirma que a empresa se dedicará ao exercício da indústria da fiação e tecidos de lã, ficando a gerência social a cargo dos sócios Horácio e Vasco. A Lanifíca de Outeiro arrancaria com 55 contos e seis sócios, atingindo em 1942 os 500 contos e onze sócios (Pereira, 2002). Os primeiros sócios, além de Vasco de Carvalho, foram Horácio Fernandes de Andrade, José Manuel Teixeira Cadão, Manuel José de Azevedo, Manuel José da Costa Moreira e Hilário Gomes da Costa Carvalho. Ao longo do tempo estiveram Rogério Lemos Pereira (em 1942 já não era sócio), Francisco Silva Melo, João Ferreira Brandão (f.1940), a partir de 1939 José Maria Matalonga Ferreri (f.1960), Anselmo Moreira (apresentado também como empregado superior na imprensa), entre outros. Igualmente passou pela empresa como gerente até 1923 José Leite da Cunha Júnior, substituído transitivamente por Lino Costa Carvalho e Silvino Pereira de Lima, respetivamente pai e cunhado de Vasco, mas não pertencentes à sociedade. Vasco terá abandonado a empresa antes de 1945. Segundo Pereira (2002) a empresa inicia a tecelagem de tapetes a partir de 1921 e, em 1936, a produção consistiria em cobertores de lã, tecidos de lã e estambre e cachecóis.

Por fim, em 1921, funda uma nova a empresa, a Linhagens de Famalicão, Lda., “graças ao esforço dos srs. Pinto & C.^a, Carvalho Moreira & C.^a e Lanifíca do Outeiro, Limitada” (Sousa, 1921b, p. 2), culminando em três de anos de elevada proficuidade industrial. Esta nova empresa iria produzir linhagem e grossarias, localizando-se também em Calendário.

Ainda na mesma década, em 1924, com a transformação da Sociedade Dias Costa & C.^a em “A Elétrica”, surge como um dos sócios proprietários (Gonçalves, 2015).

Em junho de 1958, em conjunto com António Augusto N. Carvalho, foi alvo de uma homenagem por parte dos trabalhadores que, aproveitando a ausência de ambos, no caso de Vasco com uma ida a Fátima e de António Augusto com uma ida à Feira de Bruxelas, os funcionários “desde o escritório até às oficinas modulares, [prepararam] uma homenagem surpresa” (Rebello Mesquita, 1958, p. 1).

Quando os patrões e operários se entendem e trabalham assim, o comunismo não existe nem pode existir. (Rebello Mesquita, 1958, p. 1)

Nesta iniciativa estiveram presentes 450 trabalhadores e 100 convidados. Foi descerrada (figura 30) uma placa de homenagem, seguindo-se uma almoço de “550 talheres” (J. C. da Silva, 1958, p. 1).

Recebeu ainda, por herança, a Fábrica de Malhas Carvalhos Castro & C.^a Lda., empresa criada 1917 em Calendário e que começou por produzir fitas de seda. Viria a especializar-se numa gama extensa de miudezas (Pereira, 2002). Em 1943 Silvino Lima adquire as cotas dos sócios Vasco Carvalho, mas também de Romão do Souto Castro, Artur Garcia de Carvalho e Hilário Carvalho.

Quando administrador bateu-se pelas oito horas de trabalho (J. C. da Silva, 1961). Talvez fruto da sua preocupação social, envolve-se na Associação dos Empregados no Comércio (J. C. da Silva, 1961), criada em 1905 e extinta em 1939, pelo menos a partir da década de 1910. Neste sentido foi também, recorrendo a palavras do próprio, propagandista da Lei de Acidentes de Trabalho e desempenhou funções a favor do descanso dominical.

Foi agraciado pelo Estado Novo com o Grau de Oficial da Ordem de Mérito Industrial em 1937 (Gonçalves, 2001).



Fig. 30 Descerramento da lápide em homenagem a Vasco de Carvalho e António Augusto Carvalho na presença da operária mais velha da fábrica, Maria de Sousa, Bertila, Maria Francisca e o deputado famalicense e acionista da Reguladora José Rodrigues de Carvalho.
Fonte: Jornal de Famalicão/ Fundo Local VC

Calendário na obra literária

Entre as diversas obras da sua autoria, em 1942 publicou o livro *Causa invulgar: Cenas passadas na freguesia de S. Julião do Calendário* (Figuras 6, 31 e 32), relatando peripécias desenroladas, na sua grande maioria, na residência paroquial no final do século XIX, 45 a 50 anos antes. Nas palavras de Casimiro da Silva, é um livro que “nos descreve as cenas pitorescas passadas há algumas décadas na residência paroquial” (J. C. da Silva, 1942a, p. 2). A publicação deste livro não deverá ter sido isenta de polémica, uma vez que Vasco Carvalho faz publicar no jornal *Estrela do Minho* uma carta aberta em defesa da obra e dirigida ao diretor



Fig. 31 Anúncio ao livro "Causa invulgar" (abril de 1942).

Fonte: Biblioteca Digital da Bib. Mun. Camilo Castelo Branco/ Fundo Local VC

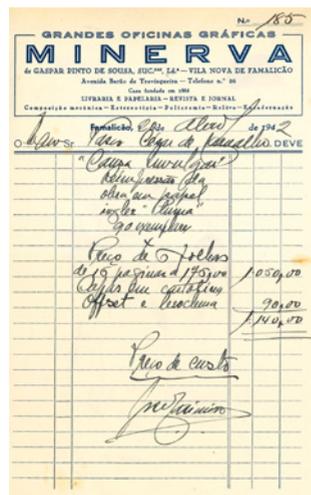


Fig. 32 Fatura da Tipografia Minerva relativa à reimpressão do livro "Causa Invulgar" em abril de 1942.

Fonte: Biblioteca Digital da Bib. Mun. Camilo Castelo Branco/ Fundo Local VC

do jornal, precisamente José Casimiro, do qual era “amigo e admirador” (J. C. da Silva, 1942b, p. 4). Refere, tal como já tinha escrito no livro, que não pretendia “fazer literatura, mas simplesmente atingindo fim narrador, não podendo por isto ver-se nele belas formas de linguagem, mas o aspeto circunscrevente [sic]” (J. C. da Silva, 1942b, p. 4). Depois de longamente explicar o porquê e como foi redigida esta obra, acrescenta que “não só estas [cenas], mas houve mais ainda, à volta da velha e da nova residência paroquial do Calendário fazendo realçar o bondoso sacerdote Zeferino de Sampaio, os rapazes destas contendadas e outros também, como pessoas que já não vivem, e que à terra de Vila Nova deram no seu tempo, um ambiente cheio de cores animosas” (J. C. da Silva, 1942b, p. 4). Duas semanas volvidas, José Casimiro faz uma breve apresentação do livro acompanhada por uma ilustração do autor, admitindo ser um livro “de interesse e sabor locais, que se ficará devendo à iniciativa de Vasco de Carvalho” (J. C. da Silva, 1942c, pp. 1-2). Este artigo arranca com Casimiro da Silva a fazer referência à carta de Vasco ao dizer que “como ele o diz em esclarecimento, a sua publicação não obedece ao intento de valorizar a sua posição literária, mas para fazer reunir em volume algumas cenas pitorescas” (J. C. da Silva, 1942c, p. 1). No jornal Notícias de Famalicão surge uma avaliação um pouco ácida, afirmando que não sendo, porém, “um humorista como André Brun, Armando Ferreira, etc. – e por essa razão estas cenas não têm o travor da graça – e se porventura nos fazem sorrir é na eloquência dos factos”, acrescentando ainda que “há história a mais, sem ficções, e por isso peca por nos denunciar alguns protagonistas felizmente ainda vivos”, rematando que o “autor não foi feliz no título da sua obra – mas os títulos são sempre os mais difíceis de arranjar” (Mesquita, 1942).

Certo é que esta obra abre com um prólogo elogioso assinado por Alfredo Costa, um dos envolvidos nas façanhas relatadas no livro, e do qual se faz transcrição da parte inicial.

O meu amigo Vasco de Carvalho ouviu falar das matanças de gatos e das ceias que o Padre Zeferino, há cerca de meio século, o ofereceu a alguns irrequietos rapazes que frequentavam a Residência do Calendário. E como achou graça às impagáveis cenas que ali se desenrolaram, lembrou-se de as imortalizar assim como os seus autores. Ele será Heródoto das façanhas dos gaticidas do Calendário e dos convidados que paparam os bichanos. (Carvalho, 1942, p. VII)

A referida atividade “gaticida” terá sido iniciado em Braga quando “estiveram 10 rapazes de Famalicão” (Carvalho, 1942, p. VIII) na República dos Granjinhos. Entre eles estavam Manuel Gonçalves Cerejeira, futuro Cardeal, Augusto Cupertino de Miranda e Zeferino Sampaio. Já no que diz respeito aos acontecimentos na casa paroquial de Calendário, estiveram envolvidos António Dias Costas, António Gonçalves Cerejeira, António Augusto Sampaio, Padre Feliz Machado, António Ferreira de Carvalho, José Antunes Bezerra, José Moreira Gomes, Armindo Sampaio, Carlos Fernandes Carreira, João das Opas, Sebastião Carvalho, António Gama, Avelino Carvalho, Alfredo Rodrigues da Costa, Padre Manuel Reis, Camilo Freitas e Francisco Castilho. Depois de detalhadamente contar os acontecimentos, Vasco encerra a obra dando conhecimento do fecho do ciclo deste “movimentado passatempo, raro pelo seu género, que teve por tablado a velhíssima e modesta residência paroquial de S. Julião do Calendário, no qual participaram os melhores rapazes de Vila Nova de Famalicão dessa época” (Carvalho, 1942, p. 70). Esta casa foi demolida em 1900.

Ao longo de quase duas décadas vai oferecendo dezenas de cópias a um conjunto de pessoas e instituições (bibliotecas, instituições de ensino, entre outros), tendo anotado cuidadosamente a quem foram endereçadas as referidas cópias, mas também a informação de que não ofereceu a jornais ou críticos.

Esta não foi a única publicação especificamente focada em Calendário. É possível encontrar outras publicações de diferente carácter, mas que igualmente focadas na freguesia, como o caso do Servindo Calendário e dos relatórios da Conferência de S. Vicente de Paulo, ambos em torno do tempo em que presidiu à Junta de Freguesia e à conferência.

Em 1959, no volume do livro Aspectos de Vila Nova dedicado a biografias, é feita referências a algumas personalidades calendarenses ou com ligações à freguesia. Um dos casos é Albertina Cameira, filha de um professor primário, Miguel Bernardo Cardoso, e Maria Teresa de Carvalho Cardoso, naturais de Calendário. Ela própria, em 1904, tornou-se professora primária na primeira escola oficial em Calendário na Vila Coimbra. Faz também referência a Francisco Ferreira, responsável pela construção da Casa de Louredo, “homem de saliência” (Carvalho, 1959, p. 165), e ao Clube de Caçadores, paredes meias com a casa de Santa Maria.

Notas finais

Muito haverá ainda por escrever sobre a vida e obra de Vasco de Carvalho. A multiplicidade de facetas e a distância temporal tornam o trabalho de caracterização complexo. Felizmente o espólio existente no fundo local, assim como a presença assídua na imprensa local da época, permitem-nos traçar algumas características da sua ação ao longo de várias décadas.

Dada a importância industrial, cultural e social para o concelho de Vila Nova de Famalicão, Vasco de Carvalho afigura-se como uma personalidade merecedora de uma maior visibilidade e investigação.

Agradecimentos

Um especial agradecimento à D. Maria Bertila Carvalho da Silva Pereira, sobrinha e afilhada de Vasco de Carvalho, pela derradeira memória viva que conserva sobre os dias vividos em família na Casa de Santa Maria. Este contributo não teria sido possível sem as pontes criadas pela Dr.^a Gabriela Ferraro, filha, e a Dr.^a Luisa Alvim. Por fim, um agradecimento à guardiã da memória de Vasco de Carvalho no Fundo Local da Biblioteca Camilo Castelo Branco, Paula Costa.

Referências bibliográficas

- Alves, J. F. (2014). A indústria em Vila Nova de Famalicão: Uma perspetiva histórica. In J. V. Capela, J. Marques, A. Sá da Costa, & A. J. Pinto da Silva (Eds.), *História de Vila Nova de Famalicão*. Quasi Edições.
- Alvim, L. (2006). Contributo para o estudo do Fundo Vasco de Carvalho da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco: os Manifestos de Carvalho Travassos e a Miscelânea. *III Conferências Do Cenáculo*. <http://hdl.handle.net/10760/9392>
- Capela, J. V. (2005). Vasco César de Carvalho e a História Local. In *Aspectos de Vila Nova: A Justiça*. Quasi.
- Capela, J. V. (2006). Vasco César de Carvalho e a história local. In A. Sá da Costa (Ed.), *Gentes da Terra*. Quasi Edições.
- Cardoso, P. S. (1946, July 1). A freguesia de São João do Calendário no concelho de Vila Nova de Famalicão. *O Comércio Do Porto*.
- Carvalho, V. de. (1942). *Causa invulgar: Cenas passadas na freguesia de S. Julião do Calendário*.
- Carvalho, V. de. (1946). *Servindo Calendário*.
- Carvalho, V. de. (1954). *Sétimo Relatório da Conferência de S. Vicente de Paula da freguesia de Calendário em Vila Nova de Famalicão*.
- Carvalho, V. de. (1959). *Aspectos de Vila Nova: Biografias*.
- Cruz, F. (1938, July 24). Sobre o Facho. *Estrela Do Minho*.
- Dias Costa, M. (1992). *Reguladora: 1892 – 1992*. Asa Editores.
- Esteves, J. (2021). *Presos por motivos políticos: Da ditadura militar ao início do Estado Novo [CXXII] || 1926 – 1933*. Silêncios e Memórias. <http://silenciosememorias.blogspot.com/2021/12/2654-presos-por-motivos-politicos-da.html>
- Gonçalves, A. (2001). A homenagem que faltava (Vasco César de Carvalho). *Boletim Cultural*, 18.
- Gonçalves, A. (2015). Em busca de uma identidade. In A. J. P. da Silva, A. Gonçalves, A. Sá da Costa, D. Faria, & J. A. Pereira (Eds.), *As portas da história de Vila Nova de Famalicão (1835-2015)*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Guimarães, A. J. C. (1961, November 10). Vasco César de Carvalho. *Notícias de Famalicão*.
- Guimarães, A. J. C. (1962, October 26). D. Maria Bertila Garcia de Carvalho. *Notícias de Famalicão*.
- Inventário por óbito de Vasco César Carvalho e de Maria Bertila Gracia Carvalho, (1961).
- Júnior, M. P. (1942). "Pedras Falsas" por Vasco C. de Carvalho. *O Primeiro de Janeiro*.

- Matos, S. C. (2012). Sobre o Dicionário de Historiadores Portugueses Da fundação da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo (1779-1974). *Ler História*, 63. <https://doi.org/https://doi.org/10.4000/lerhistoria.418>
- Mesquita, R. (1942, May 30). «Causa Invulgar» – por Vasco César de Carvalho. *Notícias de Famalicão*.
- Mesquita, R. (1961, November 11). Vasco César de Carvalho: o seu falecimento. *Jornal de Famalicão*.
- Moreira, C. de A. (1948). *Carta de Alberto Moreira a Vasco de Carvalho*.
- Pereira, A. C. (2002). *História da indústria do Vale do Ave (1890-2001)*.
- Queiroz, A. J. (2022). O Partido Republicano Radical em Vila Nova de Famalicão. *Boletim Cultural*, VI(2).
- Rebello Mesquita, F. (1958, June 21). O pessoal da Fábrica Nacional de Relógios Reguladora homenageou de maneira brilhante os seus administradores. *Jornal de Famalicão*.
- Silva, A. J. P. da. (2015). As primeira décadas do município. In *As portas da história de Vila Nova de Famalicão (1835-2015)*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Silva, J. C. da. (1940a, August 8). Calendário. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1940b, December 8). A festa centenária do Calendário: Decorreu com grande importância. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1940c, December 21). A nossa carteira. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1941, January 19). Pelas Aldeias. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1942a, April 12). Livros novos: “Causa Invulgar.” *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1942b, April 19). Carta. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1942c, May 3). “Causa invulgar” por Vasco Carvalho. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1948, November 28). Os que morrem. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1952, July 13). D. Maria Brak Lamy Barjona de Freitas. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1956, August 26). Ânsia de progresso. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1958, June 15). Os administradores da «Reguladora». *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1959, March 29). Ânsia de progresso: pinturas que são borrões. *Estrela Do Minho*.
- Silva, J. C. da. (1960, December 17). A razão deste número. *Estrela Do Manhã*.
- Silva, J. C. da. (1961, November 12). Na ronda da morte! Faleceu o escritor Vasco de Carvalho. *Estrela Do Manhã*.
- Silva, J. C. da. (1962, October 28). Morreu a Senhora D. Maria Bertila Carvalho. *Estrela Do Manhã*.
- Sousa, M. P. de. (1907, October 20). “Grupo dos 29.” *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1921a, January 1). Indústrias-Novas. *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1921b, January 16). Fábrica de linhagens. *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1923a, February 4). Um melhoramento. *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1923b, July 8). Projeto que morre. *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1923c, July 17). Os melhoramentos no Monte do Facho. *Estrela Do Minho*.
- Sousa, M. P. de. (1923d, September 23). Monte do Facho. *Estrela Do Minho*.
- Tribunal da Comarca de Braga, Diário do Governo n.º 112/1967, Série III de 1967-05-11 (1967).
- Veloso, A. (1923). *Os melhoramentos do Monte do Facho em Famalicão: Breves considerações acerca do turismo em Portugal e dos projetos daqueles melhoramentos*.

3.11 Abordagem arquivística ao Arquivo Casa de Pindela

→ Luísa Alvim

Resumo: Neste trabalho apresenta-se o resultado do tratamento arquivístico ao arquivo de família da Casa de Pindela, depositado no Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão. Apresenta-se a Casa de Pindela e a história custodial e arquivística do seu arquivo. Realiza-se uma breve revisão bibliográfica sobre os conceitos de Arquivos de Família e o Modelo Sistémico. Nos resultados e discussão, expõe-se o procedimento adotado, no Arquivo Municipal, perante o conjunto documental Arquivo Casa de Pindela, desde a construção do quadro orgânico-funcional e a adaptação ao modelo sistémico. Na prática, os documentos, no sistema de informação, foram associados ao produtor/recetor, construindo o seu contexto de produção. Os documentos foram tratados e inseridos numa plataforma digital – Archeevo – que funciona *online*, disponível para consulta pública. A construção de um Sistema de Informação do Arquivo Casa de Pindela exigiu uma confluência de saberes arquivísticos e historiográficos que permitem compreender não só a história da família, como a história local de Vila Nova de Famalicão e acontecimentos da história nacional. Com este tipo de tratamento arquivístico, a organicidade inerente aos documentos da família é respeitada e distribui-se os documentos em cada geração, pelas diversas individualidades e pelas funções que estas desempenham na sociedade.

Introdução

Os arquivos, enquanto instituições de cultura e de informação, procuram divulgar o conhecimento sobre os espólios que possuem e permitir eficazes formas de acesso, melhorando a mediação entre o documento e o utilizador. O sistema de informação é cada vez mais cuidado, supera o reducionismo de conceitos como o de *Fundo* e salienta os conceitos de *Informação*, *Documento* e *Comunicação* (Silva, 2015).

Muitos dos arquivos de família, que são depositados nas instituições públicas, já estão atualmente abertos e em exposição, superando a fronteira da família proprietária, permitindo um olhar da sociedade e dos investigadores, transpondo a função custodial (Rosa, 2012). Estes arquivos, segundo Rosa & Nóvoa (2014), configuram-se como «testemunhos das vivências das famílias, dos contextos sociais nos quais se incluíram, dos episódios políticos aos quais assistiram, das terras onde viveram, das instituições com as quais comunicaram. E podemos dizer – agora olhando-os como investigadores históricos e curadores patrimoniais –, que “moram” também perspectivas muitas vezes ausentes dos arquivos produzidos e preservados pelas instituições estatais e públicas e que, como tal, são exclusivamente ou sobretudo recuperáveis através do estudo desta tipologia de arquivos.»

Assim, o Arquivo Casa de Pindela, um arquivo privado de uma família, que compreende várias gerações, ao ter sido depositado no arquivo municipal de Vila Nova de Famalicão, abre-se à comunidade de investigadores e à sociedade em geral, ultrapassando os limites particulares de uma família, disponibilizando uma grande quantidade de informação sobre os vários elementos da família, assim como, sobre a história local e nacional.

O objetivo principal deste artigo é dar a conhecer o trabalho arquivístico efetuado na organização e na estrutura dada a este acervo, que se designou por *Arquivo Casa de Pindela* (ACP) e o transformou num sistema único de informação familiar, com quinze gerações e outros seis subsistemas de famílias interligados.

Quanto à metodologia utilizada neste artigo, referencia-se a abordagem qualitativa, apoiada pela revisão da literatura sobre dois conceitos: Arquivos de Família e Modelo Sistémico, para desenvolver um estudo de caso sobre o Arquivo Casa de Pindela. Para a revisão da literatura, recorreu-se a fontes impressas e digitais, consultando páginas *online* de vários arquivos nacionais, catálogos bibliográficos e repositórios digitais. Apresenta-se um estudo de caso sobre o arquivo em causa, operado através da técnica de recolha de dados, da análise documental e da observação participante. A análise documental utilizou a própria documentação do Arquivo Casa de Pindela.

A estrutura do trabalho é composta pelas seguintes secções: na secção 1, encontra-se a revisão da literatura, na secção 2 elabora-se a contextualização do arquivo, associando-o à Casa de Pindela e apresenta-se a sua história custodial e arquivística. Na secção 3, apresenta-se o sistema de informação para o ACP e o resultado do tratamento arquivístico efetuado. Por fim, fazem-se as considerações finais e apresenta-se a bibliografia.

Este arquivo de família configura-se em várias gerações e proporciona aos investigadores documentos muito variados, desde a instituição do morgadio de Pindela, que remonta a 1442, quando da aquisição da propriedade da Quinta de Pindela (Cruz, Vila Nova de Famalicão). Este evento está relatado na *certidão do Testamento* de 1526, de Luís de Carvalho (1.ª Geração desta Casa), datado de 1724, sendo este o responsável pela instituição do morgadio de Pindela, juntamente com a sua mulher Beatriz de Almeida.

1. Revisão da Literatura

1.1 Arquivos de Família

Os arquivos de família assumem-se como referência informacional para a história em geral, sendo a história local muito auxiliada pelas informações neles contidos. São testemunhos vivos que participam na reescrita da história social, económica e cultural de uma região, revelando as relações familiares com os agentes privados e públicos que se estabelecem num determinado contexto histórico (Rosa & Nóvoa, 2014).

Os arquivos de família são o produto da acumulação de documentos gerados pelas atividades de uma pessoa ao longo da vida e por todas as pessoas que compõem a família através das gerações. Fazem parte, também destes arquivos a integração de documentos de outras famílias, por doação, casamentos, etc. Têm, em primeiro lugar, como finalidade a administração patrimonial e a gestão da casa, não desvalorizando a importância cultural para o conhecimento da história em geral (Gallego Domínguez, 1993).

Os arquivos familiares são um exemplo de arquivos pouco explorados, mas atualmente existe uma tendência crescente para o seu estudo e acessibilidade. Existem diversas razões para o seu desconhecimento, a principal é pelo facto de serem custodiados por privados e ficarem dependentes da disponibilidade dos seus proprietários, descendentes dos produtores desses arquivos. São também arquivos em risco, porque não se encontram em condições adequadas à sua conservação e preservação, e podem ser desmembrados e divididos por fazerem parte das heranças familiares (Rosa, Nóvoa, Gago, & Câmara, 2020).

Encontramos na bibliografia nacional inúmeras intervenções sobre arquivos de família privados e públicos que originaram estudos e publicações.

É apresentado pela arquivística portuguesa outra perspetiva em que o arquivo familiar ou pessoal é entendido como um sistema de informação organizado ou operatório, cujo polo estruturante e dinamizador é uma entidade – Família e Pessoa – cada qual com a estrutura própria e uma ação fixada por objetivos diversos (Silva, 2004). Na subsecção seguinte apresenta-se esta nova conceção e a sua abordagem sobre esta tipologia de arquivos.

1.2 O Modelo Sistémico

A Arquivística é a ciência que estuda a dimensão sistémica de um arquivo (sistema que engloba a informação social materializada em qualquer suporte,

configurado pela sua natureza orgânica, funcional e a natureza histórica ou de memória (Silva, Ribeiro, Ramos, & Real, 1999). A Arquivística situa-se no campo da Ciência da Informação, em que objeto científico já não é o documento de arquivo, mas sim a informação que o documento possui. Assim, a fase em que se encontra a Arquivística é a pós-custodial (Ribeiro, 2008), uma fase em que o paradigma emergente é informacional e científico, ultrapassando a fase patrimonial e custodial.

As práticas informacionais decorrem e articulam-se dentro do novo paradigma de gestão de informação interpretativo do contexto funcional, tornando o arquivo a estudar num sistema de informação para o preservar e tornar acessível pelo público (Silva et al., 1999; Silva, 2006). O Sistema de Informação assenta em requisitos orgânicos e funcionais, mesmo nos sistemas mais elementares, como os familiares e pessoais, que conduz à adoção do modelo sistémico apresentado por Silva (2004), colocando em destaque a organicidade própria de um sistema de informação familiar, apoiado em gerações e em membros/pessoas unidas por laços de parentesco.

A aplicação deste modelo sistémico representa um afastamento dos métodos tradicionais de tratamento de arquivos de famílias e pessoais. Destacam-se alguns trabalhos sobre arquivos de família, por serem modelares, tratados segundo o paradigma de sistema de informação: o Arquivo Conde da Barca (Rodrigues, 2005), o Arquivo Casa de Avelar (Meneses, 2010), o Arquivo Paço de Calheiros (Ventura, 2011), o Arquivo Casa do Porto (Moreira, 2012), o Arquivo da Casa de Mateus (Rodrigues, 2005) (Rodrigues & Silva, 2012), o Arquivo da Casa das Mouras (Cardoso, 2013), o Arquivo Castro/Nova Goa (Marques, 2013), entre muitos outros estudos.

O modelo sistémico baseia-se na lógica – no método indutivo e no contexto de produção documental, presumindo que todos os documentos são gerados com uma intencionalidade e um objetivo/função a cumprir e, a partir daí, determina o seu encaixe no quadro orgânico-funcional do arquivo, tendo como ponto de partida as sucessivas gerações da família.

2. Contextualização do Arquivo Casa de Pindela

2.1 A Casa de Pindela

A casa, quinta e mata de Pindela é um conjunto arquitetónico e um complexo natural, que se situa na freguesia de S. Tiago da Cruz, no concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga. Este conjunto de Pindela, com cerca de 80 hectares, foi em tempos considerado um lugar na dita freguesia “Pindela é um lugar da freguesia da Cruz, concelho de Vila Nova de Famalicão. E é neste lugar que fica a quinta solarenga de Pindela” (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1995). Porém, não é considerado um topónimo, mas um nome circunscrito ao designado agrupamento de casa, quinta e mata.

Este conjunto está classificado como Monumento de Interesse Público, pela Portaria n.º 740-DG/2012 (Diário da República, 2.ª série, N.º 248, 2012) (fig. 1).

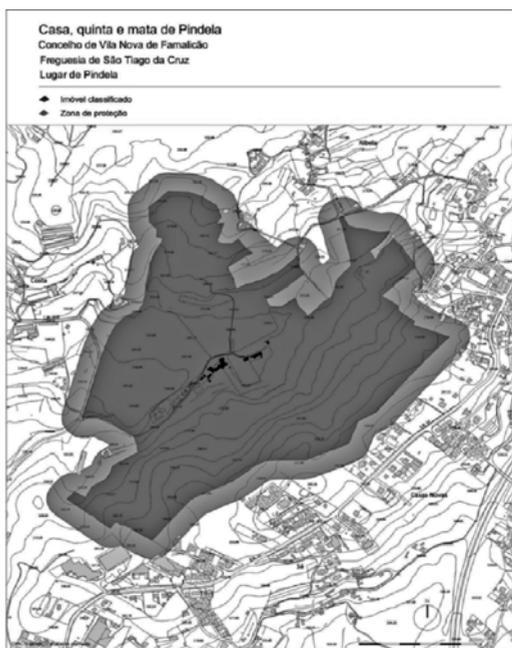


Fig. 1 Planta da Casa, quinta e mata de Pindela, 2012.
 Fonte: Portaria n.º 740-DG/2012. Diário da República, 2.ª série, N.º 248, 2012.

A Casa de Pindela é um exemplar de arquitetura senhorial minhota, foi fundada no séc. XVI, com acrescentos no século XVII, em 1661, com uma Capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, edificada pelo 5.º Morgado de Pindela, José Pinheiro Lobo (Machado, 1999b; Santos, 1996); e no século XIX com uma torre ao estilo medieval, fruto da intervenção do 2.º Visconde de Pindela, Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada, que mandou ainda construir o segundo corpo lateral da casa, os portões brasonados, o fontanário do terreiro da entrada, a cavaleriça e os jardins; no interior foram mandados fazer os tetos em castanho e colocados fogões de sala em todos os quartos e salas; a casa é ainda dotada de casas de banho e foi introduzido o sistema de canalização e aquecimento de água (Machado, 1999a), possui também um aqueduto que atravessa os terrenos.

A Casa é formada por uma quinta, constituída por jardins de buxo, terrenos agrícolas e área de mata. A vegetação, inicialmente composta por pinheiro e outras espécies vulgares, foi enriquecida, no séc. XIX, pela ação do 14.º Senhor e 3.º Visconde de Pindela, João Afonso Simão Pinheiro Lobo da Figueira Machado de Melo e Almada, que introduziu diversas outras espécies, tais como: araucária, cedro, criptoméria, cupressácea, pseudotsuga, sequoia, ácer, plátano, carvalho, tília, magnólia e lódão (Santos, 1996).

Este rico património entrou na posse da família, cerca do ano de 1492. A lista dos proprietários inicia-se com João Afonso do Prado, Escudeiro-Fidalgo de D. João I, avô paterno de Luís de Carvalho, responsável pela instituição do

morgadio de Pindela juntamente com a sua mulher, Beatriz de Almeida. O seu Testamento, datado de 12 de maio de 1526, chega-nos contido numa cópia de 1724 (fig. 2), à época do 8.º morgado, João Machado Fagundes Pinheiro e Figueira. Em 1992, a propriedade foi vendida à Sociedade Agrária da Casa de Pindela, Lda., estando ainda, na atualidade, na posse da mesma família (Portugal. Ministério da Cultura. Direção-Geral do Património Cultural, 2012; Machado, 1999a; Machado, 2006).

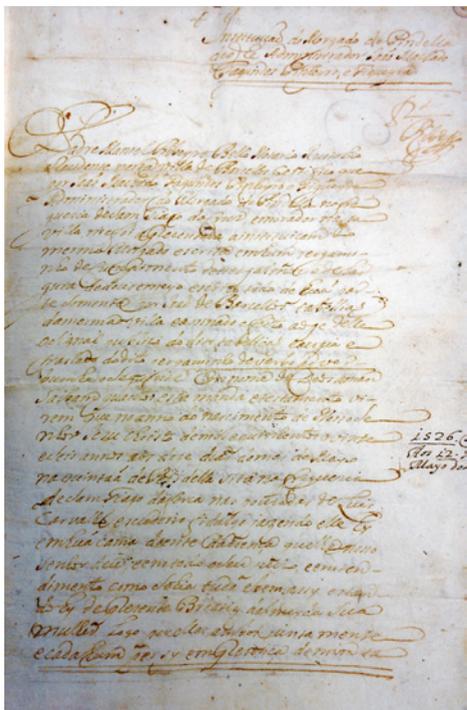


Fig. 2 Certidão do Testamento de 12 de maio de 1526 de Luís Carvalho. 1725, f. 1. Instituição do Morgado de Pindela. CP 6038. Código de referência PT/MVNE/ACP/01.ª GERAÇÃO-1.1/001/000001.

2.2 História custodial e arquivística do Arquivo Casa de Pindela

O Arquivo Casa de Pindela (ACP) foi incorporado no Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão (AMAS), após celebração do contrato de doação, que foi deliberado e aprovado na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, em Reunião de Câmara ordinária e pública, de 5 novembro de 2015 (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2015).

A aceitação de doação de bens culturais da *Família da Casa de Pindela* foi proposta ao município, em outubro de 2015, por manifesto interesse dos representantes da família da Casa de Pindela de proceder à doação dos bens culturais do *Arquivo Particular da Casa de Pindela*. Os representantes da família foram os dois filhos de João Afonso Simão Pinheiro Lobo de Figueira Machado (1894-1938), 3.º Visconde de Pindela, nomeadamente Maria Amália Helena da

Assunção Pinheiro Lobo de Figueira Machado (1924 –) e Vicente Maria Miguel Bernardo Pinheiro Lobo de Figueira Machado (1925-2018), que seria, na linha dos títulos nobiliárquicos, o 4.º Visconde de Pindela.

Esta doação é constituída por documentos de natureza diversa – desde peças judiciais, testamentos a correspondência e outros. Como se refere no contrato de doação, o acervo documental está dividido em duas partes, a primeira com o nome de *Arquivo Particular da Casa de Pindela (APCP)*, sendo constituído por escrituras de natureza diversa e peças judiciais, testamentos, correspondência e outros (fig. 3). Esta documentação foi organizada e arquivada em pastas pelo do Abade de Tagilde, a pedido de Vicente Pinheiro, 2º. Visconde de Pindela. João Gomes de Oliveira Guimarães (1853-1912), mais conhecido por abade de Tagilde, foi um sacerdote católico, político e historiador, pioneiro em Portugal dos estudos de história local e um dos principais especialistas em Paleografia, Diplomática e Epigrafia, organizador da coletânea de documentos históricos *Vimaranis Monumenta Historica* (Cândido, 1913).

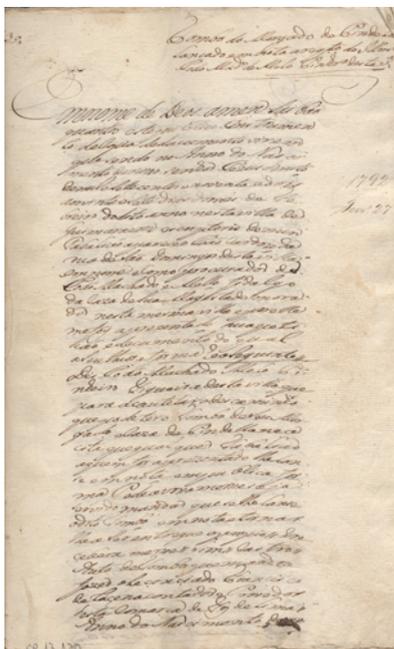


Fig. 3 Trespelado do Tombo do Morgado de Pindela, 1792, f.1. CP 13170. Código de referência PT/MVNE/ACP/02.ª GERAÇÃO-1.1/001/000001.

A segunda parte do acervo documental, a que a entidade doadora apelidou *Espólio Epistolar dos Viscondes de Pindela (EEVP)*, que não possuía qualquer organização, é constituído por correspondência recebida e enviada, a personalidades célebres dos meios políticos, diplomáticos e culturais dos séculos XIX e XX. Na figura 4, visualiza-se, a título de exemplo, um bilhete-postal, datado de 13 de dezembro de 1896, de Bernardino Machado (1851-1944) para Vicente Pinheiro.

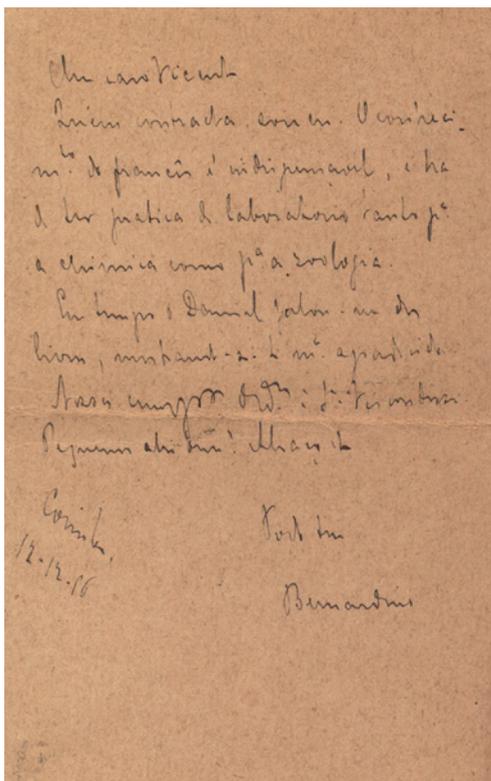


Fig. 4 Bilhete-postal de Bernardino Machado para Vicente Pinheiro, 1896-12-13. CP 12794. Código de referência PT/MVNE/ACP/14.ª GERAÇÃO-1.1-1.1.5/001/0024/000004.

Toda este conjunto documental faz parte do Arquivo Casa de Pindela, com documentos desde o ano 1526 a 1938, abrangendo quinze gerações desta família. É constituído por cerca de 15.000 documentos de natureza distinta – desde peças judiciais, testamentos, correspondência recebida e enviada, escrituras de natureza diversa, documentos pessoais, anotações, panfletos publicitários e outros.

Com esta doação, a família pretendeu tornar público o conjunto documental, conservando-o numa instituição pública, para ser tratado, descrito e conservado, de modo a torna-lo acessível a estudiosos e a interessados.

O conteúdo deste conjunto documental é muito rico, contém muita informação importante para o conhecimento da história local, quer do concelho quer a nível nacional, sobretudo das personalidades que fazem parte da 14.ª e 15.ª Gerações da família. O conhecimento, sobre a propriedade privada e a forma como se constituía o património móvel e imóvel, como se compravam e vendiam as propriedades, ao longo dos séculos, é possível com o estudo dos documentos referentes às gerações anteriores. Assim como, conhecer a família ao longo dos séculos, como se interligavam e relacionavam com a sua rede de amigos e as personalidades políticas portuguesas com quem se cruzaram.

3. O Sistema de Informação do Arquivo Casa de Pindela

3.1 Introdução ao tratamento arquivístico do ACP

O tratamento arquivístico destes acervos intitulados *Arquivo Particular da Casa de Pindela* (APCP) e *Espólio Epistolar dos Viscondes de Pindela* (EEVP) resultou numa leitura contemporânea sobre os mesmos, que implicou a atribuição de uma nova titulação, numa única denominação e um tratamento específico, sem prejuízo para as denominações originais destes acervos designados pela entidade doadora, que foram conservados na descrição arquivística dos mesmos.

Optou-se pela designação *Arquivo Casa de Pindela*, como já se referiu, porque há uma unicidade dos acervos doados, pertencem à mesma história biográfica, familiar e administrativa da Casa de Pindela, ao longo de quinze gerações. Organizou-se o ACP como um sistema de organização que incorpora todos os documentos doados, com datação do séc. XVI ao séc. XX.

Utilizou-se o termo *Casa* enquanto estrutura agregadora através da qual a sociedade tradicional se organizava politicamente e economicamente. Esta estrutura era constituída pela família tradicional, em que o senhor exercia poder em todos os domínios da vida em comum. O título nobiliárquico atribuído a um indivíduo, também estava relacionado com as casas titulares da família que o usam no título (Hespanha, 1982), como aconteceu, a partir da 13.^a Geração desta família, cujo titular obteve o título de Visconde de Pindela¹.

Como referido no contrato de doação deste conjunto documental ao município, ficou registado que o AMAS respeitará integralmente a organização do arquivo existente, conforme a numeração e arrumos efetuados pelo Abade de Tagilde, conservando igualmente as pastas em que os documentos se encontravam guardados e procedendo ao seu restauro. A nova organização do conjunto documental como sistema de informação foi de ordem intelectual, não afetando a organização física que lhe foi dada anteriormente à doação. A menção de proveniência de origem – APCP ou EEVP – ficou registada nas cotas antigas e na cota descritiva atual, que terá outra numeração correspondente ao inventário, que foi efetuado quando da incorporação dos acervos no AMAS, durante o ano de 2016.

O conjunto documental enquadra-se na categoria de arquivos privados e insere-se nos denominados arquivos familiares. Os tipos de documentos que prevalecem no acervo EEVP são essencialmente correspondência recebida e enviada (cartas, telegramas, cartões de visita, bilhetes-postais, postais ilustrados), notas, recortes de jornais, jornais, apontamentos escolares, fotografias,

1 No Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, em 1854, atribuiu o título nobiliárquico de Visconde de Pindela a João Machado Pinheiro Correia de Melo. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, PT/TT/RGM/1/0025/259012, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, no liv.1, fl.139, a 5 de abril de 1854. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2036850>. O rei D. Luís I de Portugal, em 8 de julho 1886, confirmou o mesmo título nobiliárquico a Vicente Pinheiro, reconhecendo-o como 2.^o Visconde de Pindela. Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, PT/TT/RGM/1/0040/194558, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Luís I, liv. 40, f. 228v. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7395679>.

flores secas, faturas e recibos, notas de encomenda, receitas médicas, entre outros. É um acervo que corresponde a várias gerações de família, desde a 1.^a à 15.^a Geração. Deste conjunto de documentação, como referido anteriormente, fazem parte outros subsistemas de informação, nomeadamente os das famílias que se cruzaram com as várias gerações da família da Casa de Pindela.

O acervo APCP contém várias tipologias de documentos, como cartas de compras, aforamentos, sentenças de arrematação, escrituras de transação, escrituras de troca, arrendamentos, obrigações, escrituras a dinheiro, pagamentos, sentenças, cartas precatórias, sentenças cíveis, testamentos, minutas de testamentos, escrituras de casamento, certidões de legado de missas e apontamentos pessoais, etc. Este acervo diz respeito da 1.^a Geração da família até à 15.^a Geração. São sobretudo documentos provenientes da administração da Casa de Pindela.

O tratamento deste arquivo de família, como sistema de informação, regeu-se pelos princípios fundamentais da Arquivística, ou seja, o princípio da proveniência e o respeito pelos fundos, designadamente o respeito pela ordem original dos documentos.

Num primeiro momento de intervenção, foi realizado um inventário dos documentos, que foram incorporados faseadamente no AMAS, acompanhados pela atribuição de um número de inventário e referência à geração da família em que se enquadravam e, nalguns casos, em qual subsistemas de famílias iriam ser incluídos.

O inventário foi produzido à medida que os documentos davam entrada no AMAS, com a colaboração de um representante da entidade doadora. Este inventário, terminado em 28 de dezembro de 2016, retificado e atualizado em setembro 2017, não está disponível online, mas pode ser consultado presencialmente no AMAS (Arquivo Municipal Alberto Sampaio, 2017).

Os acervos foram higienizados, sendo esta uma operação essencial para eliminar os agentes responsáveis pela deterioração, desde poeira, detritos de micro-organismos a materiais corrosivos. Por fim, foram acondicionados em caixas livres de ácido, sem antes serem colmatadas algumas lacunas com fita reversível e acondicionados em folhas livres de ácido, na qual foi inscrito a lápiz a cota do respetivo documento.

Como este fundo documental é de grande dimensão, optou-se em primeiro lugar, pelo tratamento arquivístico da documentação relativa à 14.^a Geração, pois não era possível concretizar prontamente todas as tarefas inerentes a um conjunto documental com cerca de 15.000 documentos simples e compostos, desde o século XVI ao XX. Seguindo-se, posteriormente o tratamento descritivo dos documentos das outras gerações.

Simultaneamente, iniciou-se a construção do sistema de informação, alicerçando-o com o estudo genealógico da família², a divisão das várias gerações, cruzando com os documentos enumerados no inventário (Arquivo

2 Árvore Genealógica da Casa de Pindela: disponível em: <https://agcasadepindela.wordpress.com/>

Municipal Alberto Sampaio, 2017) e com a consulta de bibliografia especializada (Machado, 1999a) e de um documento não publicado, fundamental para o estudo desta família de autoria de Machado (1999b).

O AMAS, após a inventariação e a construção da arquitetura do sistema de informação, procedeu à digitalização, à descrição arquivística e à elaboração de instrumentos de acesso à informação, disponibilizando um catálogo online, na plataforma Archeevo³, enriquecido com índices.

Quanto à descrição e classificação dos documentos, estas operações foram realizadas conforme as normas internacionais ISAD (G)⁴ e ISAAR (CPF)⁵ e as Orientações para a Descrição Arquivística⁶. Todo o arquivo encontra-se em condições de ser consultado, presencialmente no arquivo municipal, ou no catálogo online⁷. Os registos estão inseridos no Archeevo, uma plataforma de descrição de arquivo definitivo, que funciona em ambiente *Web* e é baseada em normas arquivísticas.

Deste trabalho resulta a construção do quadro orgânico-funcional, onde estão apresentados o sistema de informação da família e respetivos subsistemas (outros ramos familiares). A maioria dos documentos estão em regular estado de conservação e todos em condições de acesso público, sem restrições legais.

O tratamento arquivístico deste conjunto documental foi reforçado com a construção uma lista estruturada e controlada de termos relacionados que foi incorporada no tesouro geral disponível na pesquisa online. Os documentos foram tratados por análise conceptual e indexados por assunto, o que tornou no catálogo, no momento da pesquisa, a possibilidade de devolução de documentos de forma eficiente, permitindo ao utilizador uma pertinente recuperação dos documentos.

3.2 O Sistema de Informação do ACP

Na abordagem ao processo para organizar tecnicamente este arquivo, realça-se a proposta de Silva (2004), já enunciada na secção 1.2, em que se aplica aos arquivos o paradigma com o modelo sistémico (Silva, 2004), no qual a classificação dos documentos é estruturada segundo a pessoa que produziu, recebeu e acumulou a documentação.

Neste sentido, a organização do Arquivo Casa de Pindela foi concebida como um sistema de informação, dividido em quinze gerações. Por sua vez,

3 Disponível em: <https://www.arquivoalbertosampaio.org/details?id=31258>

4 ISAD(G). (2002). *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999/ Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ª ed. Lisboa: Instituto de Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.

5 ISAAR – Norma internacional de registo de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias

6 ODA – Direcção-Geral de Arquivos (2011). *Orientações para a descrição arquivística*. 3.ª v. Lisboa: DGARQ.

7 Disponível em: <https://www.arquivoalbertosampaio.org/details?id=31258>

a estrutura relativa aos diversos indivíduos que fazem parte da família, transpõe todas as funções que estes realizaram ao longo das suas vidas, assim como as grandes áreas de interesse (Alvim, 2023).

Fazem parte deste enorme sistema de informação outros seis subsistemas de famílias: António Machado da Guerra e Ana Fagundes de Mendanha; Casa Refalcão; Condes de Arnos; Casa de Vila Real; Braamcamp de Almeida Castelo-Branco e Rangel de Quadros.

A metodologia que se utilizou, para abordar arquivisticamente o ACP, foi através da reconstituição da estrutura orgânica-familiar ao longo das várias gerações. Aplicou-se o modelo sistémico, que reconstruiu a documentação no contexto orgânico-funcional originário que reflete a estrutura organizada naturalmente por objetivos atingidos através de funções e atribuições, ações e tarefas (Silva, 2004; Ribeiro, 2005). Na tabela 1, visualiza-se o resumo das várias gerações da família, com menção a datas referentes a documentos que se enquadram, de alguma forma, nessa geração.

Tabela 1 – Sistema de Informação ACP (nível de secção)

Geração, nomes dos indivíduo e/ou casal e datas limite dos documentos

1.ª Geração	Luís de Carvalho e Beatriz de Almeida 1724/1724
2.ª Geração	Simão Pinheiro e Leonor Almeida e Helena Dias 1792-02-27/1792-02-27
3.ª Geração	Ana Pinheiro e Manuel Figueira 1574-11-26/1583
4.ª Geração	Miguel Pinheiro Figueira 1609-06/1617
5.ª Geração	Baltazar Pinheiro Lobo e Maria Fagundes Portocarreiro 1646/1652
6.ª Geração	José Pinheiro Lobo 1660/1676
7.ª Geração	Baltazar Pinheiro Lobo 1638/1678-12-02
8.ª Geração	Veríssimo Pinheiro Lobo 1680/1720
9.ª Geração	João Machado Fagundes da Guerra Pinheiro e Figueira e Mariana Josefa de Castro 1702-05-28/1738
10.ª Geração	Vicente Pinheiro e Figueira Lobo da Guerra e Ana Maria Isabel de Melo Pereira de Sampaio 1776/1776
11.ª Geração	João Machado de Melo Pinheiro e Figueira e Maria Angélica Rita Pinto Pereira de Magalhães e Gouveia 1795/1833-03-05
12.ª Geração	Vicente Machado de Melo Pinheiro e Carlota Carolina Correia de Moraes Leite de Almada 1839/1865
13.ª Geração	João Machado Pinheiro Correia de Melo e Maria do Carmo Cardoso de Meneses Barreto e Eulália Estelita de Freitas Rangel de Quadros 1862/1924
14.ª Geração	Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada e Maria Amália de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos 1869/1916-09-05
15.ª Geração	João Afonso Simão Pinheiro Lobo de Figueira Machado e Margarida Helena Cardoso Martins de Meneses e suas irmãs Júlia Leonor Pinheiro Machado de Melo, Grácia Maria Eulália Pinheiro de Melo 1894/1938

Na tabela 2, observa-se o resumo do quadro orgânico funcional, onde são visualizados os subsistemas de famílias do ACP que o integram: António Machado da Guerra e Ana Fagundes de Mendanha, Braamcamp de Almeida Castelo-Branco, Casa Refalcão, Casa de Vila Real, Rangel de Quadros e Condes de Arnosos, seguem a mesma lógica de apresentação. Estes subsistemas de famílias interligam-se com o sistema principal de muitas formas, por via matrimonial, por doação, etc. Estão também organizados por secções, subsecções, séries e ordenados cronologicamente dentro das mesmas. A título de exemplo, desenvolveu-se, na tabela 2, a secção da família dos Condes de Arnosos, com duas gerações.

Tabela 2 – Subsistemas de Informação no ACP

Subsistema – António Machado da Guerra e Ana Fagundes de Mendanha
Subsistema – Braamcamp de Almeida Castelo-Branco
Subsistema – Casa de Refalcão
Subsistema – Casa de Vila Real
Subsistema – Rangel de Quadros
Subsistema – Condes de Arnosos
Secção 1 – 1.ª Geração Condes de Arnosos
Subsecção 1.1 Bernardo Pinheiro Correia de Melo
Subsecção 1.2 Maria José de Melo Abreu Soares Vasconcelos Barbosa e Palha (1.º casamento)
Subsecção 1.3 Matilde Munró dos Anjos (2.º casamento)
Secção 2 – 2.ª Geração Condes de Arnosos
Subsecção 2.1 Vicente Miguel de Paula Pinheiro de Melo
Subsecção 2.2 Ana Maria Isabel do Carmo Pinheiro de Melo

As quinze gerações da Casa de Pindela determinam as secções, num segundo nível, são os indivíduos nascidos em cada geração que identificam as subsecções. Como regra, a primeira subsecção corresponde ao indivíduo ou ao casal senhor/administrador do património familiar. As subsecções surgem segundo a ordem cronológica do nascimento dos indivíduos que a compõem.

Seguem-se as subsubsecções respeitantes aos documentos próprios de cada membro do casal ou da pessoa singular, nos casos em que se justifica, por exemplo, na 13.ª, mas sobretudo nas 14.ª e 15.ª Gerações, em que as séries e os documentos compostos ou simples decorrem das funções exercidas, de atividades profissionais, de cargos públicos, etc.

Na tabela 3, observa-se o esquema da 13.ª Geração, respeitante a João Machado Pinheiro Correia de Melo (1824-1891) e Maria do Carmo Cardoso de Meneses Barreto de Amaral (1.º casamento em 1839) e Eulália Estelita Rangel

de Quadros (2.º casamento em 1853). Esta personalidade foi o 12.º Morgado de Pindela e o 1.º Visconde de Pindela. Entre os seus filhos, há dois que se destacaram na vida política: Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada (1852-1922), 2.º Visconde de Pindela e seu irmão Bernardo Pinheiro Correia de Melo, 1.º Conde de Arnoso (1855-1911).

Tabela 3 – 13.ª Geração João Machado Pinheiro Correia de Melo (1824-1891) e Maria do Carmo Cardoso de Meneses Barreto de Amaral e Eulália Estelita Rangel de Quadros

Secção – 13.ª Geração João Machado Pinheiro Correia de Melo e Maria do Carmo Cardoso de Meneses Barreto de Amaral e Eulália Estelita Rangel de Quadros

Subsecção 1.1 João Machado Pinheiro Correia de Melo
Série 001 Correspondência recebida
Série 002 Documentos
Subsecção 1.2 Eulália Estelita Rangel de Quadros
Série 001 Correspondência recebida
Série 002 Documentos

No sistema de informação ACP, encontram-se, na 14.ª e 15.ª Gerações, estruturas mais complexas relativas aos diversos indivíduos, transparecendo todas as funções que estes realizaram ao longo das suas vidas.

Observa-se a documentação da 14.ª Geração, a subsecção relativa a Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada, 2.º Visconde de Pindela (1853-1922), que nasceu em Guimarães, filho de João Machado Pinheiro Correia de Melo (1824-1891), 1.º Visconde de Pindela e de Eulália Estelita de Freitas Rangel de Quadros (1827-1920) (Machado, 1999b). Foi casado com Maria Amália de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1855-1918).

Vicente Pinheiro (VP) teve uma carreira política e diplomática exemplar e salienta-se a pertinência da sua documentação na edificação da história portuguesa, revisitando alguns dos documentos produzidos e recebidos enquanto governador da província de São Tomé e Príncipe (1880-1881), como deputado do Partido Progressista (1884) e como ministro plenipotenciário de Portugal em Haia (1886-1893) e em Berlim (1894-1910). Como exemplo de um documento desta fase da sua vida como ministro plenipotenciário de Portugal na Legação de Berlim, apresenta-se, na figura 5, um telegrama cifrado, enviado por Luís de Magalhães, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Vicente Pinheiro, a 24 dezembro de 1906, tratando de assuntos diplomáticos. Na tabela 4, observa-se a estrutura da 14.ª Geração, ao nível de secção, subsecção, subsubsecção.



Fig. 5 Telegrama de Luís Magalhães para Vicente Pinheiro. 1906-12-24. CP 12682. Código de referência PT/MVNF/ACP/14.ª GERAÇÃO-11.1.1.5/001/0033/000008.

Tabela 4 – 14.ª Geração Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada e Maria Amália de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos.

Subsecção 1.1 Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada e Maria Amália de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos

Subsubsecção 1.1.1 Estudante em Coimbra 1869/1879

Série 001 Correspondência recebida e enviada

Série 002 Documentos

Subsubsecção 1.1.2 Governador da Província de São Tomé e Príncipe 1879/1884

Série 001 Correspondência recebida e enviada

Série 002 Documentos

Subsubsecção 1.1.3 Deputado do Partido Progressista 1884/1889

Série 001 Correspondência recebida e enviada

Série 002 Documentos

Subsubsecção 1.1.4 Ministro plenipotenciário de Portugal na Legação de Haia (Países Baixos) 1884/1894

Série 001 Correspondência recebida e enviada

Série 002 Documentos

Subsubsecção 1.1.5 Ministro plenipotenciário de Portugal na Legação de Berlim, Dresden e Saxe-Coburgo-Gotha (Alemanha) 1886/1920

Série 001 Correspondência recebida e enviada

Série 002 Documentos

Subsubsecção 1.1.6 Administração da Casa de Pindela 1840/1924

Série 001 Correspondência recebida e enviada

Série 002 Documentos

Subsubsecção 1.1.7 Vida social e familiar 1839/1922

Série 001 Correspondência recebida e enviada

Série 002 Documentos

Subsecção 1.2 Maria Amália de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos 1889/1918

Série 001 Correspondência recebida e enviada

Série 002 Documentos

A documentação referente a VP, com datas extremas dos documentos entre 1839 e 1924, é composta por 3500 itens, por ele produzida e acumulada, em bom estado de conservação, representando 23% da documentação total deste arquivo de família. A produção documental e a acumulada de VP no desempenho dos cargos públicos que exerceu ao longo da vida, também se encontra neste arquivo de família. Esta situação é evidente, sobretudo nos documentos produzidos no desempenho das funções enquanto ministro plenipotenciário de Portugal em Haia e em Berlim. Assim, esta documentação de natureza pública foi enquadrada, em termos de organicidade, nas funções exercidas ao longo dos anos, separada da documentação de natureza privada e familiar. Daqui, nasceu uma complexa estrutura orgânica em que os documentos são posicionados e descritos nas subsubsecções do sistema de informação, no âmbito das funções em que foram produzidos ou recebidos. Não deixa de ser uma tarefa complexa, porque nem sempre, sobretudo na série correspondência, os documentos têm conteúdo linearmente privado e/ou público.

Na 15.ª Geração, a constituição de secções, subsecções e subsubsecção e séries é muito similar à anterior (tabela 5). Esta geração diz respeito a João Afonso Simão Pinheiro Lobo de Figueira Machado (1894-1938) e sua esposa Margarida Helena Cardoso Martins de Meneses (casamento 1923), e ainda as suas irmãs Júlia Leonor Pinheiro Machado de Melo e Grácia Maria Eulália Pinheiro de Melo.

João Afonso Simão Pinheiro Lobo de Figueira Machado foi o 14.º representante do Morgadio e o 3.º Visconde de Pindela (por autorização de D. Manuel II, enviada do exílio). Filho de Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada e de Maria Amália de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos.

Tabela 5 – 15.ª Geração João Afonso Simão Pinheiro Lobo de Figueira Machado, Margarida Helena Cardoso Martins de Meneses e irmãs Júlia Leonor Pinheiro Machado de Melo e Grácia Maria Eulália Pinheiro de Melo

Subsecção 1.1 João Afonso Simão Pinheiro Lobo de Figueira Machado

Subsubsecção 1.1.1 Vida social e familiar 1854/1938

Série 001 Correspondência recebida e enviada

Série 002 Documentos

Subsubsecção 1.1.2 Funções na Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes 1927/1933

Série 001 Correspondência recebida e enviada

Série 002 Documentos

Subsubsecção 1.1.3 Funções na 1.ª Circunscrição Florestal do Norte – Engenheiro-Chefe dos Serviços Florestais 1913/1937

Série 001 Correspondência recebida e enviada

Série 002 Documentos

Subsubsecção 1.1.4 Funções na Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte de Portugal 1926/1935
Série 001 Correspondência recebida e enviada
Série 002 Documentos
Subsubsecção 1.1.5 Negócios 1933/1935
Série 001 Correspondência recebida e enviada
Série 002 Documentos
Subsubsecção 1.1.6 Funções na Companhia dos Caminhos-de-Ferro do Norte de Portugal 1927/1936
Série 001 Correspondência recebida e enviada
Série 002 Documentos
Subsubsecção 1.1.7 Administração da Casa de Pindela 1912/1938
Série 001 Correspondência recebida e enviada
Série 002 Documentos
Subsecção 1.2 Júlia Leonor Pinheiro Machado de Melo
Série 001 Correspondência recebida e enviada
Série 002 Documentos
Subsecção 1.3 Grácia Maria Eulália Pinheiro de Melo
Série 001 Correspondência recebida e enviada
Série 002 Documentos

Considerações finais

Este trabalho apresenta uma síntese sobre o tratamento arquivístico efetuado no Arquivo Casa de Pindela, incorporado no arquivo municipal de Vila Nova de Famalicão.

Estabeleceu-se os alicerces e os fundamentos teóricos de todo o processo do estudo e trabalho arquivístico, adotando-se o modelo sistémico, para representar o Arquivo da Casa de Pindela, sendo esta uma metodologia essencial que corporiza os alicerces orgânicos e funcionais deste sistema de informação familiar.

A aplicação deste modelo veio demonstrar as ligações que se estabelecem entre os seus membros da família ao longo das gerações, o entendimento das relações sociais que a família construiu e que corporizou na constituição de subsistemas de informação. A documentação que pertence a estes subsistemas familiares foi descrita tendo sempre presente o princípio da organicidade do arquivo enquanto um único sistema de informação. O modelo sistémico permite e providencia uma melhor recuperação da informação por parte dos utilizadores e dos investigadores, pela forma como apresenta a informação contida nos documentos.

O Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão, dentro das missões dos arquivos municipais, confere a tendência em possibilitar a abertura, a exposição e a consulta de arquivos privados e familiares, enquanto fontes de informação de história local e nacional. A divulgação e comunicação de documentos à comunidade são tarefas contemporâneas que cabem aos arquivos municipais, juntamente com a colaboração dos proprietários de arquivos privados e familiares. Esta união de esforços contribui para a reconstrução da memória social e histórica coletiva, preservando, valorizando e difundindo os documentos.

Esta operação arquivística, efetuada no Arquivo Casa de Pindela, anuncia um longo itinerário que terá que se percorrer para se concretizar o total tratamento da documentação deste arquivo. Neste momento, grande parte do conjunto documental encontra-se em consulta no catálogo *online*⁸.

8 Disponível em: <https://www.arquivoalbertosampaio.org/>

Bibliografia

- Alvim, L. (2023). Arquivo Casa de Pindela: uma abordagem sistémica. Em *Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Faro, 2023. BAD. <https://doi.org/10.48798/congressobad.2929>
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Arquivo Municipal Alberto Sampaio. (2017). *Inventário do Arquivo Casa de Pindela* (não publicado).
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. (2015). *Reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão realizada no dia 05 de novembro de 2015*. <https://www.cm-vnfamalicao.pt/05-de-novembro-de-2015--quinta-feira--10h00&mop=1325>
- Cândido, J. (1913). Abade de Tagilde. *Revista de Guimarães*, 30, 7–18. <https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/rgmr/item/54603#?c=0&m=0&s=0&cv=0>
- Cardoso, V. (2013). *O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras. Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/72377>
- Diário da República Portuguesa, 2.ª série, N.º 248, 24 de dezembro de 2012. (2012). *Portaria n.º 740-DG/2012*.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. (1995). Visconde de Pindela – S. Tiago da Cruz – Vila Nova de Famalicão. Editorial Enciclopédia Lda, Vol. 21, p. 703.
- Hespanha, A. (1982). *História das Instituições: épocas medieval e moderna*. Livraria Almedina.
- Machado, J. A. (1999a). *O Morgadio de Pindela*. Ed. autor.
- Machado, J. A. (1999b). *Súmula geracional da Casa de Pindela* (não publicado).
- Machado, J. A. (2006). Os Pinheiros de Barcelos em V.N. de Famalicão. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, III série, 2: 13–20
- Machado, J. A. (2006). Os Filhos do 1.º Visconde de Pindela. *Gentes da Terra*. Quasi Edições, 189–198.
- Marques, T. (2013). *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do modelo sistémico*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/12225>
- Meneses, A. (2010). *Arquivo da Casa do Avelar: Estudo orgânico e catálogo*. Universidade do Minho. <http://www.adb.uminho.pt/uploads/Parte I.pdf>
- Moreira, C. (2012). *O Arquivo da Casa do Porto: O seu estudo e a sua representação – o modelo sistémico*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras. Universidade do Porto.
- Rodrigues, A. (2005). *Casa de Mateus: Catálogo do Arquivo*. Fundação da Casa de Mateus.
- Rodrigues, A., & Silva, A. M. (2012). A Criação das Gavetas na Casa de Mateus: Um modelo iluminista de gestão da informação. *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Centro de História de Além-Mar. <http://hdl.handle.net/10216/63549>
- Rosa, M. L. (ed). (2012). *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* IEM – Instituto de Estudos Medievais, CHAM – Centro de História de Além-Mar e Editora Caminhos Romanos. <https://arqfam.fcsh.unl.pt/?portfolio=arquivos-de-familia-seculos-xiii-xx>
- Rosa, M. L., & Nóvoa, R. S. (coord). (2014). *Arquivos de família: memórias habitadas: Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*. Instituto de Estudos Medievais.
- Rosa, M. L., Nóvoa, R. S., Gago, A., & Câmara, M. J. (coord). (2020). *Recovered voices, newfound questions: family archives and historical research*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316.2/47877>
- Santos, J. (1996). *Casa, Quinta e Mata da Pindela*. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1144
- Silva, A. M. (1997). Arquivos de Família e Pessoais. Bases teórico metodológicas para uma abordagem científica. Em *Seminário Arquivos de Família e Pessoais*. Lisboa, BAD: 51–106.
- Silva, A. M. (2004). Arquivos familiares e pessoais: Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras*, III: 55–84.
- Silva, A. M. (2006). *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Edições Afrontamento, CETAC.COM.
- Silva, A. M. (2015). Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível. *Cadernos BAD*, 1: 103–124.

- Silva, A. M., Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. (1999). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência de informação*. Edições Afrontamento.
- Ventura, M. I. (2011). *O Arquivo do Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia. Universidade do Porto. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4898.0242>

3.12 O impacto da Guerra Colonial na Região Militar de Braga: o caso de Vila Nova de Famalicão

Contributos para o
estudo da Guerra
Colonial na Região Militar
do Norte

→ José Manuel Lages

1. Os números do recrutamento e mobilização.

A guerra colonial envolveu cerca de um milhão e duzentos mil jovens de uma população residente que em 1960 era de 8.292.295 habitantes e em 1970 era de 8.074.960, tendo reduzido cerca de 218.015 residentes.

Durante o período da Guerra todos os anos eram incorporados no Exército entre 50.000 a 70.000 mil homens no serviço militar obrigatório.

Deste contingente de cada ano, cerca de 85% faziam a recruta como soldados (contingente geral), 3,5% frequentavam o Curso de Oficiais Milicianos (COM) e 11,5% o Curso de Sargentos milicianos (CSM).

Será importante referir que depois de 1968, era exigida para o COM como habilitação mínima o 7.º anos do Liceu (atual 11.º ano do ensino secundário) e para sargento miliciano era o 5.º ano (atual, 9.º ano).

Do conjunto de militares formados pelo Exército em cada ano, 70% a 75% eram mobilizados para as colónias e 30% a 25% ficavam na Metrópole.

A quantidade de homens em idade militar, recenseados em cada ano, variou entre os 75mil e os 95 mil, e destes, apenas 72% em cada ano eram considerados aptos para o serviço militar, pois cerca de 18% faltavam à inspeção (faltosos) e 10% ficavam inaptos ou adiavam a incorporação se fossem estudantes do ensino superior.

Após a inspeção e antes de serem incorporados, alguns jovens abandonavam o país clandestinamente, não se apresentavam nos quartéis para a incorporação, sendo considerados refratários, grupo que em cada ano era aproximadamente de 2% (percentagem anual dos refratários).

Registaram-se 202 mil faltosos e cerca de 20 mil refratários num total de cerca de 220 mil homens, que deliberadamente não se apresentaram para cumprirem o serviço militar durante o período da guerra (1961-1974), aos quais se juntaram cerca de 9000 desertores (homens já incorporados nas fileiras e deixavam as Forças Armadas, dos quais uma grande parte estavam ainda na recruta (formação militar) antes do juramento de bandeira.

Grande parte dos refratários e faltosos saíam para o exílio a partir de Portugal, mas entre os desertores, incluem-se muitos militares que já estavam em África e também do recrutamento local (nascidos em Angola, Guiné e Moçambique).

Assim, segundo a Lei do Recrutamento e Serviço Militar (Lei n.º 1961, de 1 de setembro de 1937), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 2034, de 18 de julho de 1949, pelo Decreto – Lei n.º 38918, de 18 de setembro de 1952, e pela Lei n.º 2135, de onze de junho de 1968 nas seguintes tipologias:

- a. Compelido – Aquele que não realizou as operações de recrutamento a que estava obrigado (Não recenseado não dava o nome para o serviço militar).
- b. Faltoso – Não se apresentava à inspeção militar (inspeção sanitária – apto ou inapto).

- c. Refratário – Que ficou apurado para o serviço militar, não se apresentava à incorporação, no quartel, a que era destinado.
- d. Desertor – era o militar que, estando já incorporado, abandonava as fileiras.

2. A emigração e o recrutamento para a guerra

Entre os cerca de 202 mil faltosos, entre 1961 a 1974, estavam muitos emigrantes, que tinham saído do país em busca de melhores condições de vida, sendo que a guerra seria mais uma das fortes razões para emigrar. No período da guerra, verificou-se um grande aumento da emigração, como se pode ver na tabela seguinte, comparando a quantidade de pessoas que emigraram anteriormente:

Período	Quantidade total emigrantes	Média anual
1933-1945	115049	8850
1946-1959	400708	28600
1960-1974	1465435	97700

Como foi referido, a população residente em Portugal continental em 1960 era de 8.292.975, mas em 1970 era de 8.074.960, tendo reduzido 218.015 residentes que durante a década houve uma redução de 2,6%.

O destino principal da emigração era para França e considerando os seguintes dados relativos à emigração ilegal para aquele país e a emigração legal total em cada ano podemos verificar que no período em que durou a guerra a emigração ilegal para França aumentou significativamente e após 1969 atingia valores superiores à quantidade total de emigrantes saídos legalmente de Portugal. Sabemos que cerca 55% a 60% eram homens e 10% a 13% eram homens na idade de cumprir o serviço militar.

	Emigração ilegal para França (número de pessoas)	Emigração legal total para diversos destinos (número de pessoas)
1961	1270	33526
1963	145511	39519
1965	27918	89056
1968	23697	80452
1969	83371	70165
1970	106907	66360
1971	100797	50400

Podemos concluir que entre 1961-1974 (guerra colonial) saíram de Portugal cerca de 1 milhão e quinhentos mil (1.500.000) emigrantes e na fase final cerca de 600 mil portugueses e que viviam em França cerca de 60 mil homens que teriam fugido ao serviço militar (compelidos, refratários e desertores).

FALTOSOS E DESERTORES NO PERÍODO DA GUERRA

Causas	Percentagem
Total de faltosos à inspeção	17,7% a 20%
Adiamento da incorporação devido aos estudos (cursos superiores)	1964 – 13,1% (11.394 homens) 1968 – 7,7% (7364 homens) Nos restantes anos – 4% a 5% (3000 a 3800 homens que deixaram de frequentar o COM.)
1965 – Não é exigido mais de 1,5 m altura para ser apto para serviço militar	Aumento do número dos aptos e incorporados no serviço militar
Casamentos antes do serviço militar (20 anos) como forma de evitar a mobilização para a guerra.	

NÚMERO DE DESERTORES DO EXÉRCITO ATÉ 1967

Metrópole	Ultramar		
Governo Militar de Lisboa	853	Angola	1248
1.ª Região Militar (Porto)	631	Moçambique	525
2.ª Região Militar (Tomar)	1408	Guiné	80
3.ª Região Militar (Évora)	249	Cabo Verde	5
Madeira	17	São Tomé e Príncipe	1
Açores	9	Macau	1

Tendo em conta mais dados sobre a deserção e os dados já apresentados no quadro de desertores do Exército até 1967, podemos concluir que, na Metrópole, a maioria dos desertores pertenciam à 2.ª Região Militar (centro) e ao Governo Militar de Lisboa, enquanto no Ultramar a maior parte foi em Angola.

Motivada por razões económicas, mas também políticas, a emigração explica o fluxo de faltosos, refratários e desertores.

Entre os desertores (aqueles que, sendo já militares, abandonavam as Forças Armadas), temos os que o faziam antes de jurarem bandeira (ainda como recrutas) e os que já estavam integrados em unidades prontas, antes do embarque ou já em África.

- Em Angola uma média de 234 desertores por ano;
- Em Moçambique uma média de 120 desertores por ano;
- Na Guiné, uma média de 30 desertores por ano;
- Em todo o Ultramar o total de desertores na guerra foram 4500 (quase todos praças do recrutamento local).

3. Casamento antes do serviço militar (20 anos) como forma para evitar a mobilização para a guerra

Ano	Número de casamentos (homens) em idade inferior a 20 anos
1960	2503
1965	4671
1968	5019
1970	4892
1972	5140

Após 1961, verifica-se um aumento bastante significativo da quantidade de homens que casavam antes da incorporação militar. Como pode ser observado na grelha apresentada anteriormente, que nos leva a questionar as razões e motivações, relacionadas com a indesejada mobilização para a guerra.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS MILITARES MILICIANOS

1962	42.090 incorporados	6.565 – 15,6% de analfabetos
1963	47.725 incorporados	5.851 – 12,3% de analfabetos
1964	50.065 incorporados	5.173 – 10,3% de analfabetos
1965	47.018 incorporados	3.821 – 8,1% de analfabetos
1966	49.254 incorporados	3.857 – 7,8% de analfabetos
1967	55.043 incorporados	3.832 – 7% de analfabetos
1968	53.870 incorporados	2.492 – 4,6% de analfabetos
1969	60.502 incorporados	3.747 – 6,2% de analfabetos

Destaca-se o elevado número de jovens em idade militar que não sabiam ler. Ao nível dos soldados, a taxa de analfabetismo durante a guerra era significativa, sendo cerca de 16% no início do conflito e 4% na sua fase final.

4. O recrutamento na Metrópole

PERCENTAGEM DE HOMENS EM IDADE MILITAR NO CONTINENTE

Norte 52,2%	Centro 32%	Sul 15,8%
Porto 15,3%	Lisboa 12,7%	Setúbal 4,5%
Braga 8,6%	Santarém 5,2	Faro 3,5%
Aveiro 6,9%	Coimbra 5,1	Beja 3,3%
Viseu 6,5%	Leiria 5	Évora 2,5%
Vila Real 4,5%	Castelo Branco 4%	Portalegre 2%
Viana do Castelo 3,7%		
Guarda 3,7%		
Bragança 3%		

A população do continente, contribuía para o recrutamento para a guerra, com cerca de 93% dos homens em idade militar, enquanto a Madeira e os Açores tinham 7% dos homens a recrutar. Em relação ao continente, os locais com mais homens em idade militar eram os distritos do Porto, Lisboa e Braga.

A região norte (Minho, Trás-os-Montes, Douro, Beira Alta e Aveiro) tinham mais de 50% dos homens em idade militar.

A região centro tinha 32% (Coimbra, Leiria, Lisboa, Ribatejo e Beira Baixa).

A região sul cerca de 16% (Setúbal, Alentejo e Algarve).

Do conjunto de militares preparados cada ano, 70% eram mobilizados para África.

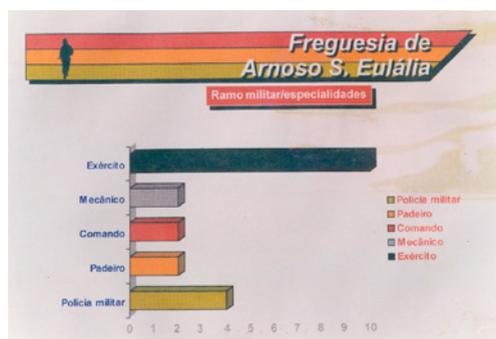
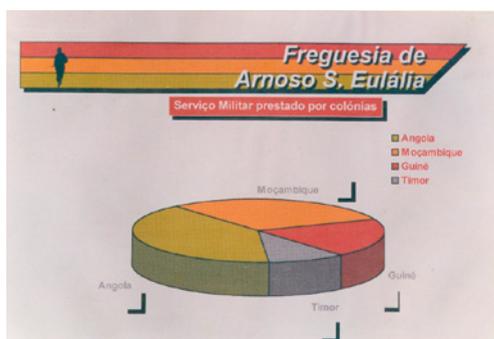
Os restantes 30% ficavam nos quartéis na metrópole.

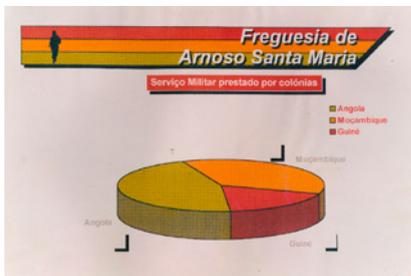
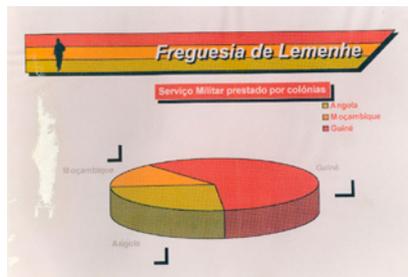
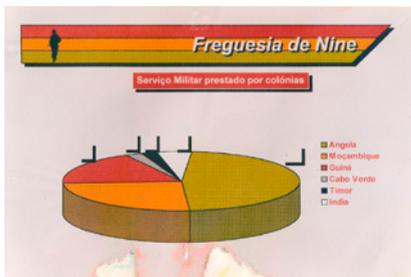
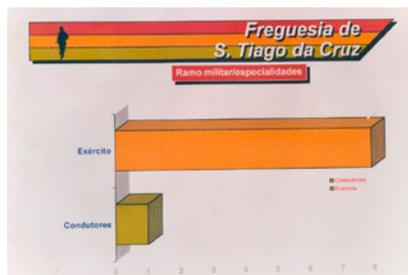
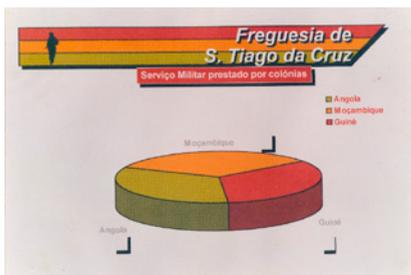
5. Mobilização de Militares para Angola, Guiné e Moçambique

	Angola	Guiné	Moçambique
Exército	92,8%	90,3%	90,4%
Força Aérea	4,7%	4,6%	6,8%
Marinha	2,5%	5,1%	2,8%

A situação, em termos relativos, em cada colónia era distinta. Os efetivos do exército representavam mais de 90% em todas as frentes, mas em Angola a sua representação era ainda mais forte em relação aos outros ramos, sendo complementado maioritariamente (mais expressão) com a presença da Força Aérea em Moçambique e a Marinha na Guiné.

5.1 Mobilização para a Guerra Colonial: as Freguesias de Vila Nova de Famalicão





6. Baixas (mortos, feridos e desaparecidos).

Abordaremos e podemos observar que a relação entre os de cada um dos ramos Exército, Força Aérea e marinha) tem equivalência às baixas sofridas (em combate, em acidentes e por doença).

Em relação às mortes em combate, é notório que foram mais no exército e muito menos na Marinha, enquanto na Força Aérea são equivalentes.

Refere-se ainda que não figuram os 73 mortos sofridos pelo Exército na Índia e 1 em Timor.

A Marinha sofreu 8 mortos na Índia, 5 em Cabo Verde, 4 em Timor e 2 em S. Tomé.

Não figuram os prisioneiros de guerra, dados como desaparecidos de guerra, como foi o caso do famalicense Sr. José Morais da Freguesia de Gavião, feito prisioneiro pelo PAIGC na Guiné-Bissau (com 22 militares) e que esteve preso na Guiné Conacri, no presidio de Kindia, durante três anos e oito meses.

Os números totais de ferimentos ligeiros terão uma proporção de por cada ferido grave 10 feridos ligeiros.

Segundo dados disponíveis apresentam-se os seguintes dados referentes às três colónias:

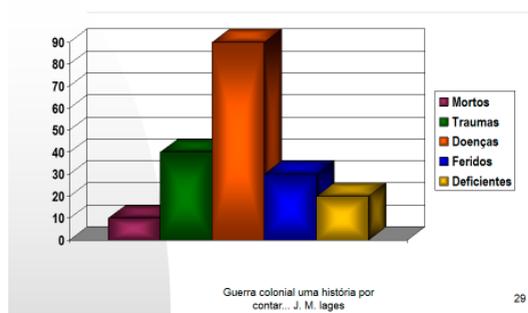
	Mortos	Feridos graves
Combatentes portugueses	10.425	31.300
População civil	6.000	12.200
Movimentos de Libertação (combatentes e não combatentes)	28.226	9.450
Totais	44.651	52.950

Estes números refletem os mortos e os feridos graves nas três colónias, mas não refletem todos os feridos que não causaram deficiência, os casos de ‘Stress’ de Guerra, doenças, marcas que deram origem a “marcas” na sua saúde.

Num estudo realizado com combatentes de Vila Nova de Famalicão verificaram-se as seguintes “marcas” que perduram na sua existência, limitando a sua qualidade de vida, a saúde e a inserção social, fomentando, o isolamento, a conflitualidade e a vivência e refúgio nas culturas e vícios da guerra.

Consequências da Guerra colonial

O caso de Vila Nova de Famalicão



6.1 Causas de morte no Exército

(Angola, Guiné e Moçambique entre 1961-1975)

Causas	Totais
Ferimentos em combate	4.706
Acidente com arma	1.065
Acidente de viação	1.690
Acidente de aviação	23
Morte por afogamento	541
Outros motivos	371
Mortes por doença	1.242
Total:	9.638

6.2 Causas de morte (percentagem)

Combate	49%
Acidente de viação	17%
Doença	13%
Acidente com arma	11%
Afogamento	6%
Outros motivos	4%

Principal causa da deficiência: as minas.

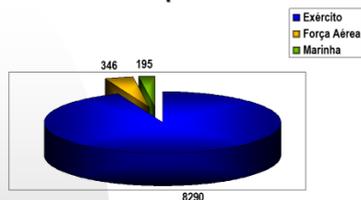


Deficientes	20.000
Com grau de deficiência de mais de 60%	5.120

Guerra colonial uma história por contar... J. M. Iages

21

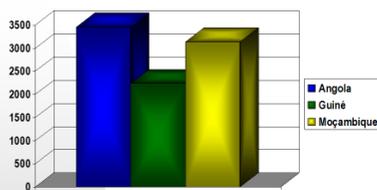
Os mortos por ramo militar:



Guerra colonial uma história por contar... J. M. Iages

17

Mortos por colónia 1961 a 1974



Guerra colonial uma história por contar... J. M. Iages

15

6.3 Distribuição geográfica da naturalidade dos militares mortos na guerra

Regiões	Percentagens
Braga	8,5%
Porto	13,6%
Lisboa	8,2%
Viseu	6,9%
Lisboa	5,9%
Santarém	5,9%
Coimbra	5%

6.4 Naturalidade dos militares que morreram na guerra

Do recrutamento da metrópole, os mortos naturais do continente representam **93,8%**, os dos Açores 3,3% e os da Madeira 2,9%.

No continente, foi o distrito do Porto aquele que perdeu mais homens (13,6% do total de mortos da Metrópole), seguido dos distritos de **Braga (8,5%)** de Lisboa (8,2%) e de Viseu (6,9%).

NÚMERO DE MORTOS POR DISTRITO DE NATURALIDADE

Viana do Castelo	188	Setúbal	198	Castelo Branco	302
Braga	580	Faro	251	Santarém	399
Porto	925	Açores	229	Portalegre	188
Aveiro	338	Bragança	256	Évora	200
Coimbra	348	Vila Real	403	Beja	220
Leiria	292	Viseu	474	Madeira	198
Lisboa	553	Guarda	293		

O total de mortos naturais de cada distrito está relacionado com a quantidade de homens mobilizados, pois como já referimos anteriormente, os distritos com mais população masculina em idade militar eram o Porto, Lisboa e Braga, onde eram recrutados 30% a 35%.

O Concelho de Vila Nova de Famalicão pertencia à Região Militar de Braga, teve 66 militares mortos na guerra colonial.

7. Serviço de saúde

O serviço de saúde do exército mobilizou destacamentos, delegações e unidades de ambulâncias (automacas) e ministrou formação a milhares de militares das especialidades de maqueiros, auxiliares de enfermagem, etc. que integravam as unidades de combate.

7.1 A estrutura de saúde nas três frentes tinha a seguinte organização:

Serviço de saúde	Angola	Guiné	Moçambique
Hospitais Militares Centrais, Regionais)	2	1	15
Companhia de Saúde/Destacam. Sanitário	1	1 Destacamento Sanitário	2
Enfermaria de Sector/Região	15	-	7
Centro de Convalescença	1	-	4
Companhia automacas	1	1 pelotão	-
Posto R/triagem	4	-	-
Delegação/LMPQF	1	1	6
Subdelegação LMPQF	2		9

Dest. Cirurgia e reabilitação	8	1 equipa	
Dest. Inspeção Alimentos	41	7	25
Dest. Inspeção Águas	5	1	4
Dest. Desinfestação	1	1	3
Equipa Sanitária Doenças tropicais	1	-	4
Depa. Material sanitário	1	1	2
Dest. Av Material Sanitário	1	-	-

Havia os Hospitais na Metrópole para onde eram evacuados os feridos em situação de extrema gravidade: o Hospital Militar Principal de Lisboa e mais oito Hospitais militares regionais, entre eles refere-se o Hospital Militar da Estrela e o Anexo Militar (Texas) em Campolide. Por estes Hospitais passaram milhares de militares em condições muito difíceis e com muitos anos de recuperação.

Também por eles passaram famalicenses, destacamos: Augusto Silva, Anquises Carvalho e Manuel Ferreira.

Houve necessidade de apoio técnico e científico do estrangeiro, principalmente ao nível da ortopedia/próteses, recuperação física e funcional, como foi o caso do Hospital ortopédico da Marinha de Hamburgo por onde passaram cerca de um milhar de combatentes, destacando-se os seguintes famalicenses:

Combatente	Cidade/Freguesia
Manuel Ferreira	Delães
Mota	Joane
Manuel Gonçalves	Joane
Venâncio	Lousado
Salgado	Riba de Ave
Alves	Vila Nova de Famalicão
Barbosa	Braga *(Pertence à Delegação da ADFA de VNF)



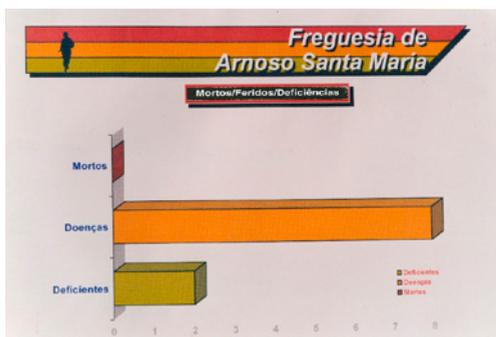
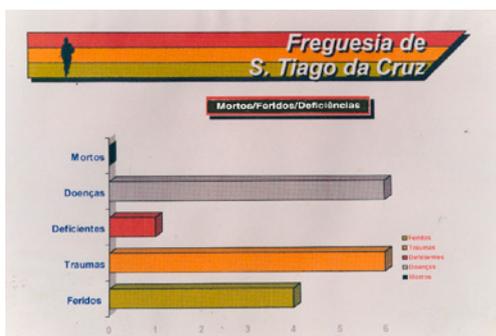
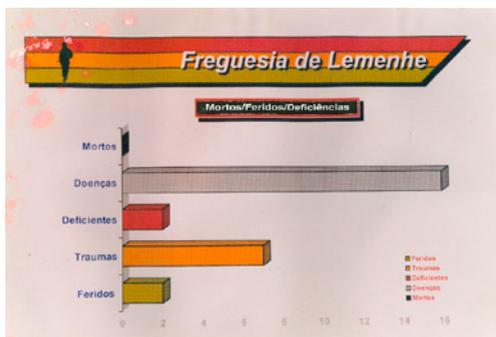
Fig. 1 Hospital Militar da Marinha de Hamburgo.



Fig. 2 Anexo Militar de Lisboa – Campolide.

8. Consequências da Guerra Colonial

8.1 Exemplos de algumas freguesias de Vila Nova de Famalicão



Bibliografia

- Os Números da Guerra de África* de Pedro Marquês de Sousa, Editora Guerra & Paz, agosto de 2021;
Guerra Colonial – Uma História por contar, de José Manuel Lages, Câmara Municipal de V. N. Famalicão/
Externato Infante D. Henrique 1992;
Guerra Colonial de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes Editorial Notícias 1998;
Retratos da nossa Guerra de José Las Casas Editora – Edita-Me, Porto 2016;
Memórias de uma Guerra de João Hilário G. Lima Coleções Cer Ceiva 2014;
Deficientes das Forças Armadas, A Geração de rotura, Guerra Colonial, 25 de Abril Reintegração social
de ADFA Parsifal 2017;

3.13 20 anos de “Viagens pelo Património Cultural”

→ Arminda Ferreira e
Nelson Pereira

1. Esboço histórico de um Projeto

O programa de “Educação Patrimonial”, da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, “Viagens pelo Património Cultural”, mais conhecido no concelho por “Maletas Pedagógicas... à descoberta” surge no ano 2003, por proposta do Técnico Superior, Nelson Pereira, na altura em funções no Gabinete do Património Cultural, enquadrado organicamente no então existente Departamento da Cultura.

De modo a melhor contextualizar o surgimento deste projeto, é importante referir que a proposta apresentada na altura ao executivo municipal, mais em concreto à Vereação do Pelouro da Cultura, só foi possível após um conhecimento mais direto e aprofundado da realidade dos serviços municipais envolvidos no trabalho de estudo, dinamização e divulgação dos recursos patrimoniais do concelho.

Na época este trabalho era efetuado maioritariamente pelos museus tutelados pela autarquia e museus de tutela privada, e pelos Gabinetes de Arqueologia e Património Cultural, serviços estes sob dependência direta do Departamento da Cultura.

Assim, podemos afirmar que o ano de 2001, marca o início de um processo, que começa com a realização de um estágio profissional na autarquia por parte de Nelson Pereira, que levou posteriormente à celebração de um primeiro contrato em funções públicas, o qual possibilitou a realização de um trabalho contínuo e de contacto direto com as equipas e profissionais dos diversos serviços envolvidos. Esta presença junto dos serviços do Departamento da Cultura, levou a que as soluções e propostas apresentadas resultassem de um trabalho coletivo que contou com o contributo das diferentes equipas e técnicos referidos.

Ainda no ano de 2001, outro acontecimento que influenciou o desenho do projeto apresentado, foi a participação no “Curso sobre Educação Patrimonial”, ministrado em Ovar pela Dr.^a Ana Flores, na altura Diretora do Palácio de Queluz.

Foi marcante conhecer o exemplo do trabalho já desenvolvido à época pela equipa dirigida pela Dr.^a Ana Flores que já tinha conseguido implementar práticas e utilizar recursos pedagógicos que influenciaram algumas das opções tomadas para a construção do projeto a propor para Vila Nova de Famalicão.

A apresentação da proposta de implementação de um projeto com estas características teve por base na altura, a identificação e a necessidade de dar resposta urgente, a duas realidades.

A primeira foi a constatação que o conhecimento da “história local” e interesse por parte dos professores e alunos sobre os recursos patrimoniais existentes no concelho, ficava muito aquém das potencialidades e recursos disponíveis.

A segunda foi a procura de uma melhor rentabilização dos recursos internos da própria autarquia. Quer ao nível de recursos humanos com formação específica e conhecimento técnico aprofundado, resultado de muitos anos de

trabalho no território, quer ao nível da utilização da extensa rede de equipamentos (museus) e locais com interesse patrimonial/arqueológico acessíveis e disponíveis para este efeito.

Assim, e neste contexto, com o objetivo de fomentar a descoberta e o interesse pelo Património Cultural do concelho de Vila Nova de Famalicão, as maletas pedagógicas têm enriquecido, ao longo de 20 anos, a vida das crianças através do conhecimento e de emoções, desenvolvendo experiências sensoriais e reflexivas, aprofundando saberes, promovendo a comunicação, criando conexões emocionais e intelectuais entre o interesse e o significado inerente ao património cultural, aprofundando a compreensão do passado e estabelecendo pontes com o presente, e, principalmente, provocando nas crianças o «Sorrir a Aprender».

“Viagens pelo Património Cultural” foi um programa aplicado por vários profissionais e com metodologias diferentes, nunca perdendo a sua essência de dar a conhecer às crianças, de forma divertida, a Cultura, o Património e a História Local.

Com o Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho referente à homologação das Aprendizagens Essenciais do Ensino Básico e com o Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho que procede à definição dos referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular (incluindo a avaliação externa)¹ e ainda com a homologação do Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho do documento “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” (PASEO) que concretiza uma medida de política educativa com o objetivo de promover a melhoria da qualidade das aprendizagens dos estudantes e o sucesso de todos no final dos 12 anos de escolaridade obrigatória, passamos a dispor de um enquadramento legal central para iniciativas a nível mais local. Acresce que a construção de um currículo para o século XXI, com a finalidade de contribuir para a organização e gestão curriculares e, ainda, para a definição de estratégias, metodologias e procedimentos pedagógico-didáticos a utilizar na prática letiva² potencia um projeto como “Viagens pelo Património Cultural” que sofre algumas reformulações sem perder a sua essência, seguindo a máxima do PASEO «uma visão de escola, constituindo-se para a sociedade em geral como um referencial que enuncia os princípios fundamentais em que assenta numa educação de qualidade»³.

Neste novo contexto, o PE “Viagens pelo Património Cultural” em 2018 é reformulado e passa a fazer parte do projeto “De Famalicão para o Mundo: contributos da História Local” com o objetivo de o transformar num **recurso educativo de apoio** (Ferreira, 2019) ao desenvolvimento do programa da disciplina de Estudo do Meio, do 1.º ciclo do Ensino Básico, referenciado com os

1 Direção Geral da Educação, in <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>

2 Consultar: Direção Geral da Educação, in <https://www.dge.mec.pt/perfil-dos-alunos>

3 Consultar: Direção Geral da Educação, in <https://www.dge.mec.pt/perfil-dos-alunos>

domínios “Sociedade”, “Natureza” e Tecnologia”⁴. Assim, foram selecionadas as aprendizagens essenciais da referida disciplina visíveis nas coleções museológicas das cinco unidades culturais e construiu-se uma matriz de implementação do programa educativo⁵ (Ver Fig. 1):

2.º ano – Maleta pedagógica do Museu Nacional Ferroviário-Núcleo de Lousado;

3.º ano – Maleta pedagógica do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave e Maleta Pedagógica da Casa de Camilo Museu. Centro de Estudos;

4.º ano – Maleta pedagógica do Museu Bernardino Machado e Maleta pedagógica da Estação Arqueológica de Perrelos.



MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MALETAS PEDAGÓGICA			
ANO DE ESCOLARIDADE	MALETA PEDAGÓGICA	APRENDIZAGENS ESSENCIAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
2.º ANO	“À descoberta... do Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado”	Relacionar instituições e serviços que contribuem para o bem-estar das populações com as respetivas atividades e funções.	Conhecer os transportes ferroviários e a sua via de comunicação; Distinguir os diferentes tipos de transportes ferroviários; Identificar algumas das profissões relacionadas com os transportes ferroviários; Conhecer o itinerário da viagem de comboio de Famalicao-Lisboa e Lisboa-Famalicao; Reconhecer a importância dos transportes ferroviários para o desenvolvimento económico do concelho em VNF. Identificar Camilo Castelo Branco como um escritor português; Reconhecer Camilo Castelo Branco como o primeiro escritor profissional; Conhecer o percurso de vida do escritor Camilo Castelo Branco; Identificar Camilo Castelo Branco como uma das figuras da história local presentes na toponímia, estatutuária, tradição oral...;
3.º ANO	“À descoberta... Casa de Camilo Museu. Centro de Estudos”	Relacionar datas e factos importantes para a compreensão da história local (origem da povoação, batalhas, lendas históricas, personagens/personalidades históricas, feriado municipal).	Reconhecer a importância do património histórico local a partir da “Casa de Camilo. Museu. Centro de Estudos”. Descrever características naturais do vale do Ave que facilitaram o desenvolvimento da agricultura nos finais do século XIX e inícios do século XX e o arranque da industrialização do concelho de Vila Nova de Famalicao, no mesmo período da história; Conhecer algumas das etapas – far, tecer – do processo de transformação do fio do tecido; Conhecer algumas personalidades históricas relacionadas com a industrialização do concelho de Vila Nova de Famalicao – Narciso Ferreira, (...); Identificar Riba d’Ave como um dos principais polos de industrialização do concelho de Vila Nova de Famalicao nos finais do século XIX, início do século XX; Valorizar a indústria têxtil como um dos principais polos de desenvolvimento económico do concelho na atualidade. Conhecer os dados biográficos da personagem histórica de Bernardino Machado, relacionando-o com o contexto político da época; Conhecer alguns factos históricos que se relacionam com o feriado nacional e o seu significado: 5 de Outubro 1910 - Implantação da República; Reconhecer a importância do património e da história local, a partir da personagem histórica de Bernardino Machado e do respetivo Museu; Reconhecer símbolos nacionais: bandeira e hino nacional.
3.º ANO	“À descoberta... do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave”	Reconhecer vestígios do passado local: construções; instrumentos antigos e atividades a que estavam ligados; costumes e tradições. Identificar diferenças e semelhanças entre o passado e o presente de um lugar quanto a aspetos naturais, sociais, culturais e tecnológicos.	Conhecer vestígios materiais do passado local a partir da maleta pedagógica e da visita de estudo à Estação Arqueológica de Perrelos; Identificar atividades económicas e/ou profissionais (agricultores, pastores, artesãos – ferreiro, oleiro – comerciantes (moeda), com base nos vestígios encontrados na Estação Arqueológica de Perrelos; Conhecer factos históricos, do período da romanização da Península Ibérica, identificáveis nos vestígios encontrados na Estação Arqueológica de Perrelos; Reconhecer a importância do Património e da História Local a partir da Estação Arqueológica de Perrelos”.
4.º ANO	“À descoberta... do Museu Bernardino Machado”	Conhecer personagens e aspetos da vida em sociedade relacionados com os factos relevantes da História de Portugal e História Local, com recurso a fontes documentais.	Conhecer personagens e aspetos da vida em sociedade relacionados com os factos relevantes da História de Portugal e História Local, com recurso a fontes documentais.
4.º ANO	“À descoberta... da Estação Arqueológica de Perrelos”	Reconhecer e valorizar o património natural e cultural - local, nacional, etc. identificando na paisagem elementos naturais (sítios geológicos, espaços da Rede Natural, etc.) e vestígios materiais do passado (edifícios, pontes, moinhos e estúruas, etc.), costumes, tradições, símbolos e efemérides.	Conhecer vestígios materiais do passado local a partir da maleta pedagógica e da visita de estudo à Estação Arqueológica de Perrelos; Identificar atividades económicas e/ou profissionais (agricultores, pastores, artesãos – ferreiro, oleiro – comerciantes (moeda), com base nos vestígios encontrados na Estação Arqueológica de Perrelos; Conhecer factos históricos, do período da romanização da Península Ibérica, identificáveis nos vestígios encontrados na Estação Arqueológica de Perrelos; Reconhecer a importância do Património e da História Local a partir da Estação Arqueológica de Perrelos”.




Fig. 1 Matriz de implementação do Programa Educativo “Viagens pelo Património Cultural”.

A partir dos objetos museológicos que por si contam histórias, na maleta pedagógica do Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado são desenvolvidos os conteúdos científicos, articulados com as aprendizagens essenciais – relacionar instituições e serviços que contribuem para o bem-estar das

- 4 Consultar Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória in <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>
- 5 O desenho inicial do PE contemplava mais duas maletas pedagógicas: Fundação Cupertino de Miranda e Casa Museu Soledade Malvar.

populações com as respetivas atividades e funções – com o objetivo de os estudantes conhecerem os transportes ferroviários como via de comunicação; distinguir os diferentes tipos de transportes ferroviários; identificar algumas das profissões relacionadas com os transportes ferroviários; conhecer o itinerário da viagem de comboio de Famalicão a Lisboa e de Lisboa a Famalicão; reconhecer a importância dos transportes ferroviários para o desenvolvimento económico do concelho de Vila Nova de Famalicão (Ver Fig. 1).

No 3.º ano de escolaridade os estudantes beneficiam de duas maletas pedagógicas: uma sobre a personagem histórica de Camilo Castelo Branco, a maleta da “Casa de Camilo Museu. Centro de Estudos”, a outra maleta pedagógica explica aos estudantes como surge a indústria têxtil no concelho de Vila Nova de Famalicão – a maleta pedagógica do “Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave”, articuladas com as aprendizagens essenciais

Com a maleta pedagógica “Casa de Camilo Museu. Centro de Estudos” pretende-se que os estudantes, a partir das aprendizagens essenciais (AE) – relacionem datas e factos importantes para a compreensão da história local, a partir de uma das **personagens/personalidades históricas** – identifiquem Camilo Castelo Branco como um escritor português; que reconheçam Camilo Castelo Branco como o primeiro escritor profissional; que conheçam o seu percurso de vida que identifiquem Camilo Castelo Branco como uma das figuras da história local presente na toponímia, estatuária, tradição oral...; que reconheçam a importância do património histórico local a partir da “Casa de Camilo Museu. Centro de Estudos” (Ver Fig. 1).

A maleta pedagógica do “Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave”, a partir da AE “Identificar diferenças e semelhanças entre o passado e o presente de um lugar quanto a aspetos naturais, **sociais, culturais e tecnológicos**” pretende desenvolver os seguintes objetivos: descrever as características naturais do Vale do Ave que facilitaram o desenvolvimento da agricultura nos finais do século XIX e inícios do século XX e o arranque da industrialização do concelho de Vila Nova de Famalicão, no mesmo período da história; conheçam algumas das etapas – fiar, tecer – do processo de transformação do fio em tecido; conheçam algumas personalidades históricas relacionadas com a industrialização do concelho de Vila Nova de Famalicão – Narciso Ferreira; identifiquem a freguesia de Riba d’Ave como um dos principais polos de industrialização do concelho de Vila Nova de Famalicão nos finais do século XIX, início do século XX; valorizem a indústria têxtil como um dos principais polos de desenvolvimento económico do concelho na atualidade (Ver Fig. 1).

No 4.º ano de escolaridade, a partir das duas maletas pedagógicas “Museu Bernardino Machado” e “Estação Arqueológica de Perrelos”, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos sobre **personagens** e aspetos da vida em sociedade relacionados com os factos relevantes da História de Portugal e História Local, com recurso a fontes documentais, por exemplo a partir do percurso de vida de Bernardino Machado, visíveis no Museu com o

seu nome. Neste sentido, a maleta pedagógica do Museu Bernardino Machado tem como objetivo que os estudantes conheçam alguns factos históricos que se relacionam com o feriado nacional e o seu significado: “5 de Outubro 1910” – Implantação da República; reconheçam a importância do património e da história local, a partir da personagem histórica de Bernardino Machado e do respetivo Museu e ainda que identifiquem e valorizem símbolos nacionais, como a bandeira e o hino nacional. Por outro lado, a partir da maleta pedagógica da “Estação Arqueológica de Perrelos”, os estudantes do 4.º ano de escolaridade têm a possibilidade de reconhecer e valorizar o património natural e cultural – local e nacional – identificando na paisagem que rodeia a estação arqueológica elementos naturais e **vestígios materiais do passado** costumes, tradições, símbolos e efemérides. Neste sentido, esta maleta pedagógica pretende que os estudantes conheçam vestígios materiais do passado local a partir da visita de estudo à Estação Arqueológica de Perrelos, identifiquem atividades económicas e/ou profissionais (agricultores, pastores, artesãos – ferreiro, oleiro – e comerciantes (moeda), com base nos vestígios encontrados nesta Estação Arqueológica, conhecendo factos históricos, do período da romanização da Península Ibérica, identificáveis nos seus vestígios, e reconhecendo a importância do Património e da História Local a partir da Estação Arqueológica de Perrelos (Ver Fig. 1).

Com as cinco maletas pedagógicas de Educação Patrimonial o Município de Vila Nova de Famalicão pretende fomentar o conhecimento e o respeito pela identidade cultural famalicense; criar hábitos de consumo cultural para uma cidadania mais ativa; dar a conhecer o inestimável valor e o interesse histórico, arquitetónico, documental, artístico, etnográfico e social dos bens que integram o património cultural do concelho; promover o respeito por um percurso histórico no qual todos somos atores intervenientes.

2. Um Projeto em permanente atualização e respondendo a desafios

O programa educativo, na atualidade, envolve cinco unidades culturais: Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado, Casa de Camilo Museu. Centro de Estudos, Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, Museu Bernardino Machado e a Estação Arqueológica de Perrelos, articuladas com os diferentes níveis do 1.º ciclo do ensino básico.

A matriz da sua criação e conceção mantém-se: dar a conhecer aos mais jovens o valor dos bens culturais, materiais e imateriais, para a construção do conhecimento do território, da comunidade e da sua identidade; reconhecer a importância do património e da história local na construção da sua formação como alunos e como cidadãos; apoiar o desenvolvimento das aprendizagens essenciais da disciplina de Estudo do Meio; incentivar os destinatários a serem promotores junto das suas famílias e outras pessoas, das temáticas e dos espaços apresentados. Estes objetivos, através deste tipo de recurso educativo,

implementado em duas partes distintas e que se complementam, passam, para a sua concretização, por várias etapas.

Numa primeira parte o programa educativo é de aplicação em contexto de sala de aula, com a exploração de uma maleta pedagógica efetuada com a deslocação de um técnico do município.

Esta primeira parte das maletas pedagógicas, em contexto de sala de aula contempla apresentações dramatizadas e interativas através de materiais pedagógicos. Assim, através da encenação de um ator, em forma lúdica, é explorado, em cada uma das cinco maletas pedagógicas, a história de personagens históricas locais e de personagens ficcionadas, para dar vida aos conteúdos científicos. As histórias encenadas utilizam cartões ilustrados que dão apoio à história e captam a atenção dos estudantes. Estes cartões com ilustrações coloridas, em K-line, representam lugares, objetos e personagens. O técnico do Município faz-se acompanhar de uma mala do projeto que contém objetos de coleção museológica e imagens em suporte de K-line (Ver Fig. 2).



Fig. 2 Ilustrações em K-line da maleta pedagógica do Museu da Industria Têxtil da Bacia do Ave.

Nas maletas pedagógicas do “Museu Nacional Ferroviário-Núcleo de Lousado”, “Casa de Camilo. Museu. Centro de Estudos” e “Museu Bernardino Machado” são utilizados adereços personalizando as personagens principais: Revisor, Camilo Castelo Branco, Bernardino Machado.

A partir do ano de 2020, aquando da pandemia COVID 19 o projeto passou a formato online, através de uma gravação vídeo encenado, alocada na plataforma “Mais Cidadania” (Ver Fig. 3).

A aplicação da I.ª parte das maletas pedagógicas iniciam com o levantamento das ideias tácitas dos estudantes, através de questões muito simples, como por exemplo se já visitaram algum Museu; se sabem o que significa e para que serve um Museu; e ainda, se conhecem o Museu que vai ser trabalhado e a sua localização geográfica. Após este momento, dá-se início ao desenvolvimento



Fig. 3 Aplicação da I.ª parte programa educativo “Viagens pelo Patrimônio Cultural” à distância, em casa e em contexto de sala de aula.

da maleta pedagógica através da estratégia do “Storytelling” (*story* – história e a mensagem a serem transmitidas; *telling* – forma como essa mensagem é apresentada) – arte de contar, desenvolver e adaptar histórias – utilizando elementos específicos como a personagem, o ambiente, o conflito e uma mensagem – em atividades com início, meio e fim, para transmitir uma mensagem/ conteúdo de forma inesquecível ao interagir com o público-alvo também em termos emocionais.

Ativando a percepção da audição e da visão, as maletas pedagógicas possibilitam desenvolver competências de oralidade e de escrita e, na II.ª parte, ainda são ativadas as percepções sensoriais do olfato, da visão e da audição pois cada unidade cultural tem características próprias que o permitem.

Na fase final da aplicação da maleta pedagógica, em sala de aula, quer seja em formato presencial ou online, quer pelo técnico ator, quer pelo professor quando é aplicado em formato online, os alunos são novamente questionados sobre se já sabem o que é um Museu e especificamente o que “guarda” o Museu que foi trabalhado. Após este momento os estudantes realizam duas pequenas atividades – palavras cruzadas, preenchimento de espaços, sopa de letras – que permite a consolidação das aprendizagens e uma ficha de metacognição.

A primeira atividade, com recurso a papel e lápis, pretende que os estudantes consolidem os conhecimentos e pode ser sugerido um trabalho individual ou em pares, de forma a partilharem os conhecimentos e a interagirem com responsabilidade. Após a sua realização é corrigida e poderão colar no caderno diário, posteriormente (Ver Fig. 4).

PROGRAMA "VIAGENS PELO PATRIMÓNIO CULTURAL... À DESCOBERTA"
MALETA PEDAGÓGICA MUSEU DA INDÚSTRIA TÊXTIL DA BACIA DO AVE



Descobre e pinta na sopa de letras estas palavras sobre a indústria têxtil:

TEAR - ALGODÃO - FIO - TÊXTEL - MÁQUINA - EMPREGO
LANÇADERA - LINHO - FÁBRICA - VALE DO AVE

C	F	I	O	W	R	Y	T	E	A	R	Z	T	W	A
L	I	N	H	O	W	G	K	Z	B	N	T	E	Q	L
T	Ç	E	M	P	R	E	G	O	W	F	L	X	Z	G
L	A	N	Ç	A	D	E	I	R	A	D	F	T	Y	O
F	Á	B	R	I	C	A	H	J	K	L	Ç	I	W	D
Z	Q	M	Á	Q	U	I	N	A	Q	X	R	L	Y	Á
W	V	A	L	E	D	O	A	V	E	Ç	T	U	J	O



Figura 4 Exemplo de atividade pedagógica proposta após a aplicação da I.ª parte das maletas pedagógicas.

A aplicação das maletas termina com a aplicação de uma Ficha de Metacognição. A metacognição pode ser definida como uma reflexão do sujeito sobre o próprio o conhecimento/aprendizagem. Neste contexto, a ficha de metacognição, construída para este programa educativo, de preenchimento individual, e em formato de papel e lápis, permite ao professor conhecer o processo de aprendizagem dos seus estudantes, mas também verificar o que aprenderam de imediato (Barca: 2004) a partir de três questões – uma de resposta direta e duas de reflexão – como é este exemplo da ficha da maleta pedagógica da Casa de Camilo Museu. Centro de Estudos (ver Fig. 5).

MALETA PEDAGÓGICA CASA DE CAMILO. MUSEU. CENTRO DE ESTUDOS

A atividade foi _____

O que mais gostei sobre Camilo Castelo Branco foi porque _____

Sobre Camilo Castelo Branco fiquei a saber que _____



Fig. 5 Exemplo de Ficha de Metacognição com questões exemplo a realizar.

Após a recolha das fichas de metacognição é aberto um espaço para diálogo e partilha das respostas dos estudantes para que todos conheçam as diversas formas de pensamento e desenvolvam atitudes e valores que promovam uma participação cívica de forma responsável, solidária e crítica e comuniquem adequadamente as suas ideias, através da utilização da linguagem oral e escrita, fundamentando-as e argumentando face às ideias dos outros,

possibilitando ainda, que consolidem os seus conhecimentos e adquiram um conhecimento de si próprio, desenvolvendo atitudes de autoestima e de autoconfiança; valorizando a sua identidade e raízes, respeitando o território e o seu ordenamento, outros povos e outras culturas, reconhecendo a diversidade como fonte de aprendizagem para todos (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho). Neste sentido, o professor tem a possibilidade de monitorização do processo de aprendizagem dos seus estudantes podendo ativar outros recursos didáticos, alocados na página do projeto em http://www.famalicaoeducativo.pt/_viagens_pelo_patrimonio_cultural, através da aplicação de fichas de trabalho, utilizando a metodologia da «aula oficina» (Barca, 2004) para novas aprendizagens e/ou consolidação das mesmas.

3. Um Programa Educativo que potencia o valor educativo das unidades culturais

Numa segunda parte, os alunos deslocam-se em visita de estudo ao contexto patrimonial, das cinco unidades culturais, previamente apresentadas na I.ª parte do PE, com o apoio dos transportes a cargo da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

A visita de estudo permite o contacto com os acervos museológicos e patrimoniais com o objetivo de se desenvolverem conhecimentos do passado fazendo pontes com o presente. Assim, tal como na I.ª parte pretende-se:

- fomentar a descoberta e o interesse pelo Património Cultural do concelho de Vila Nova de Famalicão;
- dar a conhecer aos mais jovens o valor dos bens culturais, materiais e imateriais, para a construção do conhecimento do território, da comunidade e da sua identidade;
- reconhecer a importância do património e da história local; apoiar o desenvolvimento das aprendizagens essenciais da disciplina de Estudo do Meio;
- incentivar os participantes a serem promotores junto das suas famílias e outras pessoas, das temáticas e dos espaços apresentados⁶.

Os Serviços Educativos, das unidades culturais do município de Vila Nova de Famalicão são uma componente fundamental para a concretização da sua missão. Tendo como ponto de partida o Património Cultural do concelho, realizam diversas atividades servindo de mediadores para estreitar a relação entre a cultura e o público. Segundo Camacho (2013: 82) são uma estrutura organizada, dotada de recursos mínimos, designadamente pessoal, que desenvolve ações dirigidas ao público com objetivos educativos, garantindo o cumprimento da função museológica de educação, uma das indispensáveis funções inerentes ao conceito de museu, que se articula com as restantes funções museológicas de

6 Consultar programa educativo “Viagens pelo Património Cultural” em http://www.famalicaoeducativo.pt/_viagens_pelo_patrimonio_cultural

estudo e de investigação, de incorporação, de inventário e de documentação, de interpretação e de exposição previstas no Decreto-lei n.º 47 de 19 de agosto – Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

Centrando-se no território e na sua população, a atuação do Serviço Educativo é um fator determinante na criação de relações culturais significativas e duradoiras com o público de todas as idades, desenvolvendo conhecimentos e capacidades diversificadas, que estimulam o pensamento crítico e conduzem à descoberta. Assim, as unidades culturais municipais que fazem parte do programa educativo “Viagens pelo Património Cultural” são um instrumento de resposta às necessidades da comunidade educativa e assumem-se como um recurso pedagógico articulado entre a política municipal com a Educação e com a Cultura.

Neste sentido, o serviço educativo das unidades museológicas do município de Vila Nova de Famalicão, foram articuladas com as Aprendizagens Essenciais de cada ciclo e ano de escolaridade, com o objetivo de promover a dinamização e desenvolvimento de diversos projetos e ações, que de uma forma pedagógica e didática, dão a conhecer o património do concelho, valorizam a sua identidade cultural, e desenvolvem a curiosidade e o sentido crítico, através de uma aprendizagem fundamentada no âmbito da educação não formal (Ferreira, 2019: 41).

A visita de estudo é uma das estratégias de ensino-aprendizagem que mais desperta os alunos para a situação de aquisição de conhecimentos, já que pelo seu carácter motivador de saída da sala de aula proporciona ao estudante o desenvolvimento de técnicas de trabalho, facilita a sociabilização entre estudantes e professores, promove a interligação entre teoria e prática, a escola e a realidade, tornam mais fácil a abordagem interdisciplinar dos diferentes conteúdos programáticos favorecendo a compreensão do carácter total da realidade (Ver Fig. 6).



Fig. 6 Visita de estudo ao Museu Bernardino Machado (Ferreira, 2018: 48)

As visitas de estudo das diferentes unidades culturais do concelho de Vila Nova de Famalicão, pretendem seguir uma linha planificada no sentido do desenvolvimento da operacionalização das Aprendizagens Essenciais dos Alunos, organizadas para a abertura ao diálogo e interação das diferentes percepções entre as entidades culturais, através das coleções, do guia como mediador, e do professor/grupo de alunos. Para tal, as visitas de estudo estão construídas, por um lado, para promover o património cultural, patrimonial e artístico local, de forma a estimular a partilha de percepções, acrescentar e aprofundar conhecimentos, por outro lado “colmatar” dificuldades de aprendizagem através da curiosidade e criatividade, não pretendendo substituir o papel da escola (Ferreira, 2019: 50).

A partir das visitas de estudo os estudantes podem desenvolver uma aprendizagem inspiradora que lhes permita a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, valores e atitudes em relação ao Património. Assim, através da mediação cultural, os estudantes encontram nos espaços museológicos estratégias que são acionadas para estabelecer um diálogo multissensorial, como um campo de experimentação, um espaço de negociação, comunicação, criatividade e inovação; um espaço de conexão e intersecção do lazer e da educação promotora da diversidade cultural através de uma abordagem plural, que apela à construção partilhada de saberes, de aprendizagens e experiências significativas relevantes, ao desenvolvimento da «Educação com Arte» e da «Educação com Cultura» ao promover o desenvolvimento artístico e preservando a memória e os lugares e objetos com história. Os espaços culturais pretendem ser espaços onde se aprende de forma diferente do da escola.

Neste sentido, consideramos que as visitas de estudo “tradicionais”, centradas no assunto/conteúdo das coleções, devem dar lugar a visitas de estudo interativas entre os sujeitos baseadas na articulação dos conteúdos programáticos das disciplinas curriculares com as coleções e centradas no sujeito da aprendizagem (Ferreira, 2018). Isto, para que o estudante possa construir o seu próprio conhecimento baseado numa postura crítica e reflexiva, para “desenvolver no sujeito uma orientação temporal” (Barca, 2004).

Assim, tendo em conta estes pressupostos, é sugerido aquando do agendamento da II.ª parte do programa educativo que os professores preparem os alunos para a visita de estudo, realizando pequenas atividades de expressão escrita e artística. Estas atividades mostram-nos visões diferentes das crianças sobre o seu conhecimento, quer quando aplicadas inicialmente, quer no final do programa educativo. Para além da construção de conhecimentos, pretende-se desenvolver no estudante uma postura diferente para com as unidades culturais, deixando de as sentir como um lugar «sem vida», um lugar que «guarda objetos», e passem a senti-lo como uma segunda ou terceira casa onde aprendem a Ser, Estar e Fazer.

Neste contexto, tem sido sugerido aos docentes que após a visita de estudo às unidades culturais os estudantes realizem uma reflexão coletiva ou

um trabalho (que pode assumir diferentes tipo de apresentação – escrita, plástica, ...) com base nas experiências e elementos recolhidos e/ou aprendidos durante o processo de aprendizagem da visita de estudo, podendo privilegiar o levantamento das ideias prévias, as notas pessoais, as fotografias, e deste modo tomarem consciência das aprendizagens essenciais que desenvolveram nesse processo.

4. Um registo que valoriza e consolida: o “Passaporte de Viajante do Património”

O programa educativo “Viagens pelo Património Cultural” atribuiu a todos os estudantes um “Passaporte de Viajante do Património”. Em 2018 este documento ganhou outras cores e layout, pelas mãos da designer Theresa Campos, e foi enriquecido com outras informações mantendo a sua essência.

Tem como objetivo primeiro que os estudantes ganhem sentido de responsabilidade ao sugerir que seja um documento pessoal e intransmissível. Depois, ao atribuir responsabilidade ao “viajante” no sentido de o preservar, durante o seu percurso escolar do 1.º ciclo, incute-lhe a curiosidade para “viajar” pelo mundo do património cultural e das coleções que contam histórias e lhes orienta os ‘olhares’ para, após cada viagem, o carimbar.

O “Passaporte de Viajante do Património” pretende assinalar a presença do estudante nas unidades culturais, através de um carimbo específico, da respetiva unidade cultural (Ver Fig. 7).

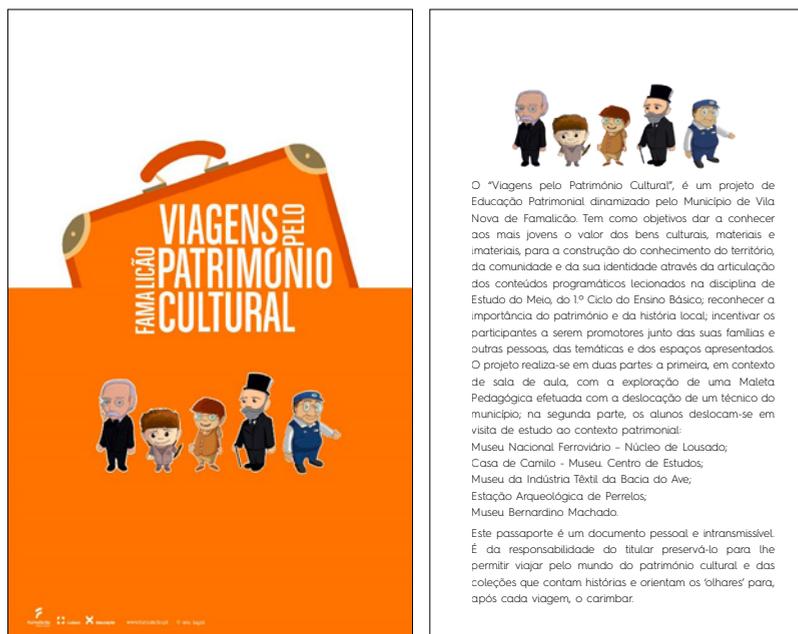


Fig. 7 Capa do “Passaporte de Viajante do Património” e texto “Introdução”.



Fig. 8 Personagens de cada uma das unidades culturais. Da esquerda para a direita: Camilo Castelo Branco, maleta pedagógica da Casa de Camilo Museu. Centro de Estudos; “Adelaide”, personagem da maleta pedagógica do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave; “Milito”, personagem da maleta pedagógica da Estação Arqueológica de Perrelos; “Bernardino Machado”, personagem da maleta pedagógica do Museu Bernardino Machado; “Sr. Maquinista”, personagem da maleta pedagógica do Museu Nacional Ferroviário Núcleo de Lousado.

O mesmo deverá ser guardado pelo estudante, podendo ser utilizado sempre que pretenda, quer em visitas de estudo promovidas pela escola, quer em outras visitas a realizar com a família ou amigos.

O documento contém as personagens ilustradas de cada uma das maletas pedagógicas de forma a recordar aos estudantes a 1.ª parte do programa educativo aplicado em contexto de sala de aula (Ver Fig. 8).

Este documento é constituído por oito páginas. A página um é referente à introdução onde é dado a conhecer o projeto e o seu objetivo e de seguida cada unidade cultural é assinalada com a respetiva ilustração da personagem que atribui o nome à maleta e uma frase relacionada com a personagem histórica ou com a unidade cultural (Ver Fig. 9). Neste sentido, foram selecionadas as seguintes frases:

- “...lá vai o comboio puxado a carvão...” (Expressão popular) – Maleta pedagógica do Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado;
- “A poesia não tem presente: ou é esperança ou saudade.” Camilo Castelo Branco – Maleta pedagógica da Casa de Camilo Museu. Centro de Estudos.
- “(...) A trama é a linha que sai da lançadeira e que vai cruzar com a teia.” Vieira, Clara; Sampaio, Maria da Luz (2012) – Maleta pedagógica do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave.
- “(...) partir de Bracara Augusta são doze milhas.” Marco miliário encontrado em Vila Nova de Famalicão – Maleta pedagógica da Estação Arqueológica de Perrelos.
- “Estudar é viver! A aula deve ser como a vida, ativa e livre...” Bernardino Machado – Maleta pedagógica do Museu Bernardino Machado.

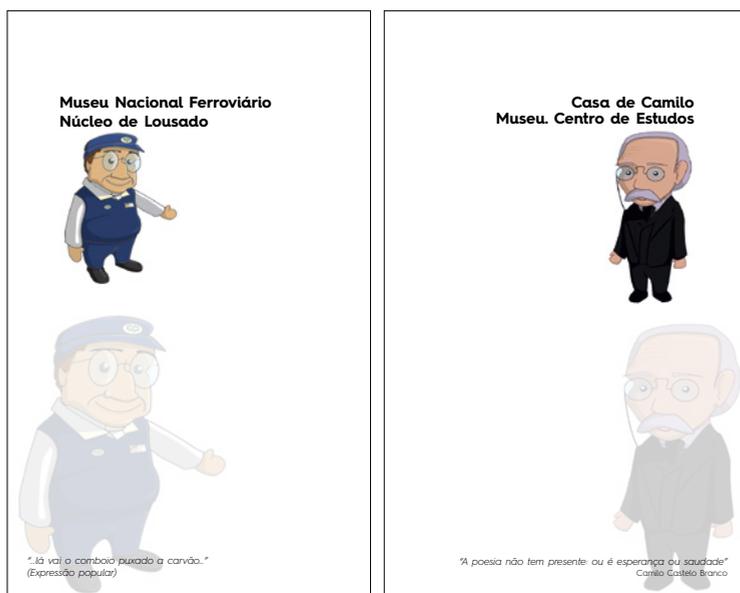


Fig. 9 Exemplo de páginas do “Passaporte de Viajante do Património” referentes às unidades culturais das maletas pedagógicas do Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado e da Casa de Camilo Museu. Centro de Estudos.

A capa e a introdução do “passaporte” são ilustradas com as personagens das cinco maletas pedagógicas, tal como os recursos didáticos de apoio aos professores e alunos⁷, e a mala de transporte dos objetos de apoio à história da mala da I.ª parte (Ver Fig. 10).



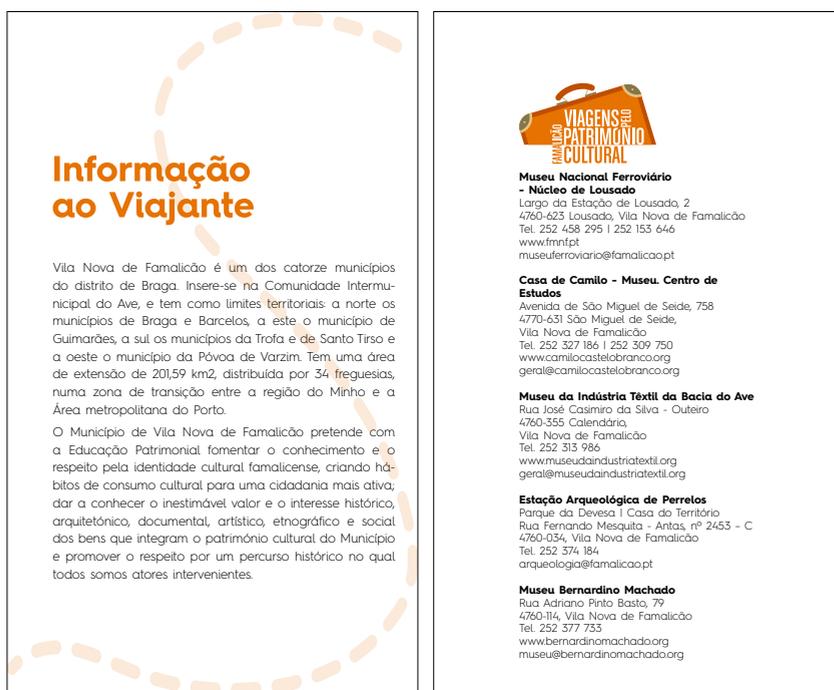
Fig. 10 Mala da maleta pedagógica do Museu Bernardino Machado.

⁷ Consultar Recursos Didáticos do programa educativo “Viagens pelo Património Cultural” em http://www.famalicaoeducativo.pt/_viagens_pelo_patrimonio_cultural

Nas últimas páginas deste documento são dadas informações ao “Viajante do Património” e assinaladas as localizações e respetivos contactos das unidades culturais do projeto (Ver Fig. 11)

De forma a distinguir as turmas e escolas envolvidas no programa educativo, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão entrega um certificado de participação e premeia os mais participativos, através de ofertas relacionadas com as unidades culturais. Os estudantes que, para além das visitas efetuadas através da escola, acumularem o maior número de registos no seu “Passaporte”, recebem um prémio individual pelo reconhecimento do seu empenho e interesse.

Aos professores ou às famílias cabe a responsabilidade de enviar para o email do programa educativo – maletapedagogicas@famalicao.pt – até ao final do mês de maio, a identificação da turma/ escola/ estudante(s) / educandos que reúnam as condições anteriormente enumeradas para que a Câmara Municipal os habilite com o prémio, indicando o número de visitas efetuadas. O(s) prémio(s) e o(s) certificado(s) de participação são entregues em contexto de sala de aula, com registo de evidências dos passaportes carimbados.



Informação ao Viajante

Vila Nova de Famalicão é um dos catorze municípios do distrito de Braga. Insere-se na Comunidade Intermunicipal do Ave, e tem como limites territoriais: a norte os municípios de Braga e Barcelos, a este o município de Guimarães, a sul os municípios da Trofa e de Santo Tirso e a oeste o município da Póvoa de Varzim. Tem uma área de extensão de 20,59 km², distribuída por 34 freguesias, numa zona de transição entre a região do Minho e a Área metropolitana do Porto.

O Município de Vila Nova de Famalicão pretende com a Educação Patrimonial fomentar o conhecimento e o respeito pela identidade cultural famalicense, criando hábitos de consumo cultural para uma cidadania mais ativa; dar a conhecer o inestimável valor e o interesse histórico, arquitetónico, documental, artístico, etnográfico e social dos bens que integram o património cultural do Município e promover o respeito por um percurso histórico no qual todos somos atores intervenientes.

Museu Nacional Ferroviário - Núcleo de Lousado
Largo da Estação de Lousado, 2
4760-623 Lousado, Vila Nova de Famalicão
Tel. 252 458 295 | 252 153 646
www.fmrtp.pt
museuferroviario@famalicao.pt

Casa de Camilo - Museu. Centro de Estudos
Avenida de São Miguel de Seide, 758
4770-631 São Miguel de Seide,
Vila Nova de Famalicão
Tel. 252 327 186 | 252 309 750
www.camilocastelobranco.org
geral@camilocastelobranco.org

Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave
Rua José Casimiro da Silva - Outero
4760-355 Calendário,
Vila Nova de Famalicão
Tel. 252 315 986
www.museudaindustriatextil.org
geral@museudaindustriatextil.org

Estação Arqueológica de Perrelos
Parque da Devesa | Casa do Território
Rua Fernando Mesquita - Antas, nº 2453 - C
4760-034, Vila Nova de Famalicão
Tel. 252 374 184
arqueologia@famalicao.pt

Museu Bernardino Machado
Rua Adriano Pinto Basto, 79
4760-114, Vila Nova de Famalicão
Tel. 252 377 733
www.bernardinomachado.org
museu@bernardinomachado.org

Fig. 11 Informações ao “Viajante”.

5. Concluindo: Do local para o Mundo

É consensual hoje que as cidades devem ser “agentes educadores” e que o ambiente educativo que potenciarem ou em que investirem tem implicações no desenvolvimento pessoal e coletivo da cidadania e promover uma menor desigualdade entre pessoas de diferentes origens sociais. As oportunidades que a Educação e a Cultura de uma municipalidade proporcionarem são a melhor garantia de um reforço identitário através do melhor conhecimento dos espaços onde circulam.

O Programa integrado “De Famalicão para o Mundo” visa em termos holísticos esse(s) objetivo(s) tendo consciência que o caminho tem de começar nos espaços escolares, aqui integrados e “fazendo sentido” no enquadramento global da sua formação educativa e cívica.

A partilha aqui deste Projeto – Viagens pelo Património Cultural – é mais uma evidência da rede educativa e cultural que se pretende criar a partir de um espaço municipal, rentabilizando as potencialidades que a sua História, as suas personagens, as suas participações em momentos históricos relevantes ou o seu papel / contributo para a História nacional ou até mundial, não deve ser secundarizada, antes valorizada para reforçar o sentimento cívico de pertença.

Bibliografia

- Barca, I. (2004). *Aula oficina: do projeto à avaliação*. In: *Para um Educação de Qualidade: Atas da quarta Jornadas de Educação Histórica*, Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED), Universidade do Minho, p. 131-144.
- Ministério da Educação (2018). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA)*, p. 2 in https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/2_estudo_do_meio.pdf Consultado em 11/08/2023.
- Ferreira, A.; Alves, L.; Barca, I. (Coord.), (2019). *De Famalicão para o Mundo: Contributos da História Local*. Coord. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em http://www.famalicaoeducativo.pt/_de_famalicao_para_o_mundo_contributos_da_historia_local
- Aprender e Ensinar História: assumir a localidade como laboratório didático*, Boletim Cultural, V série, número 12/13, de 2018/2020, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp.404-422.
- Camacho, C. F., (2013). *Serviços Educativos*. in Neves, J. S. (Coord.); Santos, Jorge Alves dos; Lima, Maria João, *O Panorama Museológico em Portugal: os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*. Edição: Direção-Geral do Património Cultural.



Este trabajo se hizo en servicio de un...
D. Juan...
revisado por...
de D. Juan...

04. Currículos

Breves Currículos

António José Queiroz

Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigador do *CEPESE* – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Porto).

Armando Coelho Ferreira da Silva

Professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Investigador do CITCEM; Coordenador científico do Gabinete de Arqueologia de Vila Nova de Famalicão.

Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira

Mestre em Educação, Supervisão Pedagógica em Ensino da História, pela Universidade do Minho; Pós-graduação em Relações Históricas Portugal, Brasil, África e Oriente, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Pós Graduação em Administração e Organização Escolar pelo Instituto de Estudos Superiores de Fafe; Licenciada em Ciências Históricas, ramo educacional e Ciências Históricas, ramo científico pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique; Professora do Ensino Básico e Secundário, em Mobilidade Estatutária na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Beatriz Pinto

Mestrado em Marketing e Estratégia pela Universidade do Minho. Tem investigado em parceria a história de Vila Nova de Famalicão no âmbito das migrações Portugal/Brasil século XVIII-XX e a História das Mentalidades no século XVIII.

Bebiana Costa Sá

Licenciada em Psicologia pela Universidade do Minho. Tem investigado em parceria a história de Vila Nova de Famalicão no âmbito das migrações Portugal/Brasil em Oitocentos.

Bernardo Cunha Alves de Souza

Estudante no mestrado História e Património (Ramo A: Estudos Locais e Regionais) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2022). Tem vindo a apresentar em vários encontros nacionais e internacionais partes de sua pesquisa de mestrado «Coerentemente Arcaica: A dialética territorial do Julgado de Vermoim (séc. XVI-XIX)». Desenvolve estudos ligados a Cartografia Temática e Histórica, além da História Local.

Elzira Sá Queiroga

Mestre em Estudos do Património, pela Universidade Aberta; Licenciada em Gestão do Património pela Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico do Porto.

Desenvolve a sua atividade profissional na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Casa de Camilo – Centro de Estudos nas áreas de salvaguarda, preservação e valorização do património cultural.

A autora do livro intitulado “À mesa com Camilo”, publicado pela editora Colares, em 2021.

Eva Mesquita Cordeiro

Historiadora de arte pela FLUP, mestre em Arte, Património e Teorias do Restauro, pela FLUL. Responsável pela Gestão de Coleções do Serviço Museus e Galerias, da Divisão da Cultura do Município de Famalicão. Gestora de projeto e da candidatura ProMuseus 2021.

João Afonso Machado

Escritor. Investigador. Advogado.

José Manuel Gonçalves da Silva Lages

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre do Curso de Mestrado em História da Colonização e das Migrações: Portugal/ Brasil, pela Universidade do Minho. Professor Jubilado; Membro fundador e membro da Direção da ALDACOOP

– Cooperativa de Ensino, durante vários anos; Diretor Científico do Museu da Guerra Colonial; Vice-presidente da Associação do Museu da Guerra Colonial; Membro da Comissão Instaladora da Associação da Memória da Guerra Colonial ADFA Porto; Publicações e artigos sobre a Emigração minhota para o Brasil e a Guerra Colonial; Representante de Portugal na FNAM-órgão representativo do deficiente de guerra; Representante português no Congresso da Frelimo em Maputo.

Leonor Rosa

Investigadora, doutoranda em Antropologia no ICS-UL e mestre em Antropologia na FCSH-UNL.

Lívia Cristina Coito

Licenciada em História (1981), pós-graduada em Ciências documentais (1985) e desde 1984 desenvolve a sua atividade profissional como bibliotecária no Museu Nacional de Arqueologia. Para além das funções inerentes ao cargo, podem-se destacar a conceção do projeto de organização e inventariação do Arquivo Pessoal de José Leite de Vasconcelos, e coordenação de outros projetos da biblioteca no âmbito do Programa Operacional de Cultura. Coordenadora editorial do MNA. Trabalhos publicados, em revistas nacionais, na área dos arquivos pessoais e história da arqueologia. Tem igualmente comissariado exposições bibliográficas.

Luísa Alvim

Doutorada em Ciências da Informação e Documentação pela Universidade de Évora; Mestre em Ciência da Informação; Pós-graduada em Ciências Documentais; Licenciada em Filosofia. Investigadora integrada no CIDEHUS - Universidade de Évora e colaboradora no CEIS20 - Universidade de Coimbra. Docente nas Pós-graduação em Ciências da Informação na Universidade de Évora, Universidade Portucalense, Universidade Autónoma e no ISCAP/IPP. Tem artigos publicados em revistas

da especialidade e em livros de coordenação diversa e artigos científicos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Técnica superior no Arquivo Municipal Alberto Sampaio, Município de Vila Nova de Famalicão.

Nelson Bruno Lima Pereira (14 /02 /1978)

Licenciado em Gestão do Património, pela Escola Superior de Educação do Porto, em 2000. Pós-Graduação em Museologia, em 2008, e Mestrado em 2023 pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Entre 2001 e 2005 foi Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Gestores do Património Cultural. Entre 2002 e 2014 desempenhou funções, como técnico do Gabinete de Património Cultural no Município de Vila Nova de Famalicão.

De 2014 a 2021 exerceu as funções de Chefe da Divisão de Cultura e Turismo, e desde 2022 que desempenha as funções de Chefe da Divisão de Cultura no Município de Vila Nova de Famalicão.

Odete Paiva

Doutorada em História e investigadora do CITCEM da Faculdade de Letras do Porto

Paula Costa

Curso de Técnicas de Tratamento Documental / Biblioteca e Documentação (1993), pelo Instituto de Educação Técnica – INETE. Técnica responsável pelo Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

Vítor Sá

Licenciado em Ciências da Comunicação (2010), Mestre em Turismo, Património e Desenvolvimento (2012) pelo Instituto Superior da Maia e Doutoramento em Turismo pela Universidade de Aveiro (2021). Desenvolveu atividades de docência no ISMAI, IPMAIA, ESHT-IPP e, mais recentemente, na EFTA – Escola Profissional em Turismo de Aveiro, sendo na atualidade Professor Adjunto no ISLA – Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia e membro do GOVCOPP.

Ficha técnica

Boletim Cultural · VI série · n.º 3 · Ano 2023

Edição

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Diretor

Mário Passos, Presidente da Câmara Municipal

Coordenador editorial

Pedro Oliveira, Vereador da Cultura

Colaboram neste número

António José Queiroz, Armando Coelho Ferreira da Silva, Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira, Beatriz Pinto, Bebiana Costa Sá, Bernardo Cunha Alves de Souza, Elzira Sá Queiroga, Eva Mesquita Cordeiro, João Afonso Machado, José Manuel Lages, Leonor Rosas, Livia Cristina Coito, Luísa Alvim, Nelson Bruno Lima Pereira, Odete Paiva, Paula Costa, Vítor Sá

Coordenação de edição

Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira

Design gráfico

António Pedro

Execução gráfica

Papelmunde

Tiragem

500 exemplares

ISSN

0871-3308

Depósito legal

412746/90

Isento de registo na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 09 de junho, art.º 12.º, n.º 1, alínea b)

Foto da capa: Edifício do Hotel Central. Fonte: Espólio de Vasco Carvalho – Bibliotecas Digitais da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

